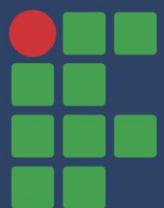




PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL | 2024 - 2028



INSTITUTO
FEDERAL
Rio de Janeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

I59 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
Plano de desenvolvimento institucional: 2024-2028 / Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, IFRJ, 2024.
284p.: il. color.

1. Planejamento institucional. 2. Planejamento estratégico.
3. Gestão estratégica. I. Título

IFRJ/CGBIBLIO

CDU 658.401

Ficha catalográfica elaborada por
Thais da Silva Alves
CRB7-6200

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Getúlio Marques Ferreira

REITORIA

Reitor
Rafael Barreto Almada

Diretor Executivo
Luiz Fernando Silva Caldas

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas
Bruno Campos dos Santos

Pró-reitor de Planejamento e Administração
Igor da Silva Valpassos

Pró-reitora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Alessandra Ciambarella Paulon

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Marcus Vinícius da Silva Pereira

Pró-reitora de Extensão
Ana Luísa Soares da Silva

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Arraial do Cabo
David Barreto de Aguiar

Campus Belford Roxo
Márcio Franklin Oliveira

Campus Duque de Caxias
Maria Celiana Pinheiro Lima

Campus Engenheiro Paulo de Frontin
Ricardo Esteves Kneipp

Campus Mesquita
Cristiane Henriques de Oliveira

Campus Nilópolis
Thiago Matos Pinto

Campus Niterói
Eudes Pereira de Souza Junior

Campus Paracambi
David Braga Pires da Silva

Campus Pinheiral
Livia Puello de Barros Gil

Campus Realengo
Hélia Pinheiro Rodrigues Correa

Campus Resende
Silvério Afonso Albino Balieiro

Campus Rio de Janeiro
Jefferson Robson de Amorim da Silva

Campus São Gonçalo
Gleyce Figueiredo de Lima

Campus São João de Meriti
Rodney Cezar de Albuquerque

Campus Volta Redonda
André Augusto Isnard

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DO PDI 2024-2028

O PDI (2024-2028) teve, desde seu planejamento, um objetivo de construção coletiva e participativa, visto que uma instituição se faz pelas pessoas que no seu dia a dia vivenciam o seu fazer e no caso do IFRJ, o fazer maior é transformar vidas através da educação.

Hoje com o documento sendo apresentado a toda sociedade, afirmamos que conseguimos o nosso objetivo e neste espaço queremos apresentar todos que mais diretamente estiveram nessa construção e agradecê-los por dedicarem um pouco do seu tempo e o seu conhecimento para ajudar nessa construção e afirmar que:

O segredo de um grande sucesso está no trabalho de uma grande equipe.

— Murillo Cintra de Oliveira Margarida

Estar juntos é um começo; continuarmos juntos é progresso, trabalhar em conjunto é sucesso.

— Napoleon Hill

COMISSÃO CENTRAL

Rafael Barreto Almada
Alessandra Ciambarella Paulon
Ana Luisa Soares da Silva
Bruno Campos dos Santos
Igor da Silva Valpassos
Marcus Vinicius da Silva Pereira
Luiz Fernando Silva Caldas
Júlio Page de Castro
Fabio Carlos Macedo
Andre Augusto Isnard
Cristiane Henriques de Oliveira
David Barreto de Aguiar
David Braga Pires da Silva
Eudes Pereira de Souza Junior
Gleyce Figueiredo de Lima
Helia Pinheiro Rodrigues Correa
Jefferson Robson Amorim da Silva
Livia Puello de Barros Gil
Marcio Franklin Oliveira
Maria Celiana Pinheiro Lima
Ricardo Esteves Kneipp
Rodney Cezar de Albuquerque
Silverio Afonso Albino Balieiro
Thiago Matos Pinto

COMISSÃO OPERACIONAL

Florinda do Nascimento Cersosimo
Samantha Silva Deodato
Thayron Rodrigues Rangel
Raphael Luiz da Silva da Rocha
Alice Angelo Correa
Mauren Afonso Kaufmann
Guilherme da Silva Dias
Marcella de Souza São Thiago
Rosana Bernadino Galvão
Bruno Couto de Oliveira
Juliana Caroline Alves dos Santos Fernandes
Danyelle Christine Woyames da Silva
Pollyana Joyce da Silva
Felipe Ribeiro Pires
Renan Augusto Vieira Rocha

COMISSÕES TEMÁTICAS

CT - ENSINO

Alessandra Ciambarella Paulon
Marcus Vinicius Pereira
João Carlos Escosteguy Filho
Rebeca Natacha de Oliveira Pinto
Marilia Rios de Paula
Victor Hugo Paes de Magalhães Dos Santos
Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara
Aline dos Anjos Guimarães Samim
Clenilson da Silva Sousa Junior
Emanuele Nunes de Lima Figueiredo Jorge
Felipe Verdan da Silva Dos Santos
Gilsiane Viana Escobar
Mônica Menezes de Souza

CT - EXTENSÃO

Ana Luísa Soares da Silva
Carla Hirt
Priscila Marques Abdias Macedo do Nascimento
Alexandre Miott Soares
Michelle de Oliveira Abraão
Carlos Eduardo Somlo
Cristina Gomes de Oliveira
Edméa Teixeira
Evelyn Cristina Victor de Sousa Santos

Jane Kellen Esteves da Silva
Luciana Barroso Sathler
Nathalia Marques Barros
Tais de Souza Almeida
Felipe dos Santos Lima de Barros

CT - PESQUISA E INOVAÇÃO

Marcus Vinicius Pereira
Maria Cristina do Amaral Moreira
Leonardo de Carvalho Vidal
Edival Ponciano de Carvalho Filho
Rosângela Antunes Terra
Eline Deccache Maia
Luiz Dione Barbosa de Melo
Ana Carolina de Azevedo Carvalho
Shaiene Moreno Gouvêa
Andrey Dione Ferreira
Márcia Cristina da Silva
Patrícia Silva Ferreira
Luisa Luz Marçal de Andrade
Raphael Argento de Souza
Marcela Brandão Cunha
Alexandre Ornelles de Oliveira
Giselle Rôças de Souza Fonseca

CT – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

Heleno Ferreira Lima
Renan Costa Venancio
Luiz Alberto de Souza Lima
João Paulo dos Santos Cardozo
Fabiane Nogueira da Costa
Renan Dos Santos de Souza
Frederico Mendes de Carvalho
Vanessa Sousa Maluf
Thiago Matos Pinto
Ana Claudia Teixeira do Nascimento
Otavio Pereira Carneiro
Ana Luiza Coelho Ferreira Pinhal
Carlos Henrique Souza Silva
Robson de Oliveira Machado
Rômulo Fernandes Bousquet
Alexandre Ferreira Coelho
Erica Nogueira Ayres da Silva

CT – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Igor da Silva Valpassos
Fábio Pires Viana
Bianca Ponciano Prell
Indiara Fernandes Kolher
Gutemberg Marcelino Ferreira

Wesley Higino da Silva
Hugo Santos de Macedo Rego
John Henry Norman
Alexandre Magno de Almeida
Aldembar Andrade Sarmento
Jorge Maximiano dos Santos
Joao Paulo dos Santos Cardozo
Jônatas da Gama Azevedo
Luiz Felipe Miranda da Silva

CT – INFRAESTRUTURA

Igor da Silva Valpassos
Thais da Silva Alves
Flavio José Ribeiro
Sara Barroso Leite Alvarenga
Ayron Costa Mendes
Cristiano Gonçalves Ponte
Gutemberg Marcelino Ferreira
Renato Reis Nunes
Wesley Higino da Silva
Fátima Cantero Pécora Constantino
Hugo Santos de Macedo Rego
Débora Elena Speranza do Nascimento
John Henry Norman
Marcia da Silva
Alexandre Magno de Almeida

Karina Barbosa dos Santos
Aldembar Andrade Sarmento
Cristiane Teixeira de Oliveira
Jônatas da Gama Azevedo
Luiz Felipe Miranda da Silva

CT – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fábio Carlos Macedo
Armando Luiz Costa da Silva
Anderson Polo de Faria
Christian Resende de Oliveira Botelho
Rummenigge da Silveira Guimaraes
Maxwell de Lima
Thiago Fernandes Almeida
Fabio Henrique Andrade Dias
Ada Guagliardi Faria
Adelaine Spranger Ferreira
Ricardo Ferreira Leite
Leonardo Felipe Gomes De Melo
Davi Antunes de Maria
Jorge Andre dos Santos Silva
Luiz Carlson Felix Fonseca

CT – TEMAS TRANSVERSAIS

Ana Lúisa Soares da Silva
Juliana Caroline Alves dos Santos Fernandes
Rodolpho Guimarães Pereira
Thais da Silva Alves
Julio Page de Castro
Jacqueline Gomes Vicente
Giselle da Motta Gil
Viviane Rezende Prates
Verônica Trindade Marques
Bárbara Regina de Andrade Caldas
Fernanda Gomes dos Santos
Roberta Ribeiro Cassiano
Viviane Araujo da Silva
Patrícia Manuela de Souza
Monica Batista da Trindade
Annie Teixeira Ramos
Marcia da Silva
Karina Barbosa dos Santos
Vanderson Amaral Pereira
Amanda Carlou Andrade Santos
Andrea Rizzato Falcão
Bruno Lima Patrício dos Santos
Priscilla Ramos Mendonça de Oliveira Cunha
Ricardo Eneas da Silva Moraes

COMISSÕES LOCAIS

ARRAIAL DO CABO

David Barreto de Aguiar
João Gilberto da Silva Carvalho
Fabiane Nogueira da Costa
Alexandre Miott Soares
Aline Marcelino de Mello Silva

BELFORD ROXO

Marcio Franklin Oliveira
Lucivania Filomeno Ponte
Flávio Glória Caminada Sabrá
Aline dos Anjos Guimarães Samim
Leonardo Bittencourt Pereira
Daiana dos Santos Barel de Oliveira
Renan Costa Venancio

DUQUE DE CAIXAS

Maria Celiana Pinheiro Lima
Marcela Botelho Tavares
Viviane Rezende Prates
Nívea dos Santos Scarpini
Andrea Silva do Nascimento

ENGENHEIRO

PAULO DE FRONTIN

Ricardo Esteves Kneipp
Daniel Clarismundo Borges
Roni Costa Ferreira
Diones Bernardes dos Santos Motta
Leandro Mendes de Oliveira
Jessica Alves Rodrigues Macedo
Pedro Henrique do Nascimento Gama

MESQUITA

Cristiane Henriques de Oliveira
Michele Waltz Comarú
Danielle Sales de Sousa
Selma Carvalho de Souza Silva

NILÓPOLIS

Thiago Matos Pinto
Elton Flach
Maria Cristina do Amaral Moreira
Jacqueline Aparecida da Fonseca Martins
Marli Figueiredo Rodrigues Filha
Eduarda Oliveira Pereira
Fátima dos Santos Dias Figueiredo
Luisa Luz Marcal de Andrade

NITERÓI

Eudes Pereira de Souza Junior
Samuel Max Gabbay
Débora Elena Speranza do Nascimento
Fátima Helena Martins de Oliveira
Gabriel Fernandes Barreto Antunes
Paulo André Ferreira

PARACAMBI

David Braga Pires da Silva
Fabio Ferreira de Araújo
Alexandre Resende da Costa
Deborah Sousa Lima
Kaillany Real Moreira Santana

PINHEIRAL

Livia Puello de Barros Gil
Leyza Buarque Lucas
Rafael Monteiro de Castro
Fabíola Leonor de Paula
Daniel de Castro Trindade
Alice Vieira Pinto
Gabriela Maia Keller
Mélanie Fonseca Doin
Cilmar Santos de Castro

REALENGO

Helia Pinheiro Rodrigues Correa
Lúcia de Macedo Silva Reis
Murilo Marinho Carvalho Lima
Aline Aparecida dos Santos Faria
Louhan de Oliveira Silva Sodré
Victor Hugo Bogoewich
Emily Avelar Chaves Lessa
Jion Vieira Ribeiro

REITORIA

Felipe Verdan da Silva dos Santos
Thais da Silva Alves
Renan dos Santos de Souza

RESENDE

Silverio Afonso Albino Balieiro
Cássia Marques Cândido
João Paulo dos Santos Cardozo
Sara Cristina do Nascimento Soares

RIO DE JANEIRO

Jefferson Robson Amorim da Silva
Sheila Albert dos Reis
Paulo Roberto Paulino Alves da Silva
Rahija Lopes Silva Gomes Garcia

SÃO GONÇALO

*Gleyce Figueiredo de Lima
Fernanda de Melo Lima
Andreia de Fatima Hoelzle Martins
Ayron Costa Mendes
Cristiane Ribeiro da Silva Passos
Marcela Dos Santos Vianna do Vale
Pedro Martins da Silva Corrêa
Cinthia da Silva Carreiro da Luz*

SÃO JOÃO DE MERITI

*Rodney Cezar de Albuquerque
Anderson Carlos Nogueira Oriente
João Emilio de Assis Reis
Pammela de Souza Teixeira
Julia Barros Silva de Lima*

VOLTA REDONDA

*Andre Augusto Isnard
Diego Albuquerque Carvalho
Andrea Soares Ferreira da Silva
Nina Flor Ramos Batista
Lia Maria Garcia de Freitas*



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT/NBR — Associação Brasileira de Normas Técnicas;
ACT — Acordo de Cooperação Técnica;
AEE — Atendimento Educacional Especializado;
AERJ — Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro;
AGU — Advocacia-Geral da União;
API — Interface de Programação de Aplicações;
AsCom — Assessoria de Comunicação dos *Campi*;
ASSESP — Assessoria Especial de Integração Sistêmica;
AVEA — Ambiente Virtual de Ensino e de Aprendizagem;
BI — *Business Intelligence*;
BNCC — Base Nacional Comum Curricular;
BSC — *Balanced Scorecard*;
BVI — Brigada de Incêndio;
CAC — Campus Arraial do Cabo;
CadPI — Programa Institucional de Cadastro de Projetos de Pesquisa e/ou de Inovação;
CAEG — Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação;
CAET — Conselho Acadêmico do Ensino Médio e Técnico;
CAEX — Conselho Acadêmico de Extensão;
CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CAPOG — Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;

CBMERJ — Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro;
CBR — Campus Belford Roxo;
CDUQ — Campus Duque de Caxias;
CEDERJ — Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro;
CEFET Química — Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis;
CEFET/RJ — Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca;
CEFETEQ — Centro Federal de Educação Tecnológica de Química;
CEPF — Campus Engenheiro Paulo de Frontin;
CGBiblio — Coordenação-Geral de Bibliotecas;
CGC — Coordenação-Geral de Concursos;
CGCAD — Coordenação-Geral de Cadastro;
CGCom — Coordenação-Geral de Comunicação Social;
CGNAPNE — Coordenação-Geral dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas;
CGPG — Coordenação-Geral de Pós-graduação;
CGRI — Coordenação-Geral de Relações Internacionais;
CH — Carga Horária;
CIEL — Centro Institucional de Estudos de Línguas;
CIEP — Centros Integrados de Educação Pública;

CIS — Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnico-Administrativos em Educação;

CISSP — Comissão Interna de Saúde do Servidor Público;

CMES — Campus Mesquita;

CNIL — Campus Nilópolis;

CNIT — Campus Niterói;

CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

CoCam — Colegiado do Campus;

COIL — *Collaborative Online International Learning*;

COLDIR — Colégio de Dirigentes;

COMPERJ — Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro;

CONAES — Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;

CONIF — Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

CONSUP — Conselho Superior;

COPAG — Coordenação-Geral de Pagamento;

CORAES — Coordenação da Rede de Assistência Estudantil;

COSAAT — Coordenação de Segurança e Administração de Ambientes Tecnológicos;

COSEG — Coordenação de Segurança do Trabalho;

COVID-19 — *Coronavirus disease 2019*;

CPA — Comissão Própria de Avaliação;

CPAR — Campus Paracambi;

CPIN — Campus Pinheiral;

CPPD — Comissão Permanente de Pessoal Docente;

CREAL — Campus Realengo;

CRES — Campus Resende;

CRJ — Campus Rio de Janeiro;

CSG — Campus São Gonçalo;

CSJM — Campos São João de Meriti;

CSN — Companhia Siderúrgica Nacional;

CST — Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador;

CTQI — Curso Técnico de Química Industrial;

CVR — Campus Volta Redonda;

DACPS — Diretoria Adjunta de Acesso, Concursos e Processos Seletivos;

DAE — Diretoria de Assistência Estudantil;

DAES — Diretoria de Avaliação da Educação Superior;

DAINT — Diretoria de Articulação Institucional;

DEaD — Diretoria de Educação a Distância;

DER — Diretoria Executiva da Reitoria;

DGP — Diretoria de Gestão e Valorização de Pessoas;

DGTIC — Diretoria de Tecnologia da Informação;

DIEx — Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão;

DIPI — Diretoria Adjunta de Indicadores e Pesquisa Institucional;

DIPROEXT — Diretoria de Extensão Comunitária e Tecnológica;

DIRAGI — Diretoria da Agência de Inovação;

DOU — Diário Oficial da União;

DPEDI — Diretoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional;

DPESQ — Diretoria de Pesquisa;

DQDP — Diretoria Adjunta de Qualidade de Vida e Desenvolvimento de Pessoas;

DRAPS — Diretoria Adjunta de Relações com o Arranjo Produtivo e Social;

DSLR — *Digital Single Lens Reflex*;

DTEIN — Diretoria Adjunta de Tecnologia e Inovação em Educação Profissional e Tecnológica;

EaD — Educação a distância;

ECI — Espaço Ciência Interativa;

EJA — Educação de Jovens e Adultos;

EJA-EPT — Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica;

EP — Emendas Parlamentares;

EPS — Exames periódicos em saúde;

EPT — Educação Profissional e Tecnológica;

EQUIPAR — Programa Institucional de Aquisição de Equipamentos;

E-SIC — Serviços de Informação ao Cidadão;

ETFQ-GB — Escola Técnica Federal de Química da Guanabara;

ETFQ-RJ — Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro;

ETN — Escola Técnica Nacional;

ETQ — Escola Técnica de Química;

FAUBAI — Associação Brasileira de Educação Internacional;

FDC — Formação e Desenvolvimento de Coleções;

FECHDA — Fatores de Equalização de Carga Horária e Dias Ativos;

FENET — Federação Nacional de Estudantes em Ensino Técnico;

FIC — Formação Inicial e Continuada;

Fiocruz — Fundação Oswaldo Cruz;

FORCULT — Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras;

FORINTER — Fórum Internacional;

FORPLAN — Pró-Reitores Planejamento e Administração;

FORPROEXT — Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

GC — Gestão do Conhecimento;

GLPI — Gestão Livre de Parque de Informática;

HQ — História em Quadrinhos;

IAPL — Índice de Atendimento aos Percentuais Legais;

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IDHM — Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

IEA — Índice de Eficiência Acadêmica;

IES — Instituição de Ensino Superior;

IFRJ — Instituto Federal e Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro;

IN — Instrução Normativa;

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

INES — Instituto Nacional de Educação de Surdos;

INOVAR — Programa Institucional de Apoio à Inovação;

IPES — Instituições Públicas de Ensino Superior;

ISBN — Padrão Internacional de Numeração de Livro;

LGBTQIAP+ — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais;

ME — Ministério dos Esportes;

MEC — Ministério da Educação;

MECHDA — Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos;

MEI — Microempreendedor Individual;

Moodle — *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment/Ambiente de Aprendizagem Dinâmico Modular Orientado a Objeto*;

MP — Matrículas Ponderadas;

MS — Ministério da Saúde;

NAEs — Núcleos de Acompanhamento de Egressos;

NAPNE — Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas;

NEABI — Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas;

NIAC — Núcleo de Implementação de Atividades Correcionais;

NM — Normas MERCOSUL;

NPD — Núcleo de Produção Digital;

NUGEDS — Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual;

NUTRIVIDA — Programa de Nutrição e Qualidade;

OBA — Olímpiada Brasileira de Astronomia;

OBMEP — Olímpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas;

OQRJ — Olímpiada de Química do Rio de Janeiro;

PAC — Plano de Aceleração do Crescimento;

PAFE — Programa de Apoio à Formação Estudantil;

PAGR — Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos;

PAI — Programa de Aceleração de Investimento;

PAP — Programa de Auxílio Permanência;

PAPER — Periódicos Científicos;

PCCTAE — Plano Carreira dos Técnico Administrativo em Educação;

PCD — Pessoa com Deficiência;

PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional;

PDP — Plano de Desenvolvimento de Pessoas;

PEBTT — Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

PEI — Plano Estratégico Institucional;

PESQUISAR — Programa Institucional de Apoio à Pesquisa

PET — Programa de Educação Tutorial;

PET Saúde — Programa de Educação para o Trabalho em Saúde;

PGC — Plano de Gestão do Conhecimento;

PGC — Planejamento e Gerenciamento de Contratações;

PIAPG — Programa de Incentivo e Acompanhamento da Pós-graduação;

PIB — Produto Interno Bruto;

PIBIC — Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;

PIBIC EM — Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio;

PIBIC JR — Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior;

PIBID — Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência;

PIBIEX — Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão;

PIBIEX JR — Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão Júnior;

PIBITI JR — Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Júnior;

PIBITI — Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;

PIIC — Programa Institucional de Iniciação Científica;

PIIT — Programa Institucional de Iniciação Tecnológica e Inovação;

PIVIC — Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica;

PIVIC JR — Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica Júnior;

PIVEX — Programa Institucional de Voluntários para Iniciação às Atividades de Extensão;

PIVIT — Voluntariado para Estudantes em Projetos de Pesquisa;

PIVIT JR — Voluntariado para Estudantes em Projetos de Pesquisa Júnior;

PJT — Projetos Estratégicos;

PLOA — Proposta de Lei Orçamentária Anual;

PMBOK — *Project Management Body of Knowledge*;

PMI — *Project Management Institute*;

PNAE — Programa Nacional de Alimentação;

PNAES — Programa Nacional de Assistência Estudantil;

PNC — Plano Nacional de Cultura;

PNDP — Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas;

PNE — Plano Nacional de Educação;

PNEPS — Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;

PNEU — Política Nacional de Extensão Universitária;

PNP — Plataforma Nilo Peçanha;

POP — Procedimento Operacional Padrão;

PPC — Plano Pedagógico de Curso;

PPI — Projeto Pedagógico Institucional;

PROAD — Pró-Reitoria de Planejamento e Administração;

PROATC — Programa de Incentivo à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos, Tecnológicos e Artístico-Culturais;

PROCIÊNCIA — Programa Institucional de Incentivo à produção Científica, Tecnológica e Artístico-Cultural;

PRODIN — Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas;

PRODUTIVO — Programa Institucional de Reconhecimento da Produtividade em Pesquisa e/ou em Inovação;

PROEDIT — Programa Institucional de Auxílio à Editoração;

PROEJA — Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

PROEN — Pró-Reitoria de Ensino;

PROEX — Pró-Reitoria de Extensão;

PROEXTENSÃO — Programa Institucional de Incentivo às Atividade de Extensão;

PROGP — Programa Institucional de Cadastro de Projetos de Pesquisa ou de Inovação;

PROINOVA — Programa Institucional de Incentivo à Inovação;

PROJU — Procuradoria Federal;

PROMOVE — Programa Institucional de Apoio a Ambientes Promotores e Habitats de Inovação;

PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;

PROPPI — Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;

PROSPECTAR — Programa Institucional de Incentivo à Prospecção de Mapa de Oportunidades junto aos Arranjos Produtivos Locais;

PROTEC — Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços Tecnológicos;

PSCIP — Projetos ao atendimento das normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico;

PUBLIQUE — Programa Institucional de Incentivo à Publicação no Exterior;

QSMS — Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho;

QTMPI — Quantidade Total de Matrículas Presenciais no Primeiro Ano;

RAP — Relação aluno x professor;

REARI/RJ — Rede das Assessorias Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro;

Rede CERTIFIC — Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada;

RESPED — Programa Institucional de Residência Pedagógica;

RFEPECT — Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

RNP — Rede Nacional de Ensino e Pesquisa;

RSC — Reconhecimento de Saberes e Competências;

SARS-COVID — Síndrome respiratória aguda grave causada por coronavírus;

SECEC-RJ — Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro;

SEEDUC — Secretaria de Estado de Educação;

SEMANEX — Projeto da Semana Acadêmica de Extensão;

SETEC — Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

SGTES — Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

SIADS — Sistema Integrado de Administração de Serviços;

SIAFI — Sistema Integrado de Administração Financeira;

SiBI — Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRJ;

SIG — Sistema Integrado de Gestão;

SINAES — Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SIOP — Sistema de Orçamento e Finanças;

SIPAC — Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos;

SIPAT — Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho;

SISTEC — Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica;

SMART — *Specific* (Específico), *Measurable* (Mensurável), *Achievable* (Alcançável), *Realistic* (Realista) e *Time based* (Temporal);

SNC — Sistema Nacional de Cultura;

SWOT — *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças);

TAE — Técnico-Administrativo em Educação;

TCC — Trabalho de conclusão de curso;

TEDs — Transferências Eletrônicas Disponíveis;

TIC — Tecnologia da Informação e Comunicações;

TILS — Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais;

UAB — Universidade Aberta do Brasil;

Ubcs — União Brasileira dos Estudantes Secundaristas;

UGI — Unidade de Gestão da Integridade;

UnED — Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis; e

Unes — União Nacional dos Estudantes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo da institucionalização do IFRJ	30
Figura 2 - Presença do IFRJ no Estado do Rio de Janeiro	31
Figura 3 - Retrato regional e do campus Arraial do Cabo	37
Figura 4 - Retrato regional e do campus Belford Roxo	38
Figura 5 - Retrato regional e do campus Duque de Caxias	40
Figura 6 - Retrato regional e do campus Engenheiro Paulo de Frontin	42
Figura 7 - Retrato regional e do campus Mesquita	44
Figura 8 - Retrato regional e do campus Nilópolis	45
Figura 9 - Retrato regional e do campus Niterói	47
Figura 10 - Retrato regional e do campus Paracambi	48
Figura 11 - Retrato regional e do campus Pinheiral	49
Figura 12 - Retrato regional e do campus Realengo	51
Figura 13 - Retrato regional e do campus Resende	52
Figura 14 - Retrato regional e do campus Rio de Janeiro	53
Figura 15 - Retrato regional e do campus São Gonçalo	54
Figura 16 - Retrato regional e do campus São João de Meriti	55
Figura 17 - Retrato regional e do campus Volta Redonda	57
Figura 18 - Mapa Estratégico do IFRJ 2024-2028	62
Figura 19 - Áreas de abrangência da CGRI	87
Figura 20 - Oferta em Teresópolis do Programa INTERIORIZA IFRJ	92
Figura 21 - Oferta em Paraty do Programa INTERIORIZA IFRJ	92
Figura 22 - Áreas temáticas da PNEU (2012)	109
Figura 23 - Linha do tempo principais ações PROEN	115
Figura 24 - Composição da força de trabalho dos servidores da carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFRJ no ano de 2023	146
Figura 25 - Composição da força de trabalho Temporários do IFRJ no ano de 2023	146

<i>Figura 26 - Titulação Reconhecida - Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico</i>	147
<i>Figura 27 - Reconhecimento de Saberes e Competências - Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico</i>	147
<i>Figura 28 - Composição da força de trabalho dos servidores da carreira Técnico-Administrativo em Educação do IFRJ no ano de 2023</i>	148
<i>Figura 29 - Jornada de trabalho Técnico-Administrativos em Educação</i>	148
<i>Figura 30 - Estrutura Organizacional da DGP</i>	150
<i>Figura 31 - Formação Docente 2017-2023</i>	164
<i>Figura 32 - Formação TAE - 2023</i>	166
<i>Figura 33 - Organograma IFRJ</i>	170
<i>Figura 34 - Moradia Estudantil no IFRJ</i>	190
<i>Figura 35 - Investimento em aquisição e instalação de placas de células fotovoltaicas</i>	242
<i>Figura 36 - Quantitativo de veículos oficiais por campi em 2023</i>	246

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 - Inserção regional dos municípios limítrofes</i>	36
<i>Quadro 2 - Projetos Estratégicos (PJT) do IFRJ - 2024-2028</i>	79
<i>Quadro 3 - Programas institucionais da PROEX</i>	111
<i>Quadro 4 - Cursos de Especialização – Modalidade e Turno das Ofertas</i>	136
<i>Quadro 5 - Programas de Pós-Graduação – Turno das Ofertas</i>	137
<i>Quadro 6 - Oferta de cursos em EAD ou com carga horária a distância – entre 2018 e 2023</i>	140
<i>Quadro 7 - Oferta de cursos em EAD ou com carga horária a distância – entre 2024 e 2028</i>	143
<i>Quadro 8 - Processo Seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Cursos Integrados</i>	156
<i>Quadro 9 - Processo Seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio- Cursos Concomitantes / Subsequentes.</i>	158
<i>Quadro 10 - Processo Seletivo para Ingresso no Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional</i>	159
<i>Quadro 11 - Processo seletivo para Curso FIC</i>	160
<i>Quadro 12 - Espaços físicos das bibliotecas do SiBI/IFRJ</i>	212
<i>Quadro 13 - Panorama de climatização das bibliotecas do SiBI/IFRJ</i>	214
<i>Quadro 14 - Serviços oferecidos pelas bibliotecas do SiBI/IFRJ</i>	216
<i>Quadro 15 - Linha do tempo dos ciclos avaliativos</i>	232
<i>Quadro 16 - Mudanças na legislação sobre as avaliações</i>	233
<i>Quadro 17 - Comparativo entre metas previstas no PDI 2017-2023</i>	249

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entradas dos Cursos de Especialização (<i>lato sensu</i>) 2018-2023	136
Gráfico 2 - Quantitativo de editais 2017-2023	162
Gráfico 3 - Total de Auxílios por Ano	182
Gráfico 4 - Valor de auxílio estudantil descentralizado de 2020 a 2023	186
Gráfico 5 - Comparação entre o número de Alunos Cotistas e o Total de Auxílios Ofertados	188
Gráfico 6 - Comparação entre o Total de Alunos do Ensino Médio e o Total de Auxílios Alimentação Concedidos	188
Gráfico 7 - Mapeamento de melhorias nos campi	262
Gráfico 8 - Percepção das comissões locais sobre as ações de investimento	263
Gráfico 9 - Implementação de estratégias de otimização	264

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Painel de metas e indicadores da perspectiva Resultados para a Sociedade</i>	65
<i>Tabela 2 - Painel de metas e indicadores da perspectiva Processos Internos</i>	68
<i>Tabela 3 - Painel de metas e indicadores da perspectiva Pessoas e Infraestrutura</i>	74
<i>Tabela 4 - Painel de metas e indicadores da perspectiva Orçamento</i>	77
<i>Tabela 5 - Número de grupos de pesquisa que se encontram certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq em 2023</i>	108
<i>Tabela 6 - Curso Técnico de Nível Médio – Concomitante</i>	131
<i>Tabela 7 - Curso Técnico de Nível Médio - Subsequente</i>	131
<i>Tabela 8 - Técnico de Nível Médio – Integrado - Presencial</i>	132
<i>Tabela 9 - Qualificação Profissional – Presencial</i>	132
<i>Tabela 10 - Bacharelado - Presencial</i>	133
<i>Tabela 11 - Licenciatura - Presencial</i>	133
<i>Tabela 12 - Curso Superior de Tecnologia - Presencial</i>	133
<i>Tabela 13 - Cursos de Especialização - Oferta de Vagas - 2024-2028</i>	138
<i>Tabela 14 - Programas de Pós-Graduação - Oferta de Vagas - 2024-2028</i>	139
<i>Tabela 15 - Critérios de seleção docente IFRJ – Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico</i>	154
<i>Tabela 16 - Critérios para seleção TAE</i>	155
<i>Tabela 17 - Critérios para seleção de estagiários</i>	156
<i>Tabela 18 - Quantidade de ingressantes no IFRJ no período de 2017 em 2023.I</i>	161
<i>Tabela 19 - Formação Docente 2023-2028</i>	164
<i>Tabela 20 - Formação TAE 2023-2028</i>	166
<i>Tabela 21 - Total de Auxílios Ofertados por Ano em Cada Campus</i>	181
<i>Tabela 22 - Dotação orçamentária de auxílio estudantil 2020-2023</i>	187
<i>Tabela 23 - Distribuição PIBID e RESPED por curso e campus (2018-2022)</i>	193
<i>Tabela 24 - Fomentos Programa PET (2018-2022)</i>	195
<i>Tabela 25 - Tamanho dos campi</i>	200
<i>Tabela 26 - Dados quantitativos e qualitativos do IFRJ</i>	201

<i>Tabela 27 - Informações gerais sobre as bibliotecas do SiBI/IFRJ</i>	208
<i>Tabela 28 - Acervo das Bibliotecas do SiBI/IFRJ</i>	210
<i>Tabela 29 - Infraestrutura de TI para bibliotecas - Desktop</i>	218
<i>Tabela 30 - Infraestrutura de TI para bibliotecas - Notebook</i>	219
<i>Tabela 31 - Infraestrutura de TI para laboratórios - Desktop</i>	219
<i>Tabela 32 - Infraestrutura de TI para laboratórios - Notebook</i>	220
<i>Tabela 33 - Infraestrutura de TI para setores administrativos - Desktop</i>	220
<i>Tabela 34 - Infraestrutura de TI para setores administrativos - Notebook</i>	221
<i>Tabela 35 - Materiais de uso da CGCom</i>	222
<i>Tabela 36 - Investimento anual em equipamentos</i>	245
<i>Tabela 37 - Matriz Orçamentária - 2018-2023</i>	261
<i>Tabela 38 - Previsão Orçamentária - 2024-2029</i>	261

SUMÁRIO

I PERFIL INSTITUCIONAL.....	29
1.1 Finalidades, características e objetivos do IFRJ.....	33
1.2 Os campi do IFRJ: breve histórico.....	35
1.2.1 Campus Arraial do Cabo	37
1.2.2 Campus Belford Roxo	38
1.2.3 Campus Duque de Caxias.....	40
1.2.4 Campus Engenheiro Paulo de Frontin.....	42
1.2.5 Campus Mesquita.....	44
1.2.6 Campus Nilópolis.....	45
1.2.7 Campus Niterói.....	46
1.2.8 Campus Paracambi.....	48
1.2.9 Campus Pinheiral.....	49
1.2.10 Campus Realengo	50
1.2.11 Campus Resende	51
1.2.12 Campus Rio de Janeiro.....	52
1.2.13 Campus São Gonçalo.....	53
1.2.14 Campus São João de Meriti	55
1.2.15 Campus Volta Redonda.....	57
1.3 Diretrizes institucionais.....	58
1.4 A construção da estratégia do IFRJ.....	59
1.5 Referenciais estratégicos.....	60

1.6 Painel de metas e indicadores.....	63
1.7 Portfólio de projetos estratégicos	78
2 PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO (PPI).....	83
2.1 Áreas de atuação acadêmica.....	84
2.2 Internacionalização e Interiorização.....	87
2.2.1 Internacionalização	87
2.2.1.1 Projetos existentes de internacionalização.....	88
2.2.1.2 Desafios da internacionalização	89
2.2.1.3 Pessoas atendidas pelos projetos desenvolvidos pela internacionalização.....	90
2.2.2 Interiorização	91
2.3 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais.....	93
2.4 Organização didático-pedagógica do IFRJ	96
2.4.1 Da Qualificação Profissional - Formação Inicial e Continuada.....	99
2.4.2 Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	99
2.4.3 Da Graduação.....	100
2.4.4 Da Pós-Graduação.....	102
2.5 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	102
2.6 Políticas de Ensino.....	102
2.7 Políticas de Pós-Graduação e Pesquisa.....	104
2.7.1 Políticas de pesquisa e Inovação	105
2.7.1.1 Programas de Pesquisa e Inovação	106
2.8 Políticas de Extensão	108
2.8.1 Ações de extensão	109

2.8.1.1 Programas e projetos.....	110
2.8.1.2 Cursos e eventos	112
2.8.1.3 Prestação de serviços.....	112
2.8.2 Curricularização da Extensão.....	113
2.9 Política de Educação a Distância	113
2.10 Responsabilidade social da instituição.....	116
2.10.1 Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	116
2.10.1.1 Política de Educação Inclusiva do IFRJ	117
2.10.2 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)	118
2.10.3 Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS)	119
2.11 Arte e Cultura	119
2.11.1 Histórico do processo de trabalho da Política Cultural e do Plano de Cultura do IFRJ.....	121
2.12 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	125
2.13 Política de Gestão	127
3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS.....	130
3.1 Oferta de cursos.....	130
3.1.1 Oferta de cursos desenvolvidos no âmbito da PROEN	130
3.1.2 Plano de ofertas de vagas nos cursos desenvolvidos no âmbito da PROEN – 2024/2028	134
3.1.3 Oferta de cursos desenvolvidos no âmbito da PROPII	135
3.1.4 Plano de ofertas de vagas nos cursos desenvolvidos no âmbito da PROPII – 2024/2028	137
3.2 Cursos EAD	140
4 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	146
4.1 Perfil dos docentes.....	146

4.2 Perfil do corpo técnico-administrativo	148
4.3 Dados das experiências não acadêmicas dos docentes	149
4.4 Gestão e Valorização de Pessoas.....	150
4.4.1 Estrutura organizacional da DGP	150
4.5 Acesso, Concursos e Processos Seletivos.....	150
4.5.1 Plano de carreira.....	152
4.5.1.1 Docentes (EBTT)	152
4.5.1.2 Técnico-administrativo em educação (TAE)	153
4.6 Concurso para servidores.....	153
4.6.1 Docentes do quadro permanente.....	153
4.6.2 Técnico-Administrativos em Educação do Quadro Permanente de Pessoal (TAE)	154
4.7 Processos seletivos.....	155
4.7.1 Contratação de estagiários	155
4.7.2 Editais de estudantes	156
4.7.2.1 Processo seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Cursos Integrados	156
4.7.2.2 Processo seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Cursos Concomitantes/Subsequentes	158
4.7.2.3 Processo seletivo para ingresso no Cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional.....	159
4.7.2.4 Processo seletivo para Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	160
4.7.3 Quantitativo de estudantes ingressantes por ano (2017-2023).....	161
4.7.4 Quantitativo de editais por ano (2017-2023).....	162
4.8 Plano de expansão dos quadros docente e técnico-administrativo	162
4.9 Elevação da titulação dos servidores do IFRJ	163
4.9.1 Carreira docente.....	163

4.9.2 Carreira técnico administrativa	165
4.9.3 Planejamento para o alcance das metas.....	166
4.10 Plano de capacitação	167
4.10.1 Qualidade de vida para os servidores.....	167
4.10.2 Capacitação dos servidores	168
5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO IFRJ	170
5.1 Órgãos colegiados	171
5.1.1 Conselho Superior.....	171
5.1.2 Colégio de Dirigentes	171
5.2 Órgãos executivos.....	171
5.2.1 Gabinete do Reitor.....	171
5.2.2 Pró-reitorias	172
5.2.3 Diretorias sistêmicas	172
5.2.4 Campi.....	172
5.3 Órgãos de apoio e de assessoramento.....	173
5.3.1 Procuradoria Federal	173
5.3.2 Ouvidoria	173
5.3.3 Unidade Gestora de Integridade	173
5.3.4 Assessoria Especial de Integração Sistêmica.....	173
5.3.5 Núcleo de Implementação de Atividades Correcionais	174
5.4 Comitês e Comissões	174
5.4.1 Comitê de Ética	174
5.4.2 Comissão Interna de Saúde do Servidor Público	174

5.4.3 Comissão Permanente de Pessoal Docente.....	175
5.4.4 Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controle	175
5.4.5 Comissão de Heteroidentificação.....	175
5.4.6 Comissão Própria de Avaliação	175
5.4.7 Comitê de Governança Digital	176
5.4.8 Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnico-administrativos em Educação	176
5.4.9 Demais colegiados e conselhos	176
6 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	179
6.1 Formas de acesso	179
6.2 Política de assistência estudantil	179
6.2.1 Política de permanência estudantil.....	181
6.2.1.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Permanência Estudantil	182
6.2.2 Programas e ações de permanência estudantil	184
6.2.2.1 Auxílio financeiro	184
6.2.2.2 Programa de restaurantes estudantis.....	189
6.2.2.3 Programa Passe Livre Estudantil.....	189
6.2.2.4 Moradia estudantil.....	190
6.2.3 Os editais de acesso	191
6.2.4 Espaço dos grêmios e centros acadêmicos e espaços de convivência.....	191
6.2.5 Metas da assistência estudantil.....	192
6.3 Programas e projetos e fomento e apoio à graduação	192
6.3.1 PIBID e RESPED	193
6.3.2 Programa PET	195

6.4 Acompanhamento de egressos.....	196
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA	200
7.1 Cronograma de expansão da infraestrutura	204
7.2 Biblioteca	207
7.2.1 Acervo físico das bibliotecas	209
7.2.2 Acervo virtual das bibliotecas	211
7.2.3 Repositório Institucional	211
7.2.4 Espaços físicos das bibliotecas e climatização	212
7.2.5 Serviços oferecidos.....	215
7.3 Laboratórios	217
7.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual	217
7.4.1 Tecnologia da Informação.....	217
7.4.2 Comunicação Social.....	221
7.4.2.1 Assessoria de Comunicação dos <i>Campi</i> (AsCom)	224
7.4.2.2 Ações estratégicas para a reitoria e os <i>campi</i>	224
7.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com necessidades específicas.....	226
8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	231
8.1 Avaliação Institucional.....	231
8.2 A autoavaliação institucional	232
8.2.1 Etapas da autoavaliação institucional.....	233
8.3 Relatório de autoavaliação institucional.....	234
8.3.1 Metodologia.....	236
9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	239

9.1 Planejamento e Administração	239
9.2 Resultados obtidos (PDI 2017-2023)	241
9.3 Demonstração da sustentabilidade financeira	252
9.3.1 Matriz orçamentária	252
9.3.2 Matriz interna.....	254
9.3.3 Sustentabilidade econômico-financeira.....	256
9.3.4 Estratégia de gestão econômico-financeira.....	257
9.3.5 Plano de investimentos	259
9.3.6 Previsão orçamentária e cronograma de execução.....	260
REFERÊNCIAS.....	265

1. PERFIL INSTITUCIONAL



I PERFIL INSTITUCIONAL

O IFRJ tem como marco inicial da sua história o Curso Técnico de Química Industrial (CTQI), fato que ocorreu na década de **1940** e desde então têm como missão a formação de cidadãos críticos e profissionais de qualidade ímpar. Com foco inicial na área de química industrial, o primeiro curso foi realizado nas dependências da antiga Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em **1946**, foi transferido para a Escola Técnica Nacional (ETN), atual Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), permanecendo neste local por aproximadamente 39 anos. Em **1959**, através da Lei nº 3.552, o CTQI é transformado em Escola Técnica de Química (ETQ), adquirindo, assim, a condição de autarquia educacional. Entre os anos **1965** e **2008**, o CTQI passou por diversas transformações em relação à sua nomenclatura, tais como:

1965 - Escola Técnica Federal de Química da Guanabara – ETFQ-GB;

1974 - Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro – ETFQ-RJ;

1994 - Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis - UnED; e

1999 - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis – CEFET Química.

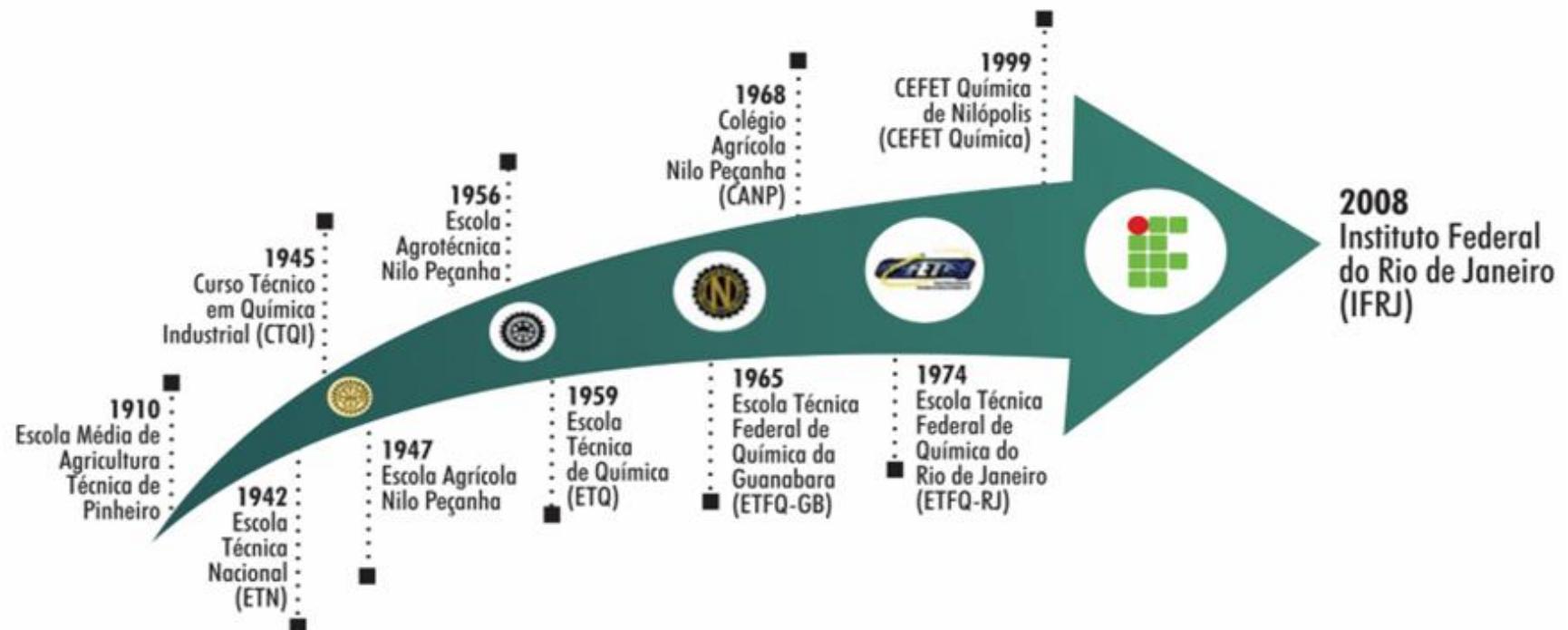
Com a promulgação da [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), o atual CEFET Química de Nilópolis foi transformado em IFRJ, o que deu início a um novo momento para a formação de profissionais do setor de química.

Neste dispositivo são instituídos os *campi*: Nilópolis, Rio de Janeiro, Pinheiral, Paracambi, Duque de Caxias, Volta Redonda, Realengo e São Gonçalo, conforme a Portaria nº 04 de 06 de janeiro de **2009**. A lei ainda vincula o Colégio Agrícola Nilo Peçanha (até então subordinado à UFF), criado em **1910**, ao IFRJ, passando a ser denominado *Campus Nilo Peçanha – Pinheiral*.

Cabe fazer um parêntese sobre a história do *Campus Pinheiral* que é uma história centenária e que teve início no dia 21 de outubro de 1909 com a instalação da Escola Técnica anexa ao Posto Zootécnico de Pinheiro. Em **1910**, o Ministério da Agricultura transforma a Escola Técnica em Escola Média de Agricultura e Veterinária de Pinheiro. Posteriormente, foi transformada em Patronato Agrícola e em **1947** em Escola Agrícola Nilo Peçanha.

A Figura I, a seguir, demonstra a evolução das instituições que deram origem ao IFRJ ao longo dos anos, confirmando o compromisso secular com a formação técnica, tecnológica e profissional no Estado do Rio de Janeiro.

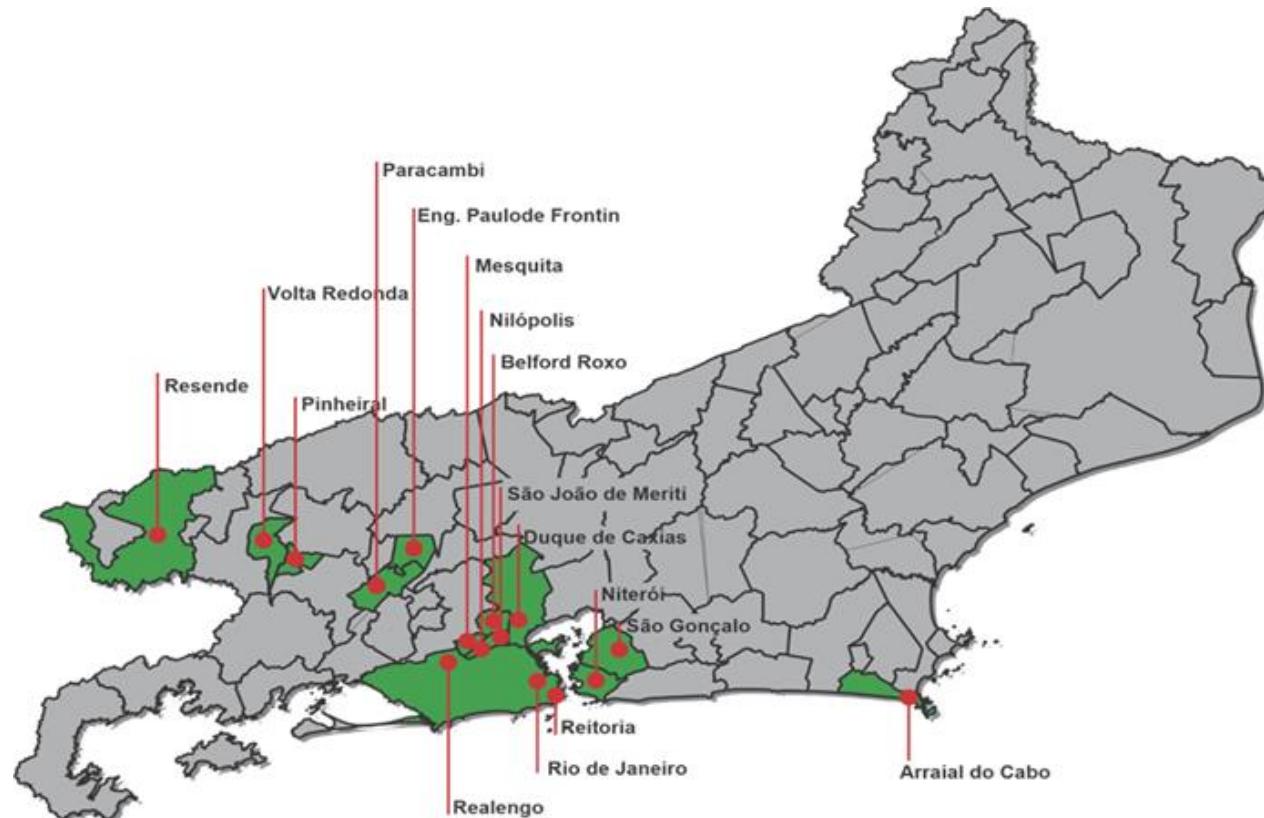
Figura I - Linha do tempo da institucionalização do IFRJ



Fonte: IFRJ (2017)

Atualmente o IFRJ é constituído pela Reitoria e por 15 *campi*, localizados em municípios das regiões Metropolitana, Sul Fluminense, Baixada Fluminense e Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrado na Figura 2, a seguir.

Figura 2 - Presença do IFRJ no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IFRJ (2023)

Dando prosseguimento à busca pelo projeto de interiorização e ampliação da capilaridade e presença institucional no Estado do Rio de Janeiro, o IFRJ adere, em **2011**, à Fase III do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Governo Federal.

Esta fase, iniciada em **2011** “[...] estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até **2014**, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população” (SETEC, [2023]).

No escopo desta fase constam a implantação dos *campi* Belford Roxo, Cidade de Deus/Parque Olímpico, Complexo do Alemão, Mesquita, Niterói, Resende e São João do Meriti. Com o avanço do processo de implantação da maioria dos *campi*, neste ano (**2023**), o IFRJ retoma o projeto da fase III para a criação dos *campi* Complexo do Alemão e Cidade de Deus do IFRJ.

Já com local designado à sua instalação, o *campus* Complexo do Alemão terá suas instalações localizadas no terreno da antiga

fábrica de plásticos (Avenida Itaoca, 1776), um dos acessos ao conjunto de Favelas do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Para além das unidades de **2008**, anteriormente citadas, e as unidades inseridas na fase III do Plano de Expansão, em **2013**, as unidades Arraial do Cabo e Engenheiro Paulo de Frontin tornam-se *campi* do IFRJ.

A transformação das unidades educacionais em IFRJ, a partir de **2008**, possibilitou o oferecimento de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, com especialização de ordem profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos com as suas respectivas práticas pedagógicas. Com tal transformação, foi possível atuar em diferentes níveis e modalidades de ensino, com cursos em todos os eixos tecnológicos, de modo que em **2022** registrou-se um índice de verticalização de 8,63¹.

No que tange à Pesquisa, foram registrados, em **2023**, um total de 139² grupos especializados em todas as áreas de conhecimento do CNPq, na área de inovação e produtividade industrial. Destes, 50 dispõem de registro ativo (patente, marca e software).

¹ Dados obtidos na PNP.

² Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

A Extensão atua na diversidade, na inclusão e na integração com a sociedade, estabelecendo parcerias com segmentos e organizações nas áreas de arte, cultura e esporte.

Além do tripé pesquisa, ensino e extensão, o IFRJ tem direcionado esforços à ampliação da presença institucional nas microrregiões do Estado do Rio de Janeiro. O processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT) tem a finalidade de democratizar a sua oferta no Brasil, ampliando as oportunidades de inserção socioprodutiva de jovens e adultos trabalhadores.

Esse processo de interiorização ocorre mediante uma política sistêmica, com recursos orçamentários próprios, oportunizada por uma parceria PROEN-PROAAD, com o objetivo de oferecer cursos de qualificação profissional, prioritariamente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente essa política de interiorização encontra-se consolidada no município de Teresópolis, em implantação no município de Paraty e em fase de estudos de implantação nos municípios de Japeri e São Pedro D'Aldeia.

Com a configuração atual, atendem-se os objetivos dos Institutos Federais e, ademais, o objetivo de proporcionar, dentro da comunidade, uma formação crítica e qualificada em educação

profissional, científica, tecnológica e cultural para todos os estudantes.

I.I Finalidades, características e objetivos do IFRJ

O IFRJ é uma instituição federal de ensino público e gratuito, na forma de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O IFRJ possui estrutura *multicampi* e pluricurricular, atuando em diversas áreas do Estado do Rio de Janeiro e se propõe a fornecer ensino humanizado, crítico e cidadão, por meio da oferta de cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente ao Ensino Médio), superiores (de graduação e pós-graduação) e de extensão.

O IFRJ possui finalidades, características e objetivos instituídos de acordo com os artigos 6 e 7 da sua lei de sua criação, a [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), que são apresentados a seguir.

Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo

capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Os Institutos Federais têm por objetivos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.2 Os campi do IFRJ: breve histórico

O IFRJ possui 15 campi distribuídos entre as regiões metropolitana, baixada fluminense, região sul fluminense e região dos lagos. A seguir, são apresentados breves relatos da história de cada campi com informações das cidades em que estão inseridos.

Como fontes confiáveis de informação, foram utilizados os dados da [Plataforma Nilo Peçanha \(PNP\)](#) para quantitativo de matrículas (ano base 2022) e a base do [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#) para coleta de dados sobre os habitantes, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e sobre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. O ano base dos dados de Habitantes foi **2022**, o do IDHM foi **2010** e o do PIB foi **2021**, os mais atualizados possíveis até o presente momento. Para o quantitativo de servidores foi realizada consulta ao [Observatório do IFRJ](#). Já no Quadro I é apresentado o panorama dos municípios limítrofes com foco no impacto da inserção regional do IFRJ, tendo

em vista que, quando um município aumenta sua oferta educacional, essa ação também impacta o município limítrofe com a possibilidade de acesso aos recursos educacionais pela comunidade, beneficiando

a população e direcionando o desenvolvimento econômico-social, bem como aumenta a possibilidade de colaboração e parcerias.

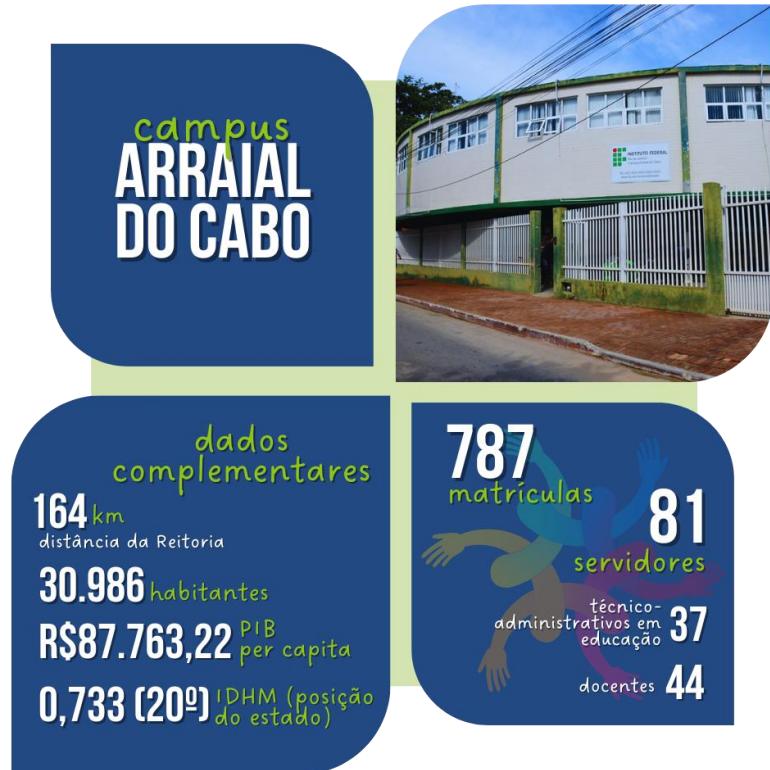
Quadro I - Inserção regional dos municípios limítrofes

CAMPI DO IFRJ	MUNICÍPIOS LIMITROFES
Arraial do Cabo	Araruama, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema.
Belford Roxo	Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias.
Duque de Caxias	Belford Roxo, Rio de Janeiro, Magé, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Petrópolis e São João de Meriti.
Engenheiro Paulo de Frontin	Mendes, Miguel Pereira, Paracambi e Vassouras.
Mesquita	Belford Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Rio de Janeiro.
Nilópolis	Mesquita, São João de Meriti e Rio de Janeiro.
Niterói	São Gonçalo, Maricá e Rio de Janeiro.
Paracambi	Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Mendes, Miguel Pereira, Seropédica e Piraí.
Pinheiral	Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí.
Realengo	Duque de Caxias, Itaguaí, Seropédica, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu e São João de Meriti.
Resende	Arapeí (SP), Areias (SP), Bananal (SP), Barra Mansa, Bocaina de Minas (MG), Itamonte (MG), Itanhandu (MG), Itatiaia, Passa Quatro (MG), Passa Vinte (MG), Porto Real, Quatis, Queluz (SP) e São José do Barreiro (SP).
Rio de Janeiro	Duque de Caxias, Itaguaí, Seropédica, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu e São João de Meriti.
São Gonçalo	Niterói, Maricá e Itaboraí.
São João de Meriti	Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis e Rio de Janeiro.
Volta Redonda	Barra do Piraí, Barra Mansa, Pinheiral, Piraí e Rio Claro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

1.2.1 Campus Arraial do Cabo

Figura 3 - Retrato regional e do campus Arraial do Cabo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Em dezembro de 2005 são iniciadas as atividades do campus no município de Arraial do Cabo, nessa época ainda como núcleo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (CEFETEQ).

Em 2006, ofertou-se o Curso Técnico em Logística Ambiental, na modalidade concomitante/subsequente, em um espaço cedido no Colégio Municipal Francisco Porto de Aguiar, tendo a sua primeira turma formada em 2007.

Com o advento da [Lei Federal nº 11.892/2008](#), o campus Arraial do Cabo transferiu-se para as dependências da Escola Municipal João Torres. Em 2010, já com o status de campus Avançado, passou a ocupar as dependências da Escola Municipal Yone Nogueira, na Rua José Pinto de Macedo, s/nº, Prainha, seu atual endereço, mediante cessão do espaço feita pela prefeitura local. A meta era a criação de cursos técnicos integrados.

Em 2013, o IFRJ de Arraial do Cabo ganhou o status pleno de campus e, a partir de 2017, de unidade gestora, possuindo um quadro de servidores técnico-administrativos e educacionais qualificados que dão suporte à gestão. Seguindo os preceitos da Instituição, o campus se dedica a cumprir a missão institucional dos Institutos Federais: Ensino, Pesquisa e Extensão. Sua equipe de ensino é composta por mestres e doutores, oferecendo educação de qualidade à população da Região dos Lagos. Em termos de pesquisa, destacam-se os programas de bolsas e fomentos à iniciação científica.

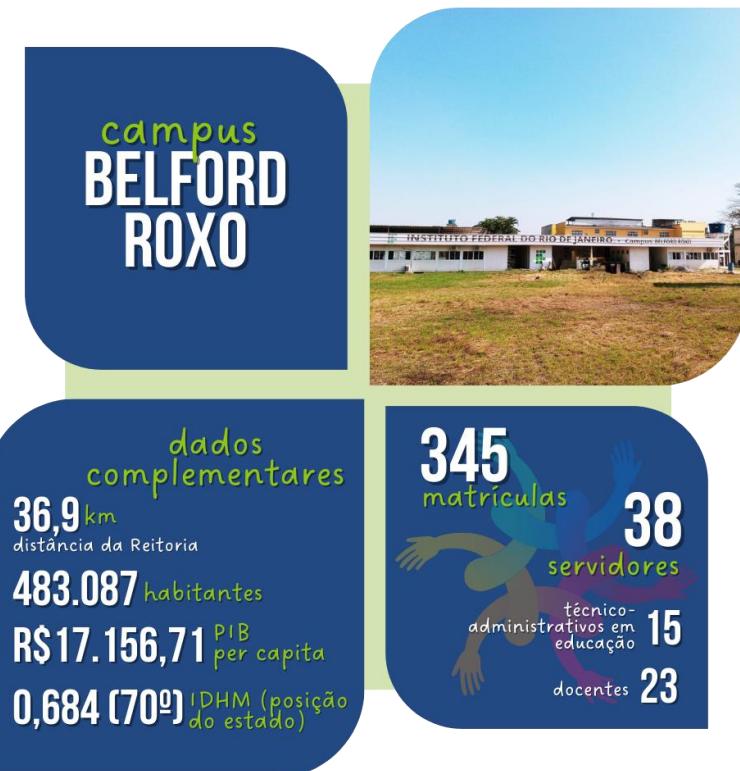
O Campus possui diversos laboratórios e conta também com uma Biblioteca, que recebeu o nome, por meio de concurso, do ilustre memorialista cabista Reinaldo Martins Fialho. Priorizam-se, igualmente, a cultura e a extensão, por meio de iniciativas tais como Semana Acadêmica, IFRJ de Portas Abertas, Curso de Libras, Conversação em Língua Inglesa e o Grupo de Teatro Vida Viva.

1.2.2 Campus Belford Roxo

A criação do campus Belford Roxo do IFRJ é fruto da Fase III de Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e se deu por meio de Decreto Presidencial, em agosto de 2011. Destina-se a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de trabalhadores, Extensão, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Superior, Pesquisa e Pós-graduação.

Os diálogos entre o IFRJ e a Prefeitura Municipal de Belford Roxo para implantação do campus tiveram início no ano de 2011. Contudo, a doação do terreno aconteceu em 2013, por meio das Leis Municipais nº 1.477 de agosto de 2013 e nº 1.520 de setembro de 2014.

Figura 4 - Retrato regional e do campus Belford Roxo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Ressalta-se que o IFRJ deu início às atividades acadêmicas no município de Belford Roxo, em dezembro de 2014, por meio da abertura de duas turmas de cursos de FIC de Assistente de Produção Cultural, no âmbito do PRONATEC. E já no mês de março de 2015

são iniciadas as obras de cercamento do terreno e colocação da identidade visual.

Por meio da Portaria nº 47 de 03 de março de 2015 do IFRJ, foi instalada a Comissão de Elaboração do Plano de Implantação do *campus*. Composta por 10 membros das diferentes Pró-Reitorias, da Prefeitura Municipal de Belford Roxo e da Sociedade Civil Organizada, a referida Comissão teve como objetivo a apresentação da proposta de implantação do *campus*, inclusive com a indicação dos cursos que seriam ofertados.

No que diz respeito à metodologia utilizada para a definição da área de atuação do *campus*, ressalta-se o trabalho colaborativo, envolvendo a comunidade interna do IFRJ, municípios e autoridades de Belford Roxo, associações e especialistas. A partir do trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão de Elaboração do Plano de Implantação do *campus*, que incluiu diálogos com representantes do poder público municipal e da sociedade civil, tornou-se possível identificar, em parte, as demandas e expectativas das autoridades e dos municípios. Levando em consideração o trabalho da comissão, bem como a existência do Arranjo Produtivo Local (APL) calçadista existente no município, propôs-se que o *campus* Belford Roxo fosse destinado à área da Economia Criativa, com oferta de cursos nos eixos tecnológicos de Produção Industrial, Produção Cultural e

Design, Gestão e Negócios e Apoio Escolar. A ideia é priorizar o segmento produtivo do design, da moda, do vestuário, de calçados e, também, a formação de docentes. Os cursos serão elaborados nas modalidades presencial e a distância (EaD).

Em 1º de abril de 2016, aconteceu a solenidade que marcou o início das turmas de cursos FIC em Auxiliar de Recursos Humanos, Auxiliar de Arquivo e Auxiliar Administrativo, no âmbito do PRONATEC Mulheres Mil e o curso de Auxiliar Administrativo no âmbito do PRONATEC. O evento marcou, também, o início das atividades do *campus* provisório que recebeu seus primeiros servidores em 2016. No início do segundo semestre, foram iniciados os primeiros cursos FIC elaborados e oferecidos por servidores concursados para o *campus* Belford Roxo, a saber: FIC em Empreendedorismo e Gestão de Negócios, FIC em Desenvolvimento de Produto Têxtil e de Moda e FIC em Ecodesign de Acessórios de Moda. Além das atividades de ensino, ainda no segundo semestre de 2016 iniciaram uma série de ações extensionistas e projetos de pesquisa relacionados aos eixos tecnológicos do *campus*.

Em dezembro de 2016 foi realizada a inauguração das primeiras instalações do *campus* Belford Roxo, juntamente com a formatura dos alunos dos primeiros cursos FIC oferecidos na

instituição. Neste mesmo mês as atividades acadêmicas e administrativas passaram a acontecer no espaço do novo campus.

No segundo semestre de 2017 foram aprovados os primeiros cursos técnicos do campus: Curso Técnico em Produção de Moda e Curso Técnico em Artesanato. Atualmente o campus oferece o Curso Técnico Concomitante em Produção de Moda, o Curso Técnico Concomitante em Artesanato, o Curso Técnico Subsequente em Administração e cursos de Formação Inicial e Continuada relacionados à Designer e Produção e a Gestão e Negócios.

1.2.3 Campus Duque de Caxias

Segundo o IBGE, ano base 2022, a cidade de Duque de Caxias possui registrada uma população de 808.152 pessoas, em que somente 17,2% está dentro da população com ocupação e que 37,8% da população ocupada vive com até meio salário-mínimo.

Economicamente, o município de Duque de Caxias apresentou um grande crescimento nos últimos anos, sendo a indústria e o comércio as principais atividades. Há cerca de 809 indústrias e 10.000 estabelecimentos comerciais instalados no município.

Figura 5 - Retrato regional e do campus Duque de Caxias



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Dados do IBGE de 2019 mostram que o município de Duque de Caxias encontra-se em 19º maior PIB no ranking nacional e o segundo maior do estado do Rio de Janeiro, com um total de 35,1

bilhões de reais. A cidade ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do estado, perdendo somente para a capital. No município, está localizada uma das maiores refinarias da Petrobras e possui, ainda, um polo gás-químico e a usina termelétrica Governador Leonel Brizola, a maior termelétrica do Brasil a gás natural, com capacidade de alimentar uma cidade.

Os principais segmentos industriais são: químico, petroquímico, metalúrgico, gás, plástico, mobiliário, têxtil e vestuário. E o maior parque industrial do estado do Rio de Janeiro fica no município, possuindo empresas como Texaco, Shell, Esso, Petróleo Ipiranga, White Martins, IBF, Transportes Carvalhão, Sadia S. A., Marcopolo, entre outras. O segmento está mais concentrado nos setores de química e petroquímica, estimulados pela presença da Refinaria de Duque de Caxias. No cadastro industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias ocupa a segunda posição em número de empregados no Rio de Janeiro e a terceira em número de estabelecimentos.

Segundo dados do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias possui 178 escolas municipais, 2 escolas federais, 88 escolas estaduais, sendo uma delas técnica e 128

escolas particulares. A taxa de alfabetização de pessoas residentes no município com 10 anos de idade ou mais está em torno de 92,40%.

Em 2006, o *campus* Duque de Caxias iniciou suas atividades no município de Duque de Caxias, localizado na Baixada Fluminense, uma região conhecida em razão de suas dificuldades econômicas, sociais e de infraestrutura. É importante destacar que mesmo sendo o segundo município em arrecadação de impostos do estado, a distribuição de renda é muito desigual.

Com a diversidade do arranjo produtivo local do município de duque de Caxias, o *campus* Duque de Caxias do IFRJ pode e vem contribuindo para a formação de um cidadão crítico e transformador, que possa atuar junto a sua comunidade e principalmente fazendo com que se insiram no mundo do trabalho ocupando cargo que exija qualificação.

A nossa proposta é fazer com que os munícipes ao término dos cursos ofertados pelo IFRJ possam ocupar as vagas de emprego ditas com qualificação profissional.

Atualmente este *campus* oferece os seguintes cursos técnicos de nível médio, Técnico em Química (modalidade Integrada), Técnico em Petróleo e Gás (modalidade Integrada e Concomitante/Subsequente), Técnico em Plásticos (modalidade Integrada e Concomitante/ Subsequente), Técnico em Segurança do Trabalho

(modalidade Concomitante/ Subsequente), Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (Modalidade EJA – Ensino Médio), Licenciatura em Química e Pós-Graduação em Educação Física Escolar.

1.2.4 Campus Engenheiro Paulo de Frontin

O campus Engenheiro Paulo de Frontin é o único localizado na região centro-sul fluminense, na Serra do Mar, no Vale dos Games, no município de Engenheiro Paulo de Frontin, mais precisamente no 2º distrito em Sacra Família do Tinguá.

O campus é conhecido por sua relevância na área de Jogos Digitais, Multimídia e Tecnologia da Informação, tendo sido oficialmente inaugurado em **2010**. Com a publicação da Portaria de Autorização de Funcionamento nº 290 no Diário Oficial da União (DOU), pelo então Reitor, em 30/03/2010, é formalmente permitido o funcionamento do campus, ainda como campus avançado subordinado à Reitoria. O campus deixou de ter o status avançado em **2013** com a publicação da Portaria de Autorização de Funcionamento nº 330 também DOU.

Figura 6 - Retrato regional e do *campus* Engenheiro Paulo de Frontin



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Em **2010** é iniciada a oferta de cursos FIC no *campus* com cursos de camareiras e garçons pela Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede CERTIFIC), além da chegada dos primeiros servidores por concurso público.

De **2011** até **2023** diversas ações podem ser apontadas: criação de laboratórios, de auditórios e da Biblioteca Rodolfo Fuchs. Também foram realizadas ações de melhorias no *campus* e a articulação com o município ensejando a operação de linhas que incluem o *campus* na sua rota, o que facilitou o acesso da população, além da publicação da lei que institui o passe livre estudantil municipal em **2017**.

Diversos cursos FIC foram ofertados, alguns em parceria com o Programa Mulheres Mil, e outros como o FIC em Operador de Computador, o FIC em Montador e Reparador de Computadores, o FIC em Auxiliar Administrativo e o FIC em Repcionista em Meios de Hospedagem em parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A aprovação da [Lei Municipal nº 1.122/2013](#), que provê benefícios fiscais a empresas de tecnologia de informação, comunicação, *call center* e jogos digitais na cidade de Engenheiro Paulo de Frontin também foi uma ação importante que impactou a história do *campus*. Em **2017**, foi aprovado pelo Conselho Superior, por meio da [Resolução nº 04 de 06 de março de 2017](#), o Regimento Interno da Incubadora de Jogos Digitais, Empreendimentos e Economia Criativa de Engenheiro Paulo de Frontin e o Núcleo de Produção Digital (NPD) [Silício Fluminense](#).

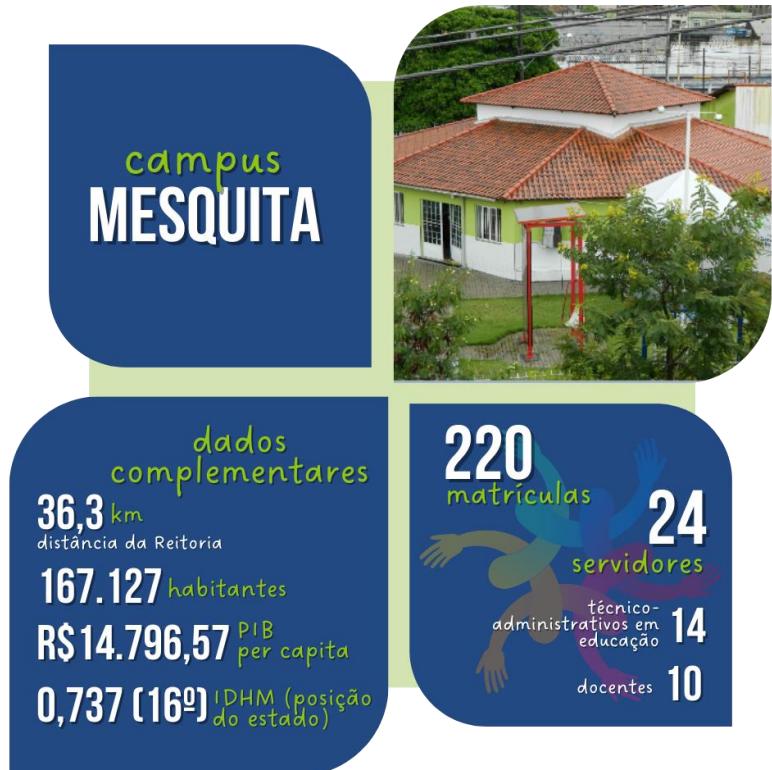
O *campus* deixa de ofertar o Curso Técnico Integrado em Informática para *Internet* na modalidade Concomitante e Subsequente e passa a ofertar exclusivamente como Integrado ao Ensino Médio em **2018**, inicia ainda a oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* em Gestão de Projetos e Negócios de Tecnologia da Informação (TI) no mesmo ano, e, em **2020**, o Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Realiza ainda outras atividades relativas ao ensino, pesquisa e inovação.

O *campus* também desempenha ações voltadas à extensão participando e apoiando eventos relevantes do cenário como Global Game Jam, Game Fan Show, Rock in Rio e a Mostra de Jogos Digitais do #NovembreNumériqueBrasil em parceria com o Consulado Geral da França. Além da inauguração do [Cineclube Manuel Congo](#).

O MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), reconheceu Jogos Digitais como “Bom”, recebendo um conceito final 3 (em uma escala que vai até 5).

1.2.5 Campus Mesquita

Figura 7 - Retrato regional e do campus Mesquita



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O município de Mesquita se localiza em uma região que pertencia à Nova Iguaçu, e que foi, posteriormente, subdividida em

cinco distritos. Por volta de 1700, funcionava um engenho na região da descida da serra da Cachoeira, cujo proprietário era o Capitão Manoel Correa Vasques. Após diferentes donos, as terras do engenho foram para Jerônimo José de Mesquita, o primeiro Barão de Mesquita. Ao redor deste engenho, cresceu um arraial. Com a expansão das linhas de ferro, foram sendo construídas estações, em que uma delas se localizava no centro do antigo arraial da Cachoeira, que, posteriormente, passou a se chamar Jerônimo de Mesquita, e depois, somente Mesquita.

Por muitos anos, a economia da localidade era baseada nas plantações de laranja que, a partir de 1940, começaram a entrar em decadência, fazendo com que muitas chácaras fossem loteadas e vendidas. Com a atração de moradores, a população já havia triplicado em 1950. Nesta época, foram implantadas fábricas que impulsionavam a economia da região. Com a edição da Lei Estadual nº 3.253, de 25 de setembro de 1999, Mesquita foi desmembrada de Nova Iguaçu e instalada em 1º de janeiro de 2001.

Com a expansão das linhas de ferro, foram sendo construídas estações, em que uma delas se localizava no centro do antigo arraial da Cachoeira, que, posteriormente, passou a se chamar Jerônimo de Mesquita, e depois, somente Mesquita.

O Campus Avançado Mesquita está localizado na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro em que se concentra uma grande população com altas demandas no campo socioeducacional. A partir das ações de programas temáticos e programas de apoio à gestão, alicerçados nos documentos institucionais, buscamos realizar os objetivos contidos no: PPI, PDI, Acordo de Metas e PEI do IFRJ, e assim desenvolver suas ações aportadas na valorização das potencialidades e especificidades regionais, com vistas à ampliação do acesso da população ao conhecimento científico e tecnológico.

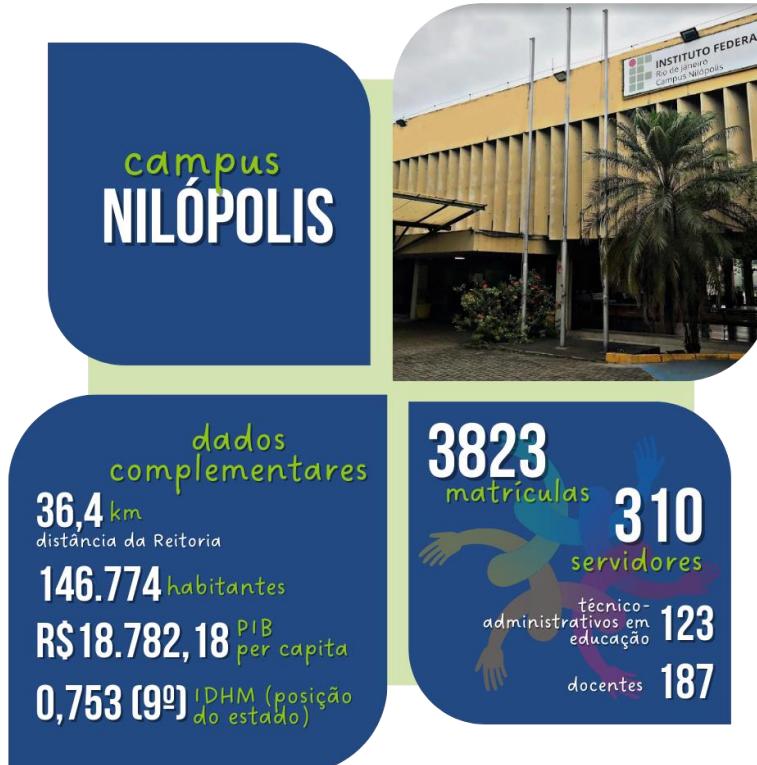
O Campus Mesquita tem como vocação a divulgação científica, portanto se configura em um museu de ciências do Instituto Federal do Rio de Janeiro, o Espaço Ciência Interativa (ECI), responsável pela divulgação científica e institucional junto à sociedade.

1.2.6 Campus Nilópolis

A história do campus Nilópolis remonta à década de 1940, com o Decreto-Lei nº 4.127, que cria a Escola Técnica de Química. É, no entanto, apenas na década de 1990 que a ETFQ-RJ foi ampliada, havendo a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis

(UnED) e a instalação dos cursos Técnico em Química e Técnico em Saneamento.

Figura 8 - Retrato regional e do campus Nilópolis



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Em 1999 a ETFQ-RJ foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQ), tendo

suas finalidades ampliadas e mudança de sede para o município de Nilópolis, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Educação Superior, por seu turno, se iniciou no *campus* Nilópolis, em **2003**, com o Curso Superior em Tecnologia em Produção Cultural. No ano seguinte, foram autorizados novos cursos para a unidade Nilópolis, então sede da instituição: Tecnologia em Química dos Produtos Naturais (em extinção), Licenciatura em Física e Licenciatura em Química.

Em 29 de dezembro de **2008**, o CEFETQ, através da [Lei nº 11.892](#), é transformado em IFRJ. Neste ato de transformação foi incorporado o Colégio Agrícola Nilo Peçanha, então vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF), passando a ser o *campus* Nilo Peçanha – Pinheiral.

Nessa perspectiva, o *campus* Nilópolis oferece quatro cursos técnicos de nível médio, dentre eles o de Manutenção e Suporte de Informática, ofertado na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Possui ainda seis cursos de graduação (três licenciaturas, dois bacharelados e um tecnólogo), e oito cursos de Pós-graduação (dois *stricto sensu* e seis *lato sensu*). Dentre suas diversas frentes de ação, nos últimos anos, o *campus* enviou, com recursos próprios, dezenas de alunos para o exterior para desenvolver projetos de pesquisas em suas áreas de estudo. Ademais, oportunizou aos seus

estudantes de graduação a participação na mobilidade acadêmica internacional, através de um convênio com o Instituto Politécnico de Bragança.

Desempenha, outrossim, função estratégica na comunidade do entorno, oferecendo atividades abertas ao público externo através de projetos de extensão e de eventos acadêmicos e científicos.

1.2.7 Campus Niterói

O *Campus Niterói* integra a Fase III do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo anunciado em **2011**.

As atividades do *campus* foram iniciadas no dia 27 de julho de **2016**, com a aula inaugural dos cursos de FIC, no Teatro Popular Oscar Niemeyer, em Niterói. Nesse mesmo local foi assinado o Protocolo de Intenção de Cessão de Espaço, concedendo o uso de uma das construções situadas no Caminho Niemeyer para o funcionamento provisório do *campus*.

Em **2017** foram abertas as primeiras turmas do Ensino Médio Técnico, na forma articulada Concomitante/Subsequente. Em **2019**,

iniciou-se, também, a oferta de cursos profissionais técnicos de Nível Médio, na forma articulada integrada e pós-graduações *lato sensu*.

Figura 9 - Retrato regional e do campus Niterói



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Neste mesmo ano o *campus* foi sediado, em definitivo, no bairro do Sapê, em terreno com área aproximada de 25.000 m², doado pelo executivo municipal.

Em **2023** foi implementado o curso de FIC em Assistente Administrativo Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), iniciando a oferta dessa forma de ensino no *campus*. A escolha desta modalidade foi baseada em uma série de pesquisas realizadas, norteando a definição dos eixos tecnológicos e as futuras escolhas dos cursos a serem ofertados, bem como na histórica demanda dessa modalidade de ensino.

Consoante com a Visão do IFRJ, o *campus* Niterói atua no sentido de consolidação como instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica, integrando as ações de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na disseminação da cultura inovadora e em consonância com as demandas da sociedade. No que respeita à educação na perspectiva da inclusão e promove uma educação plural que respeita a diversidade.

1.2.8 Campus Paracambi

Para relatar a história do *campus* Paracambi, é relevante salientar brevemente a história do município e a instalação desta escola no espaço físico da Companhia Têxtil Brasil Industrial, desativada em meados da década de 90.

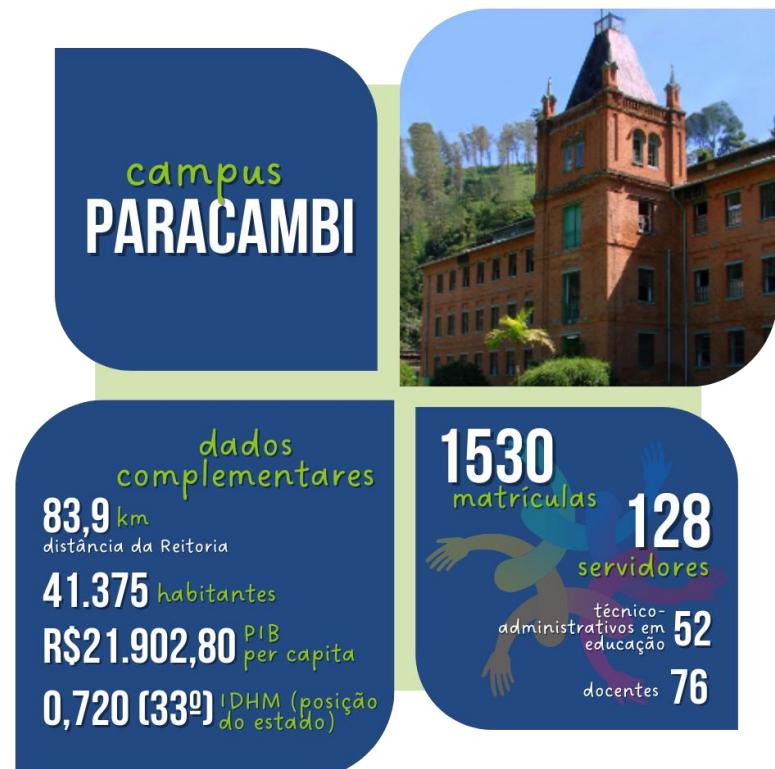
A cidade de Paracambi, localizada na área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, próxima a um entroncamento de grandes rodovias de acesso à região serrana e à região industrial do sudeste do país, vem se mantendo pequena, com aspectos rurais.

O *Campus* Paracambi foi criado através da Lei nº 11.892, no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por transformação do antigo CEFETEQ de Nilópolis e está localizado na Antiga Fábrica Brasil Industrial, região metropolitana do Rio de Janeiro, turisticamente faz parte do Vale do Café e compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, existente em todo o Brasil.

Focado na tríade do Ensino, Pesquisa e Extensão, o *campus* oferece educação profissional técnica de nível médio por meio diversos cursos como Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, bem como no nível de graduação por meio dos cursos de Bacharel em Engenharia Mecânica e Licenciatura em Matemática;

já no nível da Pós-graduação, oferta a Especialização em Educação e Diversidade. Todos os cursos de forma gratuita e articulados a projetos de pesquisa e extensão. Podendo ainda oferecer cursos na forma de programas de FIC.

Figura 10 - Retrato regional e do *campus* Paracambi



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

1.2.9 Campus Pinheiral

O Campus Pinheiral foi implantado em uma fazenda construída em 1851 que pertencia a uma família de grandes produtores de café. Em 1870, com a chegada da ferrovia, surgiu a estação de Pinheiro e ao redor dela as primeiras moradias da Vila de Pinheiro. Naquela época, a fazenda disponibilizava alguns serviços básicos para atender à população como hospital, farmácia e oficina de roupas. Após o falecimento do proprietário, que não havia deixado herdeiros, a fazenda foi desapropriada e declarada de Utilidade Pública. A União adquiriu esse imóvel em março de 1891 e deu diferentes destinações à Fazenda São José do Pinheiro, tendo funcionado um Hospital Militar, Posto Zootécnico e a Escola Média de Agricultura, Agronomia e Veterinária, que formou a primeira turma de médicos veterinários do país.

Em 1906, por meio do Decreto nº 1.606, foi criado o Ministério da Agricultura que tinha, dentre outras atribuições, a de registrar posse e a propriedade de terras pertencentes à União, bem como a coordenação do ensino agrícola e a instalação de postos zootécnicos. Após três anos, o então Presidente da República Nilo Peçanha, criou a Diretoria de Indústria Animal, sendo parte integrante do Ministério da Agricultura. Nessa Diretoria estava

prevista a Escola do Posto Zootécnico Federal, que foi instalada na Fazenda São José do Pinheiro, para funcionar como instituição de ensino e pesquisa.

Figura 11 - Retrato regional e do campus Pinheiral



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A Escola do Posto Zootécnico Federal, primeira instituição de ensino agrícola a utilizar as instalações e áreas de terras da Fazenda São José do Pinheiro, se tornou a precursora das instituições educacionais que sucessivamente funcionavam anexas ao Posto Zootécnico Federal.

O Posto Zootécnico Federal em Pinheiro funcionou, desde sua instalação, como estabelecimento de ensino por meio de diferentes instituições no período de **1910** até **1968**. Inicialmente, como Escola de Extensão, depois como Escola Média de Agricultura tendo uma Unidade de Especialização para Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, na Praia Vermelha, cidade do Rio de Janeiro. Após a instalação da Escola do Posto Zootécnico, foi implantada a Escola Média de Agricultura anexa ao Posto Zootécnico Federal.

Com o tempo, o que ocorreu foi uma sucessão de instituições de ensino que ampliou sua atuação e o número de cursos, porém, não perdeu sua identidade constituída no desenvolvimento rural e ofertando cursos teórico-práticos, fortalecendo as áreas da fazenda para a realização dos experimentos.

A região de Pinheiral historicamente é marcada pela sua vocação em agropecuária, tendo sido sede de uma das maiores fazendas produtoras de café do país, destacou-se também pela

presença de instituições federais como o Hospital Militar, o Posto Zootécnico de Pinheiro, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha e, atualmente, o *Campus Pinheiral* do IFRJ.

1.2.10 *Campus Realengo*

O *Campus Realengo* do IFRJ é o resultado de um projeto de expansão do antigo CEFET Química, que visava à oferta de uma Unidade Educacional para o atendimento da comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A presença dessa unidade na região é fruto de 26 anos de luta da população por um ensino técnico federal. As suas atividades tiveram início no 1º semestre de **2009**, no *campus Nilópolis*. Em agosto de **2009**, o *campus* foi transferido para a sua unidade própria e definitiva.

A nível nacional, entre as unidades das redes federais tecnológicas de ensino, o *campus Realengo* é o único totalmente voltado para a área da saúde, oferecendo os cursos de graduação em Farmácia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia, o curso técnico em Agente Comunitário de Saúde e cursos FIC, tendo ainda a previsão de abertura, a curto prazo, de mais um curso técnico e uma pós-graduação, ambos na mesma área. O *campus* conta também com a Clínica Escola, espaço destinado ao estágio supervisionado para

alunos dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, onde é oferecido atendimento ao público, sendo mais de 90% deste composto por residentes da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Figura 12 - Retrato regional e do campus Realengo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

No ano letivo de 2022, a Clínica realizou mais de 5.500 atendimentos entre as duas áreas de abrangência.

A proposta deste *campus* é garantir o acesso das classes populares ao conhecimento, garantindo um ensino plural, gratuito, democrático e transparente. A realidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro desafia o IFRJ a cumprir a sua missão institucional de elevar a perspectiva de crescimento socioeconômico e consolidar a Instituição como referência científica, social e cultural.

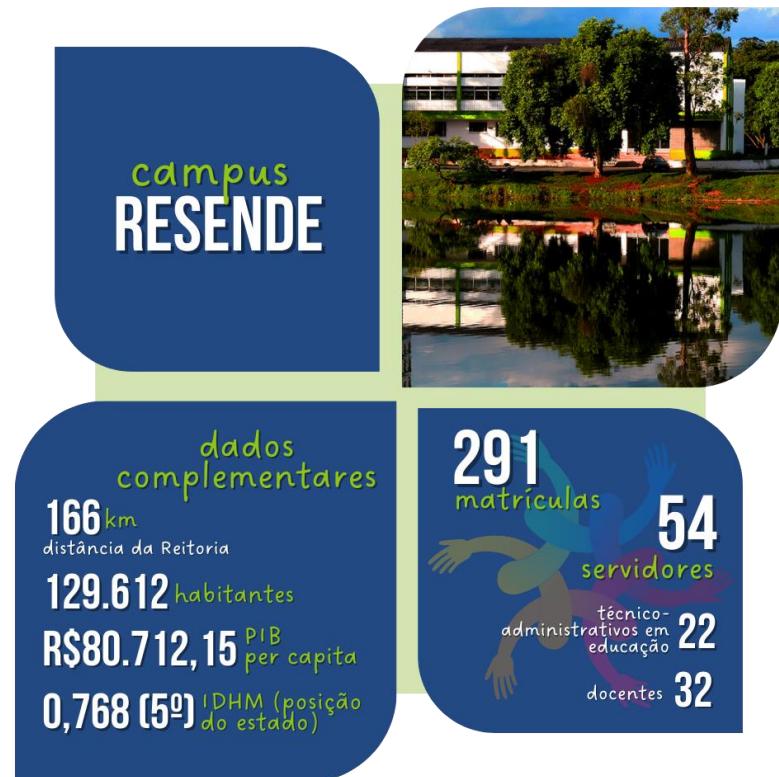
1.2.11 Campus Resende

O IFRJ *campus* Resende foi inaugurado em outubro de 2015 e desde então tem oferecido à comunidade cursos técnicos e profissionalizantes nas áreas de Segurança do Trabalho, Turismo e QSMS (Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho), além de cursos de idiomas para diversos públicos.

A economia regional destaca-se por suas grandes montadoras como Volkswagen, Nissan e Peugeot, que estão localizadas na região que compreende os municípios de Resende, Itatiaia e Porto Real. Também contribuem para as atividades econômicas da região importantes centros de turismo como a Colônia Finlandesa de

Penedo, o Parque Nacional de Itatiaia e a região turística de Visconde de Mauá, Maringá, Maromba e dos Vales das Cruzes e Pavão.

Figura 13 - Retrato regional e do campus Resende



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

³ Crédito da foto do campus Resende: João Saboia

1.2.12 Campus Rio de Janeiro

O campus Rio de Janeiro oferta ensino público e gratuito e está localizado no bairro Maracanã, criado pela Lei nº 11.892. Entretanto, sua história teve início com a criação do Curso Técnico de Química Industrial (CTQI), através do Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943.

Os estudantes matriculados estão distribuídos nos cursos de Ensino Médio e Técnico, Graduação, Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. São ofertados cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nas áreas de Alimentos, Biotecnologia, Farmácia, Meio Ambiente e Química. Bem como a oferta do curso Técnico Integrados ao Ensino Médio - Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Manutenção e Suporte em Informática e do Curso Técnico em Química - na modalidade Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio.

Em relação ao ensino superior, são ofertados Cursos Superiores de Graduação, sendo eles: o Bacharelado em Ciências Biológicas com Habilitação em Biotecnologia, o Curso Superior de

Tecnologia em Gestão Ambiental e Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos.

Figura 14 - Retrato regional e do campus Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Também são oferecidos Cursos Superiores de Pós-Graduação, sendo eles Especialização em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química, Especialização em Gestão da Segurança de Alimentos e Qualidade Nutricional, Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Mestrado Acadêmico em Bioquímica e Biologia Molecular e Doutorado Acadêmico em Bioquímica e Biologia Molecular.

1.2.13 Campus São Gonçalo

O campus São Gonçalo está localizado no CIEP 346 Neusa Brizola, em Neves, ao lado da BR-101. A história do instituto se inicia na cidade no dia 1º de setembro de 2008 quando foi ministrada a aula inaugural do Curso Técnico de Segurança do Trabalho. Nesse momento, o Colégio Municipal Ernani Faria cedia duas salas de aula e uma administrativa ao campus.

No final de 2009, o campus migrou para o CIEP 346 Neusa Brizola. Os cursos propostos foram concebidos com bases nas perspectivas de crescimento econômico que se vislumbravam para a região por ocasião da instalação do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) no município de Itaboraí, assim

como de outros arranjos produtivos locais como a indústria naval e setor de serviços.

O campus São Gonçalo do IFRJ foi inaugurado no dia 1º de fevereiro de 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia ocorrida em Brasília, tendo a professora Ângela Coutinho, representante da direção-geral. Atualmente possui 06 cursos: 03 técnicos integrados ao ensino médio - Técnico em Química, Técnico em Administração e Técnico em Segurança do Trabalho; 01 Técnico concomitante/subsequente - Técnico em Segurança do Trabalho; 01 Especialização no Ensino de Culturas e Histórias Africanas e Afro-brasileiras; e 01 Curso FIC Cuidador de Idoso na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Ao longo dos primeiros 14 anos de existência, os alunos do campus colecionaram prêmios em diversos concursos, como Olímpiada Brasileira de Astronomia (OBA), Olímpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Olímpiada de Química do Rio de Janeiro (OQRJ), Concurso Internacional de Redação de Cartas

Figura 15 - Retrato regional e do campus São Gonçalo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

1.2.14 Campus São João de Meriti

Figura 16 - Retrato regional e do campus São João de Meriti



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O IFRJ *campus* São João de Meriti, localizado na Baixada Fluminense, foi planejado na Fase III do Plano Nacional de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Anunciado em agosto de 2011 pelo Governo Federal. Em 14/09/2011, o prefeito da cidade emite o Termo de Compromisso com a finalidade de doar ao IFRJ, no prazo de 150 dias, um imóvel para instalação do futuro *campus*. Em 2013, o prefeito sanciona a Lei nº 1.864, que autoriza o Executivo Municipal a doar um terreno para edificação e instalação do *campus* do IFRJ. Essa Lei é publicada no Diário Oficial da cidade de São João de Meriti em 14/03/2013 e determina o prazo de 36 meses para o início da instalação e implantação do *campus* no município.

Em 2016, foi instituída pela Portaria nº 033/GR a Comissão de Elaboração do Plano de Implantação do *campus* São João de Meriti, composta por representantes do IFRJ, da Prefeitura Municipal e da sociedade civil organizada, responsável por elaborar, no prazo inicial de 120 dias, o documento que evidenciará as especificidades do IFRJ no Município.

Em 2016, foi publicado no Diário Oficial do Município o Termo de Cessão Parcial de Uso nº001/2016, referente ao CIEP São João Bôsco, local onde funcionou a sede provisória do *campus* até o

segundo semestre de **2016**. Os primeiros servidores tomaram posse e foram investidos em suas funções em maio deste ano.

A partir do primeiro semestre de **2017**, o CIEP 189 – Valdylio Villas Boas passou a funcionar como a sede do *campus São João de Meriti*, conforme o Termo de Seção Estadual homologado pelo processo E-01/066/327/2016 de 16/02/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 17/03/2017.

No movimento de instalação do *campus São João de Meriti*, após a concretização de mapeamento da região e da realização de audiências e consultas públicas na cidade, a Comissão de Elaboração do Plano de Implantação construiu um estudo qualquantitativo sobre as principais características e demandas do município e seu entorno, decidindo então que o *campus São João de Meriti* seria responsável pela oferta de cursos de FIC, Educação Profissional e Educação Superior nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Controle e Processos Industriais e Desenvolvimento Social e Educacional.

Nesse sentido, em agosto de **2016**, ainda na sede provisória, iniciaram-se as atividades com o oferecimento do curso FIC em Empreendedorismo e Gestão de Negócios, atendendo a mais de 90 discentes. No mês de agosto de **2017**, já na sede atual do *campus*,

iniciaram-se as atividades do Curso Técnico em Administração e, em fevereiro de **2018**, as do Curso Técnico em Informática para *Internet*.

Como intuito de promover a verticalização do ensino, que é característica essencial dos Institutos Federais, e de atender às demandas locais apresentadas pela comunidade, iniciou-se, em fevereiro de **2019**, o Curso de Especialização em Práticas de Letramento.

Em 18 de junho de **2019**, o Conselho Superior (CONSUP) aprova a Especialização em Gestão de Negócios, que inaugurou sua primeira turma em fevereiro de **2020**, e, em seguida, os cursos de Especialização em Informática Aplicada à Educação e de Especialização em Sistemas Fotovoltaicos, concretizando o IFRJ *campus São João de Meriti* como uma instituição que oferta Cursos Superiores em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* no município.

Através da [Resolução nº 42 de 16 de outubro de 2019](#) o CONSUP aprova o Curso FIC em Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, com a oferta de 80 vagas no primeiro semestre de **2020**. Além disso, foi aprovada a oferta do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Informática Aplicada à Educação.

1.2.15 Campus Volta Redonda

O Campus Volta Redonda está localizado na microrregião do Vale do Paraíba dentro da mesorregião Sul Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Em posição estratégica, já que se situa a 301 km da cidade de São Paulo e 127 da cidade do Rio de Janeiro, Volta Redonda está próxima de cidades-polos regionais de outros estados.

A maior usina siderúrgica da América Latina, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está situada em Volta Redonda. Dentre os municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, o de Volta Redonda é, segundo pesquisa realizada pela UFF, o que possui um bom índice de qualidade de vida.

No município é grande a demanda por formação de mão de obra técnica especializada, em quantidade suficiente para atender às necessidades locais e mesmo regionais. Logo, havia as condições necessárias para criação de uma instituição que pudesse oferecer esse tipo de formação. No segundo semestre de 2007, o município de Volta Redonda foi selecionado para, com a expansão da Rede Federal de Ensino e da ampliação da oferta de vagas para a Educação Profissional, receber uma unidade do então CEFET Química – RJ.

Em 27 de agosto do ano de 2008, foram iniciadas as aulas do primeiro curso técnico subsequente em Metrologia. Neste mesmo

ano, o CEFET Química – RJ se transformou em IFRJ. No ano seguinte (2009), foram iniciadas as aulas do primeiro curso técnico no sistema de ensino integrado (curso técnico em Automação Industrial) e foram iniciadas as aulas nos cursos de Licenciatura em Física e Matemática.

Figura 17 - Retrato regional e do campus Volta Redonda



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O campus Volta Redonda tem seu quadro de oferta à comunidade constituído por cursos técnicos de nível médio e cursos superiores (graduação e pós-graduação), sendo 3 cursos técnicos: Automação Industrial (Integrado), Metrologia (Concomitante/Subsequente) e Eletrotécnica (Concomitante/ Subsequente); 2 cursos superiores: Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática e 3 cursos de pós-graduação: Especialização em Ensino de Ciências e Matemática, Mestrado em Ensino de Física (parceria com a UFF) e a Especialização em Automação Industrial e Robótica.

1.3 Diretrizes institucionais

O IFRJ já possui finalidades dispostas legalmente, no entanto, o ato de permitir que a comunidade acadêmica participe da redação das declarações institucionais permite a consolidação de atores mais engajados com a finalidade da instituição.

Dessa forma, o IFRJ construiu as declarações de missão, visão e valores expressas a seguir, de forma participativa, a fim de embasar o seu referencial estratégico no período de 2024-2028.



Promover a educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro, por meio da educação humana, profissional, científica, cultural e tecnológica, contribuindo para a transformação de vidas e o desenvolvimento do país.



A **missão** é uma declaração que expressa, de forma nítida e concisa, a razão de ser da instituição, porque existimos e quais as nossas responsabilidades.



Ser referência em educação profissional, científica, tecnológica e cultural, de forma humana, inclusiva, diversa e plural, integrando as ações inovadoras de ensino, pesquisa e extensão em consonância com as demandas da sociedade e a transformação de vidas.

A **visão** descreve um cenário que representa o futuro desejado dentro do período de 5 anos, de forma mensurável e realista, refletindo os esforços individuais e coletivos.

Ética; Equidade e Justiça Social; Valorização de Pessoas; Diversidade e Inclusão; Excelência e Qualidade; Integração; e Responsabilidade Social, Ambiental e Econômica.

Os **valores** são princípios, costumes e ideias que norteiam o comportamento, as atitudes e decisões das pessoas no exercício de suas responsabilidades e atribuições.

Como forma de garantir a unicidade de entendimento sobre os valores que serão referências para as ações que visam o alcance da missão e da visão do IFRJ, apresentamos a qualificação dos termos:

- **Ética:** pautada por princípios de transparência, solidariedade, dignidade, decoro, zelo, eficácia, respeito e consciência com o fazer público;
- **Equidade e Justiça Social:** pautadas pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão, com foco na garantia da universalização de acesso aos direitos fundamentais;
- **Valorização de Pessoas:** pautada nas ações de gestão do desenvolvimento e formação profissional de servidores e agentes públicos, visando à capacitação, fornecimento de boas condições de trabalho e motivação com vistas à geração de valor para a instituição, comunidade e sociedade;
- **Diversidade e Inclusão:** pautadas na oferta de oportunidades para todos os perfis profissionais, respeitando

o reconhecimento das diferenças históricas, econômicas, culturais e biopsicossociais;

- **Excelência e Qualidade:** pautadas na entrega de valor público, oferecendo respostas efetivas às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade;
- **Integração:** pautada no desenvolvimento de estratégias de fortalecimento para a integração dos *campi* com base no tripé ensino, pesquisa e extensão com articulação dos servidores, estudantes e comunidade;
- **Responsabilidade Social, Ambiental e Econômica:** pautada na sustentabilidade como princípio fundamental para a gestão de recursos, pessoas e ambientes na instituição.

I.4 A construção da estratégia do IFRJ

O processo de elaboração do PDI do IFRJ, previsto para a vigência no ciclo de 2024-2028, inclui também ações voltadas ao desenvolvimento do planejamento estratégico e da política pedagógica institucional.

O processo foi concebido por meio de uma matriz participativa que contou com diálogos democráticos e recíprocos entre representantes dos docentes, dos técnicos-administrativos e

dos estudantes, com base na transparência institucional, na cooperação e na ética pública.

No âmbito do IFRJ, a construção da estratégia já vem sendo realizada de maneira interativa nos últimos anos. O diferencial da proposta atual é o maior incentivo à comunidade acadêmica visando a sua participação da forma mais colaborativa e engajada possível, incluindo as ações coordenadas pelos próprios servidores do IFRJ.

Na lógica da construção participativa, foram realizadas 12 reuniões no âmbito do projeto de elaboração do PDI 2024-2028. Considerando um total de 1.933⁴ servidores, temos uma taxa de participação de 11,8% com a presença de 228 pessoas que assinaram as listagens de frequência. Todos os servidores foram convidados a participar e tivemos representantes presentes de todos os campi.

1.5 Referenciais estratégicos

O mapa estratégico deve ser criado com base nas perspectivas do BSC alinhadas com as necessidades da organização (Brasil, 2020).

⁴ Dados fornecidos pela Diretoria de Gestão e Valorização de Pessoas (DGP) em junho/2023.

A definição dos objetivos estratégicos foi embasada na Cadeia de Valor, em planos institucionais já existentes e considerou a análise diagnóstica do IFRJ, cruzando seus pontos fortes e fracos, bem como observando as oportunidades e ameaças.

A comissão central de elaboração do PDI trabalhou com a matriz SWOT⁵, ao todo, foram levantados 131 pontos durante a dinâmica. Os aspectos mais fomentados foram o Social e o Político e a análise do ambiente interno gerou mais pontos. Após a sistematização, foram identificadas 36 forças e 40 fraquezas apontadas na somatória de todos os aspectos.

Dessa forma, em um primeiro momento, a partir dessa análise diagnóstica, a redação preliminar dos objetivos estratégicos do novo ciclo foi criada pela equipe operacional visando unir as atividades em andamento no IFRJ, ações necessárias para o desenvolvimento institucional e os anseios da comunidade.

Como a análise diagnóstica do IFRJ foi construída com base na PESTEL, as dimensões políticas, econômicas, sociocultural, tecnológica, ambiental e legal foram contempladas, e no momento de construção dos objetivos estratégicos, as dimensões que direcionam

⁵ Registro disponível no [Portal Institucional](#)

as ações de setores do IFRJ foram consideradas, como por exemplo, foi necessário pensar em ações de Ensino, Pesquisa, Inovação, Extensão, Assistência Social, Comunicação, Orçamento, Pessoas, Saúde, Segurança, Tecnologia da Informação, Infraestrutura, Desenvolvimento Institucional, etc.

Por consequência, as quatro perspectivas que englobam as dimensões citadas e outras e que foram utilizadas para a construção do mapa estratégico do IFRJ são:

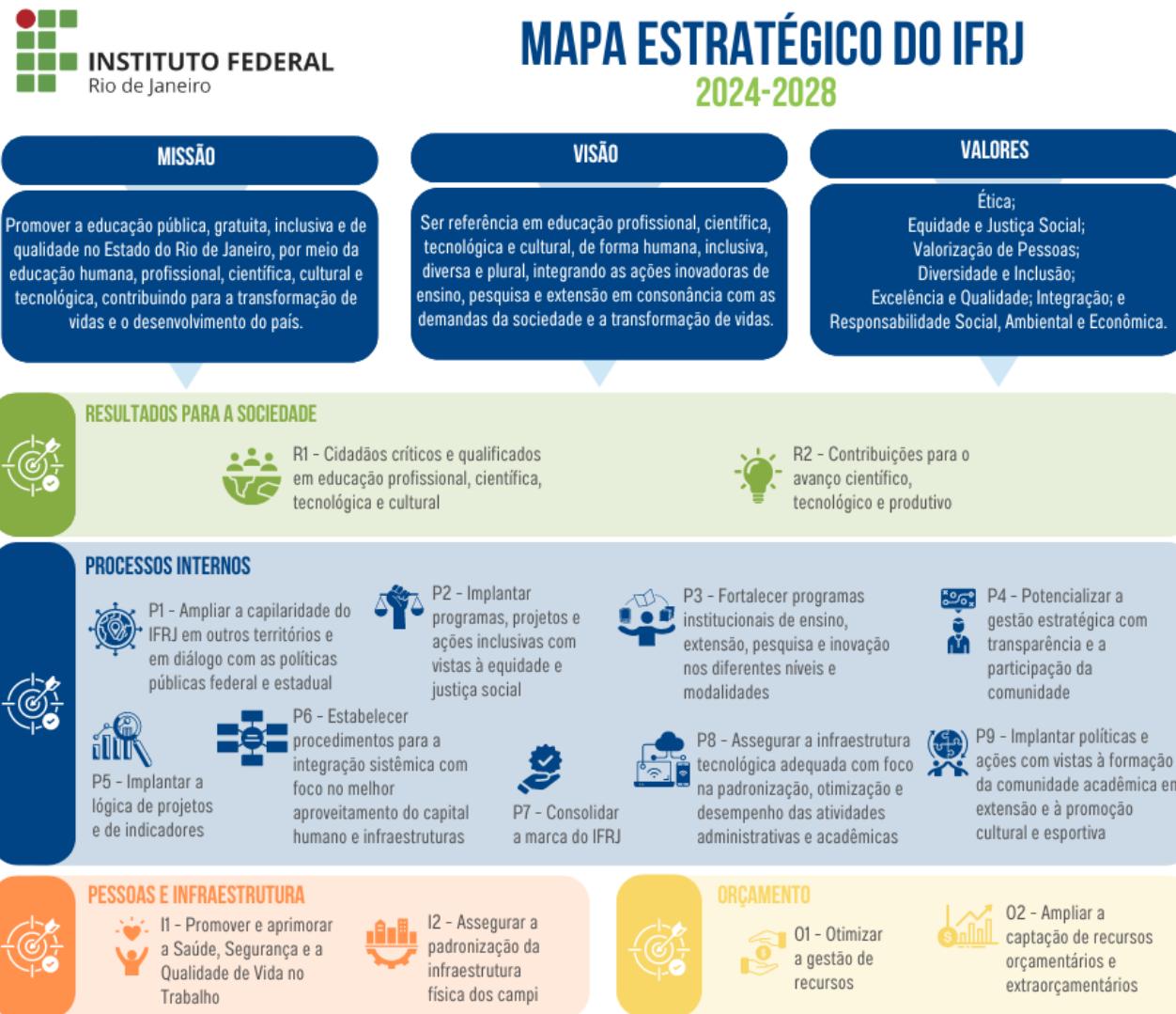
- I - Resultados para a Sociedade;**
- II - Processos Internos;**
- III - Pessoas e Infraestrutura; e**
- IV - Orçamento.**

Os (as) gestores (as) responsáveis pelas principais áreas do IFRJ foram contatados a fim de validar os objetivos estratégicos, as metas e definir seus desdobramentos.

A ação conjunta da equipe operacional com os (as) servidores (as) dos setores foi realizada por meio de diversas reuniões presenciais e *on-line*, bem como compreendeu atividades assíncronas. Um grande esforço que permitiu a validação, como também o redesenho e a complementação dos objetivos traçados inicialmente.

Essa etapa de diálogo permitiu a construção do mapa estratégico, a definição das metas e dos desdobramentos e a criação dos indicadores com seus atributos. Os 15 objetivos estratégicos definidos para o ciclo 2024-2028 são apresentados no mapa estratégico da Figura 18, a seguir.

Figura 18 - Mapa Estratégico do IFRJ 2024-2028



Fonte: Elaborado pelo autor com base na CVI (2023)

1.6 Painel de metas e indicadores

Uma vez definidos os objetivos estratégicos, é necessário definir as metas, que irão dizer o que será feito, em quanto tempo e o quanto se pretende atingir. Para isso, foi utilizada a metodologia SMART que determina 5 aspectos necessários às metas, sendo eles: Específicos (*Specific*), Mensuráveis (*Measurable*), Atingíveis (*Achievable*), Realísticos (*Realistic*) e Temporal (*Timely*). Desta forma, os objetivos estratégicos se desdobram em componentes menores (metas) tornando-se mais fácil seu gerenciamento.

Ademais, é necessário o acompanhamento do progresso destas metas, para isso existem os indicadores, quem tem como principal finalidade reportar em tempo real o andamento de cada meta durante determinado período, possibilitando informações necessárias para possíveis correções e subsidiar com dados factíveis a tomada de decisão dos gestores.

Portanto, a construção de um painel de indicadores e metas visa apresentar medidas úteis que farão sentido para orientar a gestão no dia a dia e que, consequentemente, serão base para a prestação de contas da organização. A medição é orientada para a melhoria do desempenho e vice-versa. De forma que é necessário compreender também o que é desempenho, sendo que este “[...]

pode ser compreendido como esforços empreendidos na direção de resultados a serem alcançados. A equação simplificada é: “desempenho = esforços + resultados; ou desempenho = esforços - > resultados”. (Brasil, 2009, p. 8)

O alcance dos objetivos estratégicos está ligado a diversos fatores, como por exemplo, a capacidade administrativa da instituição, a integração dos setores, o gerenciamento do tempo, a necessidade de medição, de controle e de coordenação das ações planejadas e executadas. Todos esses processos e o monitoramento sistêmico e contínuo durante o período de vigência do PEI são extremamente fundamentais. É por meio dos indicadores que será possível “[...] acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, [promover] melhorias de qualidade, [executar] correção de problemas, [identificar] necessidades de mudança, etc.” (Brasil, 2009, p. 8)

Como bem transparece o objetivo estratégico que versa sobre “implantar a lógica de projetos e de indicadores”, o IFRJ ainda possui um caminho a percorrer no que diz respeito ao devido acompanhamento, avaliação e monitoramento de indicadores de desempenho efetivos. Dessa forma, o que se propõe é o efetivo acompanhamento e, para isso, é fundamental que exista a política de capacitação dos profissionais envolvidos na mensuração dos dados.



Para o Painel de Indicadores foram definidos indicadores passíveis de apuração, mensuração e verificação e que, com avaliações periódicas, poderão ser aperfeiçoados. O painel e as fichas criadas obtiveram ainda a validação dos responsáveis das respectivas áreas.

A ficha de cada indicador traz um conjunto de metadados essenciais para a sua compreensão e aplicação. Os indicadores apresentados nas Tabelas I, 2, 3 e 4 a seguir estão categorizados por perspectiva e foram criados a fim de “deixar claras as prioridades, gerar alinhamento, indicar se são necessários ajustes, apoiar a tomada de decisão e motivar e reconhecer o desempenho”. (Bahia, 2021, p. 11). Desta forma, segue a apresentação dos 4 painéis por perspectiva.⁶

⁶ Dados da Tabela I a 4 atualizados conforme Registro nº 02/2024 do processo eletrônico SIPAC 23270.001396/2023-22

Tabela I - Painel de metas e indicadores da perspectiva Resultados para a Sociedade

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas					
		2023	2024	2025	2026	2027	2028
RI	Cidadãos críticos e qualificados em educação profissional, científica, tecnológica e cultural						
RI-01	Meta: Manter a oferta de 50% das matrículas equivalentes em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio prioritariamente na forma de cursos Integrados até 2028	54%	≥50%	≥50%	≥50%	≥50%	≥50%
	Indicador: Percentual de matrículas equivalentes em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio						
RI-02	Meta: Atingir 15 cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o público EJA até 2028	5	7	9	11	13	15
	Indicador: Quantidade de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada para o público EJA						
RI-03	Meta: Aumentar em 25% a oferta da Educação Profissional Técnica Concomitante e/ou Subsequente ao Ensino Médio até 2028	20	5%	10%	15%	20%	25%
	Indicador: Percentual do aumento de oferta de cursos Concomitante e/ou Subsequente						
RI-04	Meta: Ofertar 30 cursos de Formação Inicial e Continuada até 2028	13	16	19	23	26	30
	Indicador: Quantidade de cursos de Formação Inicial e Continuada						
RI-05	Meta: Atingir 10 cursos de Licenciatura até 2028	9	10	10	10	10	10
	Indicador: Quantidade de cursos de Licenciatura						
RI-06	Meta: Atingir 14 cursos de Bacharelado até 2028	8	10	11	12	13	14
	Indicador: Quantidade de cursos de Bacharelado						
RI-07	Meta: Atingir 68% de Eficiência Acadêmica dos cursos de Especialização até 2028	58,9%	60%	62%	64%	66%	68%
	Indicador: Eficiência Acadêmica dos cursos de Especialização						
RI-08	Meta: Manter acima de 85% a Eficiência Acadêmica dos cursos de Mestrado	88,9%	≥85%	≥85%	≥85%	≥85%	≥85%
	Indicador: Eficiência Acadêmica dos cursos de Mestrado						
RI-09	Meta: Manter acima de 95% a Eficiência Acadêmica dos cursos de Doutorado	100%	≥95%	≥95%	≥95%	≥95%	≥95%
	Indicador: Eficiência Acadêmica dos cursos de Doutorado						

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas				
RI-10	Meta: Atingir 50% de Eficiência Acadêmica nos cursos FIC, Técnico e Graduação até 2028 Indicador: Eficiência Acadêmica dos cursos FIC, Técnico e Graduação	47,10%	48%	48,50%	49%	49,50%
RI-11	Meta: Alcançar e manter, durante a vigência do PDI 2024-2028, a meta de 20% das matrículas equivalentes nos cursos de Licenciatura e Programas Especiais de Formação Pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica Indicador: Percentual de matrículas do eixo temático Desenvolvimento Educacional e Social	19,20%	≥20%	≥20%	≥20%	≥20%
RI-12	Meta: Ofertar 138 bolsas para mobilidade de técnico-administrativos, discentes e docentes com amplitude regional, nacional e internacional, ampliando missões de curta duração até 2028 Indicador: Percentual de oferta de bolsas para mobilidade	10	16%	34%	54%	75%
R2	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo	2023	2024	2025	2026	2027
R2-01	Meta: Aumentar 71,42% a quantidade de ambientes promotores e <i>habitats</i> de inovação Indicador: Percentual de aumento dos ambientes promotores e <i>habitats</i> de inovação	7	14,29%	28,57%	42,86%	57,14%
R2-02	Meta: Ampliar em 28,57% o número de empreendimentos beneficiados pelos ambientes promotores e <i>habitats</i> de inovação Indicador: Percentual de ampliação dos empreendimentos beneficiados pelos ambientes promotores e <i>habitats</i> de inovação	35	5,71%	11,43%	17,14%	22,86%
R2-03	Meta: Ampliar em 10 a quantidade de acordos e contratos de transferência de tecnologia e know-how Indicador: Quantidade de acordos e contratos de transferência de tecnologia e/ou know how para a sociedade	1	3	5	7	9
R2-04	Meta: Ampliar em 15,15% a quantidade de ativos de propriedade intelectual Indicador: Percentual de ampliação dos ativos de propriedade intelectual	33	3,03%	6,06%	9,09%	12,12%
R2-05	Meta: Elevar em 5% a porcentagem de projetos de pesquisa aplicada Indicador: Porcentagem de projetos de pesquisa aplicada	32,35%	33%	34%	35%	36%
R2-06	Meta: Elevar em 5% a porcentagem de servidores desenvolvendo projetos de pesquisa Indicador: Porcentagem de servidores desenvolvendo projetos de pesquisa	15,40%	16,00%	17,00%	18,00%	19,00%

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas				
R2-07	Meta: Aumentar 100% a porcentagem de estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa Indicador: Porcentagem de estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa	2,60%	3,00%	3,50%	4,00%	4,50% 5,20%
R2-08	Meta: Aumentar 100% a porcentagem de estudantes provenientes das ações afirmativas da instituição envolvidos em projetos de pesquisa Indicador: Porcentagem de estudantes provenientes das ações afirmativas da instituição envolvidos em projetos de pesquisa	50%	60%	70%	80%	90% 100%
R2-09	Meta: Ampliar em 26,51% a produção bibliográfica Indicador: Percentual do aumento da produção bibliográfica	1739	3,51%	9,26%	15,01%	20,76% 26,51%
R2-10	Meta: Alcançar 5% do percentual de investimento realizado em pesquisa, pós-graduação e inovação, oriundo de capital e custeio Indicador: Percentual de investimento realizado em pesquisa, pós-graduação e inovação, oriundo de capital e custeio	4,15%	4,20%	4,40%	4,60%	4,80% 5%
R2-11	Meta: Atingir 10,50% do percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos até 2028 Indicador: Percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos em relação à totalidade dos produtos tecnológicos que resultaram em ativos de propriedade intelectual	8,30%	8,50%	9,00%	9,50%	10,00% 10,50%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 2 - Painel de metas e indicadores da perspectiva Processos Internos

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas					
		2023	2024	2025	2026	2027	2028
PI	Ampliar a capilaridade do IFRJ em outros territórios e em diálogo com as políticas públicas federal e estadual						
PI-01	Meta: Aumentar em 6 a quantidade de territórios do Rio de Janeiro atendidos pelo IFRJ que ainda não possuem <i>campi</i> instalados até 2028 Indicador: Quantidade de territórios do Rio de Janeiro atendidos pelo IFRJ que não possuem <i>campi</i> instalados	14	15	16	17	18	20
PI-02	Meta: Aumentar em 50% a oferta de vagas interiorizadas de ensino público, gratuito e de qualidade até 2028 Indicador: Percentual do aumento de oferta de vagas interiorizadas	128	20%	30%	40%	45%	50%
P2	Implantar programas, projetos e ações inclusivas com vistas à equidade e justiça social	2023	2024	2025	2026	2027	2028
P2-01	Meta: Elaborar a Política Institucional de Combate ao Racismo até 2025 Indicador: Percentual de elaboração da Política Institucional de Combate ao Racismo	-	50%	100%	100%	100%	100%
P2-02	Meta: Elaborar a Política Institucional de Diversidade, Equidade e Inclusão até 2026 Indicador: Percentual de elaboração da Política Institucional de Diversidade, Equidade e Inclusão	-	33%	66%	100%	100%	100%
P2-03	Meta: Implementar a Política de Educação Especial Inclusiva do IFRJ até 2028 Indicador: Percentual de implementação da Política de Educação Especial Inclusiva	-	20%	40%	60%	80%	100%
P2-04	Meta: Atingir 40% do percentual e cumprimento de ações do NUGED e NEABI até 2028 Indicador: Percentual de cumprimento de ações do NUGED e NEABI	-	10%	20%	30%	35%	40%
P2-05	Meta: Implementar o Manual Institucional de Boas Práticas de combate ao Racismo Estrutural até 2025 Indicador: Percentual de implementação do Manual Institucional de Boas Práticas de Combate ao Racismo Estrutural	25%	50%	100%	100%	100%	100%
P2-06	Meta: Elaborar o Regulamento da Heteroidentificação Racial do IFRJ até 2026 Indicador: Percentual de elaboração do Regulamento da Heteroidentificação Racial	10%	33%	66%	100%	100%	100%
P2-07	Meta: Implementar 5 projetos para fomentar a permanência e êxito de estudantes até 2028	-	20%	40%	60%	80%	100%

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas				
	Indicador: Percentual de projetos implementados para fomentar a permanência e êxito de estudantes					
P2-08	Meta: Consolidar 66,7% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Política Institucional de Alimentação e Nutrição até 2028	6,67%	13%	33,3%	46,7%	60% 66,7%
	Indicador: Percentual de campi com o Programa Nacional de Alimentação (PNAE)					
P2-09	Meta: Atingir 60% de estudantes de nível médio atendidos pelo PNAE até 2028	10%	20%	30%	40%	50% 60%
	Indicador: Percentual de estudantes de nível médio atendidos pelo PNAE					
P2-10	Meta: Criar até 2028 o edital sistêmico de fluxo contínuo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	10%	28%	46%	64%	82% 100%
	Indicador: Percentual de elaboração do edital sistêmico de fluxo contínuo do PNAE					
P3	Fortalecer programas institucionais de ensino, extensão, pesquisa e inovação nos diferentes níveis e modalidades	2023	2024	2025	2026	2027 2028
P3-01	Meta: Atingir 15 programas institucionais de pesquisa e inovação	10	11	12	13	14 15
	Indicador: Quantidade de programas institucionais de pesquisa e inovação					
P3-02	Meta: Aumentar em 85,7% a quantidade atual de projetos na modalidade EaD até 2028	7	28,57%	57,14%	57,14%	71,43% 85,71%
	Indicador: Percentual de projetos na modalidade EaD					
P4	Potencializar a gestão estratégica com transparéncia e a participação da comunidade	2023	2024	2025	2026	2027 2028
P4-01	Meta: Implementar até 2028 a Política de Gestão do Conhecimento	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de implementação da Política de Gestão do Conhecimento					
P4-02	Meta: Atingir até 2028 um percentual de 100% de projetos com participação da comunidade dentre todos os projetos estratégicos do IFRJ	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de projetos estratégicos com participação da comunidade					
P4-03	Meta: Atingir até 2028 um percentual de 100% de divulgação dos projetos realizados pelo IFRJ	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de projetos realizados divulgados pelo IFRJ					

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas				
P4-04	Meta: Criar até 2028 a Política de Gestão Estratégica Institucional	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de elaboração da Política de Gestão Estratégica Institucional					
P4-05	Meta: Criar até 2025 a Política de Capacitação e Valorização de Servidores	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de elaboração da Política de Capacitação e Valorização dos Servidores					
P4-06	Meta: Implementar até 2028 o Programa de Gestão por Competência (gerenciamento das habilidades e competências) da Política de Capacitação e Valorização de Servidores	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de implementação do Programa de Gestão por Competência					
P4-07	Meta: Desenvolver um Banco de Sugestões da comunidade até 2028	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de execução do Projeto do Banco de Sugestões					
P4-08	Meta: Criar o Plano de Capacitação em TIC até 2025	-	-	100%	100%	100% 100%
	Indicador: Percentual de elaboração do Plano de Capacitação em TIC					
P4-09	Meta: Capacitar 75% do quadro de servidores da equipe de TIC do IFRJ até 2028	-	-	20%	40%	60% 75%
	Indicador: Percentual de servidores da equipe de TIC do IFRJ capacitados					
P4-10	Meta: Promover pelo menos 3 ações que ampliem a força de trabalho de TIC do IFRJ até 2026	I	≥I	≥I	≥I	- -
	Indicador: Quantidade de ações que ampliam a força de trabalho de TIC					
P4-11	Meta: Criar o Plano de Comunicação de TIC até 2024	-	100%	100%	100%	100% 100%
	Indicador: Percentual de elaboração do Plano de Comunicação de TIC					
P4-12	Meta: Implementar o Plano de Comunicação de TIC em todos os campi do IFRJ até 2028	-	6,25%	25%	50%	75% 100%
	Indicador: Percentual de campi com Plano de Comunicação implementados					
P4-13	Meta: Executar o Plano de Transformação Digital aprovado no Comitê de Governança Digital até 2028	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de execução do Plano de Transformação Digital					
P4-14	Meta: Executar 5 planos de ação para melhorar a satisfação do usuário do serviço de TIC no IFRJ até 2028	-	I	2	3	4 5
	Indicador: Quantidade de planos de ações para melhorar a satisfação do usuário					

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas					
		2023	2024	2025	2026	2027	2028
P4-15	Meta: Aplicar a pesquisa de satisfação dos usuários de TIC em 100% dos campi do IFRJ de 2024 até 2028 Indicador: Percentual de campi com pesquisa de satisfação implementada	-	18,75%	37,50%	56,25%	75,00%	100%
P5	Implantar a lógica de projetos e de indicadores						
P5-01	Meta: Implementar a Gestão de Projetos no IFRJ até 2028 Indicador: Percentual de execução de Implementação da Gestão de Projetos	-	20%	40%	60%	80%	100%
P5-02	Meta: Capacitar 100% dos gestores da alta administração em gestão de projetos até 2028 Indicador: Percentual de gestores de alta administração capacitados em Gestão de Projetos		20%	40%	60%	80%	100%
P5-03	Meta: Capacitar 100% dos profissionais da alta gestão e servidores responsáveis por áreas estratégicas em planejamento estratégico e em indicadores até 2028 Indicador: Percentual de gestores da alta administração capacitados em Planejamento Estratégico e Indicadores	-	20%	40%	60%	80%	100%
P6	Estabelecer procedimentos para a integração sistemática com foco no melhor aproveitamento do capital humano e infraestruturas	2023	2024	2025	2026	2027	2028
P6-01	Meta: Padronizar 30% dos processos e fluxos de trabalho da PROEX até 2028 Indicador: Percentual de padronização dos processos e fluxos de trabalho da PROEX	0%	6%	12%	18%	24%	30%
P6-02	Meta: Implementar até 2028 o atendimento via GLPI às solicitações de fluxo contínuo e contratos (serviços e compras) geridos pela PROEX Indicador: Percentual de etapas da implementação do GLPI para a PROEX		33%	66%	100%	100%	100%
P6-03	Meta: Realizar até 2028 a revisão bibliográfica de 60 PPCs de Graduação e Nível Médio Integrado Indicador: Quantidade de revisões bibliográfica dos PPCs	0%	20%	40%	60%	80%	100%
P6-04	Meta: Criar os Comitês Locais de Internacionalização em todos os campi do IFRJ até 2025 Indicador: Quantidade de campi com Comitês Locais de Internacionalização		10	15	15	15	15
P6-05	Meta: Elaborar a Política de Internacionalização Institucional até 2025 Indicador: Percentual de elaboração da Política de Internacionalização Institucional	0%	0%	50%	100%	100%	100%

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas					
		2023	2024	2025	2026	2027	2028
P7	Consolidar a marca do IFRJ						
P7-01	Meta: Aumentar em 60% a quantidade de seguidores nas redes sociais oficiais do IFRJ até 2028	140.717	20%	30%	40%	50%	60%
	Indicador: Percentual de seguidores nas redes sociais oficiais do IFRJ						
P7-02	Meta: Implantar a Política de Comunicação do IFRJ até 2027	31%	50%	70%	90%	100%	-
	Indicador: Percentual de execução de implementação da Política de Comunicação do IFRJ						
P7-03	Meta: Aumentar em 20% a quantidade de matérias realizadas sobre ações e eventos educacionais, científicos, administrativos, culturais e tecnológicos em escala federal, estadual e municipal até 2028	238	10%	12%	16%	18%	20%
	Indicador: Percentual do aumento da quantidade de matérias realizadas sobre eventos educacionais, científicos, administrativos, culturais e tecnológicos						
P7-04	Meta: Obter 75% de satisfação dos servidores/estudantes com os canais de comunicação do IFRJ até 2028	-	50%	60%	65%	70%	75%
	Indicador: Percentual de satisfação dos servidores/estudantes com os canais de comunicação do IFRJ						
P7-05	Meta: Atingir 80% dos <i>campi</i> com colaboradores na área de Comunicação Institucional até 2028	20%	40%	53,33%	66,67%	73,33%	80%
	Indicador: Percentual de <i>campus</i> com pelo menos um colaborador na área de Comunicação Institucional						
P7-06	Meta: Atingir 4% da dotação orçamentária para atender às demandas dos programas de internacionalização vigentes até 2028	2,35%	2,5%	3%	3,5%	4%	4%
	Indicador: Percentual do orçamento direcionado para Relações Internacionais						
P7-07	Meta: Aumentar em 50% as iniciativas de promoção da <i>Internacionalization at Home</i> (IaH) até 2028	4	-	25%	25%	50%	50%
	Indicador: Percentual de aumento das iniciativas de promoção da <i>Internacionalization at Home</i>						
P8	Assegurar a infraestrutura tecnológica adequada com foco na padronização, otimização e desempenho das atividades administrativas e acadêmicas	2023	2024	2025	2026	2027	2028
P8-01	Meta: Elaborar a Política de Infraestrutura de TIC e submeter para publicação até 2024	-	100%	100%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de elaboração da Política de Infraestrutura de TIC						
P8-02	Meta: Implementar pelo menos 6 instruções normativas sobre infraestrutura adequada de TIC até 2028	-	-	≥2	≥2	≥1	≥1
	Indicador: Quantidade de INs implementadas sobre infraestrutura de TIC						

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas				
P8-03	Meta: Elaborar a Política de Segurança da Informação e submeter para publicação até 2024	-	100%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de elaboração da Política de Segurança da Informação					
P8-04	Meta: Implementar pelo menos 5 instruções normativas sobre Segurança da Informação até 2028	-	-	≥2	≥2	≥1
	Indicador: Quantidade de INs implementadas sobre Segurança da Informação					
P8-05	Meta: Elaborar e aprovar no Comitê Técnico de TIC o processo de descarte sustentável do Parque Tecnológico até 2024	-	100%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de elaboração do processo de descarte sustentável					
P8-06	Meta: Implementar o processo de descarte sustentável do Parque Tecnológico em 75% dos campi do IFRJ até 2028	-	-	19%	38%	75%
	Indicador: Percentual dos campi com processo de descarte sustentável implementado					
P8-07	Meta: Implementar a Intranet em todos os campi do IFRJ até 2027	6,25%	25%	50%	75%	100%
	Indicador: Percentual de implementação da Intranet nos campi					
P8-08	Meta: Implementar a Intranet para todos os discentes até 2025	10%	50%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de implementação da Intranet para os discentes					
P8-09	Meta: Levar a plataforma de ensino à distância Moodle para a nuvem da RNP até 2025	-	50%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual do Projeto Moodle Nuvem para a RNP					
P8-10	Meta: Atualizar o sistema SIG até 2026 para a versão mais recente disponível no ano em que o sistema for atualizado (módulos SIPAC e SIGAA)	-	30%	60%	100%	100%
	Indicador: Percentual de atualização do SIG					
P8-11	Meta: Implementar o e-mail dos estudantes até 2024	-	100%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual do Projeto de Implementação do E-mail Discente					
P8-12	Meta: Disponibilizar até 2025 o e-mail para todos os estudantes matriculados, inclusive os novos	-	50%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual dos estudantes com e-mail disponível					

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas					
P8-13	Meta: Atualizar até 2024 o SIG - módulo Polare de acordo com a Instrução Normativa 24/2023	-	100%	100%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de atualização do Polare						
P9	Implantar políticas e ações com vistas à formação da comunidade acadêmica em extensão e à promoção cultural e esportiva	2023	2024	2025	2026	2027	2028
P9-01	Meta: Criar a Política de Extensão do IFRJ até 2026	-	30%	70%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de elaboração da Política de Extensão do IFRJ						
P9-02	Meta: Implementar 30% da Política Cultural do IFRJ até 2028	-	6%	12%	18%	24%	30%
	Indicador: Percentual da implementação da Política Cultura do IFRJ						
P9-03	Meta: Atingir 100% dos campi com gestores formados em extensão até 2028	12,50%	31,25%	50%	68,75%	87,50%	100%
	Indicador: Percentual dos campi com gestores formados em extensão						
P9-04	Meta: Criar a Revista de Extensão do IFRJ até 2025	-	50%	100%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de elaboração da Revista de Extensão						
P9-05	Meta: Curricularizar 100% dos PPCs de graduação do IFRJ até 2028	9,09%	27%	45%	55%	73%	100%
	Indicador: Percentual de PPCs de graduação com curricularização da extensão						
P9-06	Meta: Atingir 70% do Projeto de Implementação das Práticas Esportivas	-	14%	28%	42%	56%	70%
	Indicador: Percentual de implementação do Projeto de Práticas Esportivas						

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 3 - Painel de metas e indicadores da perspectiva Pessoas e Infraestrutura

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas					
II	Promover e aprimorar a Saúde, Segurança e a Qualidade de Vida no Trabalho	2023	2024	2025	2026	2027	2028
II-01	Meta: Atingir 100% de execução das ações de valorização e engajamento de servidores previstas anualmente até 2028	-	20%	40%	60%	80%	100%

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas				
	Indicador: Percentual de execução das ações de valorização e engajamento de servidores					
II-02	Meta: Implementar a Comissão Interna de Exames Periódicos em Saúde (EPS) para todos os servidores do IFRJ até 2025	-	50%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de implementação da Comissão Interna de Exames Periódicos em Saúde (EPS)					
II-03	Meta: Proporcionar a realização dos Exames Periódicos em Saúde (EPS) em todos os campi do IFRJ até 2028	37,50%	56,25%	56,25%	75%	75%
	Indicador: Percentual de campi com Exames Periódicos em Saúde (EPS) realizados					
II-04	Meta: Implantar a Comissão Permanente de Enfrentamento ao Assédio Moral no Trabalho até 2024	-	100%	100%	100%	100%
	Indicador: Percentual de implantação da Comissão Permanente de Enfrentamento ao Assédio Moral no Trabalho					
II-05	Meta: Capacitar 50% dos gestores, que ocupam funções gratificadas e cargos de direção, em Saúde Mental até 2028	-	10%	20%	30%	40%
	Indicador: Percentual de gestores capacitados em Saúde Mental					
II-06	Meta: Implementar 95% do Programa de Saúde Mental até 2028	50%	70%	80%	85%	90%
	Indicador: Percentual de implementação do Programa de Saúde Mental					
II-07	Meta: Expandir em 20% os atendimentos do Programa de Nutrição e Qualidade de Vida (NUTRIVIDA) do IFRJ até 2028	57	5%	5%	10%	10%
	Indicador: Percentual do aumento de número de atendimentos nutricionais a servidores					
II-08	Meta: Aumentar 50% no percentual de concluintes no curso de Nutrição e Promoção da Qualidade de Vida, que compõe o Programa de Nutrição e Qualidade (NUTRIVIDA) do IFRJ	52	36%	39%	42%	45%
	Indicador: Percentual de concluintes no curso de Nutrição e Promoção de Qualidade de Vida					
II-09	Meta: Implementar 100% do Programa de Conservação Vocal até 2026	40%	60%	80%	100%	100%
	Indicador: Percentual de implementação do Programa de Conservação Vocal					
II-10	Meta: Orientar sobre conservação vocal 50% dos docentes que iniciaram o estágio probatório no período de vigência do PDI	-	50%	50%	50%	50%

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas				
	Indicador: Percentual de docentes em estágio probatório que ingressaram no IFRJ no atual ano atendidos no Programa de Conservação Vocal					
II-11	Meta: Atingir 100% da quantidade de campi com ações de valorização e qualidade de vida, até 2028	-	20%	40%	60%	80% 100%
	Indicador: Percentual de campi com implementação de ações de valorização e qualidade de vida					
II-12	Meta: Criação da Brigada Voluntária de Incêndio em 50% dos campi até 2028	-	10%	20%	30%	40% 50%
	Indicador: Percentual dos campi com Brigada Voluntária de Incêndio					
II-13	Meta: Implementar a Semana Interna de Prevenção a Acidentes do Trabalho (SIPAT)	-	-	100%	100%	100% 100%
	Indicador: Percentual dos campi com SIPAT					
II-14	Meta: Implementar o Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR) em 100% dos campi do IFRJ	31,25%	56,25%	75,00%	87,50%	93,75% 100,00%
	Indicador: Percentual de implementação do PAGR					
I2	Assegurar a padronização da infraestrutura física dos campi	2023	2024	2025	2026	2027 2028
I2-01	Meta: Elaborar até 2024 o Projeto de Padronização da Infraestrutura física dos campi	-	100%	100%	100%	100% 100%
	Indicador: Percentual de elaboração do Projeto de Padronização da Infraestrutura Física dos campi					
I2-02	Meta: Implementar completamente o Projeto de Padronização da Infraestrutura Física dos campi até 2028	-	-	25%	50%	75% 100%
	Indicador: Percentual de execução do Projeto de Padronização da Infraestrutura Física dos campi					
I2-03	Meta: Diminuir em 50% o gap entre a estrutura mínima projetada e a estrutura instalada	10%	10%	20%	30%	40% 50%
	Indicador: Percentual de gap entre a estrutura mínima projetada e a estrutura instalada					
I2-04	Meta: Elaboração dos projetos ao atendimento das Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico para 80% dos campi até 2028	13%	27%	40%	53%	67% 80%
	Indicador: Percentual dos campi em atendimento às Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico					
I2-05	Meta: Atingir e manter 100% de execução das reformas e serviços de manutenção planejados até 2027	10%	25%	50%	75%	100% 100%
	Indicador: Percentual de execução de reformas e serviços de manutenção					

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Tabela 4 - Painel de metas e indicadores da perspectiva Orçamento

Código	Indicadores de Desempenho por Objetivo Estratégico	Metas					
		2023	2024	2025	2026	2027	2028
O1	Otimizar a gestão de recursos						
O1-01	Meta: Manter acima de 99% a execução da eficiência no planejamento orçamentário	99,29%	99,00%	99,10%	99,20%	99,30%	99,40%
	Indicador: Percentual de execução do planejamento orçamentário						
O1-02	Meta: Manter entre 0,5% e 2% o percentual do gasto com capital	2,26%	0,5 a 2%				
	Indicador: Percentual do gasto com capital						
O1-03	Meta: Manter entre 98% e 99,5% o percentual do gasto com custeio	90,51%	98% a 99,5%				
	Indicador: Percentual do gasto com custeio						
O1-04	Meta: Manter o percentual de eficiência em gestão de restos a pagar menor ou igual a 0%	-2,14%	≤0%	≤0%	≤0%	≤0%	≤0%
	Indicador: Percentual de eficiência em gestão de restos a pagar						
O2	Ampliar a captação de recursos orçamentários e extraorçamentários	2023	2024	2025	2026	2027	2028
O2-01	Meta: Aumentar em 24,61% os recursos orçamentários primários discricionários até 2028	R\$ 54.692.190,00	4,50%	9,20%	14,11%	19,25%	24,61%
	Indicador: Percentual de crescimento da captação de recursos						
O2-02	Meta: Aumentar em 24,61% a captação de recursos de emendas e TED até 2028	R\$ 14.151.505,54	4,50%	9,20%	14,11%	19,25%	24,61%
	Indicador: Percentual de crescimento da captação de recursos de emendas e TED						
O2-03	Meta: Aumentar em 19% a captação de Recursos Externos até 2028	R\$ 16.027.911,46	15%	16%	17%	18%	19%
	Indicador: Percentual acumulado de captação de recursos externos						
O2-04	Meta: Atingir 98,8% o percentual de execução de emendas até 2028	70,67%	95%	95,95%	96,90%	97,85%	98,80%
	Indicador: Percentual de execução de emendas						

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

1.7 Portfólio de projetos estratégicos

O PEI representa uma importante ferramenta gerencial no âmbito administrativo para o fortalecimento e consolidação da missão do IFRJ. É um processo de estabelecimento de objetivos, metas estratégicas e ações que visam o atendimento do planejamento, servindo de base para o desenvolvimento das principais funções institucionais: o ensino, a pesquisa e a extensão.

O decurso de elaboração do PEI no IFRJ, contou com as etapas: definição da metodologia adotada, a construção do Mapa Estratégico e do Painel de Indicadores de Desempenho (importante instrumento de acompanhamento das metas). A partir desta etapa, definiram-se os projetos estratégicos responsáveis pelo atendimento e cumprimento dos objetivos, metas e ações planejadas, no âmbito do PEI, com a adoção do modelo de Conjunto de Conhecimentos de Gerenciamento de Projetos (PMBOK).

Os projetos “são esforços temporários empreendidos para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo” (PMI,2004). A

gestão de projetos facilita a organização, direção e o controle das atividades realizadas, a fim de assegurar o alcance dos objetivos desenhados por meio de práticas recomendadas pelo *Project Management Institute (PMI)*.

Assim sendo, os Projetos Estratégicos, apresentados no Quadro 2, a seguir, estão estruturados em formato de projetos para a construção das estratégias sistematizadas em entregas, que serão apresentadas de forma relacional aos seus respectivos objetivos estratégicos (coluna “Cód. OE” – referente ao código do objetivo) e os prazos máximos de finalização. Alguns projetos estratégicos possuem diversas entregas com prazos diferenciados entre **2024** e **2028**, um maior detalhamento desses projetos pode ser encontrado no PEI.

No desenvolvimento, os projetos terão como ciclo de vida de gestão: **(a) Início, (b) Planejamento, (c) Execução, (d) Monitoramento e (e) Encerramento.**

Quadro 2 - Projetos Estratégicos (PJT) do IFRJ - 2024-2028

ID	PROJETO	Cód. OE	RESPONSÁVEL	PRAZO
PJT-R1-01	Programa de Incentivo e Acompanhamento da Pós-graduação (PIAPG)	R1	CGPG/PROPPI	2028
PJT-P3-01	Projeto de Amadurecimento da Educação a Distância na Pós-graduação	P3	CGPG/PROPPI	2025
PJT-P3-02	Política de Pesquisa	P3	DPESQ/PROPPI	2025
PJT-P3-03	Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PESQUISAR)	P3	DPESQ/PROPPI	2028
PJT-P3-04	Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC)	P3	DPESQ/PROPPI	2028
PJT-P3-05	Política de Inovação	P3	DIRAGI/PROPPI	2025
PJT-P3-06	Programa Institucional de Apoio à Inovação (INOVAR)	P3	DIRAGI/PROPPI	2028
PJT-P3-07	Programa Institucional de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIIT)	P3	DIRAGI/PROPPI	2028
PJT-P3-08	Programa Institucional de Reconhecimento da Produtividade em Pesquisa e/ou em Inovação (PRODUTIVO)	P3	DPESQ e DIRAGI/PROPPI	2028
PJT-P3-09	Política de Pós-graduação	P3	CGPG/PROPPI	2025
PJT-P3-10	Programa de Ações de Extensão da Pós-graduação (PROEXT-PG)	P3	CGPG/PROPPI	2026
PJT-R2-01	Projeto de aceleração de investimento em pesquisa, pós-graduação e inovação	R2	PROPPI	2028
PJT-P6-01	Projeto de Implementação do GLPI/PROEX	P6	PROEX/DGTIC	2026
PJT-P8-01	Criação da página da PROEX na Intranet	P8	PROEX/DGTIC	2026
PJT-P2-01	Projeto de Implementação da Política Institucional de Diversidade, Equidade e Inclusão	P2	PROEX	2028
PJT-P2-02	Projeto de Implantação de Colegiados	P2	PROEX	2028
PJT-P2-03	Programa Intercampi de Fortalecimento dos Núcleos Estruturantes NUGEDS, NAPNE e NEABI	P2	PROEX	2028
PJT-P2-04	Programa de Ensino de História e Cultura Afro-brasileira	P2	PROEX/PROEN	2028
PJT-P2-05	Projeto de implementação da Política de Educação Especial Inclusiva	P2	PROEX	2028

ID	PROJETO	Cód. OE	RESPONSÁVEL	PRAZO
PJT-P9-01	Projeto de Implementação do Plano de Cultura	P9	PROEX, PROAD, CGBiblio e Engenharia	2028
PJT-P3-11	Projeto da Semana Acadêmica de Extensão (SEMANEX)	P3	PROEX	2026
PJT-P6-02	Projeto de Padronização dos processos e fluxos de trabalho da PROEX	P6	PROEX	2028
PJT-P6-03	Projeto de Ampliação de Oportunidades com o mundo do trabalho	P6	PROEX	2028
PJT-P9-02	Projeto de Implementação das Práticas Esportivas	P9	PROEX/PROAD	2028
PJT-R1-02	EnerglFe	R1	PROEN	2024
PJT-R1-03	Mulheres Mil	R1	PROEN	2024
PJT-P1-01	Aquicultura	P1	PROEN	2024
PJT-P4-01	Projeto DNA IFRJ	P4	PRODIN	2028
PJT-P4-02	Projeto de Gestão do Conhecimento (GC)	P4	PRODIN	2028
PJT-P4-03	Projeto Arquivo Central na Estrutura Institucional	P4	PRODIN	2028
PJT-P4-04	Projeto de Memória Institucional	P4	PRODIN	2028
PJT-P5-01	Implementação de Gestão de Projetos	P5	PRODIN e DGTIC	2028
PJT-P4-05	Projeto de Capacitação e Valorização de Servidores	P4	PRODIN/DQDP	2027
PJT-I2-01	Programa de Aceleração de Investimento (PAI/IFRJ)	I2	Engenharia/PROAD	2028
PJT-II-01	Projeto de Criação da Brigada de Incêndio (BVI)	II	COSEG	2025
PJT-I2-02	Projetos ao atendimento das normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP)	I2	COSEG - Engenharia	2028
			COSEG - Engenharia	2028
PJT-II-02	Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR)	II	COSEG	2028
PJT-II-03	Projeto da Semana Interna de Prevenção a Acidentes do Trabalho (SIPAT)	II	COSEG - CISSP	2028
PJT-P8-02	Melhorias de Infraestrutura de TIC	P8	DGTIC	2028

ID	PROJETO	Cód. OE	RESPONSÁVEL	PRAZO
PJT-P4-06	Melhorias de Segurança da Informação de TIC	P4	DGTIC	2028
PJT-P4-07	Plano de Capacitação de TIC	P4	DGTIC	2028
PJT-P4-08	Plano de Comunicação de TIC	P4	DGTIC	2028
PJT-P8-03	Descarte Sustentável de TIC	P8	DGTIC	2028
PJT-P8-04	Implementação do e-mail discente	P8	DGTIC	2025
PJT-P8-05	Implementação da Intranet para os discentes	P8	DGTIC	2025
PJT-P8-06	Implementação da Intranet para os servidores	P8	DGTIC	2028
PJT-P8-07	Migração da plataforma de ensino a distância para a nuvem da RNP	P8	DGTIC	2025
PJT-P7-01	Redes Sociais – aumento de seguidores	P7	CGcom	2028
PJT-P7-02	Implementação da Política da Comunicação	P7	CGcom	2027
PJT-P7-03	Divulgação Institucional – aumento do número de matérias	P7	CGcom	2028
PJT-P7-04	Satisfação do PÚblico Interno com canais de comunicação - índice de 75% de satisfação	P7	CGcom	2028
PJT-P7-05	Núcleos de Comunicação nos campi	P7	CGcom	2028
PJT-P6-04	Projeto Revisar (Revisão Bibliográfica dos Planos Pedagógicos de Curso (PPCs) do IFRJ)	P6	CGBiblio	2028
PJT-P6-05	Projeto de Revisão da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC)	P6	CGBiblio	2024
PJT-P6-06	Projeto de criação da Política de Catalogação	P6	CGBiblio/DGTIC	2028
PJT-P8-08	Projeto de atualização e parametrização do Repositório Institucional	P8	CGBiblio/DGTIC	2024

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

2. PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO (PPI)



2 PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO (PPI)

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) é o documento institucional que avalia a realidade político-pedagógica do IFRJ e, mediante diálogos interinstitucionais, aponta caminhos e ações possíveis para o desenvolvimento da instituição.

O PPI é o instrumento cujo conteúdo estabelece ligações entre os conceitos de educação e sociedade definidos, coletivamente, pela instituição e as ações cotidianas de sua comunidade para alcançar essas concepções, a partir das opções políticas, pedagógicas e filosóficas adotadas.



É um documento que supõe rupturas com o presente e propostas para o futuro.

Nesse sentido, ao projetar busca-se romper com um *status quo* em busca de uma nova institucionalidade, cada vez mais articulada com o presente e com uma visão de futuro que se deseja, estabelecendo campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores: a comunidade institucional.



O PPI busca um rumo, uma direção, que não é aleatória.

Por isso, é uma ação intencional, com um sentido explícito, que resulta da trajetória vivenciada pela instituição, desde a sua criação, com um compromisso definido coletivamente e que aponta para o futuro.



É o documento que apresenta as principais práticas educativas que serão desenvolvidas para a sua efetivação.

No sentido de definir as ações educativas e as características necessárias à instituição para cumprir seus propósitos e sua intencionalidade.

Como parte integrante do PDI, o PPI dimensiona a identidade didático-pedagógica e política da instituição, definindo caminhos para potencializar e alcançar essa identidade, no período pré-determinado

(2024-2028). Esta identidade é política e é pedagógica porque atravessa diferentes dimensões e temas que compõem a realidade institucional, e que são apresentadas a seguir.

2.1 Áreas de atuação acadêmica

Atualmente, o IFRJ é constituído pela Reitoria, localizada no município do Rio de Janeiro e por 15 *campi* conforme apresentado no capítulo de perfil institucional.

De acordo com as finalidades descritas na sua lei de criação, o IFRJ prioriza a oferta de cursos de forma verticalizada. Sua oferta comprehende desde a Formação Inicial e Continuada, passando pelo ensino Técnico de Nível Médio e Graduação até a Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*, conforme a relação exposta a seguir extraída da PNP ano base **2022**.

Assim, os níveis de oferta institucional se dividem em educação básica e educação superior, onde:



São cursos de qualificação profissional, ensino técnico e especialização técnica, articulados ao Ensino Fundamental e/ou ao Ensino Médio; nas modalidades de educação de jovens e adultos, de educação presencial e/ou de educação à distância; articulados de forma integrada, subsequente e/ou concomitante.



*São cursos de graduação: cursos superiores de tecnologia; bacharelados; licenciaturas; bem como cursos de pós-graduação *lato sensu* (aperfeiçoamentos e especializações) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados); nas modalidades de educação presencial e/ou de educação à distância.*

Cursos de Qualificação Profissional

Eixo: Ambiente e Saúde

- Balconista de Farmácia
- Cuidador de Idoso

Eixo: Controle e Processos Industriais

- Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social

Eixo: Gestão e Negócios

- Assistente Administrativo
- Assistente de Contabilidade
- Assistente de Logística
- Microempreendedor Individual (MEI)
- Operador de Supermercados

Eixo: Infraestrutura

- Cadista para a Construção Civil

Eixo: Produção Cultural e Design

- Desenhista de Moda
- Músico de Banda

Cursos Técnicos

Eixo: Ambiente e Saúde

- Técnico em Agente Comunitário de Saúde
- Técnico em Biotecnologia
- Técnico em Controle Ambiental
- Técnico em Farmácia
- Técnico em Meio Ambiente

Eixo: Controle e Processos Industriais

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Mecânica
- Técnico em Metrologia

Eixo: Gestão e Negócios

- Técnico em Administração

Eixo: Informação e Comunicação

- Técnico em Informática
- Técnico em Informática para Internet
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

Eixo: Produção Alimentícia

- Técnico em Agroindústria
- Técnico em Alimentos

Eixo: Produção Cultural e Design

- Técnico em Artes Circenses
- Técnico em Artesanato
- Técnico em Paisagismo
- Técnico em Produção de Moda

Eixo: Produção Industrial

- Técnico em Petróleo e Gás
- Técnico em Plásticos
- Técnico em Química

Eixo: Recursos Naturais

- Técnico em Agropecuária

Eixo: Segurança

- Técnico em Segurança do Trabalho

Eixo: Turismo, Hospitalidade e Lazer

- Técnico em Guia de Turismo

Cursos Superiores de Tecnologia

Eixo: Ambiente e Saúde

- Gestão Ambiental

Eixo: Controle e Processos Industriais

- Gestão da Produção Industrial

Eixo: Informação e Comunicação

- Jogos Digitais
- Redes de Computadores

Eixo: Produção Cultural e Design

- Produção Cultural

Eixo: Produção Industrial

- Processos Químicos

Cursos de Bacharelado

Eixo: Ambiente e Saúde

- Farmácia
- Fisioterapia
- Terapia Ocupacional

Eixo: Controle e Processos Industriais

- Engenharia Mecânica

Eixo: Produção Cultural e Design

- Produção Cultural

Eixo: Produção Industrial

- Química

Eixo: Recursos Naturais

- Agronomia
- Ciências Biológicas

Cursos de Licenciatura

Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social

- Ciências Biológicas
- Computação
- Física
- Matemática
- Química

Cursos de Especialização

Eixo: Ambiente e Saúde

Eixo: Controle e Processos Industriais

Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social

Eixo: Gestão e Negócios

Eixo: Informação e Comunicação

Cursos de Mestrado

Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social

- Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular
- Ensino de Ciências
- Educação Profissional e Tecnológica
- Ensino de Física
- Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Eixo: Produção Alimentícia

- Ciência e Tecnologia de Alimentos

Cursos de Doutorado

Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social

- Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular
- Ensino de Ciências

Eixo: Produção Alimentícia

- Ciência e Tecnologia de Alimentos

2.2 Internacionalização e Interiorização

2.2.1 Internacionalização

A Coordenação-Geral de Relações Internacionais (CGRI) do IFRJ, ligada à Diretoria de Articulação Institucional (DAINT), é o setor responsável por inserir o IFRJ no cenário internacional, fortalecendo a cooperação e a interação com instituições estrangeiras de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação. Além da representação do IFRJ em matéria de relações internacionais, o setor tem um trabalho dedicado a divulgar oportunidades para a comunidade acadêmica do IFRJ, firmar acordos e coordenar a mobilidade acadêmica de estudantes e servidores.

As Relações Internacionais devem apresentar condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos que participam do processo educacional, com relevância para o compartilhamento de aspectos científicos e tecnológicos inovadores. Atualmente, a complexidade do contexto global requer a formação de profissionais com uma visão geral de mundo, bem como exige uma constante necessidade de mudanças nos projetos educacionais.

Dessa forma, seria extremamente relevante agregar ao IFRJ, os benefícios gerados pelo intercâmbio de alunos, professores e técnicos administrativos com instituições parceiras de outros países.

Figura 19 - Áreas de abrangência da CGRI



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Pensar a internacionalização como tema estratégico da instituição implica reconhecer que se trata de um processo dinâmico – e não um conjunto de ações ou atividades isoladas – cujo protagonismo é exercido em conjunto por diversos atores.

Equipe acadêmica, equipe administrativa, agências de fomento, organismos internacionais, governos nacionais e estrangeiros, instituições de educação, organismo de investigação e desenvolvimento.

Por se tratar de um processo transversal aos processos finalísticos da instituição, os cursos, programas e ações devem contemplá-la, e sua concretização nas práticas acadêmicas e administrativas deve ser objetivo de toda a comunidade.

O crescente número de conflitos nacionais, regionais, internacionais e culturais está fazendo com que o corpo docente auxilie os alunos a discutir questões globais e a entender as novas relações internacionais e interculturais. A mobilidade do mercado de trabalho e a crescente diversidade cultural das comunidades exigem que estudantes e professores tenham uma melhor compreensão e habilidades evidentes para trabalhar e viver em ambientes diferentes e culturalmente diversificados (Knight, 2004, p. 26 *apud*. Stallivieri, 2014, p. 17).

O objetivo da internacionalização, portanto, não se baseia em um currículo mais internacionalizado nem em um aumento da mobilidade acadêmica por si mesma, mas na garantia de que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar em um mundo mais plural, multicultural, com práticas sustentáveis e interconectado.

O compromisso da instituição com a aproximação de culturas e com a cooperação em prol do progresso científico, cultural, econômico e tecnológico igualitário entre os povos promove o diálogo entre coletivos, permite a compreensão das diferenças e a troca de conhecimentos e estimula a solidariedade e o cultivo de uma cultura da paz.

O IFRJ tem contemplado a internacionalização de diversas maneiras: através da promoção de ensino de línguas, da realização de editais de mobilidade internacional para estudantes e servidores, da oferta também de intercâmbio na modalidade virtual com instituições parceiras; com orientação a estudantes e profissionais da educação sobre processos de internacionalização; com a aplicação de testes de proficiência; e com a interação com outras instituições a fim de desenvolver ações com tal finalidade.

2.2.1.1 Projetos existentes de internacionalização

Nos últimos anos o IFRJ, através de sua representação nas Relações Internacionais, firmou acordos com instituições de diversos países como Argentina, Peru, Canadá, França, Cuba, Espanha, Portugal, Irlanda, Colômbia, Finlândia e Rússia.

A partilha de conhecimentos científicos, tecnológicos, da formação pedagógica e de pesquisas aplicadas, bem como possibilitam o desenvolvimento de tecnologias conjuntas, além de gerar visibilidade internacional as ações do IFRJ. No que concerne à pesquisa, à inovação e à extensão, os intercâmbios promovem um aprofundamento e uma expansão das possibilidades institucionais por meio da criação de novos produtos, novas técnicas e serviços. Além disso, as atividades podem abrir os horizontes dos participantes para outras realidades sociais e profissionais.

Em matéria de mobilidade acadêmica internacional, desde **2015** o IFRJ tem lançado editais próprios, possibilitando que dezenas de estudantes de graduação realizassem período de estudos no exterior com apoio institucional de diferentes formas: isenção de taxas/gratuidade, passagens aéreas ou bolsas para despesas com alimentação e hospedagem.

A mobilidade é um grande enriquecimento pessoal, globalizado, intercultural e formativo. Em **2019**, pela primeira vez surge a oportunidade de mobilidade acadêmica internacional para servidores com o Instituto Politécnico de Bragança.

Em **2020**, pela primeira vez, o IFRJ faz mobilidade *in* (alunas do Politécnico de Coimbra no *campus Realengo*) e mobilidade *out* com subsídio de bolsa custeada pela Reitoria (Programa *LaPassion*,

Reari Utrecht, Aix Marseille, Programa Pró-Jovem Global e Politécnicos Portugueses).

O IFRJ é integrante da Rede das Assessorias Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (REARI/RJ). Além de associado à FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional).

Faz parte, ainda, do FORINTER (Fórum Internacional) do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

No [Portal Institucional do IFRJ](#), é possível conferir os acordos e os programas de internacionalização.

2.2.1.2 Desafios da internacionalização

Enumeram-se, a seguir, os desafios para a internacionalização do IFRJ para o ciclo do PDI 2024-2028:

- Elaborar e aprovar a Política de internacionalização institucional;
- Elaborar e aprovar a Política linguística institucional;
- Destinar dotação orçamentária para atender às demandas internas da CGRI;

- Destinar dotação orçamentária para atender às demandas dos programas de internacionalização vigentes adotados na CGRI;
 - Desenvolver uma política de atração e integração institucional de estudantes e professores visitantes estrangeiros para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;
 - Criar os comitês locais de internacionalização nos *campi* para atuar conjuntamente com a CGRI na promoção das ações com temática de internacionalização, bem como divulgação de oportunidades internas e externas para comunidade acadêmica;
 - Aumentar as iniciativas de promoção da Internacionalização em Casa a fim de expor a comunidade acadêmica a pessoas, culturas e questões internacionais;
 - Criar estratégias a fim de garantir o funcionamento do Centro Institucional de Ensino de Línguas (CIEL) nos *campi* do IFRJ e na Reitoria;
 - Ampliar a o número de pessoas atuando na equipe da CGRI;
 - Aumentar o caráter multilingüístico das ações do IFRJ, ampliando, através do CIEL o acesso às línguas estrangeiras para os estudantes dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, bem como à língua portuguesa para estrangeiros em mobilidade no IFRJ;
 - Oferecer disciplinas em inglês e espanhol na graduação e na pós-graduação;
 - Promover o *Collaborative Online International Learning (COIL)*, experiência de mobilidade que consiste no desenvolvimento de docência compartilhada on-line com parceiros internacionais;
 - Aumentar a mobilidade de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, com amplitude regional, nacional e internacional, ampliando missões de curta duração;
 - Incentivar e apoiar iniciativas de internacionalização no âmbito da graduação e da pós-graduação do IFRJ.
- 2.2.1.3 Pessoas atendidas pelos projetos desenvolvidos pela internacionalização**
- Apresenta-se, a seguir, um resumo do quantitativo de pessoas atendidas pelos projetos desenvolvidos pela Internacionalização:
- Estudantes de editais de mobilidade são 14 de **2019** até **2023**;
 - Santander Graduação 30 estudantes de **2020** a **2023**;
 - SAKURA Science 1 servidor e 1 estudante;
 - CIEL 100 estudantes e servidores;
 - Leitores Franceses de **2019/2020** - 65 estudantes e servidores;

- Jovens Embaixadores - 3 estudantes (**2022/2023**); e
- Power4Girls - 12 estudantes (**2022/2023**).

2.2.2 Interiorização

O processo de interiorização do IFRJ se dá em consonância com seus objetivos e finalidades maiores, quais sejam a ampliação contínua da oferta de educação profissional integrada, pública e omnilateral a todos os jovens e adultos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro, bem como a potencialização e a transformação dos arranjos socioprodutivos e culturais dos territórios em que suas unidades atuam.

Vale destacar que a compreensão da **territorialidade** do IFRJ no Rio de Janeiro ultrapassa o conceito meramente geográfico e o atendimento exclusivo aos municípios em que a instituição dispõe suas unidades. Assim, o *locus* de atendimento do IFRJ é o Estado do Rio de Janeiro, com suas especificidades e seu movimento contínuo de crescimento socioeconômico, especialmente em regiões mais distantes da capital e dos centros urbanos. Nessa relação o IFRJ cresce como instituição de ensino-pesquisa-extensão, ao mesmo tempo que também influencia significativamente o crescimento de novos territórios e de seus atores sociais, seja com o

desenvolvimento da educação e da cultura, seja na captação de recursos financeiros nas regiões em que a Educação Profissional potencializa crescimento econômico e ascensão social.

Na prática significa a adoção de programas e projetos institucionais que tem como objetivo alcançar e dialogar permanentemente com as populações, as organizações sociais e os territórios em que o IFRJ potencialmente pode oferecer seus serviços e propor alternativas de desenvolvimento social e econômico, seja nos municípios em que se localizam seus *Campi*, seja onde não disponha de uma unidade de ensino.

Assim, por intermédio de inúmeros convênios e parcerias, seja por oferta própria ou no âmbito de programas governamentais, o IFRJ vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão em diferentes municípios e junto a organizações sociais e/ou governamentais, tais como a oferta de cursos de qualificação profissional, mediante a criação do Programa INTERIORIZA IFRJ, iniciado em **2023** com o atendimento aos municípios de Teresópolis e Paraty, num total de 8 cursos e 352 vagas, assim distribuídas conforme Figuras 20 e 21, a seguir.

Para o período alvo deste PDI, o IFRJ projeta a ampliação de seu escopo de atuação em novas territorialidades, seja no contexto de expansão promovida pelo Governo Federal mediante a abertura

de novos campi, seja através da ampliação do Programa INTERIORIZA IFRJ, este último com a meta de alcançar 2 novos territórios a cada ano.

Figura 20 - Oferta em Teresópolis do Programa INTERIORIZA IFRJ



Fonte: Elaborado pelo autor com base em PROEN (2023)

⁷ Crédito da foto no município de Teresópolis: [Bruno Nepomuceno](#)

Figura 21 - Oferta em Paraty do Programa INTERIORIZA IFRJ



Fonte: Elaborado pelo autor com base em PROEN (2023)

2.3 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

Sendo uma instituição de ensino, o IFRJ tem como princípio maior a defesa inconteste da oferta de educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade como um direito universal. Defende que o acesso ao conhecimento é um direito tangível e de toda a sociedade, condição primordial e indispensável para o bem-estar coletivo e para a construção de uma cidadania plena de todos os indivíduos que compõem a sua comunidade.

Isso posto, o IFRJ tem como missão político-pedagógica o compromisso com a oferta de cursos e demais ações que definem a educação, a ciência, a tecnologia, a arte, a cultura e o esporte como dimensões indissociáveis da constituição do indivíduo, reconhecendo os saberes práticas prévias dos sujeitos e abrangendo o conhecimento do ser humano em sociedade, da natureza e da cultura como meios fundamentais para a garantia da liberdade e da igualdade, sem distinção social, etária, de gênero, raça, etnia e de religião.

Em suma, o ato de ensinar e aprender se converte em um instrumento fundamental para a democratização do conhecimento como um bem social, coletivo e estratégico, essencial para garantir os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar dos povos, a construção de uma cidadania plena e a emancipação social.

Assim, outros princípios filosóficos fundamentais e que se complementam de forma indissociável na identidade institucional do IFRJ são:

- ✓ *garantia da igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito a toda comunidade atendida pelo IFRJ*, tendo como objetivo assegurar a qualidade das ações pedagógicas à toda a sociedade, em destaque às populações em situação de vulnerabilidades. No que tange à permanência e ao êxito, em específico, trata-se de promover ações político-pedagógicas que garantam a efetiva inclusão, em especial dos estudantes com dificuldades quaisquer no processo de aprendizagem e com maior risco de evasão e de insucesso escolar. Analogamente, a inclusão também se dá pelo êxito, ao avaliar as expectativas dos públicos ingressantes e propiciar a consecução de seus objetivos vinculados ao processo formativo;
- ✓ *a cultura, a ciência e a tecnologia como pilares fundamentais na intervenção e transformação social, com vistas a promover soluções – éticas, criativas e críticas – para os problemas prementes da humanidade, bem como o reconhecimento e a integração das culturas e experiências que compõem a comunidade do IFRJ*, para que a educação, a ciência, a

tecnologia e as artes se constituam em vetores na direção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática;

✓ ***o trabalho assumido como princípio educativo, que norteia o currículo e as práticas de ensino e aprendizagem, voltado para a formação política, omnilateral e emancipatória dos estudantes e vislumbrando as exigências para a vida em sociedade.*** Sob esta perspectiva, a concepção de Educação Profissional no IFRJ exige que não haja fragmentação entre as experiências individuais e sociais; entre os saberes práticos e teóricos; muito menos entre os conhecimentos científicos e tecnológicos;

✓ ***a educação e o conhecimento socialmente referenciados, isto é, capazes de compreender o sujeito nas suas múltiplas dimensões, buscando trabalhar o Ser na sua integralidade.*** Deve ser capaz de desenvolver a curiosidade, a vivacidade, o espírito investigativo e inovador, visando a ação ética, consciente, interventora e libertadora dos indivíduos na realidade social. Nesse sentido, reforça-se a perspectiva de uma Educação Profissional integrada e integral, a ser desenvolvida pelo IFRJ, e que não seja reduzida a um mero instrumento útil de preparação para o

mercado de trabalho, mas sim como a atividade social que ao nos constituir como humanos, projeta o potencial criativo e educativo das relações sociais; tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular dos cursos e ações didático-pedagógicas ofertadas pelo IFRJ;

✓ ***a interdisciplinaridade como atitude permanente de ensino e aprendizagem.*** A interdisciplinaridade como princípio pedagógico implica superar o ensino fragmentado, sem relação com o entorno, e compreender que a busca do conhecimento é um processo contínuo. A interação de áreas do conhecimento compreende troca de saberes e conhecimentos teóricos e/ou metodológicos capazes de gerar novos saberes e práticas que efetivem os princípios filosóficos fundamentais do IFRJ como instituição de ensino;

✓ ***a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão.*** A [Lei nº 11.892/2008](#) cria os Institutos Federais, que têm compromisso de ministrar educação em todos os níveis de ensino, oferecendo possibilidades de acesso, além de realizar pesquisa e extensão. Assim, o IFRJ assume a indissociabilidade entre ensino,

pesquisa, inovação e extensão, especialmente concretizada em seus editais integrados. Busca-se manifestar essa articulação no processo de construção curricular, se configurando como um princípio pedagógico. Com isso, é possível subsidiar novos projetos e novas linhas de atuação em pesquisa, inovação e extensão que, juntamente com os projetos e linhas já desenvolvidas, podem se manifestar nos projetos pedagógicos dos cursos;

✓ **a Verticalização como finalidade e característica do IFRJ sob o conceito de itinerário formativo.** A verticalização – finalidade e característica dos Institutos Federais de acordo com a [Lei nº 11.892/2008](#) – visa promover a integração da Educação Profissional em seus diferentes níveis de ensino, otimizando infraestrutura física, quadros de pessoal e recursos de gestão. Mais do que isso, o processo pedagógico da verticalização se consubstancia no que o IFRJ define como Itinerário Formativo, qual seja a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos de Educação Profissional, programado a partir de estudos quanto às demandas socioprodutivas e culturais locais; aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura socio-ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, o qual orienta e configura uma

trajetória educacional consistente para o estudante. Na prática pedagógica, significa constituir o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pelo IFRJ, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas. Assim, a relação entre a educação profissional técnica de nível médio, a graduação e a pós-graduação, deve se construir em um profícuo diálogo que articule a criação ou atualização dos cursos com as outras instâncias de formação já existentes nos *campi* do IFRJ, bem como envolver seus estudantes em projetos de pesquisa, inovação e extensão; e

✓ **a Pesquisa como Princípio Pedagógico.** No processo pedagógico cotidiano, é necessário propiciar ao estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia. Assim, docentes e técnico-administrativos em educação devem proporcionar atitudes que despertem a vocação científica nos estudantes, e, ao mesmo tempo, garantir, no currículo, espaço para a pesquisa como princípio educativo.

2.4 Organização didático-pedagógica do IFRJ

A organização didático-pedagógica dos cursos de qualificação profissional, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação ofertados pelo IFRJ está consubstanciada em seus Regulamentos e demais instrumentos normativos internos. Mais do que isso, se orienta pelos princípios presentes neste PPI bem como nas normas vigentes da Educação nacional, quais sejam:

- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico; indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-

se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

- indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
- articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
- reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, reconhecimento das identidades de gênero e étnico-

- raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
- reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
 - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;
 - identidade dos perfis profissionais de ingresso e de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes individuais e sócioprofissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.

Dessa forma, o IFRJ define os seguintes princípios norteadores de suas práticas pedagógicas: o comprometimento social do ensino; a garantia de relações democráticas; o incentivo à autonomia e à preservação da subjetividade; o respeito à diversidade; a valorização das responsabilidades individuais e coletivas; a unidade do processo educativo e o compromisso com a inclusão do educando nesse processo.

As práticas pedagógicas de cada curso devem estar definidas em seu Projetos/Planos de Curso e envolvem aulas teóricas e aulas práticas, visitas técnicas e culturais, trabalhos de campo, estágios, entre outras, planejadas e oferecidas de acordo com as necessidades e perfil do curso e com as possibilidades da Instituição.

Os currículos devem estar adaptados ao tempo atual, englobando saberes, conhecimentos e práticas socialmente referenciados. As metodologias de ensino devem buscar a inovação dos processos de ensino-aprendizagem e a autonomia do estudante, além de promover a reflexão crítica sobre as questões da sociedade atual, priorizando-se atividades que promovam a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade, além da contextualização e significação dos conteúdos.

Dentre as atividades práticas propostas nos cursos o Estágio Curricular Supervisionado se constitui em aprimoramento das experiências acadêmicas para as vivências profissionais e as relações socioculturais, e, quando exigido pelo curso, deverá ser realizado objetivando a integração do aluno com o mundo do trabalho, conforme a legislação em vigor e as normas internas do IFRJ.

Assumindo-se que o ensino, a pesquisa e a extensão devem ser indissociáveis, os cursos devem ser ofertados considerando a

importância da curricularização da pesquisa e da extensão, que se dá de inúmeras maneiras, dentre elas a inclusão do levantamento e discussão de problemas reais na prática profissional e pedagógica; o incentivo à participação de estudantes e servidores em projetos extraclasses; a discussão de questões surgidas no ambiente de estágio curricular; a participação dos estudantes em atividades institucionais de difusão de conhecimento e tecnologia, promovendo a autonomia do estudante e a ação do profissional no atendimento às demandas da sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do IFRJ obrigatoriamente integrada à Educação Profissional (PROEJA) deve ser uma ação permanente nos *Campi*, assumindo um caráter humanizador que dê ao jovem e ao adulto o acesso à produção histórica da humanidade e a uma formação profissional que lhe permita compreender e intervir no mundo, sob uma perspectiva crítica e emancipatória. Para além da oferta de cursos, o IFRJ assume o compromisso de promover uma política contínua e em todos os seus *Campi*, específicas para essa modalidade de ensino, integrada à uma política pública educacional que busca proporcionar condições para que todos os cidadãos tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita e com qualidade, independentemente de origem socioeconômica, raça/etnia, credo,

gênero, idade e posição política, como seu direito.

Vale destacar que todas as ofertas de cursos, programas e projetos de ensino têm como foco principal a elevação da escolaridade e a emancipação social dos sujeitos jovens e adultos trabalhadores pela educação e pelo trabalho. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos, mas também a Educação Inclusiva e a Educação à Distância, modalidades da Educação Básica, assumem um papel transversal em todas as ofertas de Educação Profissional realizadas pelo IFRJ, e são vetores importantes no processo de formação continuada dos servidores do IFRJ, especialmente os docentes. Entender essas modalidades de ensino, em suas especificidades e de forma dialógica e integrada à Educação Profissional é condição *sine qua non* para a organização didático-pedagógica do IFRJ, em todas as suas ofertas de cursos e demais ações.

Dessa maneira, o IFRJ investe na formação de seus profissionais de educação para que possam entender e melhor atender a todas as questões pertinentes ao universo das diferentes modalidades de ensino, repensando e ressignificando suas práticas pedagógicas para um público diferenciado, vencendo estígmas e preconceitos e reconhecendo também a sua necessidade de continuar aprendendo. A concepção dessas modalidades de ensino -

em especial e Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva -, como uma forma de educação permanente e ao longo da vida, deve ser compreendida dentro de suas funções reparadora e equalizadora, que buscam o cumprimento do dever do Estado para garantir o direito de todos à educação, reduzindo a desigualdade entre os que a ela tiveram acesso e aqueles que tiveram o acesso negado ou interrompido, mas também dentro de sua função qualificadora, sob a perspectiva da formação para o exercício efetivo da cidadania e para a humanização de homens e mulheres.

Por fim, cumpre destacar que as ofertas de Educação Profissional realizadas no âmbito do IFRJ integram-se aos diferentes níveis e modalidades da Educação brasileira sempre numa perspectiva dialógica e priorizando aquilo que constitui a identidade da Educação Profissional: formação politécnica, omnilateral, integrada e que garanta o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

2.4.1 Da Qualificação Profissional - Formação Inicial e Continuada

Os cursos, programas e demais ações pedagógicas circunscritas na modalidade de oferta qualificação

profissional/formação inicial e continuada é concebida como uma oferta educativa (específica da educação profissional e tecnológica) que proporciona a qualificação, a requalificação e o desenvolvimento profissional de trabalhadores nos mais variados níveis de escolaridade e de formação. Centra-se em ações pedagógicas, de natureza teórico-prática, planejadas para atender a demandas socioeducacionais de formação e de qualificação profissional. Contempla-se, ainda, no rol dessas iniciativas, trazer de volta ao ambiente formativo, pessoas que foram excluídas dos processos educativos formais e que necessitam dessa ação educativa para dar continuidade aos estudos, seja mediante cursos, seja na elaboração de projetos via itinerários formativos, reconhecimento de saberes profissionais prévios e/ou outras formas de certificação profissional, sintonizando formação humana e formação profissional com vistas à aquisição de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético-políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito nos diversos níveis de escolaridade ofertados pelo instituto.

2.4.2 Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Levando em consideração a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Básica, nos cursos

integrados, o IFRJ vem buscando superar o dualismo entre formação acadêmica e formação profissionalizante. Nesse sentido, os cursos inseridos nessa modalidade de oferta, seja na forma integrada, concomitante e/ou subsequente, segue as orientações estabelecidas pela legislação vigente, em especial a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos pelo educando em etapas anteriores de escolarização, possibilitando o prosseguimento de estudos; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Em seus *campi* ministra cursos de Educação profissional técnica de nível médio:



- a) integrada ao ensino médio;**
- b) integrada ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos;**
- c) de modo concomitante ao ensino médio; e**
- d) subsequente ao ensino médio.**

2.4.3 Da Graduação

O ensino de graduação do IFRJ está inserido no processo da globalização, que alcança o mundo cultural, social, econômico e político, como também o desenvolvimento tecnológico acelerado, que requer um novo perfil profissional, integrando a formação técnica à formação humana e à ética e que possibilita ao educando a construção da autonomia em relação a sua aprendizagem, reafirmando seu papel na formação de profissionais-cidadãos para o mundo do trabalho e como instância promotora de cultura.

O ensino de graduação do IFRJ está articulado com os demais níveis de ensino da instituição, com a pesquisa e com a extensão e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade acadêmica. Nesse sentido, suas ações devem primar pela garantia do acesso, permanência e êxito dos estudantes, buscando uma sintonia constante com as atuais demandas do mundo do trabalho.

A organização didático-pedagógica dos cursos de graduação está consubstanciada em regulamentos específicos, como preconizado pela normativa legal, atendendo ao disposto no Catálogo Nacional para os Cursos Superiores de Tecnologia e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Os regulamentos específicos da graduação, que tratam das atividades acadêmicas e conferem uma identidade institucional ao ensino de graduação, são organizados para atender as especificidades dos cursos, sendo revisados periodicamente.

O IFRJ oferece Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados, ministrados na modalidade presencial. A concepção curricular dos cursos busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Aos estudantes de graduação são oferecidas oportunidades de desenvolvimento profissional, tal como bolsas de iniciação científica e outros programas que visem assegurar sua permanência, êxito acadêmico e inserção socioprofissional. A participação em programas de fomento à graduação é incentivada por meio de sensibilização e chamada através de editais internos com ampla divulgação para a comunidade acadêmica.

A seguir, destacam-se alguns Programas da graduação: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), é desenvolvido em parceria com a CAPES, sendo destinado a

estudantes de cursos de licenciatura. Esse programa recebe fomento para que o projeto institucional seja desenvolvido em escolas públicas, com vistas à elevação da qualidade do ensino de Ciências Exatas e Naturais. O projeto envolve pesquisa, ensino e extensão, contando com a participação de docentes e discentes dos cursos de Licenciatura, docentes da rede pública (Estadual e Municipais) e estudantes da Educação Básica. O Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET Saúde - IFRJ) busca aprimorar o processo de promoção da integração entre ensino - serviço e comunidade como parte da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) via Ministério da Saúde (MS), por meio da sua Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Ofertará bolsas para os docentes, os profissionais de saúde e os estudantes de graduação, com o objetivo de estimular práticas de ensino-aprendizagem na realidade do trabalho em saúde, de acordo com as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). O Programa de Educação Tutorial (PET), desenvolvido em parceria com o MEC, é composto por grupos tutoriais de aprendizagem e busca propiciar aos alunos, sob a orientação de um professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares, que complementem a sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente a necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar e

aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular.

2.4.4 Da Pós-Graduação

No que diz respeito ao Ensino Superior o IFRJ possui, há mais de 10 anos, Regulamento-Geral da Pós-Graduação *Lato Sensu* e Regulamento-Geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu* bem consolidados e atualizados pela última vez em **2021**. Eles se vinculam ao documento estruturante denominado Política de Pós-graduação criado em **2023** que traz, entre outros, critérios para manutenção da oferta dos cursos e processo de avaliação e de autoavaliação. A gestão da pós-graduação, compartilhada entre PROPPI, diretorias dos *campi* e coordenações responsáveis pela pós-graduação, compreende a supervisão, o acompanhamento, a avaliação e a orientação dos cursos de especialização, mestrado e doutorado ofertados pelo IFRJ, aprovados para funcionamento pelo seu Conselho Superior e, no caso do *stricto sensu*, também pela CAPES.

2.5 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

O Plano de atendimento às Diretrizes Pedagógicas no âmbito do IFRJ se consubstancia na regulamentação didático-pedagógica do Instituto, apresentada em documento específico que regula todos os processos e atividades acadêmicas institucionais. Fundamentada nas leis e demais normas educacionais do sistema federal de ensino, a regulamentação didático-pedagógica do IFRJ se mantém em estrita consonância com a Missão e o Projeto Político-Pedagógico institucionais, abrangendo toda a estrutura de planejamento administrativo, de ensino, pesquisa e extensão.

2.6 Políticas de Ensino

No campo curricular, as políticas de ensino se consubstanciam em marcos que fundamentam a construção das ofertas dos cursos e a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), quais sejam:

- o compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, a preservação do meio ambiente, a transparência e a gestão democrática;

- o cumprimento da missão institucional de reconhecer a educação e o trabalho como direitos universais e inalienáveis a serem potencializados nos cursos e demais ações didático-pedagógicas do IFRJ, de forma gratuita, inclusiva e emancipatória, e que considera os estudantes como sujeitos históricos e de direitos, participantes ativos e protagonistas do seu processo de formação;
- a eficácia nas respostas por formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte ao desenvolvimento local e regional, social e cultural, sem perder de vista a concepção da Educação Profissional no âmbito do IFRJ: integrada, politécnica, omnilateral e que garanta a formação integral dos estudantes;
- a obrigatoriedade no atendimento dos percentuais de ofertas de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio; de Educação de Jovens e Adultos e de Formação de Professores em todos os *Campi* do IFRJ;
- a verticalização do ensino e sua indissociabilidade com a pesquisa e com a extensão;
- o atendimento das concepções, princípios e orientações contidas ao longo deste documento – PPI, bem como os documentos legais, inerentes à modalidade e ao nível de ensino desejado;
- um currículo dialógico, transformador e contextualizado, que seja produzido de forma participativa com toda a comunidade escolar e que conte com as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade;
- a flexibilidade necessária, de modo que cada *campus*, incorporando suas especificidades locais e regionais, construa projetos inovadores, atualizados e próprios considerando as possibilidades e a autonomia didático-pedagógica da instituição, mas, ainda assim, garantindo que os diferentes projetos tenham uma identidade, sobretudo, entre os que compartilham a mesma área ou eixo tecnológico e tenham mecanismos próprios que garantam a mobilidade do estudante, seja intercursos, seja intercampi;
- a definição de perfis de ingressante e de conclusão de cursos que contemplam, de forma explícita, os conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais correspondentes ao itinerário formativo, de modo que estes perfis sejam vetores de garantia do acesso-permanência-êxito dos estudantes, bem como respondam aos constantes desafios da vida cidadã e profissional, e às necessidades requeridas pelos arranjos sociais, culturais e produtivos presentes nos territórios de influência de cada *campus*;

- os princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como mecanismos pedagógicos que superem a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular; bem como a integração entre a teoria e a prática, envolvendo as dimensões das ciências, cultura, trabalho e as tecnologias a elas vinculadas;
- o reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais;
- a articulação entre o ensino, a extensão e a pesquisa de forma indissociável, tendo a pesquisa como princípio educativo e científico e a extensão como forma de integração com a sociedade, superando a dicotomia entre teoria e prática.

2.7 Políticas de Pós-Graduação e Pesquisa

A pós-graduação visa proporcionar às pessoas detentoras de diploma de graduação (bacharelado, licenciatura, curso superior de tecnologia, ou outra modalidade de graduação) formação superior em nível de *lato sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado ou doutorado). As vagas para os cursos regulares serão ofertadas por edital do IFRJ, em sintonia com as demandas sociais, culturais e do

setor produtivo. Os cursos se caracterizam como um espaço de produção e de socialização de conhecimentos, fortalecidos pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa e/ou da inovação.

Associado à Política de Pós-graduação, visando à avaliação e à autoavaliação, o Programa de Incentivo e Acompanhamento da Pós-graduação (PIAPG), criado em **2021**, apoia, com cotas de auxílio financeiro de custeio e bolsas para responsáveis pelas coordenações dos cursos de especialização, que apresentam projetos em edital específico. Ressalta-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, as ações na pós-graduação devem se relacionar também aos demais níveis de ensino, promovendo a verticalização.

Quanto à avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela CAPES, quatro dos cursos de mestrado têm nota 5, um, nota 3, e os três doutorados têm nota 5, evidenciando a busca pela excelência da pós-graduação no IFRJ.

Para o período 2024-2028, a PROPPI buscará induzir a internacionalização nos cursos avaliados com nota 5. Ao mesmo tempo, consolidará e fomentará cursos de pós-graduação, sejam novos ou aqueles provenientes da identificação de especializações com potencial para migrarem ou se fundirem, resultando na criação de mestrado, uma vez que a pós-graduação se configura como um

dos principais elementos de incentivo à pesquisa e/ou à inovação.

2.7.1 Políticas de Pesquisa e Inovação

As ações de pesquisa e de inovação no IFRJ buscam a integração com as de ensino e de extensão, além de promover a verticalização com a atuação de estudantes de diferentes níveis em um mesmo projeto, tendo por base uma das missões previstas na Lei nº 11.892/2008. Ao se articularem com demandas do mundo real por meio dos arranjos sociais e produtivos locais, as atividades de pesquisa e de inovação podem proporcionar desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida, emprego e renda e promover o desenvolvimento tecnológico. De acordo com essa lei, é finalidade dos Institutos Federais “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”, tendo como objetivo “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (Brasil, 2008).

No IFRJ, a pesquisa e a inovação se desenvolvem por meio de projetos de pesquisa básica e aplicada. A pesquisa básica consiste no trabalho teórico e/ou experimental criativo empregado de forma

sistemática com a finalidade de produzir novos conhecimentos, sem considerar, de início, uma aplicação ou um uso em particular. A pesquisa aplicada consiste igualmente em trabalho criativo empreendido com o objetivo prático determinado primeiro, considerando conhecimentos existentes e aprofundando-os com a finalidade de resolver um problema específico ou buscar soluções para melhorias técnicas/tecnológicas junto aos setores produtivos e sociais. Também pode ser considerada pesquisa aplicada a realização de trabalhos sistemáticos com base em conhecimentos existentes para lançar novos materiais, produtos, procedimentos, sistemas ou serviços, ou melhorar os já existentes, podendo gerar ativos de propriedade intelectual, e estimular a transferência de tecnologia e inovação. Ainda que essa dicotomização exista, elas não são mutuamente exclusivas, e muitas vezes a pesquisa básica e aplicada são interligadas e indissociáveis. A pesquisa básica fornece o conhecimento teórico necessário para impulsionar a pesquisa aplicada, enquanto a pesquisa aplicada pode gerar novas questões que, por sua vez, motivam pesquisas básicas. Ambas desempenham papéis fundamentais e coexistem em muitos dos projetos de pesquisa realizados no IFRJ.

2.7.1.1 Programas de Pesquisa e Inovação

Assim, a consolidação da pesquisa e da inovação depende de políticas e programas atualizados e alinhados à missão institucional e à legislação vigente. O IFRJ possui Políticas de Inovação (2021) e de Pesquisa (2023) atualizadas e, com isso, busca propiciar um ambiente fértil para estímulo e indução de novas ações e garantir a manutenção de atividades regulares de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, por intermédio de apoio e fomento, quais sejam:

- Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PESQUISAR)
- Incentivo a Projetos de Pesquisa (PROCIÊNCIA),
- Incentivo à Publicação de Artigos em Periódicos (PUBLIQUE),
- Incentivo à Editoração de Obras Digitais (PROEDIT),
- Incentivo à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos, Tecnológicos e Artístico-Culturais (PROATC),
- Apoio a Periódicos Científicos (PAPER),
- Apoio a Grupos de Pesquisa (PROGP),
- Apoio ao Funcionamento de Equipamentos (PAFE);
- Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC),
- Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC),
- Bolsa de Iniciação Científica em Ações Afirmativas (PIBIC AF),
- Bolsa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC JR),
- Bolsa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC EM),
- Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC),
- Voluntário de Iniciação Científica Júnior (PIVIC JR);
- Programa Institucional de Apoio à Inovação (INOVAR),
- Incentivo a Projetos de Inovação (PROINOVA),
- Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PROTEC),
- Apoio a Ambientes Promotores e Habitats de Inovação (PROMOVE);
- Programa Institucional de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIIT),
- Bolsa de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI),
- Bolsa de Iniciação Tecnológica e Inovação Júnior (PIBITI JR),
- Voluntário de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIVITI),
- Voluntário de Iniciação Tecnológica e Inovação Júnior (PIVITI JR);
- Programa Institucional de Reconhecimento da Produtividade em Pesquisa e/ou em Inovação (PRODUTIVO);
- Programa Institucional de Aquisição de Equipamentos (EQUIPAR);

- Programa Institucional de Incentivo à Prospecção de Mapa de Oportunidades junto aos Arranjos Produtivos Locais (PROSPECTAR);
- Programa Institucional de Cadastro de Projetos de Pesquisa ou de Inovação (CadPI).

O IFRJ, em **2023**, investiu cerca de 6% de seu orçamento em programas de pesquisa e de inovação, que envolveram, em projetos, aproximadamente 15,4% de seus servidores e 2,6% dos estudantes regularmente matriculados, demonstrando a necessidade de ampliação desses indicadores para o período 2024-2028. Desses projetos, cerca de 32,4% são caracterizados como pesquisa aplicada, sinalizando a necessidade de melhoria desse indicador considerando que a atuação do IFRJ junto ao ambiente produtivo e social deve envolver a promoção de ações estratégicas necessárias ao desenvolvimento de projetos em parcerias, à geração de empreendimentos inovadores, à transferência de conhecimento, à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento econômico e social, assegurando que as ações no âmbito do ecossistema de inovação estejam alinhadas com as áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão do IFRJ.

A pesquisa e a inovação geraram, em **2022**, cerca de 1.600 produções bibliográficas entre artigos em periódicos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos publicados em anais de eventos, com planejamento esperado de aumento para o período 2024-2028. Como resultado do desenvolvimento de produção técnica, o IFRJ conta com 36 ativos de propriedade intelectual, sendo 16 pedidos de patentes, 8 marcas e 12 softwares registrados. Outro ponto importante são os *habitats* de inovação –com apoio da SETEC e fomentos externos, o IFRJ conseguiu estimular a criação de 7 ambientes: 2 incubadoras, 3 espaços *makers* e 2 laboratórios especializados. Em diferentes níveis, esses ambientes ainda precisam de apoio para consolidação, e há propostas para novos ambientes para o período 2024-2028.

Em termos de [grupos de pesquisa](#) do IFRJ, há, em **2023**, 140 cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificados pela instituição nas diferentes áreas de conhecimento, conforme Tabela 5, a seguir, com destaque para grupos criados na grande área Multidisciplinar (classificada como “outra” na plataforma do CNPq).

Tabela 5 - Número de grupos de pesquisa que se encontram certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq em 2023

ÁREA DO CONHECIMENTO	GRUPOS DE PESQUISA
Ciências Agrárias	7
Ciências Biológicas	7
Ciências da Saúde	15
Ciências Exatas e da Terra	33
Ciências Humanas	39
Ciências Sociais Aplicadas	13
Engenharias	8
Linguística, Letras e Artes	13
Multidisciplinar	5
TOTAL	140

Fonte: PROSSI (2023)

2.8 Políticas de Extensão

Compreendendo as finalidades e características descritas na [Lei nº 11.892/2008](#), no âmbito da extensão e, fundamentalmente pelo princípio constitucional de sua indissociabilidade com o ensino e com a pesquisa, o IFRJ assume o compromisso em ofertar a educação

profissional e tecnológica com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Este compromisso está diretamente relacionado ao conceito de extensão definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT/CONIF) “A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade” (FORPROEXT, 2015, p. 2). E é por meio deste conceito que o IFRJ se apoia para a normatização das ações extensionistas na instituição, objetivando superar a visão tradicional de extensão enquanto ação eventista e inorgânica (REIS, 1996).

Nesta direção, o IFRJ assume enquanto metodologia para as ações de extensão, as diretrizes definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU (2012), a saber:

- Interação Dialógica;
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;

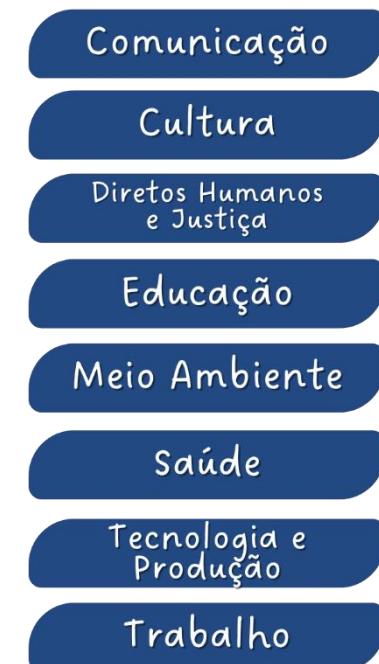
- Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão;
- Impacto na Formação do Estudante; e
- Impacto e Transformação Social.

Em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, as ações políticas que podem contribuir para o fortalecimento da extensão no IFRJ e que compõem o rol de objetivos da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) compreendem a sua normatização e implementação junto aos *campi*, por meio da Política de Extensão do IFRJ, o incremento da articulação das ações extensionistas com as políticas públicas, os movimentos sociais, os setores produtivos da sociedade e os territórios em que a instituição esteja inserida. Na direção para o pensar e o fazer da extensão parte homogênea da ação educativa, a atuação dos gestores de extensão, dos núcleos de ações afirmativas, de diversidade e inclusão e demais setores vinculados à extensão nos *campi* e reitoria do IFRJ precisa admitir e integrar processos formativos e continuados capazes de compreender a formalização, o acompanhamento, o financiamento, a curricularização, a participação e a avaliação das atividades extensionistas.

2.8.1 Ações de extensão

As ações de extensão são classificadas em programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços. A sistematização dessas ações compreende oito áreas de grande foco da política social, conforme Figura 22.

Figura 22 - Áreas temáticas da PNEU (2012)



Fonte: PROEX (2024)

Bem como, dispõe de oito áreas de atuação prioritária, sendo estas:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
- Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes;
- Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; e
- Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

2.8.1.1 Programas e projetos

Considerando a definição de programa do FORPROEXT (2015), os programas de extensão desenvolvidos pelo IFRJ visam articular projetos de extensão de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, envolvendo a participação de discentes, alinhados às diretrizes da extensão, em parcerias interinstitucionais, para atuação nos territórios, em rede nacional e internacional, com foco prioritário para a promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural e social.

Nesta direção, a PROEX atua com os seguintes programas institucionais do Quadro 3. Enquanto perspectiva e desafio para a extensão, o IFRJ enfatiza o trabalho contínuo de fortalecimento dos programas institucionais vigentes e para a retomada de programas nacionais, com vistas ao financiamento próprio da extensão e em prol do desenvolvimento da sociedade.

Quadro 3 - Programas institucionais da PROEX

PROGRAMA	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS
PROEXTENSÃO	Programa Institucional de Incentivo às Atividade de Extensão, organizado por meio de edital integrado com as pró-reitorias de Ensino e Pesquisa, para apoiar o desenvolvimento de projetos de extensão do IFRJ	Servidores contemplados pelo Edital Integrado, estudantes e comunidade externa.
PROEXTENSÃO	Programa Institucional de Incentivo às Atividade de Extensão, organizado por meio de edital de fomento da PROEX, para apoiar o desenvolvimento das semanas acadêmicas do IFRJ	Servidores contemplados pelo Edital PROEX/IFRJ, estudantes e comunidade externa.
PIBIEX e PIBIEXJr	Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão, organizado por meio de edital integrado com as pró-reitorias de Ensino e Pesquisa, para incentivar e apoiar o protagonismo discente nas ações de extensão do IFRJ	Estudantes de nível médio técnico e de graduação do IFRJ, contemplados durante o período de 12 meses com Bolsas PIBIEX Júnior ou PIBIEX, respectivamente.
PIVIEX	Programa Institucional de Voluntários para Iniciação às Atividades de Extensão, organizado por meio de edital PROEX/IFRJ, para incentivar e apoiar o protagonismo discente nas ações de extensão do IFRJ	Estudantes de nível médio técnico e de graduação do IFRJ atuando como voluntários, possibilitando a esses jovens aprendizes a orientação e a capacitação em atividades de extensão vinculadas aos projetos em andamento nos campi do IFRJ e/ou aprovados por Edital Integrado.

Fonte: PROEX (2024)

2.8.1.2 Cursos e eventos

Para apoiar as ações pedagógicas da extensão, o IFRJ conta com o Regulamento (2021) específico para os cursos livres de extensão do IFRJ, fortalecendo a normatização e a qualificação de ações planejadas e organizadas de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos e que visem o desenvolvimento, a atualização ou o aperfeiçoamento de conhecimentos de grupos específicos ou da sociedade em geral. A instituição conta, ainda, com o Catálogo de Cursos de Extensão (2023) o que propicia à comunidade acadêmica interna um canal de referência para o planejamento de novas ações e, à comunidade externa, a visibilidade da instituição enquanto equipamento público, gratuito e que oportuniza a iniciação no processo de verticalização do ensino. Ou seja, o catálogo é um instrumento que atua como ferramenta de divulgação da instituição e, consequentemente, os cursos livres de extensão atuam como porta de entrada para as pessoas migrarem de um curso de extensão para um curso regular de ensino técnico de nível médio, de graduação e/ou pós-graduação.

Além dos cursos de extensão serem uma das ferramentas propulsoras da educação profissional e tecnológica, assim também são organizados os eventos de extensão no IFRJ. Em diálogo direto

com o FORPROEXT (2015), os eventos de extensão são as ações que implicam em dialogar, divulgar, compartilhar, apresentar e/ou exibir publicamente, livre ou com clientela específica, com o envolvimento direto da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição. Para que isso seja possível, o IFRJ conta com a construção anual do Calendário de Eventos, construído colaborativamente por toda instituição.

2.8.1.3 Prestação de serviços

Para as ações tais como consultorias, laudos técnicos, e assessorias, vinculadas às áreas de atuação da instituição, que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais, o IFRJ trabalha para a sistematização das prestações de serviços em consonância com a PNEU (2012), a qual assume como princípios básicos que a ação deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade

objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

2.8.2 Curricularização da Extensão

O processo de Curricularização da Extensão para o IFRJ representa um grande avanço em direção à formação integral e ao fazer indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas instituições de ensino.

Nesta perspectiva, em articulação com os fóruns da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, em âmbito nacional, e em articulação com a comunidade acadêmica do IFRJ, foram organizadas as [Diretrizes para a Curricularização da Extensão no IFRJ](#) (2023).

Por compreender e assumir a extensão como potencial dimensão no caráter educativo com o ensino, na produção de conhecimento com e para a sociedade com a pesquisa, o IFRJ tem como objetivo potencializar a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação por meio de processos formativos continuados para a comunidade acadêmica interna, em ação articulada com o ensino e com a pesquisa.

2.9 Política de Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD), de acordo com o Decreto 9.057, de 25/05/2017, é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A EaD, no âmbito do IFRJ, inicia-se com o convênio do instituto com a Rede e-Tec Brasil. Por meio desse convênio, os primeiros cursos técnicos a distância foram aprovados no final de **2008**. A criação da Diretoria de Educação a Distância (DEaD), em **2016**, foi fundamental para que ações internas e externas ao instituto fossem consolidadas, buscando atender ao Plano Estratégico 2017-2021 do IFRJ.

Em **2018**, com a alteração do organograma da reitoria, a Diretoria de Educação a Distância passa a se chamar Diretoria Adjunta de Tecnologia e Inovação em Educação Profissional e Tecnológica (DTEIN), deixando de estar lotada na antiga Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão (DIEx), e passando a

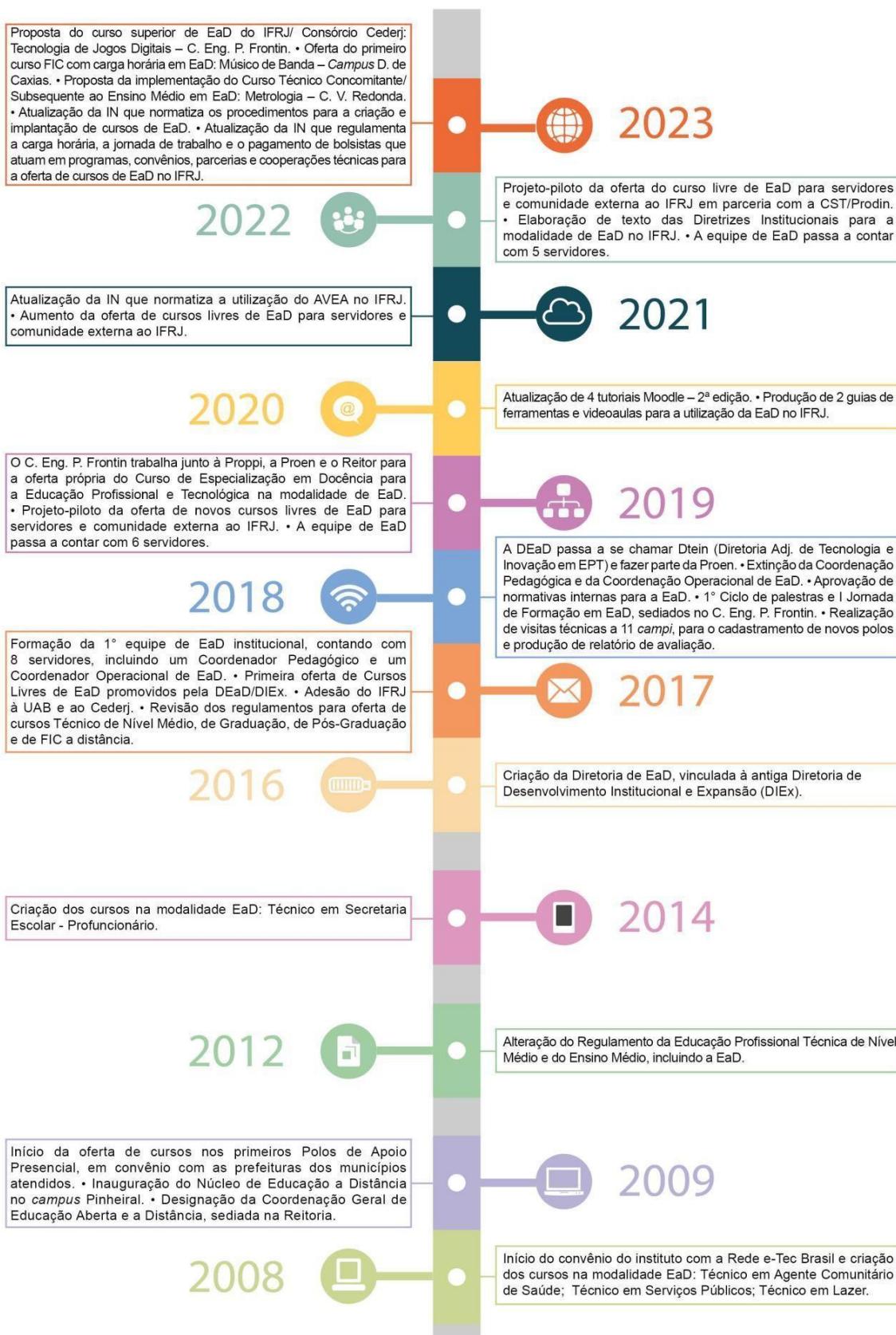
ser vinculada à Pro-reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROEN). Entre **2008** e **2023**, a Educação a Distância, enquanto modalidade educacional, expandiu-se com diversas ações no caminho de sua institucionalização, conforme demonstradas na linha do tempo (Figura 23).

No IFRJ, a EaD, a Diretoria Adjunta de Tecnologia e Inovação em Educação Profissional e Tecnológica (DTEIN), lotada na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), trabalha para cumprir sua finalidade socioeducativa na expansão, interiorização e redução da desigualdade da oferta de cursos e para buscar a garantia de recursos mínimos de acessibilidade no AVEA. Seu diálogo permanente com vários setores do IFRJ e com outras instituições faz parte de sua dinâmica, visando a consolidação da modalidade no IFRJ.

São diretrizes para a Educação a Distância no período entre **2024** e **2028**:

- Manter semestralmente a oferta dos Cursos Livres de EaD, contribuindo para a qualificação profissional de servidores, estudantes e da comunidade em geral, na modalidade;
- Manter, em conjunto com outros setores e *campi*, ações de capacitação de servidores de acordo com as necessidades apresentadas pela instituição;
- Implantar novos cursos por oferta própria (FIC; Técnico Subsequente/Concomitante; Especialização Técnica; Graduação);
- Promover ações de suporte e assessoria aos coordenadores e professores dos *campi* na implementação dos cursos FIC a distância ou com carga horária a distância;
- Promover ações de suporte e assessoria ao coordenador e docentes do *campus* Volta Redonda na implementação do primeiro curso Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio em EaD de Metrologia;
- Promover ações de assessoria na oferta do primeiro curso de graduação no Consórcio CEDERJ, em parceria com o *campus* Paulo de Frontin;
- Organizar e promover fóruns internos de EaD e oficinas para docentes e servidores técnico-administrativos interessados em trabalhar com a modalidade;
- Incrementar as ações no IFRJ em parcerias com outras instituições públicas, através de convênios e acordos de cooperação técnica.

Figura 23 - Linha do tempo principais ações PROEN



Fonte: DTEIN (2023)

2.10 Responsabilidade social da instituição

O IFRJ busca promover a excelência acadêmica por meio do desenvolvimento de políticas educacionais inovadoras, que favoreçam a integração entre teoria e prática. Busca-se, assim, a formação de profissionais capacitados, aptos a atuar em diferentes áreas do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade acadêmica e do Rio de Janeiro.

O IFRJ também tem como responsabilidade promover a inclusão social e a diversidade, valorizando a pluralidade e a igualdade de oportunidades. Dessa forma, busca-se o acesso democrático e equitativo à educação de qualidade, possibilitando que todos os estudantes possam desenvolver seu potencial plenamente, independentemente das suas origens ou condições sociais.

Todos os *campi* do IFRJ possuem representantes em núcleos que buscam articular temas diversos em consonância com as demais ações desenvolvidas pelo IFRJ, junto com a comunidade e pensando em ações inclusivas para pessoas com deficiência e/ou com necessidades específicas, sobre as relações étnico-raciais/ações afirmativas, em questões relacionadas à gênero, diversidade e sexualidade e sobre vulnerabilidade e exclusão social.

O IFRJ dispõe de representantes dos seguintes núcleos nos

seus diversos *campi*:



**Núcleo de Atendimento
a Pessoas com Necessidades
Educacionais Específicas**



**Núcleo de Estudos
Afro-Brasileiros e Indígenas**



**Núcleo de Gênero
e Diversidade Sexual**

2.10.1 Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o setor de assessoramento propositivo e consultivo que atua como mediador na Educação Especial Inclusiva e a Educação Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa escrita) dentro do

IFRJ. O NAPNE é uma unidade organizacional presente em cada campus sendo chamado de Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CGNAPNE), enquanto o NAPNE da Reitoria é o setor central, nomeado de Coordenação-Geral dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CGNAPNE).

As competências do NAPNE estão elencadas no [Regulamento do NAPNE do IFRJ](#), aprovado pela Resolução nº 55, em 17 de dezembro de 2014, e as atividades desenvolvidas pela CGNAPNE são de caráter intersetorial e interseccional, dialogando com setores e núcleos do IFRJ que se fizerem necessários, e suas atribuições estão listadas no art. 8º da [Política de Educação Especial Inclusiva](#) do IFRJ (anexo à Resolução CONSUP/IFRJ nº 125, de 05 de junho de 2023).

2.10.1.1 Política de Educação Inclusiva do IFRJ

A Política de Educação Inclusiva do IFRJ orienta a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, para garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas características e necessidades.

O objetivo dessa política é assegurar que todas as pessoas com deficiência, transtorno de aprendizagem, altas habilidades/

superdotação ou outras necessidades educacionais específicas tenham acesso a uma educação que respeite e valorize suas individualidades e potencialidades.

A Política versa, dentre tantos temas, sobre a importância da criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde todos os estudantes se sintam acolhidos e tenham acesso a recursos e apoios necessários para alcançar seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Por meio de uma equipe multidisciplinar de profissionais especializados, busca-se identificar as necessidades educacionais específicas dos estudantes e desenvolver estratégias e recursos adaptados para atender suas demandas, trabalhando em parceria com os professores e a comunidade escolar, promovendo formação contínua e a sensibilização sobre a inclusão e a diversidade.

Com o desenvolvimento de ações baseadas na Política de Educação Inclusiva do IFRJ, será possível mapear o percentual de Pessoas com Deficiência e Necessidades e Estudantes com Necessidade Educacional Especial no IFRJ, em termos quantitativos será possível apresentar metas e indicadores realizados para a promoção da acessibilidade.

A Política prevê ainda a necessidade de ofertar salas de recursos multifuncionais para todos os *campi*, com tecnologia

assistiva, equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Bem como oferecer às bibliotecas tecnologias, equipamentos e acervo adequado para prover acesso à comunicação e informação às pessoas com necessidades específicas.

Além de garantir profissionais para atuar na rede multidisciplinar de suporte ao estudante com deficiência e/ou necessidades específicas, tais como: tradutores e intérpretes em Libras (TILS), revisores do sistema Braille, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, docentes de todas as áreas do conhecimento, profissionais de saúde (médico, fonoaudiólogo, nutricionista, entre outros) e demais profissionais técnico-administrativos. Deverá, ainda, dispor de outros profissionais, tais como cuidadores, monitores, mediadores, entre outros, conforme a demanda de atendimento às necessidades específicas dos seus estudantes.

Para o alcance dos objetivos traçados na Política de Educação Inclusiva do IFRJ, os setores do IFRJ deverão atuar de forma integrada, visando o planejamento nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, mas também considerando a parte administrativa e orçamentária.

2.10.2 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) foi criado pela Portaria nº 85, de 08 de julho de 2013 e regulamentado de acordo com a Resolução nº 24, de 02 de outubro de 2018 que aprova o [Regulamento do NEABI do IFRJ](#). Os NEABIs, presente em todos os campi do IFRJ, são núcleos de estudo que têm por objetivo elaborar, fomentar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à implementação das [Leis Federais Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003](#) e [nº 11.645 de 10 de março de 2008](#), as quais tornam obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em todos os níveis de ensino (médio, técnico, graduação e pós-graduação).

Sendo também um núcleo propositivo e consultivo, o NEABI estimula e promove ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa. Promovem eventos a fim de sensibilizar toda a comunidade acadêmica para a educação das relações étnico-raciais, visando o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da

cultura afro-brasileira e da cultura indígena na construção histórica e cultural do país.

Os NEABIs pretendem mapear o percentual de pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas) e indígenas no IFRJ, além de mapear e acompanhar a permanência e conclusão de cotistas nos cursos, bem como desenvolver uma política institucional de permanência estudantil que produza equidade para pessoas negras, indígenas e quilombolas.

2.10.3 Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS)

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS), regulamentado pela Resolução nº 54, de 16 de outubro de 2019, visa fomentar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática da educação para a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual em todos os níveis de ensino. Sendo também de caráter propositivo e consultivo, o núcleo de estudo possui suas finalidades listadas no [Regulamento dos NUGEDS](#), dentre as quais podemos destacar a contribuição para o combate à violência e a quaisquer formas de discriminação contra a mulher e em função de orientação sexual, identidade de gênero e a valorização da diversidade no IFRJ.

Das ações que cabem aos NUGEDS, é possível listar a promoção de ações relativas à parentalidade; a implementação de adaptações infraestruturais (Acolhimento Materno-infantil) de parentalidade; a elaboração de Plano de Estudos Individualizado (PEI) para estudantes mães e cuidadores; o mapeamento do percentual de pessoas que autodeclaram pertencimento à comunidade LGBTQIAP+; a elaboração de Políticas Institucionais relativas aos NUGEDS; ações voltadas à implantação da política de combate ao assédio sexual; a elaboração de Programa de Incentivo à Liderança e Gestão para Mulheres no IFRJ; a ampliação da discussão sobre gênero e diversidade sexual, buscando apoio de coletivos e entidades; a disseminação de ações da Lei Maria da Penha; a capacitação e formação continuada e a curricularização de temas voltados para a diversidade sexual e de gênero.

2.11 Arte e Cultura

O projeto de Elaboração do Plano de Cultura e da Política Cultural do IFRJ é fruto de um conjunto de iniciativas e anseios da comunidade acadêmica ao longo dos últimos anos. Embora, em gestões anteriores, algumas tentativas de elaboração de um plano de cultura e/ou uma política cultural tenham sido feitas, esta foi a

primeira vez em que foi possível reunir profissionais de todos os *campi* trabalhando conjuntamente para avançar na consolidação de uma proposta coletiva, ampla e representativa.

Este projeto é decorrente de articulações iniciadas em **2019**, com a criação de uma Comissão e um Grupo de Trabalho reunindo profissionais de todos os *campi* do IFRJ, junto com representantes da PROEX. A partir de **2021** o trabalho ficou sob a responsabilidade da Diretoria Adjunta de Relações com o Arranjo Produtivo e Social (DRAPS), unidade vinculada à PROEX.

Contribuir com o desenvolvimento cultural da comunidade acadêmica significa cumprir a missão institucional, conforme estabelece a [Lei nº 11.892 de 2008](#) que cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que determina a oferta formativa dos Institutos Federais orientada em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural dos territórios onde atuamos.

A lei determina ainda como finalidade dos institutos federais realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Passados os 15 primeiros anos de criação do

IFRJ, este é hoje um dos aspectos que foi menos trabalhado e sobre o qual é preciso nos debruçar.

Partimos do entendimento que a cultura tem uma função estratégica nos espaços e ambientes acadêmicos, não apenas por seu potencial expressivo e criativo, ou mesmo como fonte de conhecimento, mas por ser o meio privilegiado para construção de relações e caminho especial de articulação com os territórios onde atuamos.

Assim, a construção de uma política cultural para o IFRJ tem como objetivo geral potencializar a atuação cultural da instituição e ampliar a oferta de programas, projetos e produtos artísticos e culturais tanto para a comunidade acadêmica como para as comunidades do entorno de nossos *campi*. Afinal, uma política cultural estruturada nos permitirá contribuir ainda mais com o processo de formação integral dos estudantes e dinamizar a relação entre a comunidade acadêmica e os territórios onde atuamos.

Importante ressaltar que uma política cultural é um conjunto de formulações e/ou propostas desenvolvidas com o objetivo de garantir o direito à cultura conforme estabelece a [Constituição Federal de 1988](#) e contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos, grupos e comunidades com os quais nos relacionamos. Como parte da formação do discente, buscamos integrá-la de forma decisiva e

programática com as ações das 3 pró-reitorias, de modo que possamos ter no plano institucional a cultura como vetor de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

De forma sintética, podemos dizer que, a Política Cultural apresenta os princípios, diretrizes e objetivos que devem orientar o desenvolvimento do Plano de Cultura. Por sua vez, o Plano de Cultura é um instrumento de gestão que, ao estabelecer as metas, estratégias e ações a serem empreendidas, orienta a implementação da política cultural e serve de base para a construção do planejamento e definição dos recursos institucionais, materiais, humanos e financeiros necessários à sua efetivação.

No entanto, para serem efetivos estes documentos precisam ser incorporados aos demais instrumentos de gestão institucional, especialmente, ao Plano Institucional de Desenvolvimento (PDI), criando, assim, as bases concretas voltadas à destinação de recursos materiais e humanos para a criação, desenvolvimento e fomento de programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao campo da arte e da cultura.

2.11.1 Histórico do processo de trabalho da Política Cultural e do Plano de Cultura do IFRJ

A proposta de elaboração da Política Cultural e do Plano de Cultura e do IFRJ, foi estruturada para acontecer em 4 etapas:

- | | |
|----------------------------|---|
| 1^a etapa | Levantamento preliminar da infraestrutura, projetos e agentes; |
| 2^a etapa | Pesquisa diagnóstico do perfil cultural dos servidores, estudantes e egressos; |
| 3^a etapa | Desenvolvimento do documento base da Política e do Plano de Cultura; e |
| 4^a etapa | Divulgação e Implementação de programas, projetos, ações e atividades por todas as unidades do IFRJ |

A primeira etapa “Levantamento preliminar”, através da qual efetivou-se um diagnóstico sobre a infraestrutura, projetos e profissionais atuantes no campo da arte e cultura no IFRJ, foi realizada entre **2019** e **2021** e seu conteúdo está expresso no dossiê lançado em janeiro de **2022** intitulado [Relatório Final: primeira etapa de elaboração do plano de cultura](#), registrado sob o número ISBN: 978-65-89293-12-5.

A segunda etapa “Diagnóstico”, através da qual mapeou-se o perfil cultural dos servidores, estudantes e egressos, foi realizada

entre janeiro e dezembro de **2022** e seu conteúdo está expresso no dossiê lançado em maio de **2022** intitulado *[Pesquisa diagnóstico sobre o perfil cultural dos servidores, estudantes e egressos do IFRJ](#)*. Esta pesquisa buscou reunir dados sobre os interesses, gostos e habilidades artístico-culturais dos membros da comunidade acadêmica do IFRJ e levantar o tipo de atividades e projetos que cada um tem interesse de participar e/ou colaborar. O documento visa orientar a médio e longo prazo a construção dos programas e da política cultural da instituição.

A terceira etapa *[Desenvolvimento dos documentos base da Política e do Plano de Cultura](#)* foi realizada entre janeiro e maio de **2023**.

O trabalho de construção da Política e do Plano de Cultura do IFRJ foi realizado de forma extensiva ao longo dos últimos 3 anos e de forma pontual entre os meses de abril e maio de **2023**. O trabalho envolveu uma pesquisa básica para identificação do que vem sendo feito por outros Institutos Federais e Universidades públicas no campo das políticas culturais. Na sequência foi feito o levantamento e a leitura dos documentos que sintetizam estas políticas. Em paralelo, foi feito também o levantamento da presença do tema da arte e da cultura na legislação no campo da educação e

da cultura para estruturar a fundamentação conceitual dos nossos documentos.

Na pesquisa sobre as Instituições Públcas de Ensino Superior (IPES) foram identificados e estudados 44 documentos elaborados por 29 instituições. No que diz respeito à base legal que dá suporte às ações de arte e cultura nas instituições educacionais, foram identificados os artigos 205, 206, 207, 215 e 216 da *[Constituição Federal de 1988](#)*; a *[Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394/1996](#)*; a *[Lei nº 11.892/2008](#)* que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; a *[Lei nº 12.343/2010](#)* que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC; nas *[Leis nº 10.639/2003](#)* e *[Lei nº 11.645/2008](#)* que tornam obrigatório o ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena, além de resoluções do Conselho Nacional de Educação e as leis que instituem o Sistema Estadual de Cultura.

Muito importante ressaltar também o conhecimento adquirido a partir da atuação como membro do Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro (FIC-RJ), do Conselho Estadual de Políticas Culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ), do GT de Políticas Culturais do FORCULT e do GT de Arte e Cultura do FORPROEXT

em que pudemos receber o apoio e partilhar a experiência com outras IPES que se lançaram no mesmo desafio de estruturar em suas instituições políticas culturais.

A [Política de Arte e Cultura do IFRJ](#) foi aprovada em 21 de novembro de 2023, conforme Resolução CONSUP IFRJ nº 138.

Partindo do princípio que a cultura é direito constitucional previsto nos artigos 215, 216 e 216A da [Constituição Federal de 1988](#), que determina que é dever do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais e em conformidade com as definições expressas no Sistema e no Plano Nacional de Cultura, a política cultural do IFRJ comprehende cultura de forma ampliada, como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética, a partir de três dimensões fundamentais, a saber: a cultura como expressão simbólica; a cultura como direito de cidadania e a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico e social (para maiores informações sobre essas dimensões consultar o documento do Plano de Cultura).

Dentre os princípios do SNC e do PNC que estruturam a Política Cultural do IFRJ destaca-se: a valorização da cultura como

parte integrante da formação acadêmica e humana; a garantia do direito de todos à arte e à cultura; a valorização da pluralidade e diversidade cultural; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; a valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; a inclusão social, econômica e cultural.

Dentre as diretrizes que orientam sua implementação temos: universalizar o acesso aos bens artísticos e culturais; promover a educação integral dos estudantes; valorizar o patrimônio cultural, a identidade e a memória; reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; estimular a criação cultural e a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; incentivar ações inclusivas e de acessibilidade; valorizar as práticas e manifestações artísticas e culturais, bem como os artistas e grupos culturais locais.

Assim, de forma sintética, os principais objetivos da Política Cultural do IFRJ são:

- Incentivar a produção e o desenvolvimento de ações artísticas e culturais;
- Criar, fomentar e apoiar programas, projetos e ações nas áreas de Arte e Cultura;

- Criar e implantar instâncias de gestão, produção e promoção cultural em todas as unidades do IFRJ;
- Promover acesso a equipamentos e espaços culturais internos e externos;
- Investir na criação ou reforma dos espaços e equipamentos culturais dos *campi*;
- Ampliar as pesquisas no campo da cultura e das políticas culturais;
- Incentivar e promover a qualificação profissional de servidores e estudantes para atuação na área de Arte e Cultura.

De modo a facilitar e garantir a implementação, gestão e acompanhamento da Política de Cultura do IFRJ organizamos o Plano de Cultura em 7 (sete) eixos, pensados de forma articulada e complementar. Cada um destes eixos é composto por um conjunto de metas e estratégias que estão em relação direta com os objetivos definidos na política e em sintonia com os valores expressos suas diretrizes e princípios, a saber:

- **Eixo 1: Infraestrutura** - Investir na criação, reforma e melhoria dos espaços e equipamentos culturais dos *campi* e

- da Reitoria do IFRJ para a produção e difusão de ações de arte e cultura;
- **Eixo 2: Administração e gestão cultural** - Criação e fortalecimento das estruturas e instrumentos específicos para gestão cultural no IFRJ;
- **Eixo 3: Democratização do acesso aos bens culturais** - Universalizar o acesso aos bens artísticos e culturais incentivando a participação de estudantes, servidores e egressos em atividades artísticas e culturais promovendo os direitos humanos e o exercício da cidadania
- **Eixo 4: Apoio à produção, difusão, intercâmbio e circulação** - Criar e consolidar instrumentos de fomento para as ações culturais do IFRJ voltados à valorização do patrimônio, da memória, das identidades e da diversidade cultural brasileira através das diversas linguagens, práticas, meios e suportes;
- **Eixo 5: Apoio à pesquisa, memória e acervos** - Fomentar a realização de pesquisas no campo da arte, da cultura, do patrimônio e das políticas culturais; incentivando a troca de saberes, conhecimentos e experiências, valorizando as expressões, práticas e manifestações artísticas e culturais,

- bem como os artistas e grupos culturais locais;
- **Eixo 6: Democratização do ensino de arte e cultura** - Promover a presença da arte e da cultura no ambiente educacional disponibilizando, em todos os campi, a oferta equânime do ensino de arte. Ampliar e diversificar a oferta de cursos e demais formações em Arte e Cultura; e
 - **Eixo 7: Intercâmbios e parcerias** - Estabelecer parcerias com instituições culturais públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos arte e da cultura, voltados para a valorização da memória, do patrimônio, da identidade e da diversidade cultural.

2.12 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

Afirmando a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, o IFRJ implementa suas relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas de diversas formas entre suas Pró-reitorias, destacando-se a dimensão extensionista neste processo. Entre as ferramentas adotadas pela instituição para estabelecer relações com a comunidade, instituições e empresas, estão contemplados os programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão e de

desenvolvimento institucional.

No que tange a Pró-reitoria de Extensão, através de seus programas e projetos institucionais, ações culturais e esportivas, convênios para estágios dos estudantes e acordos de cooperação técnica com instituições parceiras, o IFRJ busca cumprir sua missão junto à sociedade.

A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação estabelece relações e parcerias com outras instituições e com empresas por meio dos projetos desenvolvidos no âmbito de seus programas de iniciação científica, de iniciação tecnológica e inovação, e de incentivo e acompanhamento da pós-graduação, sendo estes:

- **Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFRJ (PCTA)** - trinta e sete (37) acordos de cooperação técnica com indústrias, startups e estabelecimentos varejistas do setor de alimentos e bebidas bem como serviços de alimentação.
- **Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)** é um mestrado em rede, o que já o caracteriza como um campo de profunda interação e colaboração constante com as demais 40 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Possuem parceria para o desenvolvimento de projeto com o Deseduca Lab, da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e também há integração com a Rede de programas de Pós-graduação em Ensino do estado do Rio de Janeiro e, especial aproximação com o programa de Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC-Fiocruz).

- **PROPEC** - as principais parcerias estabelecidas ocorrem tanto por meio de editais e projetos aprovados pela FAPERJ e pela CAPES, como em parcerias espontâneas entre grupos e programas em ensino. Como exemplo podemos citar a parceria com o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) para a concepção, elaboração e publicação da Série “Reflexões na Educação” e a parceria entre a Associação Brasileira de Química (ABQ) e docente do PROPEC para implementação do programa “ABQEsc – ABQ vai às escolas!”

No âmbito da Pró-reitoria de Ensino, no final do ano de **2017**, o IFRJ realizou a adesão ao Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB e, no início de **2018**, aderiu ao Consórcio CEDERJ visando à oferta de cursos superiores na modalidade de EaD também por meio

dos editais de fomento disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apesar dos acordos firmados, ainda não houve a concretização de cursos por meio dessa adesão à UAB. Em relação ao Consórcio CEDERJ, existe o planejamento da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais, pelo *campus* Engenheiro Paulo de Frontin.

Compreendendo que a instituição educacional é por vezes o acesso que os cidadãos têm as políticas públicas, o IFRJ mantém constante diálogo com os territórios nos quais está presente, buscando atuar no enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais, bem como no combate a todas as formas de desigualdade e discriminação.

Ao priorizar o diálogo e parcerias com os movimentos sociais e setores produtivos, o Instituto Federal do Rio de Janeiro destaca o comprometimento com as ações de incentivo à economia solidária e tecnologias sociais em consonância com as políticas governamentais com esta orientação.

2.13 Política de Gestão

A atual gestão do IFRJ demonstrou em seu primeiro mandato (2018-2022) que uma gestão pública se constrói com muita dedicação e seriedade, envolvendo diferentes atores e tendo o compromisso com a eficiência, mas sem perder de vista a valorização humana. A pandemia da COVID-19 mostrou que os desafios vão muito além. Lidar cotidianamente com tantas perdas e a imposição do distanciamento, trouxe como consequência o difícil papel de gerir o IFRJ em meio ao caos.

Para atravessar esse período, houve a criação de mecanismos para consolidar as atividades não presenciais, além de soluções para os principais desafios cotidianos de viver num cenário pandêmico. Algumas soluções encontradas durante esse período nos norteiam até os dias atuais. Em um momento posterior, de superação dessa fase, desenha-se um novo caminho a ser percorrido, visando uma reconstrução participativa e democrática.

São princípios da Política de Gestão do IFRJ:



Humanização;
Excelência da gestão pública;
Gestão participativa e em rede;
Responsabilidade social;
Comprometimento com as pessoas;
Visão de futuro;
Pensamento sistêmico e
Corresponsabilidade; e
Valorização e adoção de práticas inovadoras.

São diretrizes da Política de Gestão do IFRJ:

- **Ensino:** Formação integrada e integral, acolhimento, integração intercampi, verticalização, interiorização no Estado, planejamento, trabalho em rede, coparticipação;
- **Gestão Administrativa e Acadêmica:** Desburocratização, eficiência, humanização, compromisso, corresponsabilidade, transparência e integridade no serviço público;
- **Pesquisa, inovação tecnológica e tecnologias sociais:** Qualidade, indissociabilidade, empreendedorismo, cooperação internacional, qualificação, fomento, publicações, governança, comunicação e oportunidades;

- **Extensão:** Inserção, comunidade, cidadania, intercâmbio de conhecimentos, esporte, cultura, interação, programas sociais, diversidades, capacitação e parcerias;
- **Valorização Humana:** Qualificação, compromisso, atendimento, agilidade, planejamento, orientação, padronização de processos, carreira e qualidade de vida para os servidores;
- **Desenvolvimento Institucional:** planejamento, gestão do conhecimento, gestão das informações, ações de avaliação e acompanhamento institucional, oportunidades, tomada de decisões, processos e acompanhamento da gestão e otimização dos recursos físicos e humanos;
- **Acolhimento estudantil:** Compromisso, ambiência, qualidade, assistência, expectativa, existência institucional; e
- **Internacionalização:** Qualificação, excelência, transversalidade, multiplicação, recursos e logística, sustentabilidade e compromisso social.

Com foco na gestão participativa e em rede, garante-se a participação da comunidade nos órgãos colegiados e nos procedimentos de autoavaliação institucional. Bem como nas ações de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem oferecidos. A estrutura do [CONSUP](#), bem como a estrutura da [CPA](#), principais órgãos colegiados do IFRJ podem ser consultadas no portal institucional.

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS



3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

3.1 Oferta de cursos

3.1.1 Oferta de cursos desenvolvidos no âmbito da PROEN

Os princípios e metas que balizam a oferta de cursos no IFRJ assentam-se na [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), que cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT) a partir do tripé institucionalidade, finalidades e características, onde:

- **INSTITUCIONALIDADE**, definindo o IFRJ como uma instituição de ensino multicampi, “de educação superior, básica e profissional, [pluricurricular, interdisciplinar] e multicampi, [especializada] na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2008);

- **FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS**, que determina ao IFRJ, como parte integrante da RFPCT especializar-se na oferta de educação profissional em todos os níveis e modalidades da Educação brasileira; de forma integrada, humanista e omnilateral; com o foco na verticalização e na construção de trajetórias formativas cada vez mais inclusivas, críticas e socialmente referenciadas para os seus estudantes; consolidando e fortalecendo o desenvolvimento social, cultural e econômico, sob a égide da sustentabilidade e da inclusão produtiva crítica das comunidades e respectivas regiões onde atua.

Dessa forma, a oferta de cursos⁸, presenciais e na modalidade da EaD, de qualificação profissional, ensino técnico de nível médio – em suas formas integrada, concomitante e subsequente – e graduação, estão assim distribuídos, no ano de **2023**:

⁸ Os cursos que se encontram com nenhuma oferta de vagas se justificam pela descontinuação deles, que se encontra em processo, com vista à substituição por

novo curso do mesmo eixo tecnológico ou que foram realizados no âmbito de programas nacionais cuja oferta foi descontinuada.

Tabela 6 - Curso Técnico de Nível Médio – Concomitante

EIXO TECNOLÓGICO	NOME DO CURSO	OFERTA DE VAGAS
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	36
	Massoterapia	0
	Agente Comunitário de Saúde	36
Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica	72
	Metrologia	36
Desenvolvimento Educacional e Social	Secretaria Escolar	0
Gestão e Negócios	Administração	132
	Serviços Públicos	0
Informática e Comunicação	Informática	0
	Informática para Internet	56
Produção Cultural e Design	Artesanato	35
	Produção de Moda	35
	Paisagismo	60
Produção Industrial	Petróleo e Gás	40
	Plásticos	40
	Química	30
Segurança	Segurança do Trabalho	76
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	60
	Lazer	0

Fonte: PROEN (2023)

Tabela 7 - Curso Técnico de Nível Médio - Subsequente

EIXO TECNOLÓGICO	NOME DO CURSO	OFERTA DE VAGAS
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	36
	Agente Comunitário de Saúde	36
Controle e Processos Industriais	Metrologia	36
	Gestão e Negócios	132
Informação e Comunicação	Administração	0
	Informática para Internet	56
Produção Cultural e Design	Artesanato	35
	Produção de Moda	35
	Artes Circenses	60
Produção Industrial	Petróleo e Gás	40
	Plásticos	40
	Química	30
Segurança	Segurança do Trabalho	76

Fonte: PROEN (2023)

Tabela 8 - Técnico de Nível Médio – Integrado - Presencial

EIXO TECNOLÓGICO	NOME DO CURSO	OFERTA DE VAGAS
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	216
	Farmácia	72
	Controle Ambiental	144
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	144
	Eletrotécnica	72
	Mecânica	144
Gestão e Negócios	Administração	108
Informação e Comunicação	Informática	252
	Informática para Internet	72
	Manutenção e Suporte em Informática	90
Produção Alimentícia	Agroindústria	36
	Alimentos	72
Produção Industrial	Biotecnologia	72
	Petróleo e Gás	72
	Plásticos	72
	Química	288
Recursos Naturais	Agropecuária	72
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	36

Fonte: PROEN (2023)

Tabela 9 - Qualificação Profissional – Presencial

EIXO TECNOLÓGICO	NOME DO CURSO	OFERTA DE VAGAS
Ambiente e Saúde	Balconista de Farmácia	35
	Cuidador de Idoso	35
	Cuidador Infantil	33
Controle e Processos Industriais	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	98
	Contador de Histórias	74
	Espanhol Básico	22
Desenvolvimento Educacional e Social	Inglês Básico	26
	Libras	35
	Assistente de Logística	53
Gestão e Negócios	Assistente de Recursos Humanos	34
	Microempreendedor Individual	21
	Operador de Computador	55
Infraestrutura	Auxiliar de Manutenção Predial	10
	Cadista para Construção Civil	15
Produção Cultural e Design	Artesão em Bordado a Mão	30
	Desenhista de Moda	20
	Fotógrafo	25
Produção Industrial	Estampador de Tecido	10
	Modelista de Roupas	21
	Condutor de Turismo em Espaços Culturais Locais	10
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	18
	Organização de Eventos	52

Fonte: PROEN (2023)

Tabela 10 - Bacharelado - Presencial

EIXO TECNOLÓGICO	NOME DO CURSO	OFERTA DE VAGAS
Ambiente e Saúde	Farmácia	60
	Fisioterapia	60
	Terapia Ocupacional	60
Controle e Processos Industriais	Engenharia Mecânica	80
Produção Cultural e Design	Produção Cultural	80
Produção Industrial	Química	80
Recursos Naturais	Agronomia	80
	Ciências Biológicas	60

Fonte: PROEN (2023)

Tabela 11 - Licenciatura - Presencial

EIXO TECNOLÓGICO	NOME DO CURSO	OFERTA DE VAGAS
Desenvolvimento Educacional e Social	Ciências Biológicas	80
	Computação	78
	Física	40
	Matemática	40
	Química	40

Fonte: PROEN (2023)

Tabela 12 - Curso Superior de Tecnologia - Presencial

EIXO TECNOLÓGICO	NOME DO CURSO	OFERTA DE VAGAS
Ambiente e Saúde	Gestão Ambiental	60
Controle e Processos Industriais	Gestão da Produção Industrial	80
	Informação e Comunicação	60
Produção Industrial	Jogos Digitais	70
	Processos Químicos	0

Fonte: PROEN (2023)

3.1.2 Plano de ofertas de vagas nos cursos desenvolvidos no âmbito da PROEN – 2024/2028

Se o período do último PDI se pautou pela preocupação com a criação e a revisão dos marcos regulatórios que pautam o plano pedagógico dos cursos de qualificação profissional, de ensino técnico de nível médio e de graduação; o planejamento para o próximo período reside nas seguintes metas:

- fomentar os cursos mediante a manutenção de programas institucionais e/ou através de acordos de cooperação e parcerias com setores da sociedade civil e entes governamentais;
- garantir na atualização e/ou criação dos novos cursos os princípios pedagógicos norteadores das políticas de ensino do IFRJ: educação profissional politécnica, integrada, interdisciplinar, contextualizada, omnilateral, e focada no pleno desenvolvimento humano – formação cidadã, consecução dos estudos e inserção no mundo do trabalho. Tais princípios devem estar presentes em todo o plano pedagógico do curso, especialmente na sua organização curricular, nas metodologias de ensino-aprendizagem e nos processos avaliativos;

- ampliar a oferta de Educação Profissional com vistas ao atendimento dos percentuais legais de ofertas previstas em lei para o IFRJ;
- assegurar no desenvolvimento dos cursos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como políticas de acesso-permanência-êxito dos estudantes, com previsão dessas ações nos planos pedagógicos de cursos;
- garantir oferta de cursos que respeitem as diversidades e peculiaridades regionais em sintonia com os arranjos produtivos socioculturais locais, sob a ótica e os princípios da educação inclusiva e acessível a todos;
- ampliar a oferta de educação a distância de modo a contribuir para o acesso e a democratização do ensino em seus diferentes níveis e modalidades, e ainda promover ações de formação continuada para os servidores do IFRJ;
- mapeamento, por parte de cada campus, de suas potencialidades e limites no intuito de manter a proposta de revisão e criação de cursos pautada no tripé: recursos humanos disponíveis-infraestrutura adequada-atendimento às demandas dos territórios onde estão inseridos.

Com base nessas metas e demais ordenamentos legais e institucionais vigentes, sem ferir a autonomia pedagógica e administrativa do IFRJ, caberá à cada campus definir, no âmbito de sua territorialidade e considerando sua autonomia local, promover estudos anuais que permitam rever e criar cursos. No ano de **2023**, seguem as propostas de criação de cursos, de acordo com seus níveis:



Agente Cultural;
Artesão de Pintura em Tecido;
Artesão em Bordado a Mão;
Assistente Administrativo;
Assistente Escolar;
Assistente de Secretaria Escolar;
Assistente Financeiro;
Confeccionador de Bijuterias;
Confeccionador de Bolsas em Tecido;
Cuidador de Idosos;
Cuidador Infantil;
Editor de Projeto Visual Gráfico;
Especialização Técnica em Química; e
Gestor de Microempresa.



cursos de GRADUAÇÃO

Engenharia da Computação – Bacharelado;
Engenharia da Produção – Bacharelado;
Gestão Ambiental – Bacharelado; e
Química – Bacharelado.

3.1.3 Oferta de cursos desenvolvidos no âmbito da PROSSI

Com base no parágrafo único do art. I da [Política de Pós-Graduação do IFRJ](#):

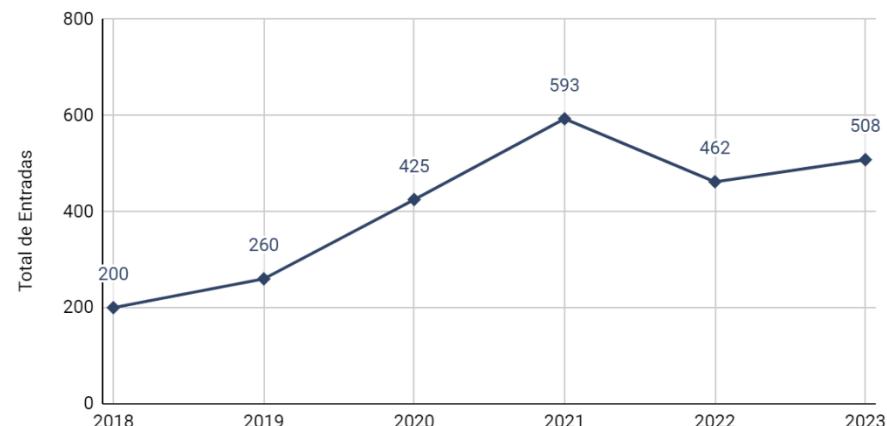
A pós-graduação envolverá, diretamente, pesquisa, inovação e/ou extensão na construção e difusão de conhecimentos por meio de produções científicas, técnico-tecnológicos e/ou sócio-artístico-culturais e no desenvolvimento das potencialidades humanas, sendo articuladora em grande parte da produção intelectual (bibliográfica, técnico-tecnológica e/ou artístico-cultural) de docentes, discentes e egressos.

A organização didático-pedagógica do IFRJ, orientada por um currículo integrado e interdisciplinar, assegura que os cursos oferecidos pelo IFRJ estejam em sintonia com as necessidades contemporâneas de formação. Essa abordagem promove a construção de conhecimentos sólidos e a aplicação prática das competências

adquiridas, preparando os estudantes para atuar de forma crítica e inovadora em suas respectivas áreas.

Quanto aos resultados obtidos até o momento, no Gráfico I são apresentadas as matrículas dos cursos de especialização (*lato sensu*) no IFRJ, com um pico de 593 ingressantes no ano de 2021.

Gráfico I - Entradas dos Cursos de Especialização (*lato sensu*) 2018-2023



Fonte: SIGAA/IFRJ (2023)

No Quadro 4 são apresentados os cursos, modalidade e turno das ofertas de cursos de especialização e no Quadro 5 são apresentadas as informações referentes aos programas de pós-graduação, considerando que todos estes são ofertados de forma presencial.

Quadro 4 - Cursos de Especialização – Modalidade e Turno das Ofertas

CAMPUS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	MODALIDADE	TURNO
Arraial do Cabo	Ciências Ambientais em Áreas Costeiras	Presencial	Noite
	Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino	Híbrida	Noite
Duque de Caxias	Educação Física Escolar	Presencial	Manhã e Tarde
Engenheiro Paulo de Frontin	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	À distância	-
	Gestão de Projetos e Negócios em Tecnologia da Informação	À distância	-
Mesquita	Divulgação Científica	À distância	-
	Neuroeducação	Presencial	Manhã e Tarde
Nilópolis	Educação de Jovens e Adultos	Híbrida	Noite
	Ensino de Matemática	Presencial	Tarde e Noite
	Estudos Linguísticos e Literários	Presencial	Manhã
	Gestão Ambiental	Presencial	Noite
	Linguagens Artísticas, Cultura e Educação	Presencial	Manhã e Tarde
	Tecnologias Educacionais e Educação a Distância	À distância	-
Niterói	Educação e Novas Tecnologias	Híbrida	Tarde e Noite
	Interdisciplinar em Ensino de Línguas	Híbrida	Manhã e Tarde

CAMPUS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	MODALIDADE	TURNO
Niterói	Gestão de Projetos Ambientais	Presencial	Manhã e Tarde
	Gestão de Serviços	Presencial	Manhã e Noite
Paracambi	Educação e Diversidade	Presencial	Tarde
Pinheiral	Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	Presencial	Manhã e Noite
	Educação em Direitos Humanos	Híbrida	Noite
Rio de Janeiro	Ensino de Ciências – Ênfase Biologia e Química	Presencial	Noite
	Gestão da Segurança de Alimentos e Qualidade Nutricional	Presencial	Noite
São Gonçalo	Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras	Presencial	Noite
São João de Meriti	Gestão de Negócios	Presencial	Noite
	Informática Aplicada à Educação	À distância	-
	Práticas de Letramento	Presencial	Manhã e Tarde
	Sistemas Fotovoltaicos	Presencial	Manhã e Tarde
Volta Redonda	Automação Industrial e Robótica	Híbrida	Noite
	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	Presencial	Noite

Fonte: PROPPI (2023)

Quadro 5 - Programas de Pós-Graduação – Turno das Ofertas

CAMPUS	PROGRAMA	CURSO	TURNO
Rio de Janeiro	Ciência e Tecnologia de Alimentos (PCTA)	Mestrado Profissional	Noite
		Doutorado Profissional	Noite
Nilópolis	Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBQBM)	Mestrado Acadêmico	Tarde e Noite
		Doutorado Acadêmico	Tarde e Noite
Mesquita	Ensino de Ciências (PROPEC)	Mestrado Profissional	Manhã e Tarde
		Doutorado Profissional	Manhã e Tarde
Volta Redonda	Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)	Mestrado Profissional	Manhã e Tarde
Realengo	Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF)	Mestrado Profissional	Manhã e Tarde
	Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CTIS)	Mestrado Profissional	Manhã e Tarde

Fonte: PROPPI (2023)

3.1.4 Plano de ofertas de vagas nos cursos desenvolvidos no âmbito da PROPPI – 2024/2028

Quanto ao plano de ofertas apresentados conforme Tabelas 13 e 14, das vagas ofertadas, 5% serão providas para candidatos que se declararem Pessoa com Deficiência (PcD), e 20% para candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) ou indígenas (NI), em

conformidade com a [Resolução N° 55, de 16 de outubro de 2019](#). O número de vagas reservadas destinado aos candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) e indígenas e que sejam pessoas com deficiência levará em consideração o último censo realizado pelo IBGE.

Os cursos de especialização (*lato sensu*) não são regulares. A Tabela 13 mostra uma expectativa, no entanto, os colegiados dos cursos podem deliberar por não ofertar vagas em determinado ano dentro do período 2024-2028.

O PPGs *stricto sensu* oferecem vagas de acordo com o número de orientandos permitidos para cada docente. Somente os PPGs de Ciência e Tecnologia de Alimentos (PCTA), Ensino de Ciências (PROPEC) e Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CTIS) oferecem vagas em edital próprio do IFRJ. O PPG de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CTIS) foi aprovado pela CAPES em 2023 e a primeira turma será ofertada em 2024.

Os PPGs de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF) e Programa Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBQBM) são programas em rede e, por isso, oferecem vagas em edital organizado nacionalmente.

Tabela 13 - Cursos de Especialização - Oferta de Vagas - 2024-2028

CAMPUS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	EXPECTATIVA DE OFERTA DE VAGAS				
		2024	2025	2026	2027	2028
Arraial do Cabo	Ciências Ambientais em Áreas Costeiras	20	20	20	20	20
	Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino	23	23	23	23	23
Duque de Caxias	Educação Física Escolar	0	15	15	15	15
Engenheiro Paulo de Frontin	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	100	100	100	100	100
	Gestão de Projetos e Negócios em Tecnologia da Informação	100	100	100	100	100
Mesquita	Divulgação Científica	30	30	30	30	30
	Neuroeducação	15	15	15	15	15
Nilópolis	Educação de Jovens e Adultos	15	15	15	15	15
	Ensino de Matemática	20	20	20	20	20
	Estudos Linguísticos e Literários	15	15	15	15	15
	Gestão Ambiental	10	10	10	10	10
	Linguagens Artísticas, Cultura e Educação	20	20	20	20	20
	Tecnologias Educacionais e Educação a Distância	40	40	40	40	40
Niterói	Educação e Novas Tecnologias	10	10	10	10	10
	Interdisciplinar em Ensino de Línguas	12	12	12	12	12

CAMPUS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	EXPECTATIVA DE OFERTA DE VAGAS				
		2024	2025	2026	2027	2028
Niterói	Gestão de Projetos Ambientais	18	18	18	18	18
	Gestão de Serviços	0	15	15	15	15
Paracambi	Educação e Diversidade	20	20	20	20	20
Pinheiral	Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	10	10	10	10	10
	Educação em Direitos Humanos	15	15	15	15	15
Rio de Janeiro	Ensino de Ciências – Ênfase Biologia e Química	20	20	20	20	20
	Gestão da Segurança de Alimentos e Qualidade Nutricional	15	15	15	15	15
São Gonçalo	Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras	20	20	20	20	20
São João de Meriti	Gestão de Negócios	20	20	20	20	20
	Informática Aplicada à Educação	50	50	50	50	50
	Práticas de Letramento	20	20	20	20	20
	Sistemas Fotovoltaicos	20	20	20	20	20
Volta Redonda	Automação Industrial e Robótica	16	16	16	16	16
	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	16	16	16	16	16

Fonte: PROPI (2023)

Tabela 14 - Programas de Pós-Graduação - Oferta de Vagas - 2024-2028

CAMPUS	PROGRAMA	CURSO	EXPECTATIVA DE OFERTA DE VAGAS				
			2024	2025	2026	2027	2028
Rio de Janeiro	Ciência e Tecnologia de Alimentos (PCTA)	Mestrado Profissional	12	12	12	12	12
		Doutorado Profissional	5	10	10	10	10
	Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBQBM)	Mestrado Acadêmico	3	3	3	3	3
	Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBQBM)	Doutorado Acadêmico	I	I	I	I	I
Nilópolis	Ensino de Ciências (PROPEC)	Mestrado Profissional	18	18	18	18	18
		Doutorado Profissional	8	8	8	8	8
Mesquita	Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)	Mestrado Profissional	24	24	24	24	24
Volta Redonda	Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF)	Mestrado Profissional	12	12	12	12	12
Realengo	Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PPGCTIS)	Mestrado Profissional	0	20	20	20	20

Fonte: PROPI (2023)

3.2 Cursos EAD

Em sua primazia, no IFRJ, os cursos são oferecidos no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) da plataforma *Moodle*⁹, um ambiente de aprendizagem dinâmico que facilita o acesso dos usuários e promovendo a interação e a interatividade entre estudantes, mediadores, professores e coordenadores dos cursos. Os endereços atuais dos AVEAs utilizados pelo IFRJ são <https://moodle.ifrj.edu.br/> e <https://presencial.ifrj.edu.br/>.

Além do AVEAs *Moodle*, contamos com Polos de Apoio Presencial (PAP) que devem manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequadas à execução do Plano/Projeto Pedagógico de Curso (PPCs) e compatíveis com o número de estudantes atendidos, sendo da responsabilidade dos *campi* a garantia das condições para seu

funcionamento, em conformidade com o [Edital/PROEN nº 5 de 2018](#) e com a [IN/PROEN nº 19 de 2023](#). Nesses polos podem ser desenvolvidas atividades presenciais, como aulas de laboratórios, avaliações, trabalhos de conclusão de curso, dentre outras práticas de ensino, pesquisa e extensão, previstas nos PPCs, segundo legislação e documentos normativos institucionais vigentes.

Na construção de propostas de cursos na modalidade EaD deve ser potencializada e valorizada a participação de equipes multidisciplinares, para que os olhares de áreas distintas possam ser incorporados nessa construção.

Os cursos regulares a distância a serem oferecidos no IFRJ preconizam o reconhecimento MEC e oferecem diploma ou certificado equiparados aos dos cursos presenciais da instituição.

Na Quadro 6 são apresentados os cursos em EaD ou com carga horária a distância oferecidos entre **2018 e 2023**.

Quadro 6 - Oferta de cursos em EAD ou com carga horária a distância – entre 2018 e 2023

NÍVEL	MODALIDADE/STATUS	CAMPUS/SETOR	ANO DA 1 ^a OFERTA	NOME DO CURSO
Pós-graduação - Especialização	EaD Em andamento	Engenheiro Paulo de Frontin	2020	Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica

⁹ Moodle: Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment

NÍVEL	MODALIDADE/STATUS	CAMPUS/SETOR	ANO DA 1ª OFERTA	NOME DO CURSO
Pós-graduação - Especialização	EaD Em andamento	Engenheiro Paulo de Frontin	2021	Especialização em Gestão de Projetos e Negócios em Tecnologia da Informação
Pós-graduação - Especialização	EaD Em andamento	São João de Meriti	2021	Especialização em Curso de Informática Aplicada à Educação
Pós-graduação - Especialização	EaD Em andamento	Mesquita	2023	Especialização em Divulgação Científica – Modalidade a Distância
Pós-graduação - Especialização	EaD Em andamento	Nilópolis	2023	Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância
Formação Inicial e Continuada (FIC)	Presencial com CH a distância (Em oferta)	Duque de Caxias	2023	Músico de Banda
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2018	Introdução à Produção Gráfica
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2018	Estratégia para Leitura em Inglês
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2019	Fundamentos da EaD I: contextualização, legislação e especificidades
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2019	Fundamentos da EaD II: mediação, comunicação e avaliação
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2019	Moodle Básico para Professores
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2019	Produção de Videoaula
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2020	Design para Apresentações
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	DTEIN/PROEN	2020	Educação em Tempos de Distanciamento Social: Novas Terminologias para Antigas Práticas
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2020	Recursos Educacionais Abertos
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	Mesquita/DTEIN/PROEN	2021	A BNCC na Sala de Aula: o ensino por investigação para professores de ciências

NÍVEL	MODALIDADE/STATUS	CAMPUS/SETOR	ANO DA 1ª OFERTA	NOME DO CURSO
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	DTEIN/PROEN/DQDP-PRODIN	2021	Curso Básico de Administração e Controle de Planilhas Eletrônicas
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2021	Edição de Videoaulas
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	Mesquita	2021	Gerenciamento de Serviços em Tecnologia da Informação
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN	2021	<i>Moodle Intermediário para Professores - Aprendizagem Colaborativa</i>
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	DTEIN/PROEN/DQDP-PRODIN	2021	Planejamento Docente
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	Mesquita/DTEIN/PROEN	2022	Aprendizagem Infantil ao Ar Livre
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN/DQDP-PRODIN	2022	Bem-Estar Vocal do Docente do IFRJ e Bem-Estar Vocal
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	Engenheiro Paulo de Frontin/DTEIN/PROEN	2022	Elaboração de Projetos e Implementação de Escritório de Projetos da Incubadora Silício Fluminense
Livres/Extensão	EaD Sem oferta no momento	Resende/DTEIN/PROEN	2022	Formação de Educadores no Contexto Interdisciplinar para o Ensino Médio no viés da Educação Ambiental
Livres/Extensão	EaD Oferta encerrada	Mesquita/DTEIN/PROEN	2023	Atendimento ao Público com Transtorno do Espectro Autista em Museus e Centros de Ciências
Livres/Extensão	EaD Oferta encerrada	Mesquita/DTEIN/PROEN	2023	Curso de Extensão em Produção e Uso de Tecnologias para o Ensino
Livres/Extensão	Presencial com CH a distância Oferta encerrada	Niterói/DTEIN/PROEN	2023	Educação Profissional e Tecnológica e os cinco Is da Extensão
Livres/Extensão	EaD Oferta contínua	DTEIN/PROEN/DQDP-PRODIN	2023	Nutrição e Promoção da Qualidade de Vida (NUTRIVIDA)

Fonte: Dados extraídos dos AVEAS institucionais¹⁰

¹⁰ São considerados AVEAS institucionais os seguintes endereços: <https://moodle.ifrj.edu.br/> e <https://presencial.ifrj.edu.br/>

Para o período de **2024** a **2028**, a fim de dar continuidade às ações para a institucionalização da EaD, a DTEIN prevê algumas ações que tiveram seu início ainda em **2023** e estão elencadas a seguir.

Diante do exposto, para a efetivação das ações planejadas e apontadas no Quadro 7 são necessárias algumas medidas como previsão orçamentária para o desenvolvimento de ações e eventos no âmbito da EAD, a criação de área técnica específica e capacitada para fornecer suporte e atualizações das plataformas tecnológicas ligadas à EaD do IFRJ, bem como o aumento dos serviços e da infraestrutura física e tecnológica na equipe da DTEIN e nos *campi* do IFRJ.

Quadro 7 - Oferta de cursos em EAD ou com carga horária a distância – entre 2024 e 2028

INÍCIO	AÇÕES
2024	Oferta contínua de Cursos Livres de EaD.
2024	Lançar edital/2024 para o desenvolvimento de cursos na modalidade de EaD no IFRJ.
2024	Manutenção de suporte e assessoramento na oferta de cursos FIC que já estão em análise do PPC desde 2023.
2024	Manutenção de suporte e assessoramento na oferta do curso técnico concomitante/subsequente em Metrologia, do campus Volta Redonda, que já está em análise do PPC desde 2023.
2024	Continuidade do projeto para implantação de um Núcleo de Produção Audiovisual, em parceria com a Coordenação Geral de Comunicação (CGCom).
2024	Suporte e assessoramento para a implantação e oferta do primeiro curso superior a distância, oferecido pelo IFRJ via Consórcio CEDERJ: CST em Jogos Digitais.
2024	Criação de GT de EaD <i>multicampi</i> .
2024	Oferta contínua de Cursos Livres de EaD.
2024	Lançar edital/2024 para o desenvolvimento de cursos na modalidade de EaD no IFRJ.
2024	Manutenção de suporte e assessoramento na oferta de cursos FIC que já estão em análise do PPC desde 2023.
2024	Criação de “FAQ” com as principais dúvidas para a construção de cursos no site.

INÍCIO	AÇÕES
2024	Manutenção de suporte e assessoramento na implantação e oferta do curso de graduação presencial com carga horária a distância em Engenharia da Computação no campus Niterói.
2025	Criação de indicadores de qualidade para modalidade, baseado em boas práticas.
2025	2ª Jornada de Formação em EaD.
2025	Aprovação pelo CONSUP das Diretrizes Institucionais da Organização Didático-Pedagógica e Administrativa para a modalidade de EaD no IFRJ, após consulta pública.
2026	3ª Jornada de Formação em EaD.
2026	Implantação do 1º Fórum Interno de EaD.
2027	Construção do 1º Seminário de EaD no IFRJ.
2027	Parcerias com outras instituições.
2028	Implantação do 2º Fórum Interno de EaD.

Fonte: PROEN (2023)

4. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO



4 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1 Perfil dos docentes

Figura 24 - Composição da força de trabalho dos servidores da carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFRJ no ano de 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

Figura 25 - Composição da força de trabalho Temporários do IFRJ no ano de 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

Figura 26 - Titulação Reconhecida - Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

Figura 27 - Reconhecimento de Saberes e Competências - Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

4.2 Perfil do corpo técnico-administrativo

Figura 28 - Composição da força de trabalho dos servidores da carreira Técnico-Administrativo em Educação do IFRJ no ano de 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

Figura 29 - Jornada de trabalho Técnico-Administrativos em Educação



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

4.3 Dados das experiências não acadêmicas dos docentes

A valorização e reconhecimento dos servidores docentes vai além das fronteiras acadêmicas, envolvendo também suas experiências não acadêmicas. Ao reconhecer e documentar as experiências não acadêmicas dos servidores, o IFRJ reforça o compromisso com a integralidade da formação de seus profissionais, enriquecendo a compreensão da diversidade de habilidades e conhecimentos que cada servidor e cada servidora possui. A implementação de um instrumento específico, seja uma política, um programa ou um projeto, não apenas honra a riqueza individual de cada educador, mas também promove um ambiente de trabalho mais colaborativo e inspirador.

Atualmente, o IFRJ ainda não dispõe de um instrumento específico que vise coletar os dados dessas experiências, resultando em uma escassez de registros precisos e abrangentes desses aspectos da vida de seus educadores.

Apesar desta situação, devido à diversidade do escopo e pluralidade da atuação dos projetos e políticas do IFRJ, alguns dos instrumentos já existentes acabam indiretamente coletando esses dados valiosos sobre experiências não acadêmicas.

Uma situação específica é o Plano de Cultura do IFRJ, que durante a realização de suas etapas coletou dados referentes a

experiências não acadêmicas dos servidores, gerando um mapeamento dos assuntos não acadêmicos de maior interesse de todos os servidores, englobando desta forma os 3 eixos: ensino, pesquisa e extensão. Este mapeamento é um exemplo de como esses dados são coletados de forma consolidada, podendo ser aplicados a projetos ou programas específicos no âmbito de experiências não acadêmicas. Esses dados podem ainda serem utilizados para fortalecer a transversalidade e a interdisciplinaridade enriquecendo as experiências acadêmicas do IFRJ.

Ao questionar diretamente aos servidores “Que tipo de atividades culturais e/ou artísticas você gostaria de participar e/ou promover no IFRJ?”, o Plano de Cultura mapeia habilidades artísticas que podem contribuir para a formação extensionista da comunidade, cumprindo desta forma a [Lei nº 11.892/2008](#) que versa sobre ministrar a educação em todos os níveis de ensino, além de realizar pesquisa e extensão. Portanto, o IFRJ põe em prática a indissociabilidade entre o tripé e vai ao encontro de alguns de seus valores como: Valorização de Pessoas, Diversidade e Inclusão, Integração e Responsabilidade Social, Ambiental e Econômica.

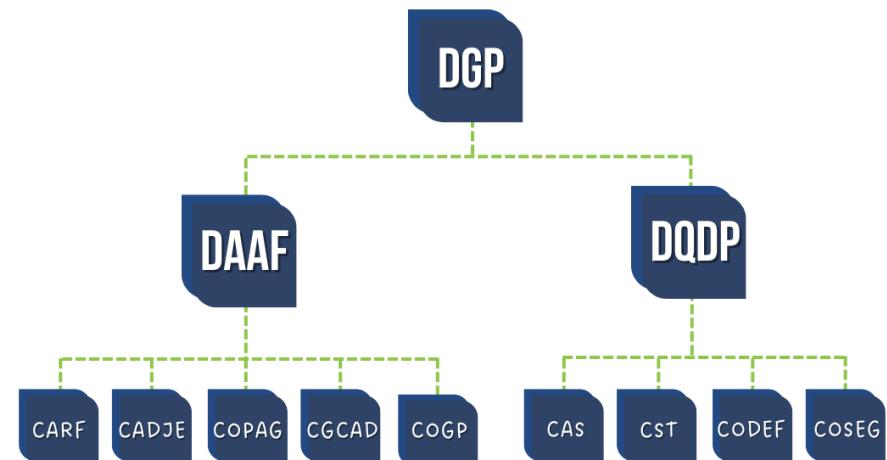
4.4 Gestão e Valorização de Pessoas

À Diretoria de Gestão e Valorização de Pessoas (DGP) compete planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados à admissão, acompanhamento, desenvolvimento dos servidores ativos e inativos, bem como:

- I. Assessorar permanentemente o Reitor e demais setores do IFRJ em assuntos de sua área de atuação;
- II. Planejar e desenvolver ações para a melhoria das práticas de gestão de pessoas no IFRJ;
- III. Implementar e manter atualizada a consolidação da legislação e jurisprudência, procedimentos e sistemas referentes à área de gestão de pessoas;
- IV. Auxiliar na administração das políticas de desenvolvimento funcional e de pessoas no IFRJ;
- V. Fomentar, avaliar e acompanhar políticas e ações de saúde do trabalhador e qualidade de vida no âmbito da Instituição;
- VI. Coordenar os processos relacionados a admissões, cadastros funcionais, desenvolvimento funcional, pagamento, concessões previdenciárias e exclusões, de servidores, contratados e estagiários;
- VII. Atender aos órgãos de controle externo e demandas judiciais;
- VIII. Auxiliar na administração das políticas e processos relativos à movimentação de servidores;
- IX. Representar o IFRJ nos fóruns da área, quando se fizer necessário.

4.4.1 Estrutura organizacional da DGP

Figura 30 - Estrutura Organizacional da DGP



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

4.5 Acesso, Concursos e Processos Seletivos

A Diretoria Adjunta de Acesso, Concursos e Processos Seletivos (DACPSS), subordinada à Diretoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional (DPEDI) da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas (PRODIN), é responsável por gerenciar todos os Concursos e Processos Seletivos do IFRJ. Atualmente a DACPS possui cinco servidoras lotadas em sua estrutura e conta com uma Coordenação-Geral de Concursos (CGC) responsável por dar suporte à DACPS, organizando, acompanhando,

orientando e apoiando nas atividades concernentes a gestão dos Concursos e Processos Seletivos.

São atribuições da DACPS:

- I. Dirigir e supervisionar a Coordenação Geral de Concursos e Processos Seletivos;
- II. Articular, com a Reitoria, as Pró-reitorias, Diretorias Gerais e Diretorias Sistêmicas;
- III. Planejar estratégias de aperfeiçoamento e desenvolvimento da Diretoria Adjunta de Acesso, Concursos e Processos Seletivos visando o aprimoramento dos concursos públicos e processos seletivos, promovendo e supervisionando a integração das atividades inerentes aos Concursos e Processos Seletivos;
- IV. Supervisionar a elaboração de editais de concursos e manuais do candidato em consonância com as orientações emanadas das Pró-reitorias e/ou Diretorias às quais o concurso diz respeito;
- V. Manter diálogo com a Coordenação Geral de Comunicação a fim de traçar estratégias que subsidiem divulgações eficazes dos processos seletivos e concursos públicos da Instituição;
- VI. Fiscalizar e efetuar os pagamentos, dos contratos das empresas vencedoras do processo de licitação, no que diz respeito ao cumprimento dos termos descritos no Edital de Licitação;

- VII. Requisitar, junto ao Gabinete da Reitoria, apoio de outros órgãos (Polícia Militar, Guarda Municipal e outros) para a realização das provas de concursos e processos seletivos;
- VIII. Subsidiar a Procuradoria, Ouvidoria e E-SIC do IFRJ emitindo pareceres referentes a todos os processos judiciais e todas as reivindicações formais ou informais relativos aos concursos e processos seletivos do IFRJ;
- IX. Elaborar os Termos de Referência e o Processos Licitatórios para escolha da Empresa para organização e a realização dos processos seletivos e concursos;
- X. Vistoriar os espaços físicos cedidos para a viabilização de concursos e processos seletivos;
- XI. Capacitar e supervisionar os recursos humanos para atuar no processo de aplicação das provas;
- XII. Estabelecer e implantar critérios e procedimentos para a correção das provas;
- XIII. Elaborar as diretrizes pedagógicas para os processos seletivos e concursos públicos de forma articulada com as Pró-reitorias e Diretorias competentes;
- XIV. Selecionar e alocar fiscais para aplicação das Provas;
- XV. Criar Critérios de Seleção e Homologar o Resultado Final da Seleção das Bancas Examinadoras, Central de Concursos e Banca de Heteroidentificação;

São atribuições da CGC:

- I. Elaborar, revisar e/ou padronizar editais e manuais para os candidatos;
- II. Encaminhar à Procuradoria do IFRJ os editais referentes aos concursos públicos e processos seletivos com vistas a garantir a legalidade judicial e o parecer técnico deles;
- III. Divulgar os editais no site do IFRJ e no Diário Oficial da União;
- IV. Solicitar o pagamento das bancas (de elaboração e correção de provas teóricas, de títulos, de provas práticas e de provas de aula), dos corretores de redação, dos diagramadores, dos revisores, dos fiscais, da equipe médica, da coordenação de local, e dos demais prestadores de serviços, das diversas etapas dos processos seletivos e concursos;
- V. Atender às demandas institucionais tais como informar número de vagas e total de inscritos dos processos seletivos ao setor de Pesquisa Institucional em atendimento ao MEC, recadastramento institucional junto aos Órgãos competentes, informação dos números de vagas e total de inscritos dos processos seletivos às secretarias dos campi, dentre outras solicitações;
- VI. Elaborar Termos de Compromisso, mapas de lançamento de notas e demais formulários relativos às bancas;
- VII. Supervisionar o sistema de correção de redação online junto à Empresa responsável pela gestão do concurso a fim de verificar se todas as especificações solicitadas foram atendidas, as Bancas, visando o cumprimento das normas pré-estabelecidas, diagramação e as revisões Linguística e Pedagógica;

- VIII. Elaborar e Divulgar todos os Resultados e Reclassificações dos Processos Seletivos. Resultados dos Concursos Públicos no site Oficial da União;
- IX. Prestar assistência operacional às instituições conveniadas com o IFRJ para a consecução de Processos de Seleção por elas realizados.

4.5.1 Plano de carreira

4.5.1.1 Docentes (EBTT)

O Plano de carreira dos servidores docentes do IFRJ está definido nas legislações a seguir, sendo estruturada em cinco classes: DI, DII, DIII, DIV e Titular. Os docentes, quando de seu ingresso no IFRJ, são submetidos a um período de estágio probatório de 3 anos.

- [Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012](#) que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal;
- [Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987](#) que dispõe sobre a Carreira do Magistério Superior;
- [Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008](#) que dispõe sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal;
- [Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#) que dispõe sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros; e

- [Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006](#) que dispõe sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Cada classe possui suas subdivisões em níveis, de acordo com o Anexo I da [Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012](#). A passagem de um nível para o outro dentro da classe ou a promoção para a classe subsequente é realizada após o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante avaliação do desempenho das atividades do docente.

Pode haver a aceleração da promoção para a Classe D II nível I vinculada à apresentação do título de especialista, e, para D III nível I, à apresentação do título de mestre ou doutor (conforme art. 15 da [Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012](#)).

4.5.1.2 Técnico-administrativo em educação (TAE)

A estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC é definido de acordo com a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

A carreira é estruturada em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre pela

mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, respeitado o interstício de 18 meses em cada progressão. Os técnico-administrativos, quando de seu ingresso no IFRJ, também são submetidos a um período de estágio probatório de 3 anos.

4.6 Concurso para servidores

4.6.1 Docentes do quadro permanente

A Seleção para Docentes do Quadro Permanente de Pessoal é realizada por meio de concurso público PEBTT, autorizado por meio de Portaria do MEC publicada no Diário Oficial da União e de acordo com a legislação vigente, com a [Constituição Federal de 1988](#), com as [Leis Federais nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nº 12.990, de 09 de junho de 2014, Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020](#), com os [Decretos Federais nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, nº 9.739, de 28 de março de 2019, Portaria ME nº 10.041/2021](#), instituído no edital do certame, obedecendo as etapas descritas na Tabela 15, a seguir:

Tabela 15 - Critérios de seleção docente IFRJ – Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ETAPA	TIPO DE ETAPA	NATUREZA	CONHECIMENTO	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	TOTAL DE PONTOS
I^a	Prova Discursiva	Eliminatória/Classificatória	Específico	3	20	30
	Provas Objetivas	Eliminatória/Classificatória	Didático-Pedagógico	10	3	5
		Eliminatória/Classificatória	Legislação e Ética	5	3	5
2^a	Prova de Desempenho Didático	Eliminatória/Classificatória	Específico e Didático-Pedagógico	—	24	40
3^a	Avaliação de Títulos	Classificatória	—	—	—	20
TOTAL				50	100	

Fonte: DACPS (2023)

4.6.2 Técnico-Administrativos em Educação do Quadro Permanente de Pessoal (TAE)

A Seleção para o segmento Técnico Administrativo em Educação do Quadro Permanente de Pessoal autorizado mediante Portaria do MEC e publicada no Diário Oficial da União é realizado através de concurso público nas etapas, conforme a Tabela 16, a seguir:

Tabela 16 - Critérios para seleção TAE

CARGO PÚBLICO	TIPO DE ETAPA	DISCIPLINA	TOTAL DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS POR DISCIPLINA	MÍNIMO DE PONTOS EXIGIDO		TOTAL DE PONTOS NA PROVA
						NA DISCIPLINA ¹¹	NO TOTAL DA PROVA ¹²	
Nível Médio Nível D	Prova Objetiva	Língua Portuguesa	8	1	8	3	30	50
		Legislação e Ética	7	1	7	3		
		Informática	5	1	5	2		
		Conhecimentos Específicos	30	1	30	12		
Nível Superior Nível E	Prova Objetiva	Língua Portuguesa	8	1	8	3	30	50
		Legislação e Ética	7	1	7	3		
		Conhecimentos Específicos	35	1	35	14		
		Avaliação de Títulos			20	-	-	20

Fonte: DACPS (2023)

4.7 Processos seletivos

4.7.1 Contratação de estagiários

O processo seletivo para contratação de estagiários ocorre atualmente de forma sistêmica e apresenta duas etapas, conforme Tabela 17, a seguir.

¹¹ Pontuação mínima por disciplina – primeira linha de corte

¹² Pontuação mínima por total de pontos da prova – segunda linha

Tabela 17 - Critérios para seleção de estagiários

ETAPA		NATUREZA	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1 ^a	Análise de Currículo	Eliminatória/Classificatória	0,1 ponto	50 pontos
2 ^a	Entrevista Remota	Eliminatória/Classificatória	0,1 pontos	50 pontos
TOTAL			100 pontos	

Fonte: DACPS (2023)

4.7.2 Editais de estudantes

O IFRJ possui, atualmente, 15 campi distribuídos entre as regiões, metropolitana, baixada fluminense, região sul fluminense e região dos lagos.

O ingresso dos discentes é realizado através de processos seletivos, divulgados por editais que estabelecem os critérios em cumprimento aos princípios da isonomia, publicidade e a transparência. São os processos seletivos:

4.7.2.1 Processo seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Cursos Integrados

Os cursos elencados no Quadro 8 são ofertados para o 1º e para o 2º semestre.

Quadro 8 - Processo Seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Cursos Integrados

CAMPUS	CURSO	DURAÇÃO
Arraial do Cabo	Informática	6 (seis) períodos semestrais (três anos)
	Meio Ambiente	6 (seis) períodos semestrais (três anos)
Duque de Caxias	Petróleo e Gás	7 (sete) períodos semestrais (três anos e meio)
	Plásticos	6 (seis) períodos semestrais (três anos)

CAMPUS	CURSO	DURAÇÃO
	Química	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
Engenheiro Paulo de Frontin	Informática para Internet	6 (seis) períodos semestrais (três anos)
Nilópolis	Controle Ambiental	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
	Química	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
Niterói	Administração	6 (seis) períodos semestrais (três anos)
	Informática	6 (seis) períodos semestrais (três anos)
Paracambi	Eletrotécnica	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
	Mecânica	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
Pinheiral	Agroindústria	3 (três) períodos anuais (três anos)
	Agropecuária	3 (três) períodos anuais (três anos)
	Informática	3 (três) períodos anuais (três anos)
	Meio Ambiente	3 (três) períodos anuais (três anos)
Resende	Guia de Turismo	3 (três) períodos anuais (três anos)
Rio de Janeiro	Biotecnologia	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
	Alimentos	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
	Farmácia	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
	Meio Ambiente	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
	Química	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
São Gonçalo	Administração	3 (três) períodos anuais (três anos)
	Química	8 (oito) períodos semestrais (quatro anos)
	Segurança do trabalho	3 (três) períodos anuais (três anos)
Volta Redonda	Automação Industrial	7 (sete) períodos semestrais (três anos e meio)

Fonte: DACPS (2023)

4.7.2.2 Processo seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Cursos Concomitantes/Subsequentes

Quadro 9 - Processo Seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio- Cursos Concomitantes / Subsequentes

CAMPUS	CÓDIGO / CURSO	TURNO	VAGAS I° E 2° SEMESTRE - ESCOLARIDADE MÍNIMA
Arraial do Cabo	ARC – 01 – Meio Ambiente	Noturno	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio
Belford Roxo	BEL – 01 – Produção de Moda	Matutino	Estar cursando em 2023, o 3º ano do nível médio
	BEL - 02 - Artesanato	Matutino	
Duque de Caxias	DUC – 01 – Petróleo e Gás	Noturno	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o Ensino Médio completo
	DUC – 02 – Plásticos	Noturno	
	DUC – 03 – Segurança do Trabalho	Noturno	
Niterói	NIT – 01 – Administração	Vespertino	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o Ensino Médio completo
Pinheiral	PIN – 01 – Administração	Noturno	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o Ensino Médio completo
	PIN – 02 – Paisagismo	Noturno	
Realengo	REA - 01 - Agente Comunitário de Saúde	Integral	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o Ensino Médio completo
Resende	RES – 01 – Segurança do Trabalho	Noturno	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o Ensino Médio completo
	RES – 02 – Guia de Turismo	Noturno	
Rio de Janeiro	RIO – 01 – Química	Noturno	Estar cursando em 2023, o 3º ano do nível médio
São Gonçalo	SAG – 01 – Segurança do Trabalho	Noturno	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o Ensino Médio completo
São João de Meriti	SJM – 01 – Administração	Vespertino	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o

CAMPUS	CÓDIGO / CURSO	TURNO	VAGAS I° E 2° SEMESTRE - ESCOLARIDADE MÍNIMA
São João de Meriti	SJM – 02 – Administração	Noturno	Ensino Médio completo
	SJM – 03 – Informática para Internet	Matutino	
	SJM – 04 – Informática para Internet	Vespertino	
Volta Redonda	VOR – 01 – Metrologia	Noturno	Estar cursando em 2023, o 2º ano do nível médio ou ter o Ensino Médio completo
	VOR – 02 – Eletrotécnica	Vespertino/ Noturno	

Fonte: DACPS (2023)

4.7.2.3 Processo seletivo para ingresso no Cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional

Quadro 10 - Processo Seletivo para Ingresso no Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional

CAMPUS	TURNO	CURSO	ESCOLARIDADE MÍNIMA
Duque de Caxias	Noite	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática	Jovens e adultos que tenham concluído o Ensino Fundamental
Nilópolis	Noite	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática	
Niterói	Noite	Formação Inicial em Assistente Administrativo	
Rio de Janeiro	Noite	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática	

Fonte: DACPS (2023)

4.7.2.4 Processo seletivo para Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

Quadro 11 - Processo seletivo para Curso FIC

CAMPUS/CIDADE	CURSO	ESCOLARIDADE MÍNIMA
Teresópolis	Assistente Administrativo	Ensino Fundamental II completo (6º ao 9º ano)
	Balconista de Farmácia	
	Microempreendedor Individual (MEI)	Ensino Fundamental I Completo (1º ao 5º ano)
Paraty	Assistente Administrativo	Ensino Fundamental II completo (6º ao 9º ano)
	Condutor Cultural Local	Ensino Fundamental I Completo (1º ao 5º ano)
	Cuidador de Idosos	Ensino Fundamental II completo (6º ao 9º ano)
	Organização de Eventos	Ensino Médio completo
Realengo	Balconista de Farmácia	Ensino Fundamental II completo
	Cuidador de Idoso	
São João de Meriti	Assistente de Contabilidade	Fundamental II (6º ao 9º) completo
	Cadista para Construção Civil – Turma A	
	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - Turma A	
	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - Turma B	
	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - Turma C	
	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - Turma D	
	Assistente Administrativo	
	Contador de Histórias	
	Espanhol Básico	
Pinheiral	Operador de Supermercados	Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) incompleto

Fonte: DACPS (2023)

4.7.3 Quantitativo de estudantes ingressantes por ano (2017-2023)

Tabela 18 - Quantidade de ingressantes no IFRJ no período de 2017 em 2023.I

TIPO DE CURSOS	ANO LETIVO							TOTAL GERAL
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023.I	
Graduação	1390	1375	1313	720	1271	1315	628	8012
Pós-Graduação	184	260	330	464	646	500	551	2935
FIC - EJA - Integrado	0	0	0	0	0	36	50	86
Técnico - Concomitante	1099	1337	1012	465	1161	830	549	6453
Técnico - Subsequente	60	0	61	0	0	53	0	174
Técnico - EJA - Integrado	172	183	174	81	94	85	77	866
Técnico - Integrado	1348	1484	1722	1010	2132	1354	1038	10088
Técnico Total	2679	3004	2969	1556	3387	2322	1664	17581
Total Geral	4.253	4.639	4.612	2.740	5.304	4.173	2.893	28.614

Fonte: DIPI (2023)

4.7.4 Quantitativo de editais por ano (2017-2023)

Gráfico 2 - Quantitativo de editais 2017-2023



Fonte: DACPS (2023)

4.8 Plano de expansão dos quadros docente e técnico-administrativo

Como instituição, o IFRJ almeja fortalecer ainda mais a excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, reconhecendo a importância crucial de cada membro da nossa comunidade no cumprimento da missão institucional. Para tal, é necessário buscar,

junto às instâncias competentes, o aumento da tipologia de alguns *campi*, refletindo a crescente demanda por nossos cursos e a necessidade de infraestrutura condizente com nosso compromisso com a excelência educacional.

Adicionalmente, é essencial que a relação aluno x professor (RAP) esteja em um patamar superior a 20, promovendo uma interação mais próxima e eficaz entre educadores e estudantes. Fortalecer os quadros docente e técnico-administrativo, fortalece também os alicerces de nossa instituição. Estas ações não apenas enaltecerão a qualidade do ensino oferecido, mas também reforçarão o compromisso do IFRJ com o desenvolvimento sustentável e a formação de cidadãos capacitados e engajados.

O Plano de Expansão do Quadro Docente e do Quadro Técnico-Administrativo do IFRJ está vinculado às políticas de expansão da rede federal. Foi anunciada a criação de novos *campi* do IFRJ, dentre eles: Cidade de Deus/Parque Olímpico e o Complexo do Alemão. Bem como a criação do prédio do *campus* Belford Roxo, já em funcionamento. Esta estrutura quando criada e em funcionamento, aumentará a força de trabalho do IFRJ em aproximadamente 140 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 90 servidores Técnicos Administrativos em Educação.

Essa estimativa pode ser impactada pelo anúncio de criação de novos *campi* dentro dos próximos anos.

Paralelamente à expansão é necessária a análise da viabilidade da mudança de tipologia de alguns *campi*, que já extrapolaram a tipologia 150/100. Ou seja, 150 servidores docentes e 100 servidores Técnico-Administrativos em Educação. Cada membro da comunidade acadêmica desempenha um papel crucial nesse processo, e estamos otimistas com a colaboração e dedicação de todos para alcançarmos nossos objetivos. Ao investir em nosso corpo docente e técnico-administrativo, investiremos no futuro do IFRJ e na realização dos sonhos de nossos estudantes.

4.9 Elevação da titulação dos servidores do IFRJ

4.9.1 Carreira docente

O corpo docente do IFRJ tem a necessidade permanente da elevação da titulação dos servidores, especialmente da carreira docente, com o propósito de proporcionar uma educação pública de qualidade para a sociedade, com conteúdos atuais e de excelência aos discentes e promover novos significados aos conhecimentos, integrando-os à realidade dos discentes da Instituição.

Este imperativo é ancorado em princípios de aprimoramento contínuo, qualidade educacional e competitividade global, fatores fundamentais para a excelência na formação acadêmica e no desenvolvimento social e econômico de nosso país.

A titulação elevada dos docentes, tal como a obtenção de doutorados e pós-doutorados, tem um impacto direto na qualidade do ensino. Professores com titulação mais alta estão imersos em um ambiente acadêmico enriquecido, atualizado e inovador, o que reflete diretamente em sua prática pedagógica. O domínio aprofundado da matéria e das tendências contemporâneas possibilita uma abordagem mais crítica, dinâmica e contextualizada, proporcionando aos estudantes uma experiência de aprendizado mais rica e enriquecedora.

Além disso, a presença de docentes com elevada titulação contribui para a pesquisa e produção científica, impulsionando a inovação e o avanço de conhecimento. A interação entre a pesquisa e a sala de aula é um componente essencial para a formação de profissionais de alta competência, capazes de enfrentar os desafios atuais e futuros de forma proativa e embasada.

No cenário global, onde a competitividade acadêmica é cada vez mais acirrada, instituições de ensino superior que contam com um corpo docente altamente qualificado têm maior visibilidade e

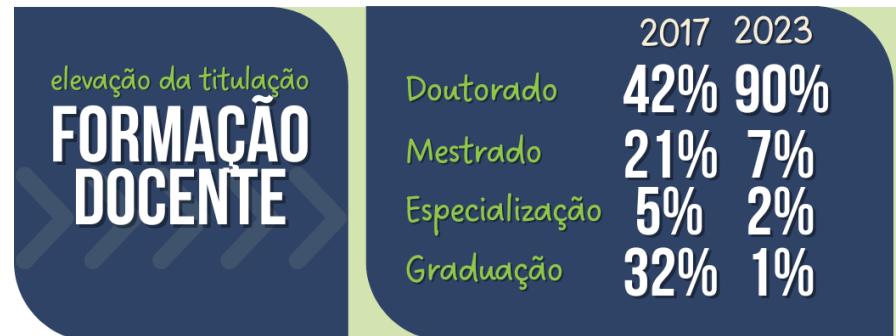
atraem estudantes e pesquisadores de renome. Isso promove parcerias internacionais, intercâmbios de conhecimento e pesquisas de relevância global, colocando o ensino público federal em um patamar de reconhecimento e prestígio.

Portanto, a promoção da elevação da titulação dos docentes no ensino público federal é um investimento vital. Não apenas fortalece a qualidade do ensino, mas também impacta positivamente a pesquisa, a inovação e a visibilidade internacional das instituições. É um passo essencial para alinhar nossas práticas educacionais aos padrões globais de excelência, preparando os futuros profissionais para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo e dinâmico.

Visando manter e otimizar este cenário, é necessário que o IFRJ esteja sempre proporcionando a oportunidade da elevação da titulação dos seus docentes, aprimorando seus conhecimentos, habilidades e desenvoltura na área pedagógica.

Posto isso, é importante mencionar que de maneira satisfatória o corpo docente teve alto índice de elevação na sua titulação entre os anos de **2017** e **2023**, conforme pode-se observar na Figura 31, a seguir.

Figura 31 - Formação Docente 2017-2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

Considerando o *status* atual e o pretendido em médio prazo (cinco anos), a política de formação docente tem como metas os índices apresentados na Tabela 19, a seguir.

Tabela 19 - Formação Docente 2023-2028

TITULAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Doutorado	90%	91%	92%	93%	94%	96%
Mestrado	7%	6%	6%	6%	5%	3%
Especialização	2%	2%	2%	1%	1%	1%
Graduação	1%	1%	0%	0%	0%	0%

Fonte: DGP (2023)

4.9.2 Carreira técnico administrativa

Com relação ao corpo técnico-administrativo em educação (TAE), são profissionais de nível fundamental, médio ou graduação de diversas áreas, que também compõem o quadro permanente da instituição, contribuindo com ensino, pesquisa, extensão e diversas rotinas administrativas.

Nesta categoria temos diversos cargos que auxiliam desde laboratórios e bibliotecas, bem como executam toda a parte de gestão de pessoas e financeira do IFRJ. Sendo importante mencionar que conforme o art. 8º da [Lei nº 11.091/2005](#), são atribuições gerais dos técnicos de administrativos em educação.

- [...] I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;
- III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

[...]

A presença de um corpo técnico-administrativo devidamente capacitado é um pilar essencial para o crescimento e sucesso de

qualquer instituição de ensino. Estes profissionais são os alicerces que sustentam a infraestrutura e o funcionamento eficaz de todos os setores administrativos. Com um conhecimento sólido em suas áreas de atuação, bem como habilidades técnicas aprimoradas, contribuem para a otimização dos processos internos, resultando em maior eficiência operacional e, consequentemente, em um ambiente acadêmico mais produtivo.

Além disso, os técnico-administrativos quando atualizados e capacitados atuam como facilitadores para docentes e discentes, proporcionando um suporte necessário para a realização das atividades acadêmicas. A eficiência na gestão administrativa reflete diretamente no desenvolvimento das pesquisas, na qualidade do ensino e na organização de eventos e projetos educacionais. Assim, a elevação da qualificação desses profissionais é um investimento estratégico que culmina em uma instituição mais forte, inovadora e apta a enfrentar os desafios contemporâneos do cenário educacional. É nítido que os TAEs são essenciais para que o IFRJ possa alcançar seus objetivos institucionais e sociais. Atualmente a titulação dos TAEs no IFRJ está representada conforme Figura 32, a seguir.

Figura 32 - Formação TAE - 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base em DGP (2023)

Considerando o status atual e o pretendido em médio prazo 5 anos, a política de formação TAEs tem como meta atingir os índices de formação acadêmica apresentados na Tabela 20, a seguir.

Tabela 20 - Formação TAE 2023-2028

TITULAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Doutorado	6%	6%	7%	7%	8%	9%
Mestrado	19%	19%	20%	21%	22%	23%
Especialização	32%	33%	34%	35%	36%	37%
Graduação	21%	20%	19%	18%	17%	16%
Técnico	17%	17%	16%	15%	14%	13%
Ensino Fundamental	5%	5%	4%	4%	3%	2%

Fonte: DGP (2023)

4.9.3 Planejamento para o alcance das metas

Para a execução das ações, faz-se necessário um planejamento institucional para:

- Proporcionar acessos a cursos técnicos e de graduação a todos os servidores que possuem apenas ensino fundamental;
- Proporcionar acesso à pós-graduação *lato sensu* a todos os servidores que possuem apenas titulação em nível de graduação;
- Proporcionar orientação para a capacitação adequada dos servidores que ocuparem cargos de gestão;
- Incentivar o acesso à qualificação, em nível acima do que possui, a todos os servidores que possuem especialização, mestrado e doutorado; e
- Incentivar o acesso à pós-graduação *stricto sensu*, prioritariamente em nível de doutorado, a todos os docentes não detentores do grau.

Sendo assim, os objetivos da área competente para atingir as metas pretendidas e executar as ações planejadas, são:

- Aumentar os recursos financeiros para a área de desenvolvimento de pessoas;
- Garantir a divulgação e cumprimento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), bem como da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP);

- Realizar a contratação de cursos de especialização que atendam as demandas institucionais, conforme o PDP;
- Realizar parcerias e convênios com outras instituições a fim de oportunizar vagas em programas de pós-graduação stricto sensu para os servidores do IFRJ;
- Laborar, revisar e aprimorar os fluxos institucionais para garantir aos servidores a possibilidade de realizar cursos de desenvolvimento com ou sem afastamento;
- Criar estratégias de conscientização da importância na elevação da titulação de todos os servidores do quadro permanente; e
- Disponibilizar espaço para a execução de cursos de capacitação na Reitoria e nos campi do IFRJ.

4.10 Plano de capacitação

4.10.1 Qualidade de vida para os servidores

A Diretoria Adjunta de Qualidade de Vida e Desenvolvimento Pessoal (DQDP) tem como atribuição contribuir com a qualidade de vida dos servidores, bem como oportunizar formas para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Para isso, a Diretoria conta com coordenações nas áreas de saúde do trabalhador e segurança do trabalho.

Para proporcionar um ambiente de trabalho de qualidade para todos os servidores do IFRJ, nossa meta é desenvolver e aprovar uma política de capacitação e valorização de servidores, prevista no Plano Estratégico Institucional, pautada nos seguintes princípios:

- oportunizar uma gestão participativa e empática;
- reconhecer os trabalhos executados;
- proporcionar comunicação efetiva e transparente;
- criar oportunidade de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional;
- promover clima organizacional satisfatório;
- focar nos trabalhos voltados para resultados;
- realizar feedbacks;
- incentivar diálogos permanentes com as equipes;
- alavancar a interação dos campi com a reitoria;
- promover ações no ambiente de trabalho buscando proporcionar bem-estar e saúde ao servidores;
- motivar os servidores para que se sentiam bem e felizes no ambiente de trabalho;
- avaliar as necessidades e elaborar indicadores para nortear novas ações que beneficiem a qualidade de vida no trabalho.

4.10.2 Capacitação dos servidores

Pensando no desenvolvimento do servidor e no impacto positivo que a elevação do conhecimento pode proporcionar a este IFRJ e na motivação dos servidores, as diretrizes abaixo serão o foco para o planejamento institucional nos próximos anos:

- Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores em todos os níveis de escolaridade;
- Estabelecer um calendário anual de cursos de capacitação, tendo como base a indicação realizada pelas unidades na elaboração do PDP;
- Fomentar o acesso dos servidores em eventos de capacitação internos e externos;
- Manter controle e divulgar periodicamente a situação de capacitação e qualificação dos servidores; e
- Avaliar continuamente os resultados das ações de capacitação.

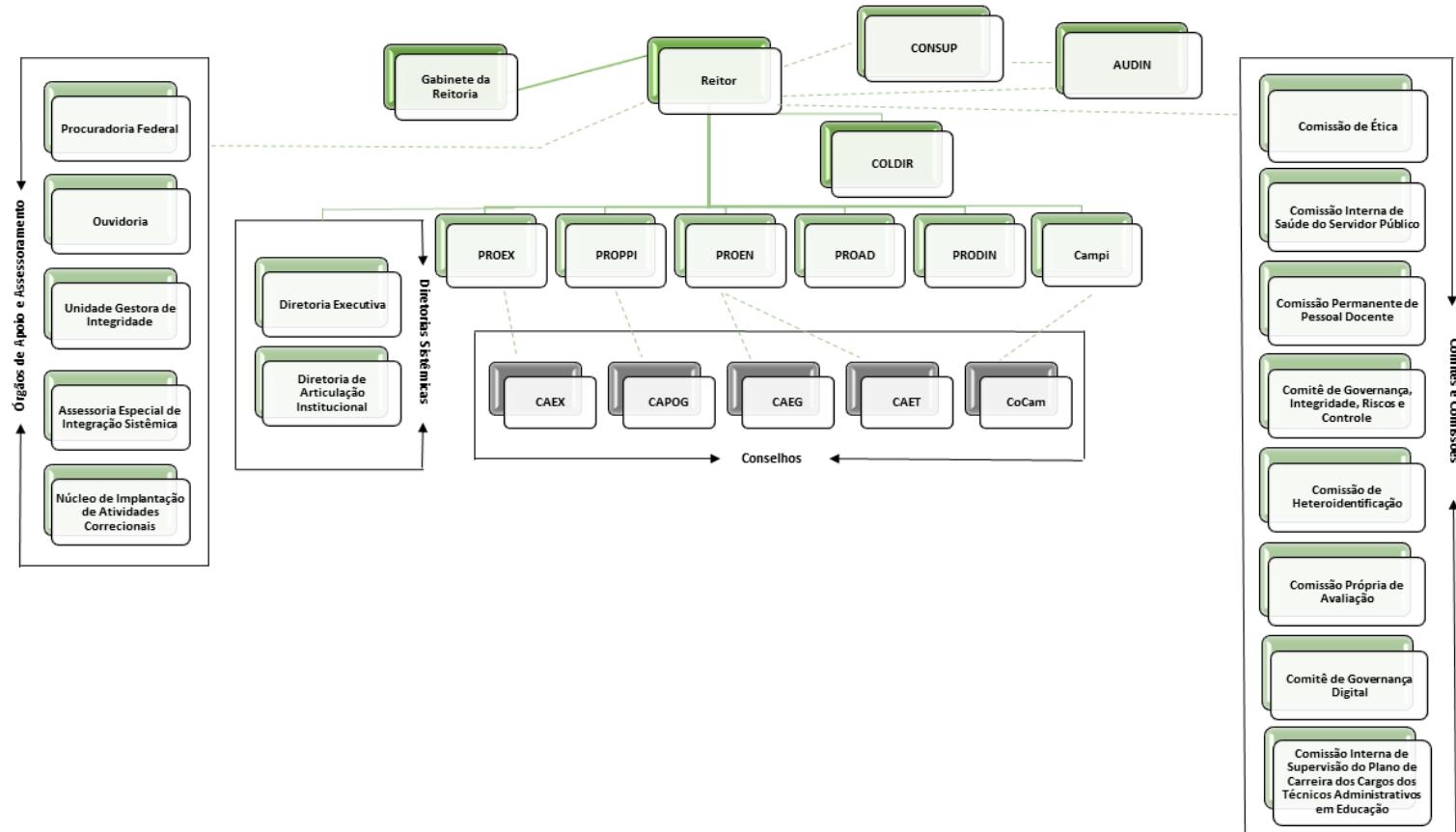
O IFRJ possui em sua estrutura, a DQDP, uma diretoria que, em virtude de sua atuação estratégica, visa investir na boa saúde física e mental dos servidores, na qualidade de vida no trabalho, na capacitação e na qualificação dos servidores do quadro permanente do IFRJ, visando o bem-estar e a motivação do servidor, bem como, a melhor produtividade nas atividades executadas.

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO IFRJ



5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO IFRJ

Figura 33 - Organograma IFRJ



Fonte: PRODIN (2023)

Com base no organograma disposto na Figura 33, apresenta-se a seguir as finalidades e/ou competências básicas dos órgãos, setores e comitês mencionados.

5.1 Órgãos colegiados

5.1.1 Conselho Superior

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão colegiado máximo, de caráter consultivo e deliberativo, que tem por finalidade analisar e regular as diretrizes de atuação do IFRJ, no âmbito acadêmico e administrativo. Presidido pelo reitor, conta com representantes dos docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, egressos, representantes da sociedade civil, do MEC e dos diretores-gerais dos *campi*. Para saber mais sobre o CONSUP, acesse o [Regimento Interno do Conselho Superior do IFRJ](#), anexo à Resolução nº 37, de 18 de outubro de 2017.

5.1.2 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes (COLDIR) é o órgão de apoio e assessoramento ao processo decisório da Reitoria. Possui caráter consultivo e é presidido pelo reitor, conta ainda com os pró-reitores

e os diretores-gerais dos *Campi*. Dentre as diversas atribuições, compete ao COLDIR apreciar os assuntos de interesse da administração do IFRJ, recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão e propor aos Conselhos Acadêmicos e Superior diretrizes para as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Para saber mais sobre o COLDIR, acesse o [Regimento do Colégio de Dirigentes](#), anexo à Resolução nº 49, de 16 de outubro de 2019.

5.2 Órgãos executivos

A Reitoria é composta pelo gabinete do reitor, cinco pró-reitorias e duas diretorias sistêmicas, sendo o Reitor o principal dirigente do IFRJ que possui a atribuição, de acordo com o [Estatuto do IFRJ](#), de representar o IFRJ, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

5.2.1 Gabinete do Reitor

O Gabinete do Reitor (GR) representado no organograma pela Chefia de Gabinete e Secretaria de Gabinete, é o setor responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a

ação política e administrativa da Reitoria. Dentre suas diversas atribuições estão a emissão de portarias, o atendimento ao público, o controle de entrada e saída de documentos e a emissão de instruções normativas, de ofício e de correspondências internas.

5.2.2 Pró-reitorias

As Pró-reitorias são responsáveis por planejar, desenvolver, propor, acompanhar, supervisionar e avaliar a execução das políticas relacionadas à sua área de atuação promovendo ações que garantam a articulação e integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas pelo MEC e as orientações recebidas dos respectivos Conselhos Acadêmicos, quando existentes. O IFRJ possui cinco pró-reitorias:

- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas (PRODIN)
- Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROEN)
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPI)
- Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROAD)

5.2.3 Diretorias sistêmicas

As Diretorias Sistêmicas são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação. Geralmente em atividades que não estão cobertas pelas pró-reitorias citadas, atualmente o IFRJ conta com duas diretorias sistêmicas:

- Diretoria Executiva da Reitoria (DER)
- Diretoria de Articulação Institucional (DAINT)

5.2.4 Campi

O IFRJ possui 15 *campi* definidos em portaria do MEC. São unidades que realizam as atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, por meio de programas e projetos estabelecidos, além da gestão das atividades administrativas. São administrados por diretores-gerais e sua estrutura organizacional apresenta variações em função da necessidade dos *campi* e, em geral, possui direções de ensino e de administração atuando em conjunto.

5.3 Órgãos de apoio e de assessoramento

5.3.1 Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal (PROJU) do IFRJ, unidade vinculada à Procuradoria-Regional Federal da 2^a Região, é integrante da Advocacia-Geral da União (AGU). A AGU é a instituição representa a União judicial ou extrajudicialmente, diretamente ou por meio de órgão vinculado, tendo ação consultiva e contenciosa. A PROJU tem a incumbência de prestar consultoria e assessoramento jurídico ordinário, abrangendo matérias de servidor público, patrimônio imobiliário, licitações e contratos, bem como outras afetas à finalidade institucional da autarquia, observadas as competências das unidades setoriais do MEC e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para saber mais sobre as atribuições da Procuradoria Federal, acesse o [Regimento Geral do IFRJ](#), aprovado pela Resolução nº 16 do CONSUP em 10 de agosto de 2011.

5.3.2 Ouvidoria

A Ouvidoria do IFRJ tem como objetivos o acolhimento, o registro e a análise de reclamações, elogios, solicitações e críticas da comunidade interna e externa do IFRJ. Constitui-se como uma

ferramenta facilitadora da comunicação institucional com a sociedade, visa assegurar aos cidadãos os devidos encaminhamentos das demandas, contribuindo para a melhoria dos serviços.

5.3.3 Unidade Gestora de Integridade

A Unidade de Gestão da Integridade (UGI) é a responsável pelos procedimentos necessários à estruturação, à implementação, à execução e ao monitoramento do Programa de Integridade no IFRJ. São atribuições da UGI coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade; orientar e treinar os servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e promover outras ações relacionadas à implementação do Programa de Integridade, em conjunto com as demais unidades do IFRJ.

5.3.4 Assessoria Especial de Integração Sistêmica

A Assessoria Especial de Integração Sistêmica (ASSESP) tem o objetivo de contribuir para o diálogo entre o IFRJ e os organismos estatais com vistas ao estabelecimento de cooperação que vise ao alinhamento das ações fins da instituição às necessidades da

comunidade local; além de promover espaços de diálogos com o Legislativo, para parcerias, apoio e colaboração, para melhoria dos nossos recursos, por meio de emendas parlamentares. Compete à ASSESP ainda colaborar para a visibilidade institucional, propondo estratégias ao fortalecimento da marca IFRJ; monitorar, mapear e divulgar oportunidades de financiamento externo às ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura do IFRJ; e promover o intercâmbio de alunos, professores e técnicos administrativos com instituições parceiras de outros países, apresentando condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos que participam do processo educacional, com relevância para o compartilhamento de aspectos científicos e tecnológicos inovadores.

5.3.5 Núcleo de Implementação de Atividades Correcionais

O Núcleo de Implementação de Atividades Correcionais (NIAC) é responsável por implementar o aperfeiçoamento nos mecanismos de controle correcional e processos administrativos disciplinares e investigativos do IFRJ. Para saber mais sobre o NIAC, acesse o [Portal Institucional](#).

5.4 Comitês e Comissões

5.4.1 Comitê de Ética

A Comissão de Ética tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética profissional do servidor público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar o respeito no serviço público. Para maiores informações, acesse o [Regimento da Comissão de Ética do IFRJ](#).

5.4.2 Comissão Interna de Saúde do Servidor Público

A Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) tem como objetivo propor ações voltadas à promoção da saúde e a humanização do trabalho. Além de propor atividades que desenvolvam atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança, contribuindo para o desenvolvimento das relações de trabalho estimulando a participação dos servidores nos processos de melhoria do ambiente de trabalho como um todo. Cada campus possui sua comissão e seus membros são eleitos por meio de processo eleitoral eletrônico.

5.4.3 Comissão Permanente de Pessoal Docente

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é órgão de assessoramento para formulação e acompanhamento da execução da política de Pessoal Docente dentro do IFRJ. Compete à CPPD apreciar e pronunciar-se em assuntos como a alteração do regime de trabalho docente, avaliação do desempenho para fins de estágio probatório, progressão e promoção funcional dos docentes, além de políticas de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado e programas de cooperação, entre outras atribuições. Para maiores informações, acesse o [Regimento Interno da CPPD](#) (Resolução nº 11/2020).

5.4.4 Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controle

O Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles do IFRJ possui natureza consultiva e propositiva, além de caráter permanente. O Regimento Interno do Comitê foi instituído pela Portaria nº 227, de 26 de outubro de 2022 e definiu que o Comitê tem diversas finalidades, dentre elas institucionalizar estruturas adequadas de governança corporativa e digital, gestão de riscos e

controles internos, além da promoção de práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos.

5.4.5 Comissão de Heteroidentificação

A Comissão de Heteroidentificação é responsável por certificar a autodeclaração dos(as) candidatos(as) que concorrem às vagas de ações afirmativas destinadas a candidatos pretos, pardos ou indígenas.

5.4.6 Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, criada pela [Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004](#) que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é órgão suplementar do IFRJ, diretamente ligado à Reitoria e é responsável por conduzir a autoavaliação institucional, procurando conhecer a cultura e a vida do IFRJ em suas múltiplas manifestações, zelando pelo caráter educativo da avaliação que visa à emancipação e ao melhoramento de uma educação comprometida com os interesses da sociedade.

5.4.7 Comitê de Governança Digital

O Comitê de Governança Digital tem como objetivo principal determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, bem como todas as iniciativas correlatas a TIC, visando assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do IFRJ.

5.4.8 Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnico-administrativos em Educação

De acordo com o Regimento Interno da CIS, aprovado pelo CONSUP na [Resolução nº 23, de 25 de setembro de 2018](#) e com base

no art. 5.º da [Portaria MEC nº 2.519, de 15 de julho de 2005](#), dentre as diversas atribuições da CIS, destacamos o acompanhamento da implantação do PCCTAE, além da orientação dos servidores, em todas as suas etapas, com emissão de parecer de cunho consultivo.

5.4.9 Demais colegiados e conselhos

Os demais colegiados e conselhos do IFRJ possuem caráter consultivo e auxiliam na execução das políticas relacionadas à sua área de atuação. A seguir são apresentados seus nomes e os seus respectivos objetivos.

Ao clicar na caixa com a sigla, é possível acessar a página de cada Conselho/Colegiado no Portal Institucional, com exceção do Colegiado de Campus (CoCam) que é instaurado em cada campus.

COCAM

CAEX

CAPOG

CAEG

CAET

O Colegiado de Campus (CoCam) contribui no planejamento, na gestão e no desenvolvimento integrado e interdisciplinar, assessorando e exarando pareceres para subsidiar a gestão do campus em temas de natureza didático-pedagógica e administrativa.

O Conselho Acadêmico das Atividades de Extensão (CAEX) subsidia a PROEX e apoia o processo decisório do CONSUP e da Reitoria no que tange às políticas de extensão.

O Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (CAPOG) subsidia a PROPPI e visa criar diretrizes para a orientação e normatização de atividades acadêmicas relacionadas à pesquisa, inovação e pós-graduação.

O Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (CAEG) subsidia a PROEN e visa emitir parecer sobre questões que objetivam aprimorar o processo ensino-aprendizagem referentes à graduação.

O Conselho Acadêmico de Ensino Médio e Técnico (CAET) subsidia a PROEN e tem por finalidade emitir parecer nas discussões de natureza didático-pedagógica e regimental, no âmbito do ensino técnico de nível médio e qualificação profissional.

6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES



6 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

6.1 Formas de acesso

Primando pelo acesso democrático e irrestrito a todos que fazem jus aos critérios, a seleção dos cursos técnicos, de qualificação profissional e de graduação se dão por meio de edital público unificado, com periodicidade semestral e/ou anual, contendo as normas do processo seletivo, com sistema de reserva de vagas de acordo com a Política de Ações Afirmativas para os referidos cursos no IFRJ. Especificamente para os cursos de graduação, além das regras descritas anteriormente o IFRJ participa com parte de suas vagas no Sistema de Seleção Unificada, para acesso ao Ensino Superior. Para matrícula, além da classificação no processo seletivo e demais documentos de identificação, será exigido comprovante de conclusão da escolaridade mínima prevista para o acesso ao curso.

6.2 Política de assistência estudantil

A política voltada para a oferta federal pública e gratuita de educação profissional no Brasil teve seu expoente na publicação da lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

– [Lei nº 11.892/2008](#) – que estabeleceu as finalidades destas instituições, que se diferenciam pela sua verticalidade, isto é, atuam em distintos níveis de ensino (ensino fundamental, ensino médio e ensino de graduação e pós-graduação) e modalidades de ensino.

O processo de expansão, associado à diversificação das ofertas formativas e a implementação das políticas de ações afirmativas ([Lei nº 12.711/2012](#)) produziram mudanças sensíveis quanto ao perfil do público atendido pelo IFRJ. Tais mudanças, estão relacionadas a marcadores sociais específicos, tais como: território de pertencimento, raça/etnia, sexo, faixa etária, perfil socioeconômico e trajetória escolar.

Esta nova condição institucional, associada à criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do [Decreto nº 7.234/2010](#), demandou do IFRJ a construção de um regulamento interno para orientar as ações e programas direcionados à permanência estudantil.

Assim, em 2011, o Conselho Superior (CONSUP) aprovou o Regulamento da Assistência Estudantil do IFRJ ([Resolução nº 11/2011, de 08 de junho de 2011](#)). De 2011 a 2019 algumas mudanças na

conjuntura sociopolítica e institucional forjaram a necessidade de realizar uma revisão do regulamento em vigência.

Alguns marcos foram importantes para esta iniciativa – a publicação das [Leis nº 12.711/2012](#) e [nº 13.409/2016](#) e, a criação da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) em **2014**. Em relação à estrutura da DAE, esta é subordinada à Pró-reitoria da Extensão e possui a Coordenação da Rede de Assistência Estudantil (CORAES), totalizando 6 servidores responsáveis pelas atribuições dos respectivos setores subordinados à PROEX.

Alinhada a estas mudanças, a Política de Permanência Estudantil do Instituto Federal do Rio de Janeiro constitui-se como um conjunto de princípios, diretrizes, procedimentos, critérios, competências, programas e orientações para gestão, planejamento, monitoramento e avaliação, que norteia a implementação das ações voltadas à ampliação das condições de acesso e permanência com êxito no IFRJ.

Desta forma, dispomos abaixo a legislação que norteia a Política de Permanência Estudantil no IFRJ:

- A Constituição Federal de 1988;
- O Estatuto da Criança e do Adolescente, [Lei nº 8.069/1990](#);
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, [Lei nº 9.394/1996](#);

- A [Lei Federal nº 11.947/2009](#), dispõe sobre o direito à alimentação escolar;
- O [Decreto nº 7.234/2010](#), que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil;
- A [Lei Federal nº 12.711/12](#), que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino de nível superior e;
- O Estatuto da Juventude, [Lei nº 12.852/2013](#);
- A [Lei nº 13.146/2015](#) que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- A [Lei nº 13.663/2018](#);
- A [Resolução nº 01](#) do Conselho Nacional de Educação, publicada em 19 de janeiro de 2018, que resguarda o direito ao uso do nome social para pessoas transgênero e visa minimizar as situações de constrangimento de *bullying* no ambiente escolar;
- A [Lei nº 13.819/2019](#), que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

6.2.1 Política de permanência estudantil

Fundamentado na Política de Permanência Estudantil, desde 2014, o IFRJ operacionaliza o atendimento assistencial estudantil com ações relacionadas ao planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos, e serviços da Permanência Estudantil, regulamentadas pela política.

Com uma equipe multidisciplinar das áreas de serviço social, nutrição e pedagogia e demais servidores atuantes na área administrativa, a Coordenação de Assistência Estudantil (CORAES) coordena as atividades integrantes do escopo assistencial, junto Comitê Gestor Local dos *Campi*.

Atualmente, o IFRJ possui o Programa de Auxílio Permanência (PAP) dentro escopo da Política de Permanência Estudantil que orienta a oferta dos auxílios alimentação, didático, transporte e moraria, conforme a Tabela 21.

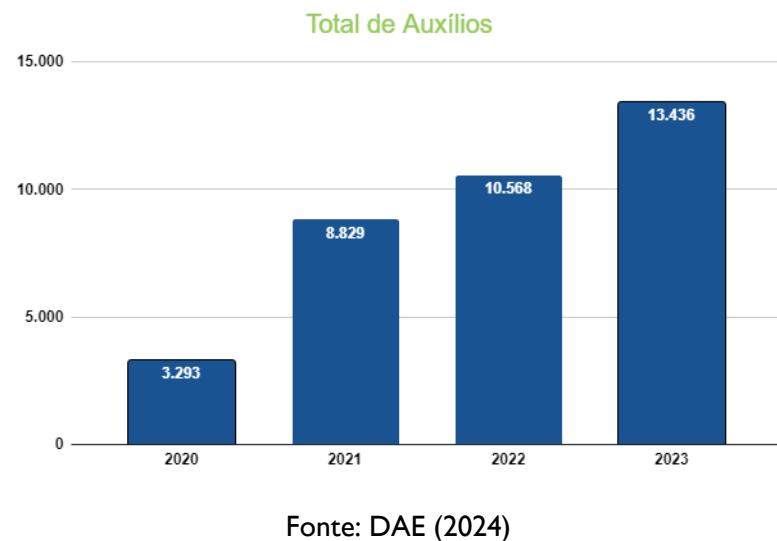
O gráfico 3, a seguir, demonstra ainda o aumento da oferta de auxílios por ano considerando o período de **2020 a 2023**.

Tabela 21 - Total de Auxílios Ofertados por Ano em Cada *Campus*

CAMPUS	2020	2021	2022	2023
Arraial do Cabo	146	399	304	343
Belford Roxo	38	282	316	250
Duque de Caxias	344	1084	1199	1610
Engenheiro Paulo de Frontin	114	186	151	190
Mesquita	5	10	58	51
Nilópolis	751	1423	916	1364
Niterói	55	176	152	1231
Paracambi	172	430	905	895
Pinheiral	321	955	2099	2398
Realengo	225	887	510	912
Resende	30	164	84	247
Rio de Janeiro	598	1630	1519	2120
São Gonçalo	254	553	1095	548
São João de Meriti	9	28	226	299
Volta Redonda	231	622	1034	978
TOTAL	3293	8829	10568	13436

Fonte: DAE (2024)

Gráfico 3 - Total de Auxílios por Ano



6.2.1.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Permanência Estudantil

São Princípios da Política de Permanência Estudantil do IFRJ:

- I. Afirmção da educação como uma política de Estado pública, gratuita e de qualidade;
- II. Condições equânimes para o acesso, para a permanência com qualidade e para a conclusão com êxito;
- III. Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar;
- IV. Atuação baseada na orientação humanística;

- V. Reconhecimento da liberdade e do pluralismo de ideias como valores éticos primordiais;
- VI. Formação baseada no desenvolvimento integral das/os estudantes;
- VII. Promoção do exercício da cidadania e do pensamento crítico;
- VIII. Estímulo à aprendizagem, à cultura, à arte e ao esporte;
- IX. Defesa da justiça social e do combate a todas as formas de preconceito;
- X. Defesa em favor da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica;
- XI. Valorização das ações interdisciplinares;
- XII. Apoio a diversas formas de participação, organização e protagonismo estudantil;
- XIII. Perspectiva da universalização da assistência ao/à estudante;
- XIV. Democratização do acesso com divulgação ampla dos critérios e dos benefícios, serviços, programas e projetos, bem como dos recursos oferecidos pela instituição;
- XV. Promoção dos direitos da pessoa com deficiência, visando a igualdade de oportunidades, a inclusão social e a cidadania, conforme legislação em vigor.

Constituem diretrizes da Política de Permanência Estudantil do IFRJ:

- I. Atendimento integral a demandas das/os estudantes, conforme os programas, serviços previstos neste Regulamento;
 - II. Contribuição para ações de prevenção à retenção e à evasão escolar;
 - III. Divulgação da Política e socialização das ações de permanência estudantil;
 - IV. Garantia da realização de reuniões periódicas das categorias profissionais ligadas às ações de permanência estudantil;
 - V. Fomento a discussões relacionadas aos assuntos de permanência estudantil nas reuniões de planejamento pedagógico e colegiados de curso, como forma de envolver os/as docentes nestas questões;
 - VI. Fomento à participação estudantil, por meio de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
 - VII. Incentivo à socialização das/os estudantes e à promoção de espaços de convivência.
-
- II. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral, incentivando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
 - III. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais que se expressam no acesso e permanência na educação;
 - IV. Colaborar com a redução das taxas de retenção e evasão, assegurando aos/as estudantes igualdade de condições no exercício das atividades acadêmicas;
 - V. Contribuir com a promoção das condições necessárias para o desenvolvimento acadêmico ao/à estudante com necessidades educacionais específicas;
 - VI. Contribuir no atendimento às necessidades socioeconômicas, psicológicas e pedagógicas dos estudantes por meio de programas, projetos e ações;
 - VII. Fomentar ações de permanência estudantil articuladas às ações do NAPNE, NEABI e NUGEDS considerando que os marcadores sociais das desigualdades ensejam interseccionalidades plasmadas pelas condições de classe, renda, raça, gênero, condição física, orientação sexual, pertencimento a territórios vulneráveis dentre outros;
 - VIII. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais;
 - IX. Articular as ações de permanência estudantil às necessidades institucionais indicadas pelas Comissões de Êxito e Permanência do IFRJ.

São objetivos da Política de Permanência Estudantil do IFRJ:

- I. Implementar as condições acesso, permanência com qualidade e conclusão com êxito dos/as estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro em seu percurso formativo;

6.2.2 Programas e ações de permanência estudantil

A democratização do acesso à Instituição não garante sua integralização. Assim, a assistência estudantil precisa atuar em conjunto com outros setores da instituição para minimizar as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando sua permanência e êxito. Para minimizar estas necessidades

Para tanto, deve-se atuar por meio de programas para fornecer condições de subsistência e com ações voltadas a outras formas de vulnerabilidade social, ou seja, todas aquelas situações de risco à saúde e ao bem-estar físico e psíquico dos discentes que necessitem de diagnóstico, intervenção e acompanhamento. As áreas de atuação da Política de Permanência Estudantil do IFRJ que estão em consonância com os eixos previstos no Decreto nº 7.234 de 2010, são: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura, esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A Política de Permanência Estudantil do IFRJ é executada por meio dos seguintes programas:

- I. Programa de Atenção Prioritária: constitui-se como um programa com ações voltadas à garantia de direitos para os/as estudantes da Educação Básica – transporte, alimentação, material didático e moradia
- II. Programa de Apoio e Acompanhamento: constitui-se como um programa voltado a identificar, acolher, atender e acompanhar os/as estudantes em suas necessidades educacionais, considerando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas a garantir sua permanência, participação e aprendizagem
- III. Programa Estratégico de Promoção da Permanência: constitui-se como um programa de atividades acadêmicas que oferecem suporte para aprendizagem e permanência por meio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão para fortalecimento do/a estudante em seu processo formativo.

6.2.2.1 Auxílio financeiro

As normas e procedimentos do edital sistêmico para a concessão do auxílio Permanência do Programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFRJ estão dispostos na [Instrução Normativa PROEX/IFRJ N° 01, de 15 de março de 2023](#). De acordo com o art. 4º da referida IN, “a concessão de Auxílios busca atender prioritariamente os(as) estudantes cuja renda familiar per capita esteja em conformidade com o estabelecido na legislação”.

Os limites dos valores dos auxílios do Programa de Auxílio permanência do Programa de Assistência Estudantil do IFRJ estão estabelecidos em Portaria IFRJ nº 281, de 08/03/2023.

Os auxílios oferecidos são:

- **Alimentação** - destinado a disponibilizar auxílio financeiro para contribuir para o custeio de atendimento às necessidades de alimentação durante a permanência dos(as) estudantes, prioritariamente nos contraturnos do período letivo, quando não existir restaurante gratuito aos estudantes nas dependências do *Campus*.
- **Moradia** - destinado a disponibilizar auxílio financeiro para contribuir com o custeio com despesas mensais referente a moradia de estudantes, maiores de idade ou emancipados, e oriundos de outros estados ou município e sem vínculo familiar nas proximidades do *campus* no qual está matriculado, nos campi, em que não houver a implementação do alojamento estudantil.
- **Transporte** - destinado a disponibilizar auxílio financeiro para custeio do deslocamento do(a) estudante no trajeto domicílio para o *campus* e vice-versa no qual está matriculado(a). Poderão solicitar este auxílio, prioritariamente os(as) estudantes não

contemplados na lei do passe livre intermunicipal e cujo município onde resida ou estude não ofereça gratuidade do transporte.

- **Didático** - destinado a disponibilizar auxílio financeiro para contribuir com o custeio de material de apoio ao ensino, materiais didáticos específicos do seu curso, ou para atender necessidades educacionais específicas, incluindo conectividade de acesso à internet, dentre outros de uso acadêmico.

Dentre os Programas realizados no âmbito da Política de Permanência Estudantil, certamente o que tem maior abrangência é o Programa de Atenção Prioritária, por meio da oferta de auxílios, financiado pela Rubrica 2994.

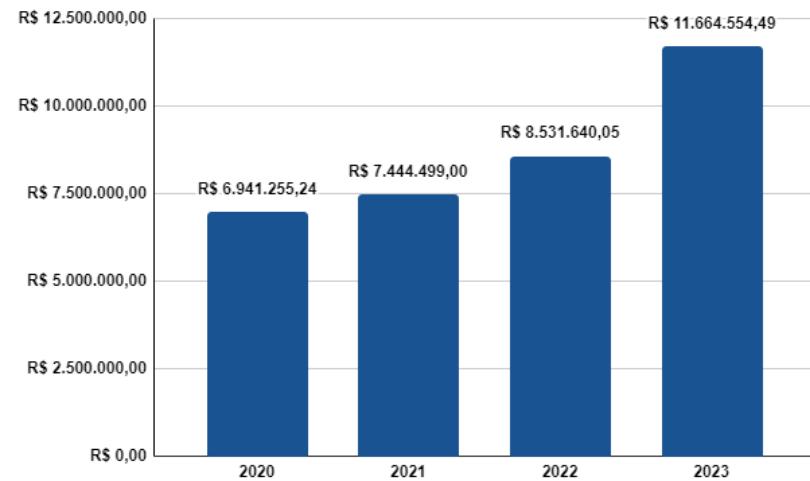
Até o ano de **2022**, cada *campus* elaborava seu edital e os valores eram descentralizados pela reitoria para que cada *campus* fizesse todo seu processo seletivo e de pagamento, o que tornava os editais e bolsas diferentes em cada *campus*.

No primeiro semestre de **2023**, em função da iminente aprovação do novo regulamento da assistência estudantil, tendo inclusive sido uma meta prevista no PDI IFRJ 2017-2023 e que foi alcançada, foi instituído o Edital Sistêmico, onde o processo seletivo de todos os estudantes é efetuado pela Reitoria em parceria com os

Comitês Locais de Assistência Estudantil. Este projeto piloto tem caráter mais centralizado.

No Gráfico 4 é possível verificar o valor do auxílio estudantil descentralizado de **2020** a **2023**, bem como é possível conferir na Tabela 22 a dotação orçamentária deste período.

Gráfico 4 - Valor de auxílio estudantil descentralizado de 2020 a 2023



Fonte: DAE (2024)

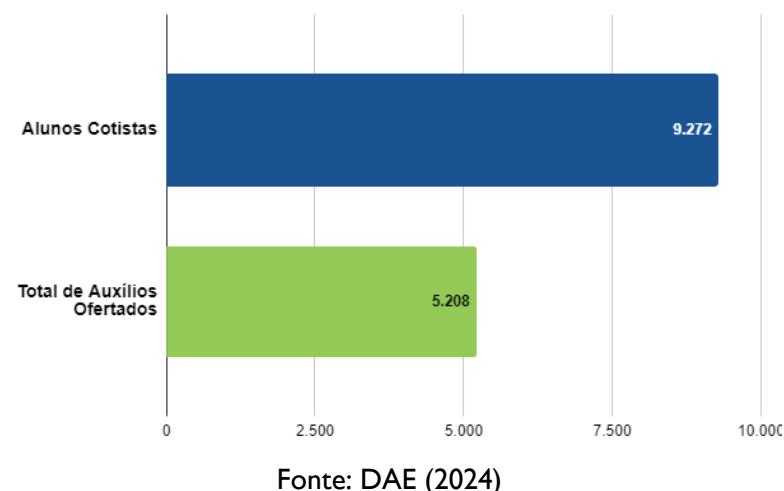
Tabela 22 - Dotação orçamentária de auxílio estudantil 2020-2023

CAMPUS	SALDO - MOEDA ORIGEM (ITEM INFORMAÇÃO)			
	2023	2022	2021	2020
Arraial do Cabo	R\$ 366.768,99	R\$ 305.370,47	R\$ 294.526,02	R\$ 266.200,00
Belford Roxo	R\$ 212.723,60	R\$ 89.100,00	R\$ 182.914,29	R\$ 53.040,00
Duque de Caxias	R\$ 1.353.472,83	R\$ 818.744,70	R\$ 810.385,71	R\$ 865.154,78
Engenheiro Paulo de Frontin	R\$ 521.438,31	R\$ 264.239,43	R\$ 268.652,50	R\$ 216.999,04
Mesquita	R\$ 86.000,00	R\$ 11.300,00	R\$ 9.050,03	R\$ 6.000,00
Nilópolis	R\$ 2.244.796,01	R\$ 1.657.883,00	R\$ 1.599.007,54	R\$ 1.505.560,66
Niterói	R\$ 359.384,18	R\$ 102.387,64	R\$ 79.346,12	R\$ 86.360,00
Paracambi	R\$ 806.247,35	R\$ 711.756,32	R\$ 713.902,43	R\$ 517.473,11
Pinheiral	R\$ 995.287,86	R\$ 824.000,00	R\$ 588.850,00	R\$ 539.550,00
Realengo	R\$ 738.217,72	R\$ 634.549,25	R\$ 612.015,46	R\$ 604.855,00
Resende	R\$ 307.647,61	R\$ 130.892,17	R\$ 73.903,31	R\$ 24.000,00
Rio de Janeiro	R\$ 2.029.186,04	R\$ 1.783.086,73	R\$ 1.080.941,74	R\$ 1.316.700,00
São Gonçalo	R\$ 654.357,26	R\$ 426.026,86	R\$ 410.897,80	R\$ 368.308,94
São João de Meriti	R\$ 220.770,33	R\$ 127.913,58	R\$ 98.600,00	R\$ 3.600,00
Volta Redonda	R\$ 768.256,40	R\$ 644.389,90	R\$ 621.506,05	R\$ 567.453,71
TOTAL	R\$ 11.664.554,49	R\$ 8.531.640,05	R\$ 7.444.499,00	R\$ 6.941.255,24

Fonte: DAE (2024)

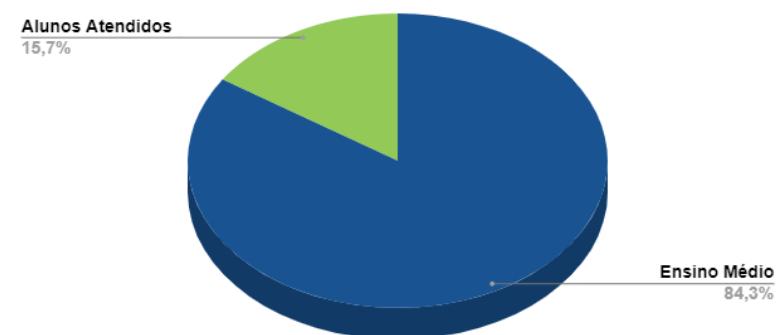
De um total de 18.543 estudantes matriculados no IFRJ, 50% deveriam ser cotistas. Desta forma, deveríamos atender, minimamente, 9.272 estudantes com a Rubrica 2994 partindo do pressuposto que todos eles são elegíveis pelo decreto. Entretanto, hoje só conseguimos ofertar 5.208 auxílios como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Comparaçao entre o número de Alunos Cotistas e o Total de Auxílios Ofertados



Outro ponto de grande preocupação é a oferta de alimentação gratuita que deveria ser obrigatória para todos os estudantes do ensino básico e ainda se estender aos estudantes do ensino superior em situação de vulnerabilidade. De 11.063 estudantes do ensino médio que deveríamos atender, atualmente oferecemos 2.062 auxílios alimentação, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Comparaçao entre o Total de Alunos do Ensino Médio e o Total de Auxílios Alimentação Concedidos



Fonte: DAE (2024)

6.2.2.2 Programa de restaurantes estudantis

"O primeiro direito é o de não passar fome", afirmou Josué de Castro ao receber o Prêmio Internacional da Paz, em **1954**. Para além de garantir que os estudantes estejam livres da fome, o poder público tem a obrigação de prover o acesso a alimentação e nutrição adequadas. Esse é o teor da primeira diretriz do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares, que atendam às necessidades nutricionais em conformidade com a faixa etária e estado de saúde de cada estudante.

Tendo em vista o direito dos estudantes a alimentação saudável e segura e que dos **15 campi** do IFRJ, somente o **campus Pinheiral** possui restaurante estudantil funcionando, em janeiro de **2020** foi instituído no IFRJ o projeto "Juntos para nutrir o IFRJ". Este projeto tem como objetivo a implantação e qualificação dos restaurantes estudantis em todas as unidades do IFRJ. Logo de início foram mapeadas as áreas que os **campi** dispunham para a implantação do restaurante e de acordo com o grau de necessidade de obras os **campi** foram elencados para 3 fases do projeto; curto, médio e longo prazo. Com a pandemia as obras foram prejudicadas, mas todos os

procedimentos anteriores a licitação da empresa para os **campi**, de curto prazo, foram concluídos, de modo que hoje estamos no aguardo do procedimento licitatório para a implantação em **5 campi**.

6.2.2.3 Programa Passe Livre Estudantil

Aos estudantes é assegurado o acesso gratuito ao transporte, nos termos das [Leis nº 8.069/90](#) e [nº 9.394/96](#), em todas as etapas da educação básica, havendo necessidade de uma partilha solidária da responsabilidade entre municípios, estados e a União.

O direito ao transporte intermunicipal no estado do Rio de Janeiro é assegurado, por meio das [Leis nº 4.510/2005](#) e [nº 7.830/2018](#), aos/as estudantes da educação básica, nas diferentes modalidades de ensino.

Nos municípios em que o IFRJ atua há legislações específicas no acesso dos/as estudantes ao transporte público intra municipal, e a DAE promove ações de articulação interinstitucional quando não há isonomia no acesso à gratuidade para os/as estudantes da educação básica. Um exemplo são os estudantes do concomitante/subsequente que, embora tenham o direito à gratuidade assegurado por lei, foi necessário a articulação da DAE junto à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) para que a

empresa de bilhetagem eletrônica aceitasse o cadastro dos estudantes que hoje é realizado por meio da CORAES.

6.2.2.4 Moradia estudantil

As ações de moradia estudantil compreendem a oferta de alojamento estudantil, destinado aos estudantes com matrícula e frequência regular, oriundos de localidades distantes do *campus*, no qual se encontrem matriculados ou estudantes que possuam dificuldades no transporte/acesso ao *campus*.

A moradia estudantil é composta pelos dormitórios e suas áreas adjacentes, pela lavanderia, pelo refeitório e pelas áreas destinadas à convivência e ao lazer dos estudantes. No momento, apenas o *campus* Pinheiral possui alojamento estudantil. Cabendo ao *campus* analisar periodicamente moradia estudantil e a necessidade de melhorias e aos *campi* que não possuem moradia estudantil fazer estudos periódicos em relação à necessidade local, a viabilidade de construção e as condições de manutenção de moradias estudantis.

A permanência dos estudantes residentes na moradia estudantil é acompanhada e avaliada pela equipe multiprofissional que compõe o Comitê Gestor Local, conforme as normativas do *campus* Pinheiral.

Figura 34 - Moradia Estudantil no IFRJ



Fonte: DAE (2024)

6.2.3 Os editais de acesso

Para acesso ao Programa de Auxílios do IFRJ foi adotado a partir do primeiro semestre de **2023**, em um projeto piloto, o edital sistêmico, com inscrição *on-line*, calendário unificado e a formação de banco de dados para subsidiar a avaliação socioeconômica.

O edital de acesso é aberto semestralmente de forma a incluir os ingressantes dos cursos semestrais e anuais e estudantes que não se candidataram em editais anteriores. O estudante indica na inscrição que tipo de necessidade pretende atender (transporte, alimentação, moradia ou outros) de modo que a gestão possa construir indicadores sociais.

O estudante da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), mediado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, regularmente matriculado deverá ser ofertado auxílio de permanência específico , de acordo com a [Resolução nº 09/2010](#) do Conselho Superior do IFRJ considerando o perfil discente dessa modalidade de ensino e é considerado como público prioritário para acesso nas ações do Programa de Permanência Estudantil.

6.2.4 Espaço dos grêmios e centros acadêmicos e espaços de convivência

Tendo em vista as [leis n° 7.395/85](#) e [7.398/85](#), o IFRJ incentiva a participação dos estudantes em coletivos estudantis que visem a realização de ações que contribuam para o exercício da cidadania e do direito de organização política dos estudantes, por meio do estímulo à representação estudantil e respeito à autonomia e autodeterminação do movimento estudantil.

Sendo assim é prática institucional a disponibilização de espaço físico pela Direção-Geral de cada *campus* para uso regular dos grêmios e/ou centros acadêmicos estudantis, além de espaços de convivência para estudantes em geral, considerando as especificidades estruturais de cada *campus*. Considerando as particularidades de cada *campus*, entre os espaços de convivência mais comuns observáveis nos *campi* do IFRJ estão as quadras esportivas, além dos espaços abertos.

Além dos espaços físicos, a DAE promove reuniões mensais com representações estudantis dos diversos *campi*, incluindo as representações de grêmios e centros acadêmicos, entendendo ser esse um espaço de integração entre os *campi*, e desses com representações e organizações interinstitucionais de movimentos

estudantis (AERJ, FENET, UNES, UBES), bem como de integração também destes com das representações da gestão que compõem o IFRJ por meio da presença regular do reitor (ou substituto legal, no impedimento do primeiro), dos pró-reitores e das diretorias eventualmente convidadas.

6.2.5 Metas da assistência estudantil

- 1.** Consolidar 66,7% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da política institucional de alimentação e nutrição até 2028;
- 2.** Atingir 60% de estudantes de nível médio atendidos pelo PNAE até 2028; e
- 3.** Criar até 2028 o edital sistêmico de fluxo contínuo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);

É imprescindível elaborar a política de Alimentação do IFRJ para fortalecer as atividades do PNAE dentro da instituição bem como para maior visibilidade da instituição quanto às suas necessidades junto às esferas governamentais no que diz respeito ao custeio da alimentação.

I. Implementar I projeto para fomentar a permanência e êxito de estudantes até 2028

Projeto I – Projeto juntos para nutrir o IFRJ: tem como objetivo a implantação dos restaurantes estudantis nos campi com a finalidade de atender todos os nossos estudantes, mas especialmente os estudantes de nível médio (educação básica). Nossa meta é implantar e qualificar os serviços dos restaurantes em todos os campi do IFRJ, coordenadas por profissionais e nutrição, com o auxílio da Coordenação de Assistência Estudantil, bem como treinar servidores nos campi para a fiscalização das empresas terceirizadas, conforme as leis sanitárias e normativas internas.

6.3 Programas e projetos e fomento e apoio à graduação

Partindo princípio constitucional do direito à educação de qualidade, associada à sua missão institucional de formação e qualificação cidadã e profissional de jovens e adultos trabalhadores, e seu objetivo de formar e capacitar educadores em todo Estado do Rio de Janeiro, a PROEN o fomenta internamente a adesão e a ampliação dos programas de formação inicial e continuada de estudantes em suas licenciaturas, especialmente através da criação

do Programa de Auxílio ao Licenciando Voluntário que, no ano de **2023**, contou com atendimento de 45 estudantes voluntários, mediante o pagamento de auxílio-voluntário, que permitiram a participação dos mesmos em diferentes programas, em especial o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica, complementando os recursos oriundos de ambos programas nacionais e fortalecendo as políticas de fomento aos estudantes no IFRJ.

Outro programa importante de fomento ao desenvolvimento acadêmico do estudante reside no Programa de Educação Tutorial (PET). Este programa é desenvolvido por grupos de estudantes, com

tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação e orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

6.3.1 PIBID e RESPED

Quanto aos auxílios PIBID e RESPED, foram ofertados 341 auxílios no total. Sendo nos anos de **2018** e **2019** um total de 96 auxílios por ano, enquanto em **2021** e **2022** foram ofertados 44 auxílios por ano e em **2022**, um total de 61 auxílios. O detalhamento por curso e por campus pode ser observado na Tabela 23.

Tabela 23 - Distribuição PIBID e RESPED por curso e campus (2018-2022)

ANO DE VIGÊNCIA	CAMPUS	CURSO DE LICENCIATURA	BOLSAS IFRJ	
			VOLUNTÁRIO PIBID	VOLUNTÁRIO RESPED
2018	Duque de Caxias	Química	10	6
2018	Nilópolis	Física	10	6
2018	Nilópolis	Química	10	6
2018	Paracambi	Matemática	10	6
2018	Volta Redonda	Física	10	6
2018	Volta Redonda	Matemática	10	6

ANO DE VIGÊNCIA	CAMPUS	CURSO DE LICENCIATURA	BOLSAS IFRJ	
			VOLUNTÁRIO PIBID	VOLUNTÁRIO RESPED
2019	Duque de Caxias	Química	10	6
2019	Nilópolis	Física	10	6
2019	Nilópolis	Química	10	6
2019	Paracambi	Matemática	10	6
2019	Volta Redonda	Física	10	6
2019	Volta Redonda	Matemática	10	6
2020	Duque de Caxias	Química	4	3
2020	Nilópolis	Física	4	2
2020	Nilópolis	Matemática	3	4
2020	Nilópolis	Química	3	3
2020	Paracambi	Matemática	2	4
2020	Volta Redonda	Física	2	4
2020	Volta Redonda	Matemática	2	4
2021	Duque de Caxias	Química	4	3
2021	Nilópolis	Física	4	2
2021	Nilópolis	Matemática	3	4
2021	Nilópolis	Química	3	3
2021	Paracambi	Matemática	2	4
2021	Volta Redonda	Física	2	4

ANO DE VIGÊNCIA	CAMPUS	CURSO DE LICENCIATURA	BOLSAS IFRJ	
			VOLUNTÁRIO PIBID	VOLUNTÁRIO RESPED
2021	Volta Redonda	Matemática	2	4
2022	Duque de Caxias	Química	6	3
2022	Nilópolis	Física	10	2
2022	Nilópolis	Matemática	2	3
2022	Nilópolis	Química	6	3
2022	Paracambi	Matemática	2	3
2022	Volta Redonda	Física	10	2
2022	Volta Redonda	Matemática	10	2

Fonte: PROEN (2023)

6.3.2 Programa PET

Tabela 24 - Fomentos Programa PET (2018-2022)

CAMPUS	DOCENTES TUTORES	GRUPO PET	BOLSISTAS DA GRADUAÇÃO
Duque de Caxias	I	Química Supranuclear, Nanociênciа e Nanotecnologia	10
Nilópolis	I	Conexão Saberes – Produção cultural	12
Realengo	I	Conexão Saberes – Sexualidade e Educação Sexual	12

Fonte: PROEN (2023)

Primando pelo acesso democrático e irrestrito a todos que fazem jus aos critérios, a seleção dos cursos técnicos, de qualificação profissional e de graduação se dão por meio de edital público unificado, com periodicidade semestral e/ou anual, contendo as normas do processo seletivo, com sistema de reserva de vagas de acordo com a Política de Ações Afirmativas para os referidos cursos no IFRJ.

Especificamente para os cursos de graduação, além das regras descritas anteriormente o IFRJ participa com parte de suas vagas no Sistema de Seleção Unificada, para acesso ao Ensino Superior. Para matrícula, além da classificação no processo seletivo e demais documentos de identificação, será exigido comprovante de conclusão da escolaridade mínima prevista para o acesso ao curso.

6.4 Acompanhamento de egressos

O IFRJ tem como missão promover a educação pública contribuindo para a transformação de vidas e o desenvolvimento do país. Compreendendo, portanto, que o ciclo de transformação de vidas e desenvolvimento não termina com a conclusão do curso, indo até os impactos gerados pelos ex-alunos e pelas ex-alunas na sociedade e nos seus próprios núcleos familiares. O

acompanhamento de egressos é feito considerando pessoas que tenham efetivamente concluído seus estudos e estão aptas a ingressar no mundo do trabalho.

Desta forma, é fundamental que haja um acompanhamento onde exista um canal de comunicação para: reportar os impactos gerados pela formação adquirida na instituição, apontar de que forma o ensino oferecido o ajudou, elencar quais foram os principais obstáculos enfrentados, entre outras contribuições. Todas essas informações irão subsidiar as melhorias pontuais de forma que a instituição possa se adequar às novas necessidades encontradas na aplicação do ensinamento na sociedade.

Ademais, a participação dos egressos destaca a importância da Instituição para a comunidade auxiliando consequentemente a conscientização das novas gerações sobre o seu papel na sociedade, fazendo com que a instituição seja referência nas suas áreas de atuação. No âmbito do IFRJ, além da realização de eventos com a participação de egressos nos *campi* (encontros de egressos, palestras, mesas redondas etc.), desenvolve-se ainda outras ações voltadas para o acompanhamento de egressos das seguintes formas:

1 - Portal da Ex Aluna e do Ex Aluno do IFRJ - Em outubro de 2019 foi criado o portal com as seguintes funções: tirar dúvidas, colher depoimentos e receber sugestões sobre a instituição, além de apresentar pesquisas, dar dicas de eventos para egressos, cursos de qualificação e informações sobre sites de cadastro de currículos. O site é composto das seguintes seções: Apresentação, Núcleo de Acompanhamento de Egressos (NAE); Eventos; Oportunidades; Notícias; Vídeos Ex-Alunos; Contatos. O Portal e suas páginas são atualizados regularmente com as seguintes informações: perfil de ex-alunos, vagas de emprego, informes de eventos etc.

2 - Produção e divulgação dos depoimentos dos egressos em nossos canais institucionais - Este projeto iniciado em 2019 tem como objetivo possibilitar o mapeamento dos ex-alunos que se encontram bem-posicionados institucionalmente e que podem servir de inspiração para os estudantes regularmente matriculados. Depois de uma seleção prévia, é realizado anualmente um conjunto de aproximadamente 30 entrevistas que são disponibilizadas nas redes sociais do IFRJ e postados seguindo um calendário que prevê divulgação com uma periodicidade de 15 em 15 dias;

3 - Núcleo de Acompanhamento de Egressos (NAE) - Os NAE são regulamentados pela [Resolução CONSUP nº 42/2018](#), de 19 de dezembro de 2018. Em 2020 foi constituída a primeira composição dos núcleos com indicação de representantes para os NAEs locais e o NAE central. Como atividades regulares de funcionamento dos NAEs são desenvolvidas as seguintes ações: palestras, mesas redondas e encontros de ex-alunos com relatos de experiências.

São objetivos do NAE-IFRJ:

- Manter atualizados os registros dos alunos egressos;
- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do questionário de ex-alunos do IFRJ;
- Promover eventos e cursos de qualificação voltados aos egressos;
- Incentivar a continuidade da formação profissional dos ex-alunos; e
- Coletar e divulgar na página de egressos do IFRJ informações sobre o mercado, tanto para a inserção dos ex-alunos no mundo de trabalho quanto para a formação de profissionais cada vez mais qualificados.

4 - Formulário de acompanhamento de egressos - O primeiro formato do formulário foi criado em **2012** e desde então vem passando por reformulações e atualização necessárias com o objetivo de torná-lo cada vez mais simples e amigável, facilitando o preenchimento e a recuperação dos dados com o objetivo de gerar indicadores confiáveis para o desenvolvimento e implementação adequada da política de acompanhamento de egressos, além de manter a relação com os ex-alunos e ex-alunas.



7. INFRAESTRUTURA FÍSICA



7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

O IFRJ abriga uma rede diversificada de *campi*, cada qual com suas características próprias e potencialidades distintas. Dessa forma, além das informações que constam no tópico de inserção regional, subitem 1.2, apresenta-se o tamanho aproximado que cada *campus* do IFRJ ocupa na Tabela 25, entre áreas construídas ou com possibilidade de expansão, como no caso do *campus* Belford Roxo. Cabe ressaltar que os *campi* Niterói e São João de Meriti tiveram seus endereços alterados durante sua implantação.

O *campus* São João de Meriti inicialmente anexado ao CIEP 132 foi transferido para a Rua Vala da Divisa, s/n – CIEP 189, Valdylio Villas Boas – Coelho da Rocha, São João de Meriti (RJ); e o *campus* Niterói inicialmente localizado no Espaço Niemeyer foi transferido para a Estrada Washington Luiz 1.596, Área 11-A – Sapê, Pendotiba, Niterói.

Com o objetivo fornecer uma análise abrangente da infraestrutura dos diferentes *campi* do IFRJ, além de apresentar um planejamento estratégico detalhado para o aprimoramento e expansão dessa infraestrutura nos próximos anos. Cada seção

oferece uma descrição minuciosa, dados quantitativos e qualitativos, bem como planos específicos para cada aspecto abordado. E na Tabela 26, é fornecida uma visão geral dos espaços nos *campi* do IFRJ.

Tabela 25 - Tamanho dos *campi*

CAMPUS	TAMANHO
CAC	3.000 m ²
CBR	10.120 m ²
CDUQ	7.000 m ²
CEPF	7.000 m ²
CMES	7.000 m ²
CNIL	9.500 m ²
CNIT	23.797 m ²
CPAR	7.000 m ²
CPIN	3.180.000 m ²
CREAL	21.000 m ²
CRES	4.500 m ²
CRJ	7.000 m ²
CSG	9.000 m ²
CSJM	1.235 m ²
CVR	7.500 m ²

Fonte: PROAD (2023)

Tabela 26 - Dados quantitativos e qualitativos do IFRJ

ESPAÇOS	CAMPUS														
	CAC	CBR	CDUQ	CEPF	CMES	CNIL	CNIT	CPAR	CPIN	CREAL	CRES	CRJ	CSG	CSJM	CVR
ADMINISTRAÇÃO															
Salas administrativas	6	8	14	23	2	28	6	37	50	16	11	21	7	15	13
Sala para os equipamentos de processamento e armazenamento de dados	■	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	✗	■	○
Sala de reuniões	✗	✗	✗	■	✗	■	✗	■	■	○	✗	✗	✗	○	○
Sala de arquivo	✗	✗	✗	■	✗	○	✗	✗	■	✗	✗	✗	✗	○	■
ENSINO															
Salas de aula	10	2	19	13	1	25	12	26	28	13	5	26	10	18	16
Biblioteca	■	○	○	■	✗	■	■	■	■	○	■	○	■	■	■
Sala para monitoria	✗	✗	✗	○	✗	○	✗	■	✗	○	✗	✗	✗	✗	○
Salas de estudos coletivos na biblioteca	○	✗	○	○	✗	■	■	○	■	○	■	○	✗	○	■
Laboratórios	■	○	○	○	○	○	■	■	○	○	○	○	○	○	■
Laboratórios de informática	■	○	○	○	○	✗	○	■	○	○	○	○	■	○	■
AMBIENTES ESTRUTURANTES															
Guarita/Portaria	✗	○	■	■	■	■	✗	✗	■	○	■	■	■	■	○
Sala para recepção	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	■	○	✗	✗	✗	✗	■
Lanchonete/cantina	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	○	✗	✗	✗	✗	✗	✗

ESPAÇOS	CAMPUS														
	CAC	CBR	CDUQ	CEPF	CMES	CNIL	CNIT	CPAR	CPIN	CREAL	CRES	CRJ	CSG	CSJM	CVR
Copa/cozinha para servidores	■	●	✗	■	●	●	●	●	■	●	✗	●	●	●	■
Sala de convivência para servidores	✗	✗	✗	■	✗	✗	✗	■	✗	●	✗	✗	✗	✗	■
Refeitório	✗	✗	✗	■	✗	●	✗	●	●	●	✗	✗	✗	✗	●
Banheiros	6 ■	5 ●	14 ■	18 ■	3 ●	21 ■	17 ■	16 ■	51 ■	16 ●	6 ■	16 ●	14 ■	13 ■	12 ■
Centro de saúde ou sala para setor de saúde	●	✗	■	■	✗	■	✗	■	■	●	✗	●	■	●	●
Garagem coberta para veículos oficiais	✗	✗	■	✗	✗	■	✗	✗	■	●	✗	✗	✗	✗	●
Estacionamento para servidores	●	■	■	●	●	●	■	●	●	●	✗	●	■	■	■
Bicicletário	✗	✗	✗	●	✗	■	■	✗	●	●	■	✗	■	✗	■
Auditório	●	✗	✗	■	✗	■	■	●	●	●	✗	■	■	●	●
Depósito de materiais	●	●	✗	●	✗	✗	✗	✗	●	●	✗	●	●	■	●
Almoxarifado de materiais de consumo	●	✗	■	■	✗	■	●	■	●	●	●	●	●	■	■
Banheiros para servidores terceirizados	●	✗	●	■	✗	■	✗	■	■	●	✗	●	■	●	■
Vestiários para servidores terceirizados	✗	●	●	●	✗	■	✗	■	■	●	✗	●	■	●	■
Copa para servidores e terceirizados	■	●	●	■	●	●	●	■	■	●	✗	●	●	●	■
Sala para grêmio estudantil	●	✗	✗	●	✗	●	✗	■	✗	●	✗	●	●	✗	■

ESPAÇOS	CAMPUS														
	CAC	CBR	CDUQ	CEPF	CMES	CNIL	CNIT	CPAR	CPIN	CREAL	CRES	CRJ	CSG	CSJM	CVR
Sala para centro acadêmico	✗	✗	✗	●	✗	●	✗	✗	■	✗	●	✗	■	✗	●
EQUIPAMENTOS e AMBIENTES ESPORTIVOS															
Ginásio poliesportivo	✗	✗	✗	■	✗	✗	■	✗	✗	✗	✗	✗	■	✗	✗
Quadra de esportes coberta	✗	✗	■	■	✗	■	■	✗	■	✗	✗	✗	■	■	● ■
Quadra de esportes descoberta	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	●	✗	■	✗	✗	✗	✗
Campo de futebol	●	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	■	✗	✗	✗	✗	●	✗
Cancha de areia	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Vestiários	✗	✗	■	✗	✗	■	2	2	●	✗	●	■	2	4	4
Depósito de materiais esportivos	✗	✗	✗	■	✗	■	●	■	■	●	✗	●	●	●	●
Sala de ginástica/musculação	✗	✗	✗	✗	✗	■	✗	✗	●	■	✗	■	✗	✗	✗
Pista de caminhada	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	●	✗	✗	✗	✗	✗
Pista de atletismo	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Piscina	✗	✗	✗	●	✗	■	✗	✗	✗	✗	✗	■	✗	●	✗

Fonte: Comissão Temática de Infraestrutura (2023)

Legenda: ■ - Suficiente; ● - Insuficiente; e ✗ - Inexistente.

7.1 Cronograma de expansão da infraestrutura

Anunciada em **2011**, a 3^a fase de expansão estratégica dos Institutos Federais contemplava 208 unidades dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, espalhados em todo o país. No Rio de Janeiro, foram anunciadas as seguintes unidades do IFRJ: Belford Roxo, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Niterói, São João de Meriti, representando um marco significativo no contexto do desenvolvimento urbano e educacional da região metropolitana do Rio de Janeiro. Dos 5 *campi* previstos ficaram pendentes de implantação Complexo do Alemão e Cidade de Deus. Destaca-se que o *campus* Belford Roxo foi implantado em sede com estrutura provisória, o que permitiu o seu funcionamento com capacidade reduzida.

Após uma longa disputa judicial, que perdurava desde **2017** entre o IFRJ e a Prefeitura de Belford Roxo, houve a formalização da desistência da ação judicial pela prefeitura contra o IFRJ, o que possibilitou a retomada do terreno para a construção da sede definitiva do *campus* de Belford Roxo. Dessa forma, há uma previsão de inauguração da estrutura definitiva do *campus* Belford Roxo em **2025**, com uma ampliação de atendimento de 200 para 1.400

estudantes, representando um avanço na democratização do ensino técnico e profissionalizante na região.

Com a implantação do *campus* Belford Roxo, localizado na Baixada Fluminense, o IFRJ busca não apenas atender à demanda por educação de qualidade, mas também promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico em uma região historicamente desfavorecida. Nesta óptica o IFRJ se posiciona estrategicamente para oferecer oportunidades educacionais para os residentes, contribuindo para a revitalização econômica da região, qualificando pessoas e estimulando a inovação e o empreendedorismo.

Na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, a consolidação do *campus* Complexo do Alemão reflete o compromisso do IFRJ em atender às demandas educacionais de áreas urbanas densamente povoadas e economicamente diversas. Outro projeto de desenvolvimento institucional para os próximos anos será o *campus* Cidade de Deus/Parque Olímpico, fruto da parceria entre o IFRJ, a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Ministério dos Esportes (ME).

O Governo Federal garantiu toda a verba necessária para a implantação por completo dos *campi* mencionados, a saber Belford Roxo, Complexo do Alemão e Cidade de Deus/Parque Olímpico, até **2025**. Cada *campus* atenderá 1.400 estudantes. O salto de matrículas projetado pelo IFRJ, saindo de seus atuais 18.500 estudantes

matriculados para 23.000 estudantes matriculados, representa um avanço significativo na capacidade de oferta educacional do IFRJ, aproximando-se da totalidade de sua capacidade prevista. Esse aumento demonstra o compromisso da instituição em atender à crescente demanda por educação de qualidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, proporcionando oportunidades de formação profissional e acadêmica para um número cada vez maior de estudantes.

O IFRJ reconhece a importância de uma infraestrutura sólida para o sucesso educacional. Portanto, o Instituto planeja implementar uma série de melhorias e expansões nos próximos anos, visando aprimorar a qualidade e a eficácia de suas instalações. Além de oferecer aos estudantes e à comunidade acadêmica um ambiente propício para a aprendizagem, a pesquisa e a inovação. As ações incluem:

- **Implantação do campus Complexo do Alemão** - o IFRJ tem o compromisso de estabelecer um novo *campus* no Complexo do Alemão, proporcionando acesso à educação de qualidade em uma área estratégica do Rio de Janeiro;
- **Construção do campus Belford Roxo** - O *campus* em Belford Roxo será ampliado para acomodar um aumento na demanda,

garantindo instalações modernas e adequadas para a educação;

- **Implantação do campus Cidade de Deus/Parque Olímpico** - O novo *campus* na Cidade de Deus oferecerá mais oportunidades educacionais na zona oeste do Rio de Janeiro;
- **Melhorias na Reitoria do IFRJ** - A infraestrutura da Reitoria será continuamente aprimorada para fornecer suporte eficiente a todas as unidades;
- **Aprimoramento da Infraestrutura Esportiva** - Com base em um planejamento elaborado pela equipe de ações esportivas, o IFRJ visa melhorar as instalações esportivas em todos os campi, promovendo a saúde e o bem-estar dos estudantes;
- **Manutenção Contínua Preventiva e Corretiva** - A contratação de uma empresa de manutenção predial garantirá que as instalações permaneçam em boas condições, prolongando sua vida útil e garantindo um ambiente seguro; e
- **Aceleração dos Processos de Obras e Serviços de Engenharia** - A contratação de uma empresa de projetos acelerará os processos de obras e reformas, permitindo a rápida adaptação e expansão da infraestrutura conforme as necessidades.

O IFRJ permanece comprometido em proporcionar um ambiente educacional de excelência por meio de uma infraestrutura moderna e eficiente. Para alcance desses pontos abordados, o IFRJ insere no seu Plano Estratégico Institucional duas metas voltadas para infraestrutura, sendo elas: Elaborar até **2024** o Projeto de Padronização da Infraestrutura física dos *campi* (código I2-01) e Implementar completamente o projeto de padronização da infraestrutura física dos *campi* até em **2028** (I2-02).

Além disso, a criação do Programa de Aceleração de Investimentos (PAI) pela gestão atual reflete o empenho em promover melhorias em todas as unidades do IFRJ, não apenas na expansão de espaços, mas também na consolidação das áreas já existentes. Por meio do PAI, serão realizados investimentos em melhorias de laboratórios, aquisição de equipamentos, reformas, obras e outras iniciativas que visam aprimorar o ambiente de trabalho dos servidores e a qualidade dos serviços públicos de educação,

ciência e tecnologia oferecidos pelas unidades do instituto. O detalhamento das demandas por *campus*, bem como o andamento (incluindo número de processo, status, responsável etc.), pode ser conferido no [*Painel do Programa de Aceleração de Investimentos \(PAI\)*](#). Essa abordagem abrangente e integrada evidencia o comprometimento do IFRJ em garantir uma educação de excelência e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Em suma, a expansão do IFRJ, com ênfase na Baixada Fluminense, zona norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro, representa um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o acesso à educação de qualidade é fundamental para o progresso individual e coletivo. Ao investir na educação e no desenvolvimento regional, o IFRJ transforma vidas e constrói um futuro mais promissor para todos.

7.2 Biblioteca

O Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRJ (SiBI/IFRJ) é composto pela Coordenação Geral de Bibliotecas (CGBiblio), localizada na Reitoria e por 15 bibliotecas distribuídas pelos *campi*. A CGBiblio é responsável pelo funcionamento sistêmico das bibliotecas do IFRJ e tem por finalidade atuar na gestão do Sistema e no suporte ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão, além de dar suporte na disseminação da informação e na promoção e incentivo à leitura.

As bibliotecas são responsáveis pelo atendimento das necessidades informacionais da comunidade acadêmica dos *campi*. Assim como a CGBiblio, as bibliotecas atuam dando suporte no ensino, pesquisa e extensão e na promoção e disseminação da leitura e da informação.

As bibliotecas, de acordo com o Regulamento Institucional das Bibliotecas aprovado pelo CONSUP em 2017 ([Resolução nº 23 de 25 de julho de 2017](#)), estão subordinadas administrativamente à Direção Geral dos *campi* e vinculadas tecnicamente à CGBiblio.

Ficam sujeitos ao regulamento todos os usuários cadastrados no (SiBI/IFRJ).

As ações das bibliotecas no IFRJ são norteadas pelos seguintes documentos:

- Regulamento Institucional das Bibliotecas, [Resolução nº 23, de 25 de julho de 2017](#);
- Política de Desenvolvimento de Acervos, [Resolução nº 24, de 25 de julho de 2017](#); e
- Manual de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, [Resolução nº 48, 16 de outubro de 2019](#).

Na Tabela 27, a seguir, apresenta-se a distribuição das bibliotecas, bem como o horário de funcionamento onde todas as bibliotecas possuem atendimento de segunda a sexta-feira e algumas atendem também aos sábados. Em relação ao pessoal técnico-administrativo, todas as bibliotecas contam com pelo menos um profissional bibliotecário.

Tabela 27 - Informações gerais sobre as bibliotecas do SiBI/IFRJ

CAMPUS	FUNCIONAMENTO	PESSOAL ADMINISTRATIVO	COORDENAÇÃO	SISTEMA	INCLUSÃO NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIA	ATENDE À NBR 9050/2020	SISTEMA ANTIFURTO	REDES SOCIAIS
CAC	7h30 às 21h 8h às 12h – sábado	4	Não	Koha e Planilha Eletrônica	Não	Parcial	Não	Instagram e Facebook
CBR	Ajustado semestralmente	1	Não	Planilha Eletrônica	Sim	Não	Não	Não
CDUQ	8h30 às 20h30	5	Sim	Koha	Não	Parcial	Não	Instagram e Facebook
CEPF	7h às 18h	3	Não	Koha	Não	Parcial	Não	Facebook
CMES	7h às 18h	2	Não	Não faz uso	Não	Não	Não	Instagram
CNIL	8h às 22h	8	Sim	Koha e Biblivre	Não	Não	Sim, mas não funciona	Instagram e Facebook
CNIT	9h às 17h	3	Não	Planilha Eletrônica	Sim	Não	Não	Instagram e Facebook
CPAR	9h às 19h	5	Não	Biblivre	Sim	Não	Sim, mas não funciona	Instagram
CPIN	8h às 20h30	6	Não	Não possui	Não	Não	Não	Não
CREAL	8h às 18h	8	Sim	Koha e Planilha Eletrônica	Não	Parcial	Sim, mas não funciona	Instagram e Facebook
CRES	8h às 20h	3	Sim	Koha	Sim	Parcial	Não	Instagram
CRJ	8h às 20h	4	Sim	Não possui	Não	Não	Não	Instagram e Facebook
CSG	8h às 20h	4	Sim	PHL	Não	Parcial	Sim, mas não funciona	Instagram e Facebook
CSJM	11h às 20h	2	Não	Biblivre	Não	Não	Não	Não
CVR	8h às 22h 8h às 12h - sábado	4	Sim	Pergamun	Não	Parcial	Sim, mas não funciona	Instagram e Facebook

Fonte: CGBiblio (2023)

Em relação ao tópico de inclusão no planejamento orçamentário anual de compras do *campus*, algumas bibliotecas sinalizaram positivamente a inclusão.

Vale destacar que em relação ao *campus Belford Roxo*, no documento de formalização de demanda, foi planejado para 2024 a aquisição de R\$ 20.000,00 em livros e a formalização das demandas de mobiliário e equipamentos é realizada de forma macro para a unidade, não sendo possível especificar o valor destinado apenas à biblioteca. O valor destinado à biblioteca do *campus Niterói* foi de R\$ 15.000,00 no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) de 2023, enquanto ao *campus Paracambi* foi destinado o valor de R\$ 30.000,00 e ao *campus Resende* foi de R\$ 8.000,00.

7.2.1 Acervo físico das bibliotecas

O acervo das bibliotecas é formado segundo a Política de Desenvolvimento de Acervos, aprovada pela [Resolução nº 24 de 25 de julho de 2017](#).

O sistema de gerenciamento de biblioteca mais utilizado pelo SiBI/IFRJ é o *Koha*, com previsão de migração para o SIGA até o fim de 2023. Os sistemas de gerenciamento oportunizam a consulta online, de todo o acervo físico das Bibliotecas do IFRJ, inclusive por aplicativo. O acervo físico é composto por: livros, obras de referência, folhetos, monografias, teses, dissertações, cartografia, recursos multimídia, periódicos, HQs e o quantitativo de acordo com as bibliotecas é apresentado na Tabela 28, a seguir.

Os acervos apresentam áreas do conhecimento multidisciplinar, com exceção do *campus Realengo* que é focado na área de Ciências da Saúde.

Em relação às formas de atualização e cronograma de expansão do acervo, todas as bibliotecas do SiBI/IFRJ devem seguir a [Política de Desenvolvimento de Acervo do Sistema de Bibliotecas](#).

Dessa forma, a expansão do acervo é feita em suma por compra ou doação, exceto nos *campi Belford Roxo* e *Rio de Janeiro* que realizam sua expansão somente via compra. Em relação ao cronograma de expansão do acervo, atualmente as unidades não possuem um cronograma definido.

Tabela 28 - Acervo das Bibliotecas do SiBI/IFRJ

CAMPUS	LIVROS	PERIÓDICOS	OBRAS DE REFERÊNCIAS	DVD	ARTIGO	TCC	DISSERTAÇÃO	TESE	FOLHETO	TOTAL
CAC ¹³	4310	633	73	47	0	33	0	0	31	5127
CBR	897	0	0	0	0	0	0	0	0	897
CDUQ	6579	27	101	10	0	117	0	0	0	6834
CEPF	2450	0	108	315	0	33	0	0	0	2906
CMES	300	0	0	0	0	0	0	0	0	300
CNIL	16800	57	200	127	0	906	43	0	0	18133
CNIT	1690	0	36	0	0	0	0	0	0	1726
CPAR	7000	30	200	50	0	95	0	0	15	7390
CPIN	11000	0	250	300	0	50	60	12	0	11672
CREAL	9473	135	538	40	0	737	0	0	24	10947
CRES	1980	30	12	0	0	0	0	0	0	2022
CRJ	26624	20	207	0	0	300	50	0	0	27201
CSG	6500	100	0	0	0	80	0	0	0	6680
CSJM	2000	0	5	0	0	95	0	0	0	2100
CVR	8328	910	138	0	1	129	0	0	0	9506

Fonte: CGBiblio (2023)

¹³ Dados atualizados conforme Registro nº 01/2024 do processo eletrônico SIPAC 23270.001396/2023-22

7.2.2 Acervo virtual das bibliotecas

Além do acervo físico, os usuários das Bibliotecas do IFRJ têm acesso às coleções de periódicos acadêmicos e científicos, bem como a bases de dados referenciais e de textos completos, por meio do Portal de Periódicos da CAPES.

Ainda em formato virtual, é disponibilizado acesso à Normas Brasileiras (ABNT/NBR) e Normas MERCOSUL (NM), de maneira que por contrato, há garantia de acesso ininterrupto pelos usuários à plataforma Target.

O IFRJ firmou ainda contrato com a Plataforma de Livros Digitais intitulado “[Árvore de Livros](#)”, no mês de novembro de **2023**. A plataforma conta com mais de 50.000 livros e audiolivros em áreas diversas, com curadoria especializada, totalmente voltada à formação de leitores desde as fases iniciais até o mais experiente.

Para melhor atender à comunidade foi realizada uma capacitação com todas as equipes das Bibliotecas. A capacitação aconteceu na sede da empresa Árvore de Livros. Os bibliotecários e auxiliares foram apresentados a todos os recursos disponíveis na

plataforma, além de acervos, cadastros de usuários, gamificações, entre outros recursos disponíveis. Todos os estudantes (regularmente matriculados), servidores docentes e TAEs, terceirizados e estagiários podem acessar a plataforma.

7.2.3 Repositório Institucional

O [Repositório Institucional](#) é o sistema de informação, desenvolvido com base no *DSpace*, que serve para armazenar, preservar, organizar, disseminar amplamente e publicizar a produção intelectual (técnica e acadêmica) do IFRJ, abrangendo: ensino, pesquisa, extensão e inovação, reunindo todo o conteúdo em um único ambiente virtual, além de estar inserido no movimento mundial de acesso gratuito à produção científica.

Quanto ao fornecimento de serviços, os *campi* Arraial do Cabo, Duque de Caxias, Nilópolis, Paracambi, Pinheiral, Realengo e Volta Redonda são apontados como executores de gerenciamento de informações da produção técnica, científica e acadêmica por meio do Repositório Institucional do IFRJ.

7.2.4 Espaços físicos das bibliotecas e climatização

A relação detalhada dos ambientes das bibliotecas do SiBI/IFRJ é apresentada no Quadro 12, a seguir. Além dos relacionados, o *campus* Engenheiro Paulo de Frontin também possui sala destinada ao Arquivo e lavabo para utilização dos servidores. O *campus* Nilópolis possui sala de lazer. Os *campi* Paracambi e Pinheiral possuem sala multimídia, enquanto o *campus* Realengo possui sala de pesquisa *online* com computadores e o *campus* Resende possui uma *Lan House*. Destaca-se que no *campus* Mesquita a biblioteca ocupa um espaço dentro de uma sala com diversos setores, com praticamente nenhuma condição de trabalho setorizado.

Quadro 12 - Espaços físicos das bibliotecas do SiBI/IFRJ

CAMPUS	ESPAÇO FÍSICO	ACESSO DO PÚBLICO AO ACERVO	ÁREA DE ESTUDO COLETIVO	SALA RESERVADA PARA ESTUDO COLETIVO	SALA RESERVADA PARA ESTUDO INDIVIDUAL	ÁREA DE ESTUDO INDIVIDUAL	BALCÃO DE ATENDIMENTO	SALA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	PROCESSAMENTO TÉCNICO	DEPÓSITO	SALA PARA COORDENAÇÃO
CAC	81,13m ²	Aberto									
CBR	43,20m ²	Aberto									
CDUQ	96m ²	Restrito									
CEPF	180m ²	Aberto									
CMES	Espaço compartilhado	Aberto									
CNIL	392m ²	Aberto									
CNIT	182m ²	Aberto									
CPAR	214m ²	Aberto									
CPIN	742m ²	Aberto									

CAMPUS	ESPAÇO FÍSICO	ACESSO DO PÚBLICO AO ACERVO	ÁREA DE ESTUDO COLETIVO	SALA RESERVADA PARA ESTUDO COLETIVO	SALA RESERVADA PARA ESTUDO INDIVIDUAL	ÁREA DE ESTUDO INDIVIDUAL	BALCÃO DE ATENDIMENTO	SALA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	PROCESSAMENTO TÉCNICO	DEPÓSITO	SALA PARA COORDENAÇÃO
CREAL	240m ²	Aberto	■	■	■	■	■	■	■	■	■
CRES	95,8m ²	Aberto	■	✗	✗	■	■	✗	✗	✗	■
CRJ	218,40m ²	Restrito	■	✗	✗	✗	■	■	✗	✗	✗
CSG	115m ²	Aberto	✗	✗	✗	■	■	✗	✗	✗	✗
CSJM	95m ²	Aberto	■	✗	✗	✗	■	■	✗	✗	✗
CVR	140m ²	Restrito	■	■	✗	■	■	✗	■	✗	✗

Fonte: CGBiblio (2023)

Legenda: ■ – Possui e ✗ - Não possui.

Em relação à climatização, conforme Quadro 13, a seguir, em geral os ambientes das bibliotecas do SiBI/IFRJ são bem climatizados com a existência de ar-condicionado e ventiladores. Em alguns campi há necessidade de manutenção dos aparelhos, além da necessidade de aquisição de desumidificadores. Nenhuma unidade possui umidificador.

Quadro 13 - Panorama de climatização das bibliotecas do SiBi/IFRJ

CAMPUS	AR-CONDICIONADO	VENTILADOR	DESUMIDIFICADOR	TERMO HIGRÔMETRO
CAC	█	●	█	✗
CBR	█	█	█	█
CDUQ	●	█	✗	✗
CEPF	█	█	✗	✗
CMES	█	✗	✗	✗
CNIL	█	█	█	✗
CNIT	✗	█	█	█
CPAR	█	✗	✗	✗
CPIN	█	█	✗	✗
CREAL	█	█	✗	●
CRES	█	█	✗	✗
CRJ	█	█	█	✗
CSG	█	█	✗	✗
CSJM	●	✗	✗	✗
CVR	█	█	✗	✗

Fonte: CGBiblio (2023)

Legenda: █ – Sim, em funcionamento; ● – Sim, mas não funciona; e ✗ - Inexistente.

7.2.5 Serviços oferecidos

Em relação aos serviços oferecidos pelas bibliotecas do SiBI/IFRJ, todas as unidades ofertam consulta local, elaboração de ficha catalográfica, reserva de materiais informacionais, acesso *online* às normas da ABNT, orientação bibliográfica e declaração de Nada Consta. Em relação aos serviços ofertados pela maioria das unidades, ressalta-se que todas as unidades sinalizaram a oferta do empréstimo domiciliar. E todas as unidades sinalizaram a oferta da visita guiada, exceto Arraial do Cabo. Bem como, todas as unidades sinalizaram o acesso ao portal de periódicos da CAPES.¹⁴

Dessa forma, apresenta-se no Quadro 14, a seguir, os demais serviços e a oferta por *campi*. Os *campi* Belford Roxo e São Gonçalo executam também orientação na elaboração de currículo *lattes*.

Ressalta-se ainda o papel dos servidores técnico-administrativos que atuam nas bibliotecas com ações voltadas às atividades de extensão em que somente os *campi* Arraial do Cabo, Duque de Caxias, Mesquita, Realengo e Volta Redonda sinalizaram que não executam atividades de extensão.

¹⁴ Dados atualizados conforme Registro nº 01/2024 do processo eletrônico SIPAC 23270.001396/2023-22

Quadro 14 - Serviços oferecidos pelas bibliotecas do SiBI/IFRJ

CAMPUS	EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS	ACESSO À INTERNET	DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO ACADÊMICA	SOLICITAÇÃO DE ISBN	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	ORIENTAÇÃO E/OU NORMALIZAÇÃO ACADÊMICA	COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	TREINAMENTO DE USUÁRIO
CAC	■	■	✗	■	✗	■	✗	■
CBR	✗	■	■	■	■	■	✗	■
CDUQ	■	✗	■	✗	■	■	✗	✗
CEPF	■	✗	✗	■	■	■	✗	✗
CMES	■	■	✗	✗	■	■	✗	■
CNIL	■	■	■	■	■	✗	✗	■
CNIT	✗	■	■	■	■	✗	✗	■
CPAR	✗	■	■	■	■	■	■	✗
CPIN	✗	■	■	■	■	■	■	✗
CREAL	■	■	■	■	✗	✗	✗	✗
CRES	■	■	■	■	■	■	■	✗
CRJ	■	■	■	✗	✗	■	■	✗
CSG	✗	■	■	✗	■	■	✗	■
CSJM	■	■	■	■	■	■	✗	■
CVR	■	■	■	■	■	■	■	✗

Fonte: CGBiblio (2023)

Legenda: ■ – Oferta e ✗ - Não oferta.

7.3 Laboratórios

Laboratório pode ser definido como um espaço físico com equipamentos únicos para a realização de experimentos e pesquisas científicas diversas, levando aos estudantes a possibilidade de colocar em prática o conhecimento teórico adquirido, facilitando a sua consolidação.

Destaca-se que devido a sua extensão, diversidade de eixos temáticos de seus cursos e sua capilaridade de *campi*, o IFRJ possui diversos laboratórios, podendo-se ressaltar os laboratórios de Eletrotécnica, Matemática, Mecânica, Informática, Hardware, Software, Ciências Ambientais, Química, Prototipagem, Artes, incluindo Laboratórios de Produção que auxiliam no apoio à agroindústria, apicultura, avicultura, bovinocultura, cunicultura, etc. Os laboratórios do IFRJ dão suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A existência dessa infraestrutura, bem como equipamentos e recursos tecnológicos existentes dão suporte ao aprendizado de cada um dos cursos ofertados.

Em suma, a sinergia entre infraestrutura, pedagogia e inovação tecnológica é essencial para o sucesso dos cursos e programas educacionais. Ao alinhar efetivamente esses elementos, o IFRJ cria ambientes de aprendizagem estimulantes e relevantes, preparando os

estudantes para se destacarem em um mundo em constante mudança e impulsionando o progresso educacional e social.

O IFRJ dispõe de mais de 200 laboratórios e o detalhamento destes, incluindo localização, metragem e a área atendida, podem ser identificadas no [*Painel Laboratórios*](#), criado exclusivamente para a exposição desses dados de forma interativa e simplificada.

7.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual

7.4.1 Tecnologia da Informação

O IFRJ possui uma estrutura de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (TI) que apoia as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição e busca atender às demandas de TI do Instituto de forma ágil e eficiente, sempre observando a legislação vigente.

A estrutura de Governança e Gestão de TI do IFRJ é composta por:

- Comitê de Governança Digital (CGD) presidido pelo reitor;
- Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (DGTIC), vinculada a PRODIN; e
- Comitê Técnico de TI, formado pelas Coordenações de Tecnologia da Informação existentes nos *campi*.

A área de TI auxilia as atividades institucionais por meio do fornecimento de serviços que apoiam as atividades acadêmicas e administrativas no IFRJ. As bibliotecas, laboratórios, salas de aula e todos os setores administrativos contam com a atuação da TI para o fornecimento e manutenção de uma infraestrutura de tecnologia.

A seguir, é apresentado o planejamento para os próximos 5 anos no que envolve a infraestrutura tecnológica de TI, para os *campi* e reitoria, nas Tabelas 29, 30, 31, 32, 33 e 34.

Tabela 29 - Infraestrutura de TI para bibliotecas - Desktop

Campi	Desktop			
	Atual	Demandas Futuras		
	2024	2025-2026	2027-2028	
Arraial do Cabo	6	6	0	0
Belford Roxo	3	2	2	30
Duque de Caxias	5	13	15	15
Mesquita	0	0	0	10
Nilópolis	10	0	0	0
Niterói	11	15	10	20
Paracambi	9	12	12	12
Paulo de Frontin	2	3	5	5
Pinheiral	11	10	5	5
Realengo	11	6	6	0
Resende	7	3	10	10
Rio de Janeiro	14	14	0	40
São Gonçalo	7	20	0	5
São João de Meriti	7	10	0	10
Volta Redonda	11	11	0	0

Fonte: DGTIC (2023)

Tabela 30 - Infraestrutura de TI para bibliotecas - Notebook

Campi	Notebook			
	Atual	Demandas Futuras		
		2024	2025-2026	2027-2028
Arraial do Cabo	0	0	0	0
Belford Roxo	0	1	1	3
Duque de Caxias	0	2	2	2
Mesquita	0	1	0	3
Nilópolis	0	0	0	0
Niterói	0	0	0	0
Paracambi	0	0	0	0
Paulo de Frontin	0	1	1	1
Pinheiral	0	0	0	0
Realengo	0	0	0	0
Resende	0	0	0	0
Rio de Janeiro	0	0	5	10
São Gonçalo	0	5	0	2
São João de Meriti	0	0	0	0
Volta Redonda	0	0	0	0

Fonte: DGTIC (2023)

Tabela 31 - Infraestrutura de TI para laboratórios - Desktop

Campi	Desktop			
	Atual	Demandas Futuras		
		2024	2025-2026	2027-2028
Arraial do Cabo	102	81	25	52
Belford Roxo	22	5	5	35
Duque de Caxias	40	50	55	60
Mesquita	0	5	0	22
Nilópolis	60	129	68	68
Niterói	76	180	50	50
Paracambi	60	66	66	66
Paulo de Frontin	85	120	150	170
Pinheiral	161	50	50	50
Realengo	28	15	10	10
Resende	17	20	20	20
Rio de Janeiro	46	33	25	15
São Gonçalo	31	50	0	10
São João de Meriti	71	30	30	10
Volta Redonda	123	20	0	0

Fonte: DGTIC (2023)

Tabela 32 - Infraestrutura de TI para laboratórios - Notebook

Campi	Notebook			
	Atual	Demandas Futuras		
		2024	2025-2026	2027-2028
Arraial do Cabo	0	0	0	0
Belford Roxo	0	3	3	12
Duque de Caxias	0	4	6	8
Mesquita	0	2	0	5
Nilópolis	7	40	20	20
Niterói	21	36	15	10
Paracambi	6	0	0	0
Paulo de Frontin	0	20	20	30
Pinheiral	0	35	0	0
Realengo	0	0	0	0
Resende	0	3	3	3
Rio de Janeiro	10	0	10	36
São Gonçalo	0	2	0	2
São João de Meriti	6	0	0	0
Volta Redonda	14	14	0	0

Fonte: DGTIC (2023)

Tabela 33 - Infraestrutura de TI para setores administrativos - Desktop

Campi	Desktop			
	Atual	Demandas Futuras		
		2024	2025-2026	2027-2028
Arraial do Cabo	41	20	20	40
Belford Roxo	19	5	5	35
Duque de Caxias	80	100	110	110
Mesquita	25	0	0	245
Nilópolis	118	118	59	59
Niterói	49	49	20	20
Paracambi	65	65	65	65
Paulo de Frontin	28	50	50	60
Pinheiral	264	100	50	50
Realengo	88	10	30	30
Reitoria	151	82	87	67
Resende	27	10	10	10
Rio de Janeiro	60	60	20	100
São Gonçalo	190	80	0	30
São João de Meriti	21	23	20	10
Volta Redonda	124	100	100	0

Fonte: DGTIC (2023)

Tabela 34 - Infraestrutura de TI para setores administrativos - Notebook

Campi	Notebook			
	Atual	Demandas Futuras		
		2024	2025-2026	2027-2028
Arraial do Cabo	6	5	5	5
Belford Roxo	0	3	3	12
Duque de Caxias	10	14	16	20
Mesquita	3	3	0	12
Nilópolis	6	20	10	10
Niterói	7	25	12	7
Paracambi	15	15	15	15
Paulo de Frontin	0	5	5	5
Pinheiral	15	10	5	5
Realengo	1	10	5	0
Reitoria	13	30	12	14
Resende	1	10	10	10
Rio de Janeiro	15	10	0	25
São Gonçalo	6	10	0	5
São João de Meriti	14	10	5	5
Volta Redonda	12	12	0	0

Fonte: DGTIC (2023)

7.4.2 Comunicação Social

A Coordenação-Geral de Comunicação Social (CGCom) é a estrutura profissionalizada de comunicação do IFRJ. Situada na sede da Reitoria e ligada à DAINT, tem como atividade central promover o fluxo de informações necessário ao cotidiano do IFRJ, atuando junto a setores diversos e aos campi, a fim de atender às demandas dos seus públicos interno e externo.

A CGCom age em consonância com os objetivos relativos à divulgação institucional, comunicação pública, promoção da imagem do IFRJ para seus públicos de interesse e relacionamento com as comunidades interna e externa.

São responsabilidades da Comunicação:

- I. padronizar a identidade visual;
- II. adequar a linguagem a diferentes mídias;
- III. realizar campanhas de divulgação;
- IV. fazer contato direto com veículos de imprensa;
- V. auxiliar na organização de eventos internos e externos; e
- VI. demais atividades, seguindo as orientações da [Política de Comunicação do IFRJ](#).

A equipe atual é composta por 3 jornalistas, 1 programadora visual, 1 relações públicas, 1 revisora de texto e 1 técnica em

audiovisual. Na Tabela 35 são apresentados os materiais usados pela CGCom para a execução das suas atividades.

Tabela 35 - Materiais de uso da CGCom

Equipamento	Quantidade
Filmadora <i>camcorder</i>	3
Câmera fotográfica DSLR	4
Refletor led	2
Kit de iluminação <i>softbox</i> com tripé	2
Gravador de áudio	1
Microfone <i>shotgun</i> para DSLR	2
Microfone <i>shotgun</i> para vara boom	1
Microfone de mão, sem fio, para câmera	2
Suporte para microfone	2
Estabilizador eletrônico para câmera	1
Câmera 360	1
Flash para câmera	1
Rebatedor de iluminação	1
Tripé para câmera	2
Vara boom	1
Fone de ouvido	3
Lente 24-70mm f/2.8	2
Lente 24-105mm	3

Equipamento	Quantidade
Lente 50mm f/1.8	2
Lente 18-140mm	1
Microfone lapela	2
Microfone <i>shotgun</i> para filmadora	1

Fonte: CGCom (2023)

Com exceção de uma filmadora *camcorder*, todos os equipamentos estão funcionando. Registra-se também que os microfones lapela e *shotgun* para filmadora estão com ausência da espuma *anti-puff*.

No prazo de vigência do PDI anterior (2017-2023), a CGCom alcançou algumas realizações, sendo elas:

- 1 - [Elaboração da Política de Comunicação do IFRJ](#);
- 2 - Elaboração de ações e produtos relacionados ao Plano de Implementação da Política de Comunicação do IFRJ, tais como: [Cadastro de Mídias Sociais Oficiais do IFRJ](#); Calendário de Eventos do IFRJ em parceria com a DIPROEXT/PROEX; Plano de comunicação (periodicidade anual); Planejamento Mensal - avaliação e planejamento de atividades do setor; Banco de dados e informações sobre os públicos estratégicos do IFRJ; Monitoramento da presença e a imagem do IFRJ nas mídias sociais: relatório de rede social

(mensal)/ranking de rede social (trimestral); Calendário da Rede Social;

3 - Produção de vídeos para divulgação institucional;

4 - Elaboração e realização de materiais institucionais;

5 - Atualização e inserção do conteúdo de notícias do portal e das redes sociais;

6 - Diagramação de Informativos;

7 - Consultoria e planejamento na área de organização de eventos institucionais;

8 - Elaboração de processos de aquisição para fortalecimento de ações institucionais (Ex: material gráfico; bandeiras, fachada, eventos, etc.);

9 - Aquisição de novos equipamentos para a área de audiovisual para a Reitoria e para os campi

Dessa forma, a partir das atividades apresentadas e executadas pela CGCom, torna-se possível a apresentação de dados quantitativos referentes ao ano de **2022**:

✓ **Matérias:** (Produzidas: 521 | Corrigidas e publicadas: 99 | Envio de mailing: 266 | InFoco: 56 | Cobertura de eventos: 14)

✓ **Planejamento e gestão de eventos:** 10 (incluindo roteiro, check-list, visita técnica, produção do evento, etc.)

✓ **Informativos:** 11

✓ **Imagens para o site:** 15 (para matérias, cursos e processos seletivos)

✓ **Banner rotativo para o site:** 18

✓ **Apresentações de Power Point:** 5

✓ **Guias/Manuais:** 8

✓ **Cards para rede social:** 217

✓ **Revisão de textos:**

- I^a Revisão - Total de demandas: 102 (informativos, relatórios, manuais, guias, protocolos, etc.)/ Total de laudas: 432 (864.000 caracteres);

- 2^a Revisão (tipográfica – de textos diagramados) - Total de demandas: 22 (informativos, manuais, guias, protocolos etc.)/ Total de páginas: 171

✓ **Redes sociais:**

- Facebook - Seguidores: 53.980 (50.913 seguidores em jan/2022) / Publicações: 428

- Linkedin - Seguidores: 28.707 (21.219 em jan/2022) / Publicações: 126

- Instagram - Seguidores: 38.195 (21.483 em jan/2022) / Publicações: 428 / Vídeos no Instagram: 23

- YouTube - Vídeos publicados: 88 (44 lives, 44 uploads) - Novos inscritos: 761 | Total registrado: 6.449 - Número total de visualizações: 31.7

7.4.2.1 Assessoria de Comunicação dos Campi (AsCom)

De acordo com o art. 112 do Regimento Geral do IFRJ, existe a possibilidade de ter nos *campi* uma Assessoria de Comunicação (AsCom) que tem as funções descritas no art. 120. Contudo em **2023**, somente 3 *campi* contam com uma Assessoria de Comunicação na sua estrutura, são eles: Arraial do Cabo, Pinheiral e Nilópolis.

A Política de Comunicação do IFRJ (2021, p. 57) recomenda que cada *campus* “disponha de um agente de comunicação (professor ou técnico-administrativo, ainda que formado em outra área) para integrar a rede de comunicação do IFRJ”, tendo em vista o cenário de vedação de concursos públicos na área de comunicação devido a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 e Decreto 10.185/19.

Contudo, é importante reconhecer como condição ideal a presença de comunicadores profissionais nos *campi* e a colaboração de servidores e estagiários que possam atuar como agentes locais de

comunicação, planejando e executando ações, estratégias e produtos de comunicação.

7.4.2.2 Ações estratégicas para a reitoria e os campi

Na análise SWOT feita pela Comissão Temática de Temas Transversais, com foco no subtema Comunicação, observou-se que a CGCom e AsCom dos *campi* têm forças onde se destacam:

- a diversidade dos serviços prestados pela Comunicação em diferentes áreas;
- a capacitação da equipe; e
- a criação da Política de Comunicação.

Contudo nota-se que o setor de Comunicação do IFRJ (incluindo CGCom e Assessoria de Comunicação dos *campi*) tem uma das menores equipes dos Institutos Federais no Brasil, e não há perspectivas de novos concursos na área de Comunicação.

Constata-se que houve redução da equipe existente em relação ao PDI anterior. Além da CGCom, observa-se que os ambientes de trabalho das Assessorias de Comunicação também devem possuir tamanho compatível para o abrigo de todo o mobiliário, dos equipamentos, dos materiais e de toda a equipe lotada no setor, inclusive os estagiários.

A CGCom julga ser necessário que os documentos institucionais, como o Regimento Geral e Planejamento Estratégico sejam revisados e atualizados incluindo a nova configuração da área de Comunicação e a sua importância. Procedimentos estes que já estão sendo realizados no ano de 2023 vide processos nº 23270.001615/2023-73 e 23270.001397/2023-77, respectivamente.

Observa-se que a missão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de ofertar educação pública de qualidade para milhares de jovens e adultos passa, necessariamente, pelo reconhecimento do papel da comunicação e pelo seu fortalecimento enquanto área estratégica nas organizações.

Tendo em vista o trabalho estratégico da Comunicação Social na divulgação das ações do IFRJ, da gestão da marca e do potencial do IFRJ como Instituição de Ensino, e após a análise SWOT aplicada junto com a metodologia SMART e consulta da comissão do processo de elaboração e implantação da Política de Comunicação do IFRJ, nomeada na Portaria nº 254 de 09 de novembro de 2020, foram elencados os seguintes projetos, ações e iniciativas estratégicas a serem implementadas durante a vigência do PDI:

- implantação da Assessoria de Comunicação em todos os 15 *campi* do IFRJ, considerando as necessidades locais, as diferenças geográficas e culturais;

- reformulação do portal institucional e dos portais dos *campi*;
- crescimento estruturado e planejado das mídias sociais oficiais do IFRJ (Reitoria e *campi*), onde entende-se como mídias sociais oficiais aquelas que, criadas pela CGCom ou Assessoria de Comunicação dos *campi*, se reportem ao IFRJ como um todo ou estejam vinculadas a um determinado *campus*, não incluindo setores, projetos, núcleos, eventos e ações pontuais;
- normatização das mídias com objetivo de disciplinar a criação de perfis nas mídias sociais, evitando a sua desordenada proliferação sem o devido planejamento e acompanhamento;
- elaboração de plano de comunicação institucional articulado com o Plano Estratégico Institucional e a política de Comunicação;
- ações para visitas aos *campi* de implementação da Política de Comunicação;
- criação de um comitê de crise com atuação permanente na Reitoria e nos *campi*;
- criação e implantação do plano de gerenciamento de crise na Reitoria e nos *campi*;
- realização permanente/sob demanda de pregão dos seguintes itens: material audiovisual; serviços e materiais para eventos;

- material gráfico;
- implantação do sistema de comunicação interna por meio de TV corporativa para compartilhar conteúdos de maneira remota e intranet;
 - capacitação e treinamento dos servidores (interno ou com empresas/instituições externas) nas áreas pertinentes a implantação da Política de Comunicação na reitoria e nos campi.

7.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com necessidades específicas

Em conformidade com a Política de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Anexo à Resolução CONSUP/IFRJ nº 125, de 05 de junho de 2023, a acessibilidade configura-se na possibilidade e na condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, tanto na zona urbana como na

rural, por pessoa com deficiência e/ou necessidades específicas, compreendendo:

I - acessibilidade arquitetônica: ambiente sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo e, no âmbito escolar, construções ou reformas dos espaços existentes como rampas, banheiros adaptados, portas acessíveis, elevadores, piso tátil, bebedouro adaptado, mobiliários e materiais nas salas, laboratórios, auditório, biblioteca, quadra de esporte entre outros;

II - acessibilidade atitudinal – ausência de barreiras impostas por preconceitos, estígmas, estereótipos e discriminações;

III - acessibilidade comunicacional – ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital), tais como a presença de tradutores intérpretes em Libras (TILS) e profissionais de ensino de braille e de soroban (instrumento adaptado para auxiliar o ensino e a aprendizagem de cálculos matemáticos para alunos com deficiência visual), o uso de material ampliado, de tecnologias assistivas, de metodologias ativas, de aparelhos eletrônicos com dispositivos auxiliares;

IV - acessibilidade instrumental – ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho, estudo, lazer, recreação e de vida diária;

V - acessibilidade metodológica no ensino, na pesquisa e na extensão: ausência de barreiras nos métodos, nas teorias e técnicas de ensino e aprendizagem, de trabalho, de ação comunitária (social, cultural, artística, entre outras), por meio de adaptações/flexibilizações curriculares;

VI - acessibilidade digital – eliminação de barreiras nos meios digitais (sítio institucional, redes sociais e outros meios de comunicação digital).

A fim de promover a acessibilidade, o IFRJ objetiva adotar medidas que visem garantir irrestrita acessibilidade e eliminar as barreiras existentes, no ambiente escolar, para a autonomia da pessoa com deficiência e/ou necessidades específicas, nas dependências desta Instituição.

Entende-se por barreira qualquer entrave, obstáculo, que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Com base em dados fornecidos pela Coordenação-Geral dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CGNAPNE) quanto ao diagnóstico atual com base em **2023**, é possível compreender que aproximadamente 85% dos *campi* não atendem aos critérios de acessibilidade previstos na legislação brasileira. Os números de matrículas de estudantes com deficiência no IFRJ aumentaram mais de 300% nos últimos 5 anos enquanto o número de servidores do IFRJ aumentou mais de 200% nos últimos

5 anos. Os *campi* informaram ainda não possuírem plano de acessibilidade.

De acordo com o art. 4 da Política de Educação Inclusiva do IFRJ:

A fim de promover a inclusão no IFRJ, serão adotadas medidas que visem garantir a irrestrita acessibilidade, com acesso às tecnologias assistivas e curriculares assegurado a partir da plena participação nas atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

De acordo com o art. II da [Lei nº 10.098/2000](#):

A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O IFRJ implementou a Política de Educação Inclusiva através da Resolução CONSUP nº 125, de 05 de junho de 2023, que criou diretrizes e princípios institucionais de promoção de acessibilidade, seja em nível de práticas pedagógicas ou em nível de infraestrutura. Todavia, ao mesmo tempo que esse importante documento trouxe evoluções, surgem desafios ao seu efetivo cumprimento.

No contexto da implantação da Política de Educação Inclusiva, em **2023** foi realizada uma pesquisa pela CGNAPNE sobre

acessibilidade no IFRJ e os resultados apontaram que aproximadamente 80% dos *campi* não são acessíveis.

Importante destacar, inclusive, que a referida pesquisa encontrou dificuldades em relação ao conhecimento dos servidores participantes sobre questões relacionadas às pessoas com deficiência. Os respondentes mostraram, em muitas perguntas, desconhecer termos e tecnologias inerentes ao atendimento educacional de pessoas com deficiência. Este fato ratifica a necessidade de ações e investimento em promoção da acessibilidade, incluindo a área de formação e capacitação acerca da educação inclusiva voltadas para a comunidade IFRJ.

Pesquisas atuais apontam que, quanto à educação profissional e tecnológica, principalmente dentro das estruturas públicas de ensino, a formação continuada dos profissionais envolvidos na acessibilização para estudantes Público da Educação Especial, ainda é um grande entrave para a adoção de práticas realmente inclusivas (CAPELLINI; RODRIGUES; 2009; SANTOS,2020).

Até **2023** o IFRJ não possuía diretrizes sobre capacitação na área de educação inclusiva e nos últimos anos os NAPNEs se consolidaram enquanto referência de suporte às pessoas com deficiência no IFRJ, no entanto, existe uma ausência de investimentos nessa área, principalmente no que diz respeito à formação

continuada. As poucas ações de treinamento, capacitação e formação foram realizadas em iniciativas isoladas nos *campi* e que não geraram dados suficientes para criação de indicadores sobre o tema.

É neste contexto, portanto, que é legítimo a urgência de um modelo de gestão educacional que privilegie a consolidação de práticas inclusivas, a partir do compromisso com a capacitação de seus servidores. Acessibilizar a educação, para que ela possa realmente alcançar o objetivo de atender a todas as pessoas sem qualquer tipo de discriminação, passa pelo rompimento de barreiras atitudinais, possível somente através da mudança de comportamento e da cultura organizacional. Para tanto, a formação dos servidores com foco na inclusão é considerada o pilar fundamental.

Visando contribuir para a resolução das questões apresentadas, o IFRJ definiu no Plano Estratégico Institucional o Projeto de implementação da Política de Educação Especial Inclusiva. Dentro das suas principais entregas, existe a previsão da criação do Programa de Acessibilidade. Para alcance da acessibilidade no âmbito do IFRJ, é importante observar as principais pautas listas a seguir:

- Elaboração do plano de acessibilidade dos *campi* e reitoria;
- Definição de prioridade de investimentos em acessibilidade no orçamento;

- Planejamento de contratação de profissionais especializados para atendimento à estudantes e servidores com deficiência;
- Promoção de ações progressivas e contínuas de fomento à implementação da Política;
- Destinação de parte dos recursos dos Planos Anuais de Capacitação do IFRJ para qualificação do quadro de pessoal do órgão em temáticas voltadas para inclusão e acessibilidade;
- Promoção de espaços de discussão periódicos acerca de temáticas de inclusão e acessibilidade. Encontros anuais (comunidade IFRJ) para formação e troca de experiências entre os servidores;
- Ambientação dos novos servidores aos objetivos da Política Inclusiva do IFRJ;
- Investimentos contínuos em capacitação e em cursos de formação, utilização e operacionalização de recursos de infraestrutura de acessibilidade para uso das tecnologias assistivas educacionais;
- Treinamento contínuo dos servidores com possibilidades de aproveitamento da carga horária para progressões funcionais; e
- Parcerias para oferta de capacitação.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1 Avaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um órgão de condução, orientação e articulação do processo interno de autoavaliação institucional do IFRJ, regida pelo Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (Resolução nº 52, de 19 de novembro de 2014). Os membros da CPA foram designados com intuito de promover continuidade às ações do ciclo anterior, pelas Portarias nº 164 e nº 108, que tiveram seu texto alterado, em 05 de abril de 2023, pela Portaria nº 308/GR. Dessa forma, a gestão da CPA é composta por 4 membros (presidentes e secretários, titulares e suplentes) e por mais 32 membros (titulares e suplentes) representando todos os campi do IFRJ.

De acordo com o art. 11 da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu no Brasil o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SiNAES), toda Instituição de Ensino Superior deve constituir sua CPA, que tem como responsabilidade a apresentação dos resultados do processo de avaliação interna e externa da Instituição na forma de um Relatório de Autoavaliação,

que compõe o primeiro do conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação do SiNAES.

O instrumento de avaliação institucional publicado na Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, propõe o Relato Institucional como uma inovação que subsidia o ato de credenciamento e recredenciamento institucional e a transformação de organização acadêmica, regulamentado por meio da Nota Técnica nº 062/2014-INES/DAES/CONAES.

O Relato Institucional amplia e fortalece a relação entre os processos avaliativos e os processos de gestão, bem como o autoconhecimento das Instituições de Ensino Superior e o consequente aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio da legislação vigente, a Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, estabelece no seu art. 7º, a atribuição da comissão:

§ 1º as CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior;

§ 2º A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria,

a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:

- I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
- II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

O Quadro 15, a seguir, apresenta os ciclos avaliativos da CPA e, em cada ciclo, a CPA busca fortalecer uma cultura avaliativa, integrando toda a comunidade por meio de engajamento em todo processo avaliativo.

Quadro 15 - Linha do tempo dos ciclos avaliativos

CICLO	AÇÕES
2004-2006	Criado o primeiro Ciclo da CPA pela portaria DG nº 026 de 24 de junho de 2004, composta por 15 membros.
2006-2008	Criado o segundo Ciclo CPA pela portaria DG nº 025, de 05 de junho de 2008, composta por 10 membros.
2009-2010	A CPA não realizou atividades nesse ciclo
2011-2012	A Portaria nº 019, de 27 de janeiro de 2011, institui a Equipe de Reestruturação da CPA.

CICLO	AÇÕES
2012-2014	Criado o quarto ciclo da CPA pela portaria nº 053, de 02 de maio de 2012, composta por 58 membros.
2015-2017	Criado o quinto ciclo da CPA pela Portaria nº 365, de 10 de outubro de 2017, composta por 34 membros.
2018-2020	Criado o sexto Ciclo da CPA pela Portaria nº 106, de 28 de março de 2018, composta por 32 membros.
2021-2023	Criado o sétimo Ciclo da CPA.

Fonte: CPA (2023)

8.2 A autoavaliação institucional

A autoavaliação entende-se como um processo cílico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. O seu caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento permitirá a análise das prioridades estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas para o desenvolvimento institucional.

A prática da autoavaliação como processo permanente é instrumento de construção que foi desenvolvido durante a sensibilização para consolidar uma cultura de avaliação na instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa.

O seu caráter formativo foi aperfeiçoado mediante transparência das avaliações e pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência. O conhecimento que a avaliação interna proverá possibilitará à comunidade institucional planejar ações destinadas à superação das fragilidades e ao aprimoramento das potencialidades coletadas.

8.2.1 Etapas da autoavaliação institucional

As principais ações relevantes para um efetivo desenvolvimento da autoavaliação, conforme estabelecido nas Diretrizes de Avaliação Institucional, são apresentadas nas 3 etapas seguintes:

- **1^a etapa:** conduzida para a **Preparação**, é subsidiada pela constituição da CPA, Sensibilização e Elaboração do projeto de Avaliação;
- **2^a etapa:** conduzida pelo **Desenvolvimento**, é subsidiada pelas ações da CPA, levantamento de dados e informações e análise

das informações - relatórios parciais (Relatos);

- **3^a etapa:** conduzida pela **Consolidação**, é subsidiada pelo Relatório Final, Divulgação e Balanço Crítico.

Algumas mudanças na legislação trouxeram inovações e evoluções para as avaliações interna e externa, conforme apresentado no Quadro 16.

Quadro 16 - Mudanças na legislação sobre as avaliações

ANO	INSTRUMENTOS LEGAIS	DESCRIÇÃO
2020	Instrução Normativa INEP n° 2	Vinculação da comissão de avaliadores para atuação em todo o tipo de avaliação externa.
2021	Portaria INEP n° 165	Institui a Avaliação Externa Virtual <i>in Loco</i> no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação de IES.
2021	Portaria INEP n° 275	Altera procedimentos no âmbito da Avaliação Externa Virtual <i>in Loco</i> .
2022	Portaria n° 265	Altera as Portarias INEP n°165 e n° 275 e regulamenta a Avaliação Externa Virtual <i>in Loco</i> no âmbito

ANO	INSTRUMENTOS LEGAIS	DESCRIÇÃO
2022	Portaria nº 265	das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação.

Fonte: CPA; INEP (2023)

A autoavaliação institucional é importante porque suas ações e resultados permitem conhecer as potencialidades e fragilidades da instituição, bem como servem de subsídios para tomada de decisão e para implementar ações que visem melhorias acadêmicas e administrativas, e na elaboração de políticas educacionais. De acordo com INEP:

As funções mais importantes da autoavaliação permanente são a de produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população. (SINAES *apud*. INEP, 2004, p. 96)

8.3 Relatório de autoavaliação institucional

O relatório representa o resultado da aplicação dos instrumentos avaliativos já realizados no 7º ciclo avaliativo do IFRJ (2021-2023) que compõem os seguintes documentos: I Relato 2021 e II Relato 2022.

O objeto da análise tem por base os cinco eixos com suas respectivas dimensões, de acordo com a Nota Técnica nº 65/2015, com informações quantitativas e qualitativas, de forma a compor a visão do cenário institucional, sendo eles:

- **Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional:** contempla a dimensão 8 do SINAES de Planejamento e Avaliação, em que se avalia se há coerência entre o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais, tais como: PDI e PPI;
- **Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional:** contempla as dimensões 1 (Missão e PDI) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES, em que a **dimensão 1** aborda a missão da instituição em articulação com o PDI e PPI e a **dimensão 3**

aborda a responsabilidade social e, de acordo com a proposta do SINAES, busca identificar a contribuição da instituição em relação à inclusão social, sobretudo as ações realizadas no sentido de incluir e prestar assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade;

- **Eixo 3 - Políticas Acadêmicas:** contempla as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Política de Atendimento aos Discentes) do SINAES, em que a **dimensão 2** trata da política para o ensino, pesquisa e extensão e das respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa e extensão, de monitoria e demais modalidades. Em especial, esta dimensão avalia o currículo, a organização e as práticas pedagógicas, o apoio ao estudante, às inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias, a extensão e a pesquisa. Enquanto a **dimensão 4** avalia a comunicação interna e externa, a imagem pública da instituição, os meios de comunicação utilizados, a relação entre comunicação e a missão do IFRJ, bem como o atendimento aos discentes e à comunidade

de modo geral; e a **dimensão 9** avalia as políticas de atendimento aos discentes, verificando a coerência das políticas de atendimento com o estabelecido em documentos oficiais, programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos;

- **Eixo 4 - Políticas de Gestão:** contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES, em que a **dimensão 5** avalia as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional, suas condições de trabalho e sua coerência com as políticas firmadas nos documentos oficiais, em especial no PDI. Enquanto a **dimensão 6** aborda a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua interdependência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios. E a **dimensão 10** reflete o esforço governamental e institucional direcionado à manutenção da estrutura acadêmica e à continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

- **Eixo 5 - Infraestrutura Física:** contempla a **dimensão 7** (Infraestrutura Física) do SINAES que observa as condições das áreas de convivência e lazer, banheiros, bebedouros, serviços, equipamentos, acesso e segurança. Analisa a infraestrutura física do IFRJ.

O grande desafio foi produzir uma autoavaliação institucional que subsidiasse planos de ação para melhorias efetivas. O primeiro Relato foi elaborado em meio período e o segundo Relato, no retorno às atividades presenciais, após o período pandêmico. A CPA participou do Comitê de Biossegurança e buscou junto às medidas adotadas, conduzir à execução de todo processo avaliativo.

As questões iniciais foram propostas pelos respectivos coordenadores e as demais atendem as Dimensões focalizadas em cada Eixo.

8.3.1 Metodologia

No ano de **2021**, todas as reuniões foram realizadas de forma remota. A partir da publicação da Portaria nº165, que institui a Avaliação Externa Virtual *in Loco* no âmbito das visitas por comissões

de especialistas para avaliação de IES, as reuniões foram incorporadas com os coordenadores dos cursos, que já estavam com formulários preenchidos na plataforma *E-mec*, bibliotecários, secretarias, prefeitos e dirigentes dos *Campi* dos respectivos cursos.

Todo processo avaliativo foi realizado de forma remota, tanto as reuniões para confeccionar o instrumento, quanto a execução dele. Uma maneira que foi adotada nesse período, foi compor questões do coordenador de curso no mesmo instrumento elaborado pelos membros da CPA, a fim de realizar uma única avaliação, atendendo olhares diferentes. É importante salientar que a CPA desde o ciclo anterior já realizava autoavaliações *on-line*, pela plataforma *Lime Survey*, disponibilizada no Portal do IFRJ. O ano de 2022 foi marcado pelo retorno das aulas presenciais no IFRJ. A CPA continuou utilizando a tecnologia para realização de suas reuniões. Em abril de **2022**, ocorreu o processo de reconhecimento do Curso em Licenciatura em computação do *campus* Pinheiral, de forma virtual *in loco*. Foi a primeira experiência do CPA IFRJ com esse novo procedimento de visita de avaliação externa.

Em **2023**, ocorreu o processo de renovação de reconhecimento do Curso de Processos Químicos do *campus* Rio de Janeiro, de forma virtual *in loco*. Compõem ainda na agenda do MEC, com previsão para realização, ainda em **2023**, a Avaliação Externa

Virtual *in Loco* do Curso Superior Tecnológico de Redes de Computadores do *campus* Arraial do Cabo, Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do *campus* Pinheiral, Curso Superior Tecnológico em Jogos Digitais do *campus* Engenheiro Paulo de Frontin e Curso de Engenharia Mecânica do *campus* Paracambi.



9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

9.1 Planejamento e Administração

A Pró-reitoria de Administração e Planejamento (PROAD) assume um papel central no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das políticas e ações que impulsionam o desenvolvimento das atividades administrativas do IFRJ. Esta abrangência abarca a gestão de diversos setores, incluindo licitações, contratos, patrimônio, planejamento orçamentário, execução financeira, execução contábil e engenharia.

A PROAD é composta por 34 servidores altamente qualificados e engajados, distribuídos em 6 diretorias e 7 coordenações. Essa equipe diversificada e especializada atua diretamente em 7 unidades (reitoria, 4 campi em fase de implantação e 2 campi avançados). Com uma abordagem focada, a PROAD é responsável não apenas pela gestão direta dessas unidades, mas também pela normatização, coordenação, supervisão e gerenciamento abrangente de áreas fundamentais para o IFRJ.

A missão principal da PROAD é alinhar-se às políticas institucionais definidas pela Reitoria, visando sempre aprimorar e avaliar os resultados alcançados. Sua atuação é estrategicamente

voltada para atividades-meio, com o propósito de habilitar de forma eficaz as atividades-fim relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. A PROAD trabalha incessantemente para criar um ambiente favorável ao crescimento educacional e administrativo do IFRJ.

Enfrentar os desafios inerentes à gestão administrativa é uma tarefa complexa. Entre os principais desafios estão as reduções orçamentárias e a necessidade de otimizar os recursos disponíveis. A PROAD busca constantemente melhorar os procedimentos, introduzir automações e aprimorar a formação da equipe para superar esses obstáculos.

Portanto, em linhas gerais, à PROAD cabe:

- I. gerir, supervisionar, decidir e orientar o planejamento e execução financeira e orçamentária;
- II. planejar, definir, acompanhar, supervisionar e avaliar as políticas e ações para o desenvolvimento das atividades executadas no âmbito das políticas de compras e contratações, de patrimônio, do planejamento orçamentário e da execução financeira e contábil;
- III. elaborar documentos institucionais normativos nas áreas de sua competência;

- IV. normatizar e estabelecer fluxos processuais, orientações, procedimentos operacionais e mapeamento e gestão dos conhecimentos agregados da equipe;
- V. implementar novos modelos e técnicas de gestão de equipe;
- VI. liderar os servidores orientando-os aos resultados e à compreensão dos papéis institucionais;
- VII. adotar mecanismos de monitoramento, quantificação e mapeamento da qualidade dos serviços prestados, e, buscar novas ferramentas para melhoria contínua de gestão;
- VIII. conduzir, coordenar ou supervisionar projetos especiais que busquem melhorias contínuas no seu escopo de atuação;
- IX. analisar, gerenciar e propor melhorias ao modelo de gestão financeira e orçamentária, otimizando a utilização dos recursos e implementando ações que gerem resultados atrelados aos valores, missão e visão institucionais;
- X. representar o Reitor, quando assim solicitado, em atividades internas e externas de sua competência;
- XI. representar o IFRJ em atividades correlatas da PROAD perante instituições;
- XII. atender ao público interno e externo;

- XIII. demais atividades administrativas correlatas que lhe forem delegadas pelo Reitor.

A PROAD atua sob princípios fundamentais que orientam suas atividades. A segregação de funções é central para garantir agilidade, segurança e transparência na gestão administrativa. A equipe é altamente especializada, proporcionando liderança e expertise técnica em áreas críticas. A clara estrutura hierárquica e definição de funções contribui para mais transparência e gestão de riscos eficaz.

As conquistas da PROAD se refletem na otimização de processos, transparência aprimorada e uma abordagem de gestão mais madura. A estruturação da equipe e os processos internos permitiram a consolidação de um ambiente de trabalho eficiente, transparente e comprometido com o avanço das atividades administrativas do IFRJ.

A PROAD mantém seu compromisso em buscar constantemente a excelência na gestão administrativa. Seu papel vital no suporte às atividades-fim e a busca incessante por melhorias refletem seu comprometimento com a eficiência, qualidade e sucesso contínuo do IFRJ.

9.2 Resultados obtidos (PDI 2017-2023)

O PDI 2017-2021, legalmente válido até **2023**, apresentou vários objetivos e metas a serem alcançados no período de sua vigência. Durante o período em análise, em **2023**, a PROAD do IFRJ obteve resultados significativos por meio de um conjunto abrangente de ações estratégicas. Essas iniciativas visavam fortalecer a instituição, otimizar processos e promover um ambiente mais eficiente e sustentável. A seguir, apresentamos os principais resultados decorrentes dessas ações, demonstrando o compromisso da PROAD em impulsionar o crescimento e o desenvolvimento do IFRJ.

- **Inclusão Orçamentária de Campi:** Um marco importante foi a inclusão dos *campi* de São João de Meriti e Belford Roxo na Matriz Orçamentária a partir de **2019**. Essa conquista oficializou os orçamentos desses *campi* em âmbito nacional, fortalecendo suas operações e possibilitando um melhor planejamento.
- **Reforma de Infraestrutura:** Investimentos em infraestrutura foram realizados por meio da reforma das quadras nos *Campi* Duque de Caxias e Paulo de Frontin. Essas reformas não apenas aprimoraram as instalações esportivas, mas também

proporcionaram um ambiente mais adequado para a comunidade acadêmica.

- **Apoio à Finalização de Prédios:** A PROAD direcionou recursos e apoio para a conclusão do prédio da COSAAT no *Campus Nilópolis*. Esse comprometimento contribuiu para a finalização da estrutura, promovendo um ambiente propício para atividades acadêmicas.
- **Conclusão de Obras e Recursos para Prédio de Licenciaturas:** A retomada e conclusão das obras do prédio destinado às licenciaturas no *Campus Pinheiral* demonstram a dedicação da PROAD em fornecer recursos e garantias para a finalização de projetos acadêmicos. A inauguração do prédio em **2020**, equipado com recursos de ponta, reflete a qualidade das instalações oferecidas.
- **Liberação de Recursos para Obras:** A liberação dos recursos vinculados ao Termo de Execução Descentralizada possibilitou a retomada da obra do *Campus Niterói*, que enfrentava dificuldades financeiras. O repasse desses recursos, totalizando R\$ 4 milhões, resolveu pendências e permitiu a continuidade da

construção.

- **Capacitação e Aperfeiçoamento:** A PROAD promoveu a capacitação dos servidores envolvidos como Gestores/Fiscais de contratos, assim como a realização de programas de treinamento específicos. Isso fortaleceu a expertise interna e a eficácia dos processos administrativos.
- **Parceria Estratégica com o Banco do Brasil:** A assinatura do Termo de Cooperação com o Banco do Brasil para a efetivação da conta pagamento vinculada foi uma decisão estratégica. Além de simplificar a gestão financeira, essa ação teve como objetivo reduzir as ações trabalhistas, contribuindo para a saúde financeira da instituição.
- **Sustentabilidade Energética:** Aquisição e instalação de Placas de Células Fotovoltaicas permitiram que o IFRJ se tornasse autossustentável em produção de energia, reduzindo substancialmente as despesas com eletricidade. A economia estimada em 80% demonstra o compromisso da PROAD com a sustentabilidade e a responsabilidade financeira. Apresentamos

na Figura 35 os dados relativos ao investimento em aquisição e instalação de placas de células fotovoltaicas em **2019** e **2021**.

Figura 35 - Investimento em aquisição e instalação de placas de células fotovoltaicas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em PROAD (2023)

- **Melhoria de Processos de Compras e Contratação:** A PROAD liderou um esforço abrangente de mapeamento e validação de fluxos, resultando na elaboração de orientações detalhadas para vários processos de compras, contratação de serviços e licitações. Isso otimizou a eficiência dos procedimentos, garantindo transparência e conformidade.
- **Ações Estratégicas para Redução de Custos:** A PROAD desenvolveu ações estratégicas voltadas para a conclusão de processos de compras e execução orçamentária, reduzindo o volume de Restos a Pagar e priorizando as demandas de infraestrutura e despesas de capital. O empenho em cursos *in company* demonstra o compromisso com a capacitação contínua.
- **Expansão da Área de Compras Sustentáveis:** A elaboração do Manual de Compras Sustentáveis evidencia o esforço da PROAD em adotar práticas mais responsáveis em suas operações, alinhando-se aos padrões de sustentabilidade e responsabilidade social.
- **Gestão Eficiente de Recursos Extra Orçamentários:** A gestão e execução bem-sucedida de recursos extraorçamentários, como os obtidos através de TEDs, destacam a expertise financeira da PROAD em maximizar a utilização de recursos disponíveis.
- **Redução Significativa de Dívidas:** A PROAD alcançou uma impressionante redução de 83% nas dívidas aos credores do IFRJ nos primeiros seis meses de gestão, demonstrando um rigoroso controle financeiro e uma abordagem estratégica para lidar com obrigações pendentes.
- **Manutenção e Investimentos em Infraestrutura:** Além de garantir a manutenção e funcionamento do sistema de ar-condicionado nos prédios da Reitoria, a PROAD também desempenhou um papel importante na reforma de diversos edifícios, como a Reitoria Buenos Aires. A aquisição de imóveis, como os imóveis Buenos Aires 256 e 264, contribuiu para o crescimento do patrimônio e gerou receitas por meio de aluguel, consolidando uma base financeira mais sólida.

- **Investimentos em Equipamentos e Tecnologia:** A aquisição de uma ampla gama de equipamentos, mobiliário e tecnologia da informação, como notebooks, computadores e switches, representou um investimento substancial em todos os campi e na Reitoria. Esses investimentos, totalizando mais de 30 milhões, modernizaram as instalações e melhoraram as condições de estudo e trabalho. O detalhamento é apresentado na Tabela 36.
- **Business Intelligence (BI) para Transparência Financeira:** A implementação do [*Proad em Números*](#), baseada em BI, permitiu uma apresentação transparente dos dados de receitas e despesas do IFRJ. Essa iniciativa alinhou-se com o compromisso da PROAD de proporcionar maior transparência e acesso aos dados financeiros.
- **Apoio à Educação Remota:** A PROAD contribuiu para a continuidade das atividades acadêmicas ao alugar tablets para estudantes participarem de Atividades Pedagógicas Não-presenciais, demonstrando adaptabilidade em tempos desafiadores.
- **Implantação de Sistema Integrado:** O desenvolvimento e implementação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) exemplifica o compromisso da PROAD com a modernização e eficiência dos processos internos, contribuindo para uma gestão mais precisa e eficaz dos recursos.

Tabela 36 - Investimento anual em equipamentos

CAMPUS	2022	2021	2020	2019	2018
Arraial do Cabo	R\$123.683,65	R\$35.844,95	R\$124.296,25	R\$282.772,81	R\$67.572,09
Belford Roxo	R\$168.017,72	R\$136.287,96	R\$133.208,67	R\$274.057,58	R\$9.061,38
Duque de Caxias	R\$64.630,66	R\$122.904,30	R\$64.939,27	R\$725.327,24	R\$45.772,31
Engenheiro Paulo de Frontin	R\$441.250,47	R\$301.080,48	R\$144.085,78	R\$989.506,51	R\$4.078,58
Mesquita	R\$48.412,01	R\$29.933,30	R\$20.654,00	R\$126.381,45	R\$1.763,80
Nilópolis	R\$584.687,49	R\$151.992,58	R\$0,00	R\$123.348,25	R\$181.193,49
Niterói	R\$475.404,83	R\$178.857,43	R\$1.008.312,23	R\$682.609,92	R\$549.174,20
Paracambi	R\$356.896,85	R\$221.405,60	R\$0,00	R\$1.158.950,73	R\$112.476,64
Pinheiral	R\$165.020,14	R\$0,00	R\$1.088.256,49	R\$1.465.106,27	R\$577.564,70
Realengo	R\$29.587,47	R\$212.079,30	R\$142.868,21	R\$196.153,51	R\$28.317,20
Reitoria	R\$1.799.700,54	R\$633.366,93	R\$1.290.049,07	R\$2.033.005,54	R\$59.723,13
Resende	R\$121.793,24	R\$32.942,12	R\$77.734,95	R\$305.204,75	R\$120,00
Rio de Janeiro	R\$291.929,90	R\$1.730.230,10	R\$256.976,80	R\$1.475.944,49	R\$345.469,30
São Gonçalo	R\$292.987,23	R\$670.556,04	R\$284.999,00	R\$610.174,89	R\$81.601,83
São João de Meriti	R\$630.535,63	R\$5.520,00	R\$109.787,01	R\$167.300,70	R\$402.067,05
Volta Redonda	R\$485.632,96	R\$207.259,73	R\$729.928,47	R\$813.168,52	R\$484.011,71
Total	R\$6.080.170,79	R\$4.670.260,82	R\$5.476.096,20	R\$11.429.013,16	R\$2.949.967,41

Fonte: PROAD (2023)

- **Expansão e Melhoria de Infraestrutura:** A PROAD desempenhou um papel crucial na expansão e melhoria da infraestrutura do IFRJ. Isso incluiu a construção de um segundo andar no *Campus Resende*, a reforma do CIEP Willy Brandt no *Campus São Gonçalo* e a reforma da estrutura elétrica e hidráulica no prédio da Reitoria Buenos Aires. Essas iniciativas contribuíram para o crescimento das instalações acadêmicas.
- **Fomento à Pesquisa e Extensão:** A PROAD desempenhou um papel fundamental no fomento à pesquisa e extensão por meio de investimentos em equipamentos de laboratório e recursos tecnológicos. Isso permitiu que o IFRJ oferecesse um ambiente mais rico para atividades de pesquisa e extensão, enriquecendo a experiência acadêmica dos estudantes.
- **Aquisição e gerenciamento da frota dos veículos oficiais e do combustível:** política sólida de controle meticuloso do fluxo e da quilometragem percorrida pelos veículos, com foco primordial na manutenção e no abastecimento como ações contínuas e essenciais. Adicionalmente, avalia-se a viabilidade de contratar seguros para os veículos institucionais e o

desenvolvimento de uma política para o descarte responsável de veículos automotores que se tornaram inviáveis em termos de uso ou que sejam economicamente não viáveis. Para fins de registro, apresentamos na Figura 36 o quantitativo de veículos oficiais por campi no ano de **2023**, sendo um total de 76.

Figura 36 - Quantitativo de veículos oficiais por campi em 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base em PROAD (2023)

Por meio destas ações estratégicas, a PROAD impactou positivamente áreas-chave, desde a gestão financeira e de recursos até a infraestrutura e a sustentabilidade. Esses esforços contribuíram para a criação de um ambiente acadêmico mais robusto, transparente e dinâmico, posicionando o IFRJ como uma instituição de destaque no cenário educacional.

Desse modo, no período compreendido entre **2018** e **2023**, foram diversas as ações de melhoria de indicadores no tocante à gestão financeira e orçamentária. Com vistas a otimizar os processos de publicidade e transparência, foi criado em **2020** a ferramenta PROAD em Números, que consiste em reunir dados e métricas acerca das rotinas operacionais da Reitoria e dos *Campi* do IFRJ.

A partir do Tesouro Gerencial são obtidos diariamente relatórios de execuções financeira e orçamentária do IFRJ cujos dados sofrem o devido tratamento e sistematização por meio da ferramenta BI. As informações sistematizadas são publicadas no sítio do IFRJ e buscam atender ao público interno e externo.

Levando-se em conta o momento vivido entre **2020** e **2022**, marcado pelos desafios da pandemia SARS-COVID e aos seus desdobramentos nas rotinas de trabalho das equipes no período caracterizadas pela necessidade de trabalho remoto para

atendimento de protocolos sanitários, o PROAD em Números foi de grande valia para a instituição.

No quadro atual, a ferramenta ainda não apresenta adesão completa do público interno, apesar da ampla divulgação realizada. Dessa forma, serão realizadas ações a fim de aumentar a familiaridade do público com a ferramenta.

Além da ferramenta PROAD em Números, foi implantado a partir de **2019** na PROAD o GLPI, ferramenta de atendimento ao público interno constantemente atualizada, em que o usuário pode entrar em contato direto com os setores da referida Pró-Reitoria para dúvidas orçamentárias, financeiras, licitatórias, de infraestrutura e engenharia, do nível operacional ao estratégico. Enquanto ferramenta de atendimento ao público interno, pode-se avaliar como um avanço relevante de comunicação. Contudo, ainda são necessárias medidas de melhoria tais como a melhor disposição no sítio institucional ou mesmo momentos de ensino aos usuários tais como vídeos explicativos.

Somam-se as ações já citadas o contínuo desenvolvimento de ferramentas para suporte nas execuções financeira e orçamentária que foram produzidas no período **2018-2023** e disponibilizadas no sítio institucional a fim de simplificar informações técnicas ao público. Dentre tais ações merecem destaque:

- “**É CONSUMO/PERMANENTE**”- material produzido com o objetivo de facilitar os processos de aquisição e de classificação orçamentária e tornar cada vez mais inteligíveis os conceitos orçamentários para todos os interessados.
- “**Ações Orçamentárias**” - material didático facilitador para o público leigo ou com pouco conhecimento técnico sobre aspectos de Leis Orçamentárias.
- “**Princípios orçamentários**” - assim como nas “Ações Orçamentárias”, foi elaborado um conteúdo voltado para usuários com pouco conhecimento técnico sobre aspectos conceituais de Orçamento Público.

Sobre as ferramentas informativas, a criação de mais materiais desse gênero estão incorporados às estratégias de melhoria contínua dos processos de gestão orçamentária e financeira, além de se alinhar a filosofia da PROAD de que a disseminação do conhecimento e a ampliação da participação dos servidores do IFRJ constitui um importante passo na construção de uma instituição transparente e eficiente.

Acerca dos valores de transparência, muitas foram as ações dos setores de Orçamento e Finanças ligados à PROAD no sentido de otimizar e disponibilizar fluxos; de elaboração de Instruções Normativas; modernização de formulários e documentos, dentre outras. Entretanto, foram muitas as dificuldades enfrentadas quanto ao acesso pelos usuários no portal do IFRJ, bem como a organização e disposição dos documentos na página, o que demanda por ações de melhoria nesse sentido.

Quanto aos valores de eficiência, esses são traduzidos pelas rotinas de execução financeira e orçamentária e os impactos no cotidiano da instituição. Nesse quesito, com o objetivo de formalizar cronograma de ações e prazos, a PROAD instituiu o Calendário Anual, documento elaborado e divulgado, em que estão contidas ações de gestão com seus respectivos prazos, tais como: recolhimentos e remanejamentos financeiros; estimativa e reestimativa de receitas; encaminhamento de processos de aquisição, etc.

Com a consolidação do Calendário Anual da PROAD, os impactos positivos nos processos de gestão orçamentária e financeira passaram a adotar um regramento nos últimos anos, o que indica um cenário futuro de melhoria se mais ações gerenciais forem incorporadas.

A partir desse pequeno diagnóstico sobre os resultados obtidos no concernente à gestão financeira e orçamentária, conclui-se que, mesmo diante de um cenário adverso, muitas foram as ações de melhoria adotadas que ensejam continuidade e aprimoramento,

principalmente para atender princípios de transparência, participação, eficiência e sustentabilidade. No Quadro 17, a seguir, vemos um comparativo entre metas previstas no PDI 2017-2023 e que tiveram ações relacionadas no período.

Quadro 17 - Comparativo entre metas previstas no PDI 2017-2023

Nº	AÇÕES ESTABELECIDAS NO PDI ANTERIOR	AÇÕES PARA CUMPRIMENTO DAS METAS
1	<i>Promover a criação de manuais de usuários dos sistemas e fluxos processuais</i>	Foram criados fluxos processuais da área orçamentária e financeira, os quais são revistos para melhoria anualmente, disponíveis em Processos Institucionais , além da cartilha de compras e demais fluxos processuais administrativos.
2	<i>Procedimento de apuração e aplicação de penalidades às empresas contratadas</i>	Criada a Instrução de Serviço PROAD nº 04, de 14 de dezembro de 2020 - regulamentando a aplicação de sanções administrativas nos contratos envolvendo o IFRJ
3	<i>Criar mecanismos de controle da execução orçamentária e financeira para aprimorar a gestão nos campi e na Reitoria</i>	Elaboração do Calendário Anual da PROAD contendo prazos norteadores para as ações de execução financeira e orçamentária; e criação da ferramenta PROAD em números
4	<i>Criar mecanismos para melhorar a comunicação entre Reitoria e os campi quanto à gestão orçamentária e financeira.</i>	Implantação do sistema GLPI para atendimento de demandas junto ao público interno (servidores e gestores), assim como estabelecimento do fórum de Diretores de Administração.
5	<i>Realizar, no mínimo uma vez por ano, visita em cada um dos campi para verificar e acompanhar a gestão orçamentária e adequação dos procedimentos adotados.</i>	Em virtude de medidas de distanciamento social no período compreendido entre MAR/20 e MAI/23, as rotinas de visitação estão sendo planejadas novamente.
6	<i>Aprimorar o planejamento orçamentário do IFRJ junto às demais Pró-Reitorias</i>	A ferramenta PROAD em Números disponibiliza as informações orçamentárias em tempo real para a efetiva tomada de decisão, além da reunião semanal dos Pró-Reitores, a qual permite um debate detalhado sobre o planejamento orçamentário, com análise qualitativa das informações.
7	<i>Implantar modelo de planejamento baseado em</i>	Atualmente tal metodologia é utilizada eventualmente, não existindo um modelo

Nº	AÇÕES ESTABELECIDAS NO PDI ANTERIOR	AÇÕES PARA CUMPRIMENTO DAS METAS
	<i>centros de custos</i>	consolidado, sendo planejada futuramente para ser mais efetiva com a atualização do SIPAC, a qual permitirá integração das informações dos sistemas com os módulos a serem implementados.
8	<i>Elaborar manual de padronização dos inventários de bens móveis e imóveis e de almoxarifado do IFRJ</i>	Atualização do Manual de Patrimônio em andamento.
9	<i>Padronizar e informatizar a gestão patrimonial e de materiais do IFRJ</i>	Sistema SIADS em fase de implantação cuja operacionalização é obrigatória a todas as unidades. Existe atualmente o sistema SIPAC, que não é plenamente utilizado.
10	<i>Aprimorar os procedimentos de aquisição de bens e serviços</i>	Foram aprimorados e normatizados os procedimentos de aquisição de bens e serviços para uma padronização dos processos do IFRJ.
11	<i>Elaborar instruções normativas, ou documentos equivalentes, na área de compras e licitações</i>	Foi criado o guia de abertura de processos de Compras e Contratações, além de serem criadas 13 orientações específicas da PROAD para a aquisição de bens e contratação de serviços. Disponíveis no Portal Institucional .
12	<i>Criar estratégias e procedimentos para tornar o processo de aquisição mais ágil</i>	Foram criados Fluxos Processuais , além da criação de formulários padrão, juntamente com o planejamento das compras sistêmicas elaborado anualmente, com participação de todos os campi, o qual otimiza os tempos de contratação, com a atuação em conjunto.
13	<i>Implementar, em conjunto com os Setores de TI, sistema informatizado para aprimorar as aquisições por meio de compras compartilhada</i>	Os módulos do SIPAC ainda não estão devidamente implantados para auxiliar nesta questão.
14	<i>Disponibilizar no site do IFRJ as informações relativas aos processos licitatórios</i>	Todos os contratos, licitações e atas gerenciadas pela Reitoria se encontram disponíveis no Portal Institucional , sendo atualizadas rotineiramente.
15	<i>Elaborar instruções normativas, ou documentos equivalentes, na área de contratos e fiscalização</i>	Foi criado o fluxo para gerar contrato PN.DLC - II , sendo atualizado conforme o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.
16	<i>Implantar sistema informatizado para controle dos prazos dos contratos e implantar sistema informatizado de gestão de contratos</i>	Além da disponibilização no PROAD em Números, a qual está sendo sistematicamente implantada, o sistema governamental Contratos no sistema ComprasGOV permite que os atores da instituição sejam cadastrados para consulta.

Nº	AÇÕES ESTABELECIDAS NO PDI ANTERIOR	AÇÕES PARA CUMPRIMENTO DAS METAS
17	<i>Aprimorar a gestão da frota de veículos oficiais</i>	Instrução Normativa em fase de elaboração, sendo identificada a necessidade de aprimorar normativos em relação à expansão da frota.
18	<i>Concluir as obras dos novos campi em andamento e propiciar a infraestrutura necessária para seu funcionamento</i>	Algumas obras foram concluídas, assim com a instalação de placas fotovoltaicas, mas tendo em vista limitações orçamentárias, legais, dentre outras, algumas ações ainda estão em andamento
20	<i>Construir as edificações necessárias da segunda e terceira fase da expansão, ampliação da infraestrutura dos campi, conforme áreas de atuação</i>	A expansão está sendo realizada de acordo com a disponibilidade orçamentária e planejamento, porém as ações de infraestrutura ainda estão em andamento, sendo também pela pandemia SARS-COVID.
21	<i>Reestruturar os campi existentes do IFRJ, adequando as demandas das atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão</i>	Algumas ações de reestruturação já foram realizadas, porém tendo em vista redução orçamentárias em alguns exercícios, foi impactada a capacidade de reestruturação do IFRJ, ocorrendo essas em ritmo diferente do planejado e almejado
22	<i>Aperfeiçoar as ferramentas do sistema de gestão existentes e implantar novas ferramentas, buscando um maior diálogo e interação com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)</i>	Foi criada a ferramenta PROAD em Números; sistema de chamados para suporte administrativo; estando sendo implementado, também, o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) em todos os Campi, o qual tem interação com o SIAFI mais otimizada que o atual módulo de patrimônio do SIPAC.
23	<i>Manter e implementar ações de capacitação de servidores</i>	São disponibilizados no sítio institucional materiais elaborados pelos setores da PROAD acerca de aspectos legais e operacionais, além de constante envio de orientações e procedimentos aos servidores atuantes nas áreas de licitações, contratos, orçamento e finanças. Além disso, está sendo adotada a estratégia de contratação de capacitações “in company”, as quais viabilizam a capacitação de um maior número de servidores.

Fonte: PROAD (2023)

9.3 Demonstração da sustentabilidade financeira

A proposta orçamentária do IFRJ está de acordo com o disposto no artigo 9º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo validada desde a criação dos Institutos Federais pelo CONIF.

9.3.1 Matriz orçamentária

O IFRJ segue um conjunto organizado de etapas para a definição e alocação do orçamento na área da Educação Profissional e Tecnológica. Esse processo envolve interações complexas entre diferentes instituições e sistemas, garantindo uma distribuição adequada dos recursos e promovendo a transparência.

A Reitoria do IFRJ coleta e organiza informações relacionadas aos elementos de despesa, as quais são inseridas no Sistema de Orçamento e Finanças (SIOP).

A SETEC, vinculada ao MEC, recebe os dados da Reitoria do IFRJ e os insere na PNP. Após validação e homologação pela SETEC, os dados inseridos na PNP são considerados consistentes e íntegros.

O Fórum de Pró-Reitores Planejamento e Administração (FORPLAN) constrói uma base de dados com base nas informações consolidadas na PNP. A SETEC comunica ao CONIF e ao FORPLAN

o valor previsto na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para a SETEC.

O FORPLAN, em conjunto com o CONIF, elabora e encaminha a proposta orçamentária à SETEC, considerando critérios pré-estabelecidos. O MEC define a fração do orçamento total da Educação que será destinada à SETEC para a Educação Profissional e Tecnológica.

A Reitoria do IFRJ extrai dados do CONIF, que são fundamentais para a definição dos montantes orçamentários das unidades. O FORPLAN disponibiliza a Matriz CONIF, contendo a distribuição do orçamento entre diferentes elementos de despesa, para o IFRJ

A Reitoria do IFRJ informa aos *campi* os montantes orçamentários alocados para cada unidade acadêmica. Com base nas informações da Reitoria, os *campi* do IFRJ definem como serão distribuídos os recursos entre as despesas de custeio e investimento. Após aprovação pelo Congresso Nacional, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é sancionada pelo Governo Federal;

O Poder Executivo envia ao Congresso Nacional a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que contém as estimativas de receitas e despesas do Governo Federal para o próximo ano. Os dados coletados ao longo do processo são lançados no SISTEC.

Dessa maneira, o IFRJ executa um processo rigoroso de planejamento e alocação orçamentária, garantindo que os recursos sejam distribuídos eficientemente e de forma transparente na Educação Profissional e Tecnológica, a fim de suprir as necessidades das unidades acadêmicas.

Assim, a criação da Matriz Orçamentária é um processo meticuloso e detalhado que tem como objetivo principal a justa distribuição de recursos financeiros entre as diversas instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT). Esse processo envolve uma série de etapas e cálculos complexos, sendo guiado por critérios que consideram a quantidade de matrículas, a qualidade acadêmica, a eficiência institucional e outros indicadores relevantes. Tudo começa com a coleta de dados detalhados sobre as instituições, incluindo informações sobre o número de matrículas em cada curso, o desempenho acadêmico dos alunos, a relação entre alunos e professores, e outros aspectos relevantes. Esses dados são contextualizados para entender a situação de cada instituição e orientar o processo de alocação de recursos.

Um dos pontos cruciais desse processo é o cálculo da Quantidade Total de Matrículas Presenciais no Primeiro Ano (QTMPI). Essa métrica é fundamental para ajustar a equalização das

matrículas, levando em consideração a fase de cada ciclo de estudos e a carga horária correspondente. Os índices de eficiência desempenham um papel fundamental na determinação da alocação de recursos. Três índices são calculados para avaliar diferentes aspectos:

- O **Índice de Eficiência Acadêmica (IEA)** mede a proporção de alunos aprovados em relação ao total de matriculados. Quanto mais próximo de 100%, melhor é o desempenho acadêmico da instituição.
- A **Relação Aluno-Professor (RAP)** compara o número de alunos matriculados com o total de professores na instituição. Um índice dentro dos parâmetros indica que a instituição proporciona um ambiente mais propício ao aprendizado individualizado.
- O **Índice de Atendimento aos Percentuais Legais (IAPL)** verifica se a instituição cumpre o mínimo de 25% de alunos provenientes da rede pública de ensino, promovendo a inclusão social.

A equalização da carga horária e dos dias ativos é alcançada por meio dos Fatores de Equalização de Carga Horária e Dias Ativos (FECHDA), que consideram a distribuição dos dias ativos ao longo

do ciclo de estudos. A partir dos FECHDA, as Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos (MECHDA) são calculadas. Esse valor ajustado leva em conta tanto a carga horária quanto os dias ativos, estabelecendo uma base justa para a distribuição dos recursos. As Matrículas Ponderadas (MP) são obtidas ao aplicar pesos específicos a cada curso sobre as MECHDA, refletindo a importância relativa de cada curso.

A etapa final consiste na consolidação dos valores calculados para cada instituição, incluindo reitorias e *campi*, na Matriz de Distribuição Orçamentária. Essa matriz é organizada em blocos temáticos que abrangem critérios como qualidade, eficiência, reitorias, e outros aspectos relevantes. Vale ressaltar que os valores da Matriz Orçamentária são resultado de cálculos rigorosos e validados, podendo ser ajustados de acordo com a disponibilidade orçamentária e critérios definidos pela SETEC/MEC. Todo esse processo garante uma alocação justa e equitativa de recursos, estimulando a excelência acadêmica, a eficiência institucional e o crescimento contínuo das instituições de ensino da Rede Federal de EPCT.

9.3.2 Matriz interna

No que diz respeito aos aspectos da gestão orçamentária, antes de prosseguirmos para a análise dos fluxos, realizamos um trabalho prévio de modelagem e revisão dos procedimentos adotados em relação aos recursos descentralizados. Também abordamos as distorções internas existentes e as inexecuções orçamentárias recorrentes, que geravam instabilidade na execução e na equipe. Desde **2018**, a atual gestão adotou um modelo de distribuição interna (Matriz Interna) dos recursos que se baseia nas necessidades reais de cada *campus*, levando em consideração critérios objetivos.

Esses critérios englobam vários fatores essenciais para a alocação eficiente dos recursos. Primeiramente, as despesas relacionadas à manutenção de contratos continuados foram cuidadosamente consideradas para garantir a continuidade dos serviços essenciais. Além disso, a metragem da área construída em cada *campus* desempenha um papel fundamental, reconhecendo as diferentes demandas de recursos necessárias para a operação e conservação dos espaços físicos. O histórico de execução financeira e orçamentária de cada *campus* foi minuciosamente avaliado, o que possibilitou uma alocação mais precisa dos recursos, ajustando-os de

acordo com o desempenho passado de cada unidade. A capacidade de execução de cada *campus* também foi incorporada aos critérios, assegurando que a distribuição dos recursos seja otimizada e viável.

Além disso, a inflação acumulada entre os exercícios analisados também foi levada em conta. Isso garante que os recursos alocados mantenham o seu poder de compra ao longo do tempo, evitando que a alocação inicial se torne insuficiente devido à desvalorização monetária.

O resultado desses esforços é a implementação de ajustes orçamentários que visam evitar situações em que algum *campus* fique impossibilitado de cumprir suas obrigações básicas, eliminando assim a necessidade de buscar orçamento adicional de outros *campi*.

Em relação à gestão estratégica, outro aspecto importante é a capacidade de execução e a busca ativa por recursos adicionais, seja por meio de Emendas Parlamentares (EP) ou Termos de Execução Descentralizada (TED). Para otimizar essa abordagem, foram implementadas rotinas gerenciais mais ágeis, com análises realizadas em intervalos menores e uma postura proativa de monitoramento.

Uma mudança significativa em relação às práticas anteriores é que a PROAD passou a monitorar semanalmente a execução de cada unidade. Isso permite orientação contínua, busca conjunta por soluções e, quando necessário, realocação de recursos para otimizar

a execução. Um exemplo prático dessa abordagem foi observado em **2021**, o segundo ano da pandemia de COVID-19. Nesse contexto desafiador, houve uma redução de aproximadamente 25% no orçamento em comparação com o ano anterior, exigindo um gerenciamento ainda mais rigoroso dos recursos. Isso foi especialmente crucial para garantir a continuidade de serviços essenciais, auxílios emergenciais, conectividade para os alunos e outras ações essenciais.

A abordagem estratégica da PROAD baseia-se em três pilares fundamentais:

- **1º pilar:** busca gastar de forma mais eficiente, implementando ajustes, reduções e otimizações de processos para maximizar os recursos disponíveis.
- **2º pilar:** foco em investir de maneira mais eficaz. Dado o histórico de déficits de investimento, a meta é encontrar estratégias para aumentar a quantidade e a qualidade dos investimentos. Isso inclui a adoção de tecnologias que reduzem os custos operacionais e a busca por eficiência.
- **3º pilar:** busca aumentar as receitas por meio de uma abordagem adaptativa e eficaz. Conforme o orçamento diminuiu ano após ano, a PROAD diversificou suas fontes de recursos,

incluindo emendas parlamentares, termos de execução descentralizados, acordos e convênios. Um marco importante foi a destinação de emendas de bancada nos anos de **2019, 2021** e **2022**, contribuindo para uma captação significativamente maior de recursos.

No período de **2017** a **2022**, as emendas parlamentares aumentaram em média cerca de 942%. Isso teve um impacto direto ao permitir investimentos para superar déficits em equipamentos, melhorar a infraestrutura e aprimorar tanto os espaços acadêmicos quanto administrativos. A busca por um equilíbrio entre a ampliação dos serviços e a manutenção da eficiência orçamentária é uma prioridade, a fim de garantir um impacto duradouro e positivo na sociedade.

9.3.3 Sustentabilidade econômico-financeira

Alicerçada na premissa de que os aspectos econômicos e financeiros desempenham um papel crucial na viabilidade contínua das atividades do IFRJ, a política de sustentabilidade financeira e orçamentária é estrategicamente concebida para garantir a continuidade operacional da organização.

Em face dos desafios e riscos associados à possibilidade de redução de recursos para atividades administrativas e fins educacionais, bem como para a realização de investimentos vitais, a administração do IFRJ se compromete a uma gestão financeira robusta e prudente. Neste contexto, a gestão financeira é direcionada para que os recursos disponíveis se alinhem ao Plano Estratégico Institucional. Busca-se, através de ações estratégicas, assegurar um fluxo de caixa sustentável e uma estrutura financeira que possibilite a execução eficaz de suas atividades essenciais e projetos de expansão.

Uma das principais abordagens é a incorporação de iniciativas sustentáveis que não apenas reduzem os custos a longo prazo, mas também apoiam a responsabilidade ambiental do IFRJ. A instalação de usinas solares representa um passo significativo nessa direção, não apenas gerando energia limpa, mas também reduzindo consideravelmente as despesas operacionais ao longo do tempo. Outra estratégia inovadora envolve a captação e uso eficiente de recursos naturais. O IFRJ planeja implementar projetos de captação de água da chuva, iniciando com a instalação de 5 plantas piloto nos próximos 2 anos. Essa abordagem não só contribui para a sustentabilidade ambiental, mas também reduz os custos associados

ao fornecimento de água, fortalecendo assim o potencial de economia financeira.

Além disso, o IFRJ reconhece a importância de diversificar suas fontes de recursos. Para complementar o orçamento tradicional, o IFRJ está ativamente envolvido na busca por recursos extraorçamentários. Isso inclui a busca de emendas parlamentares e acordos plurianuais, que podem fornecer um suporte financeiro adicional para suas atividades. Um passo fundamental para aumentar a capacidade financeira, envolve a criação de um programa institucional de investimentos. Esse programa visa direcionar recursos para projetos de infraestrutura e aquisição de equipamentos nos *campi*, ampliando assim a capacidade operacional e oferecendo melhores condições para o desenvolvimento acadêmico.

Em resumo, a política de sustentabilidade financeira e orçamentária do IFRJ está firmemente enraizada na busca por eficiência financeira, responsabilidade ambiental e diversificação de recursos. As ações estratégicas em andamento refletem o compromisso contínuo do IFRJ em garantir sua estabilidade financeira a longo prazo, ao mesmo tempo em que promove um ambiente de aprendizagem e crescimento sustentável para sua comunidade acadêmica.

9.3.4 Estratégia de gestão econômico-financeira

No âmbito das instituições educacionais, a gestão econômico-financeira desempenha um papel vital na garantia da qualidade dos serviços oferecidos à comunidade e na sustentabilidade institucional. No IFRJ, essa gestão é um componente estratégico para a consecução de seus objetivos e para o aprimoramento contínuo das atividades acadêmicas e administrativas. Com o objetivo de assegurar uma administração eficiente, transparente e sustentável dos recursos, estão sendo implementadas uma série de estratégias que abrangem desde a interlocução com a comunidade até a otimização dos processos de gestão financeira e orçamentária.

A seguir, serão abordados pontos essenciais das estratégias, incluindo a consolidação da interlocução e transparência, a implementação e aprimoramento de ferramentas de gestão, o equilíbrio e otimização da estrutura organizacional, a promoção da capacitação contínua dos servidores e a otimização dos gastos com custeio.

Cada um desses pontos contribui para a construção de uma base sólida que permitirá ao IFRJ se posicionar como uma instituição de referência na gestão eficiente e eficaz de seus recursos financeiros,

ao mesmo tempo em que mantém seu compromisso com a oferta de serviços educacionais de qualidade à sociedade.

- **Interlocução e Transparência:** Além de avançar com as ações em andamento para aprimorar a interlocução e a transparência institucional. Planejamos expandir as ferramentas de transparência existentes, ampliando a disseminação da informação tanto nos *campi* quanto nas áreas executoras. Para atingir esse objetivo, desenvolvemos programas que estabeleçam um contato direto entre a reitoria, a gestão e os *campi*. Isso não apenas promoverá uma maior compreensão das ações institucionais, mas também garantirá que todas as partes interessadas estejam informadas e envolvidas;
- **Implementação e Aperfeiçoamento de Ferramentas:** Além de continuar com a implementação dos sistemas integrados do IFRJ, incluindo o SIADS, expandiremos a utilização da ferramenta PROAD EM NÚMEROS, buscando abranger uma gama mais ampla de informações e aprimorar o planejamento, execução e controle das atividades planejadas. Para melhorar ainda mais a eficiência da gestão financeira e orçamentária, também ampliaremos o escopo de utilização da ferramenta de atendimento GLPI, proporcionando um canal mais eficaz de comunicação e resolução de demandas;
- **Equilíbrio e Otimização da Estrutura:** Dando continuidade ao nosso compromisso de otimização, recomposição e eficiência de recursos, estamos estabelecendo metas claras para a implementação de um espaço consolidado na reitoria. Esse espaço será projetado para promover a integração entre os servidores, fortalecendo a identidade e o sentimento de pertencimento. A alocação mais eficiente dos recursos humanos resultará em uma melhor qualidade de vida para os servidores e uma alocação mais estratégica dos recursos;
- **Capacitação Contínua:** A capacitação contínua permanece como um dos pilares fundamentais da nossa estratégia. Reconhecemos a importância de manter nossos servidores atualizados e preparados para enfrentar os desafios em evolução da gestão pública. Continuaremos a investir em programas de capacitação que abordem tanto as habilidades técnicas quanto as competências essenciais para uma gestão eficaz;

- **Otimização dos Gastos com Custeio:** Para aprimorar a otimização dos gastos com custeio, estamos expandindo nossas ações já em andamento. Além de continuar a instalação de sistemas fotovoltaicos, que já está em andamento em alguns campi, também estamos adotando medidas inovadoras para a captação de água de chuva. Além disso, buscamos sensibilizar nossos colaboradores por meio de iniciativas para a redução do consumo de energia, como apagar luzes não utilizadas. Trabalharemos diretamente com servidores e estudantes para promover uma cultura de uso consciente dos recursos.

Essas estratégias são fundamentais para aprimorar nossa gestão financeira e orçamentária, garantindo um futuro sólido e sustentável para o IFRJ. Ao adotar abordagens mais transparentes, eficientes e inovadoras, buscamos não apenas melhorar a qualidade de nossos serviços, mas também fortalecer nosso compromisso com a comunidade e com a excelência institucional.

9.3.5 Plano de investimentos

No cenário macroeconômico nacional, a construção de um plano de investimentos sólido para o IFRJ assume uma importância

estratégica. A conjuntura das contas públicas, o crescimento econômico e as políticas fiscais moldam o contexto em que o IFRJ formula suas estratégias para obter recursos para seus investimentos. Analisando o período de **2018 a 2022**, o PIB brasileiro demonstra a complexa variação econômica enfrentada pelo país.

Neste sentido, o novo arcabouço fiscal e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal desempenham um papel crucial na definição dos orçamentos das instituições federais de ensino, como o IFRJ. As políticas fiscais adotadas, juntamente com os investimentos planejados no âmbito do PAC, influenciam diretamente os recursos alocados para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e infraestrutura dessas instituições. O alinhamento entre as diretrizes do novo arcabouço fiscal, que visa a disciplina e responsabilidade fiscal, e o PAC, que direciona investimentos em setores estratégicos, impacta a capacidade das instituições federais de ensino de implementar projetos inovadores, modernizar suas instalações e atender às demandas crescentes da comunidade acadêmica, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do país.

No entanto, o IFRJ adota uma abordagem estratégica para garantir um plano de investimentos robusto. A previsão de um incremento anual de 10% no arcabouço orçamentário do IFRJ reflete

o compromisso de aprimorar as condições de ensino e modernizar as instalações. Essa previsão é fundamentada no entendimento de que, após garantir os recursos essenciais para a manutenção básica, o excedente pode ser canalizado para melhorias significativas. Ressaltamos que no período de **2018** a **2022**, tivemos incremento médio que ultrapassa 900%. Adicionalmente, o IFRJ busca diversificar suas fontes de recursos. A captação de emendas parlamentares é uma estratégia importante para ampliar o orçamento destinado a projetos específicos.

Em conclusão, a construção de um plano de investimentos para o IFRJ é fortemente influenciada pelo contexto macroeconômico nacional, especialmente pelas oscilações no PIB e pelas políticas fiscais. A estratégia adotada pelo IFRJ combina um aumento gradual na base orçamentária, captação de emendas parlamentares, orçamentos direcionados para projetos específicos e

parcerias estratégicas para garantir recursos para investimentos significativos. Essa abordagem visa a assegurar a continuidade do desenvolvimento da instituição, melhorias na qualidade do ensino e modernização de suas instalações, alinhando-se às demandas e desafios econômicos do Brasil contemporâneo.

9.3.6 Previsão orçamentária e cronograma de execução

O IFRJ, desde a sua implantação, vem apresentando uma crescente evolução na sua Matriz Orçamentária, considerando tanto a implantação de novos *campi* como o crescente aumento do número de servidores e alunos, conforme demonstração na Tabela 37 e para previsão orçamentária dos próximos 5 anos e cronograma de execução para os anos de **2024** a **2029**, têm-se os dados apresentados na Tabela 38.

Tabela 37 - Matriz Orçamentária - 2018-2023

Grupo Despesa	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoal e Encargos Sociais	R\$346.396.988,13	R\$351.446.734,12	R\$375.841.610,73	R\$405.042.820,71	R\$414.389.684,89	R\$ 447.772.205,00
Outras Despesas Correntes	R\$63.571.940,79	R\$67.158.045,89	R\$60.904.304,40	R\$53.607.189,06	R\$62.834.648,40	R\$ 54.918.292,00
Investimentos	R\$5.904.703,06	R\$22.470.300,99	R\$7.074.120,00	R\$6.264.326,39	R\$6.539.917,01	R\$4.993.820,00

Fonte: PROAD (2023)

Tabela 38 - Previsão Orçamentária - 2024-2029

Grupo Despesa	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Pessoal e Encargos Sociais	R\$467.921.954,23	R\$488.978.442,17	R\$510.982.472,06	R\$533.976.683,31	R\$558.005.634,05	R\$583.115.887,59
Outras Despesas Correntes	R\$57.389.615,14	R\$59.972.147,82	R\$62.670.894,47	R\$65.491.084,72	R\$68.438.183,54	R\$71.517.901,80
Investimentos	R\$5.218.541,90	R\$5.453.376,29	R\$5.698.778,22	R\$5.955.223,24	R\$6.223.208,28	R\$6.503.252,66

Fonte: PROAD (2023)

Vale salientar que essa projeção não assegura a disponibilidade orçamentária prevista, tendo em vista que a proposta orçamentária tem periodicidade anual e que outras variáveis determinam o orçamento da Instituição, bem como o processo de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e está sujeita à disponibilidade orçamentária do MEC.

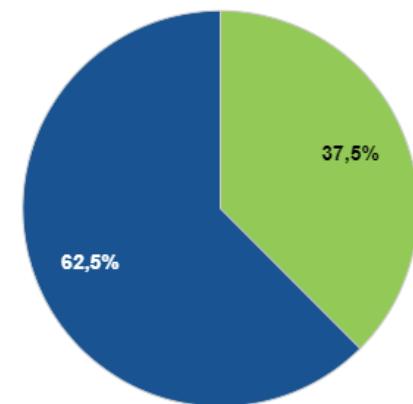
Pondera-se que os recursos previstos anualmente somados à possibilidade de captação (considerando- se ainda o histórico de reajustes, a conjuntura econômica, incluindo a crise financeira que assola o país) e os contingenciamentos poderão suportar um PDI com apoio no planejamento das metas e ações para cada exercício financeiro.

No período dos últimos quatro anos, conforme observamos no Gráfico 7, constatou-se que 62,5% dos 15 *campi* e reitoria responderam de maneira positiva, confirmando que houve efetivamente a realização de obras e aquisições de equipamentos. Esse dado indica um direcionamento assertivo das verbas para investimentos tangíveis. Em contrapartida, 37,5% relataram que foram contemplados apenas com a aquisição de equipamentos, sinalizando a necessidade de um balanço mais equilibrado entre essas duas formas de investimento.

Gráfico 7 - Mapeamento de melhorias nos *campi*

Nos últimos 4 anos, houve investimento no campus para implantação de melhorias, como obras e compras de equipamentos?

● Somente compra de equipamentos ● Sim, ocorreram obras e compra de Equipamentos



Fonte: PROAD (2023)

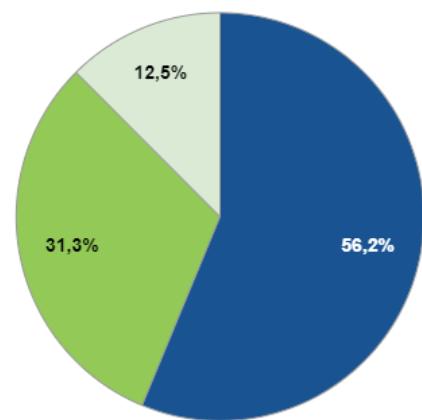
No que tange aos fluxos de repasses financeiros e sua eficácia em atender à dinâmica de pagamentos do *campus*, a análise revela, conforme Gráfico 8, que 56,3% consideram que o fluxo atual é adequado para cumprir com os pagamentos essenciais. No entanto, 12,5% alegaram insuficiência nesse fluxo, indicando um descompasso entre a verba disponível e as demandas financeiras do *campus*. Por outro lado, 31,3% afirmaram que o fluxo de repasses atende completamente as demandas, o que indica uma gestão precisa e eficiente desses recursos. Esses resultados são apresentados

graficamente, permitindo uma visualização clara desses percentuais e distribuições.

Gráfico 8 - Percepção das comissões locais sobre as ações de investimento

Os fluxos de repasses financeiros atendem a dinâmica de pagamentos do Campus?

● Atende o Essencial ● Atende Totalmente ● É insuficiente



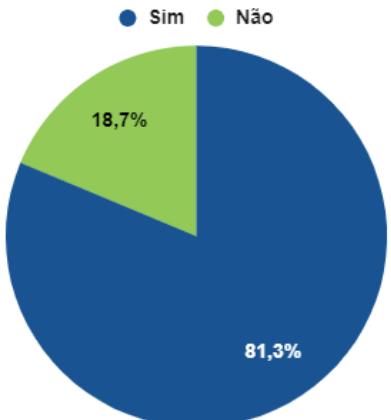
Fonte: PROAD (2023)

Ainda, analisando o Gráfico 8, observamos a representação visual desses resultados. Ele ilustra a divisão das respostas em relação à percepção das comissões locais sobre as ações de investimento realizadas nos últimos anos e a adequação dos fluxos financeiros para atender às necessidades do *campus*. Isso proporciona uma visão instantânea da distribuição dos dados e facilita a compreensão das diferentes perspectivas.

Adicionalmente, ao abordar as medidas adotadas pelos *campi* para otimizar o uso dos recursos, o Gráfico 9 apresenta os resultados da consulta. Notavelmente, 81,3% dos *campi* afirmaram adotar procedimentos de controle e medidas para otimização dos recursos, como a redução de gastos com energia elétrica e o cumprimento de prazos para evitar multas e juros. Isso evidencia um compromisso com a eficiência financeira e a responsabilidade na administração dos recursos públicos. Por outro lado, 18,8% declararam não adotar tais medidas, indicando oportunidades para a implementação de estratégias de otimização.

Gráfico 9 - Implementação de estratégias de otimização

O Campus adota medidas de otimização de uso dos recursos disponibilizados? Ex: Redução de gastos com energia elétrica, cumprimento de prazos de vencimento.



Fonte: PROAD (2023)

Esses resultados ilustram a importância da colaboração das comissões locais para a avaliação crítica e construtiva da gestão financeira e orçamentária. Eles também refletem o comprometimento em buscar aperfeiçoamentos constantes, alinhados aos princípios de eficiência e eficácia na administração dos recursos destinados aos *campi*.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2020. Rio de Janeiro, 2020. 147 p. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-I_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

BAHIA, L. O. **Guia Referencial**: construindo e analisando indicadores. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analizando%20Indicadores%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto Lei – PLOA**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.2024. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2024/ploa/projeto-de-lei-orcamentaria-anual-ploa-2024/ploa-2024-texto-final-cn.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. [...] dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. [...] estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008**. Regulamenta o art. 11 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto à isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6593.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010**. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7312.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o [...] SIORG. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9739.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10.639.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o [...] SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111357.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. [...] estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, [...], do Plano Especial de Cargos da Cultura, [...], do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, [...], da Carreira de Magistério Superior[...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111784.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 03 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018. [...] dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13681-18-junho-2018-786864-publicacaooriginal-155856-pl.html>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14822.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm#:~:text=LEI%20No%207.395%2C%20DE,Art%20. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 Brasília, DF: Presidência da República, 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7596.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745compilada.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Guia Técnico de Gestão Estratégica. 1. ed. Brasília: Ministério da Economia, [2020].

BRASIL. Ministério da Economia. Portaria ME nº 10.041, de 18 de agosto de 2021. Brasil: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-me-n-10.041-de-18-de-agosto-de-2021-339516585>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasil: Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Expansão da Rede Federal. Brasil: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.519, de 15 de julho de 2005. Institui a Comissão Interna de Supervisão do Plano de carreira dos cargos Técnicos-administrativos em Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/portarias/pt251905.pdf>. Acesso em 3 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4, de 6 de janeiro 2009. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sec1.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014**. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do [...] SINAES. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-92-2014-01-31.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede e-Tec Brasil**. [Brasília, DF]: Ministério da Educação, [2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasil: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CP-CNE-001-2018-01-19.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS**. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pneps>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES**. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília, DF: MPOG, 2009.

BRASIL. **Portal de Compras do Governo Federal**. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. **Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS)**. [Brasil]: Governo Federal, [2018]. Disponível em: <https://www.gov.br/patrimonio/pt-br/siads>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)**. [Brasil]: Ministério da Educação, [2012]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sistec-inicial/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

CAPES. Brasil: Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CEFETQ. **Portaria DG nº 26, de 24 de junho de 2004**: relatório de autoavaliação institucional 2004-2006. Nilópolis, RJ: CEFETQ, 2007. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Mesquita/CPA/relatorio_final_ciclo_2004-2006.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

CNPQ. **Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes**. Brasil: CNPQ: 2023. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CONIF. **Fórum de Assessores de Relações Internacionais**. Brasília, DF: CONIF, [2022]. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/forinter>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ENGENHEIRO PAULO DE FROTIN (Município). **Lei Municipal nº 1.122, de 23 de maio de 2013**. Altera a Lei Municipal 503/96 que concede a isenção a empresas que se instalarem no Município e dá outras providências. Rio de Janeiro, 23 maio 2013. Disponível em: <https://www.engenheiropaulodefrontin.rj.leg.br/leis/legislacao-municipal/2013/lei-municipal-1122-de-23-de-maio-de-2013-isenta-empresas-de-pagar-certos-impostos.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FAUBAI. **Associação Brasileira de Educação Internacional**. Brasil: FAUBAI, 2021. Disponível em: <https://faubai.org.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FORPROEXT. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM: UFMG, 2012. 68 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

FORPROEXT. **XIII FORPROEXT**: Contribuições. Brasília, DF: CONIF, 2015. 7 p. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Niter%C3%B3i/xiii_forproext_-_contribuicoes_para_a_politica_de_extenso_da_rede_federal_de_educacao_profissional_cientifica_e_tecnologica_2015.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

FÓRUM Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração. Disponível em: <http://www.forplad.andifes.org.br/?q=inicio>. Acesso em: 1 abr. 2024.

FUNDAÇÃO CECIERJ. **Consórcio CEDERJ**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2023. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IBGE. **Panorama**. Brasil: IBGE, 2024]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. [Brasil]: IBGE, [2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IBICT. **Dspace**. Brasil: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/dspace>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **[Página do IFRJ no Facebook]**. Rio de Janeiro: IFRJ, [2024]. Disponível em: <https://www.facebook.com/ifrj.oficial>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **[Página do IFRJ no Instagram]**. Rio de Janeiro: IFRJ, [2024]. Disponível em: <https://www.instagram.com/ifrj.oficial/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **[Página do IFRJ no Linkedin]**. Rio de Janeiro: IFRJ, [2024]. Rio de Janeiro: Instituto Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.linkedin.com/school/ifrjoficial>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **[Página do IFRJ no Youtube]**. Rio de Janeiro: IFRJ, [2024]. Disponível em: <https://www.youtube.com/@IFRJOficial>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **[Portal institucional]**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **A Política de Cultura do IFRJ**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/politica-cultura-ifrj>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Apresentação**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2019. Disponível em:
<https://portal.ifrj.edu.br/ead#:~:text=A%20Diretoria%20Adjunta%20de%20Tecnologia,atender%20as%20demandas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o>.
Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Aprovação da Politica Cultural do IFRJ**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/aprovacao-politica-cultural-ifrj>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Aprovado o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2018. Disponível em:
<https://portal.ifrj.edu.br/aprovado-regulamento-nucleos-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Assistência Estudantil**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://ifrj.edu.br/proex/dirae>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **AVEA/IFRJ**: apoio às disciplinas presenciais. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://presencial.ifrj.edu.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Centro Institucional de Estudos de Línguas (CIEL)**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/ciel>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Colégio de Dirigentes (COLDIR)**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://www.ifrj.edu.br/codir>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/institucional/comissao-propria-avaliacao>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Composição [do Comitê de Integridade]**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/ci/composicao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Comunicação Social**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/reitoria/comunicacao-social>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação - CAEG**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/caeg>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Conselho Acadêmico de Ensino Técnico - CAET**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/caet>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Conselho Acadêmico de Extensão - CAEX**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/caex>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - CAPOG**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/capog>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Conselho Superior - CONSUP**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/conselho-superior>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Coordenação de Extensão**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sao-goncalo/coordenacao-extensao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Coordenação Geral de Bibliotecas.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2019. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/academico/bibliotecas/coordenacao-geral-bibliotecas>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Cursos de Graduação.** Rio de Janeiro: IFRJ. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/cursos-graduacao>. Acesso em: 28 mar. 2024..

IFRJ. **Cursos de Pós-Graduação.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/cursos-pos-graduacao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Diretoria Adjunta de Qualidade de Vida e Desenvolvimento de Pessoal - DQDP.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/gestao-pessoas/diretoria-adjunta-qualidade-vida-e-desenvolvimento-pessoal-dqdp>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Diretrizes para a curricularização da Extensão no Instituto Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Niterói/anexo_a_resulacao_115-2023_-_diretrizes_curricularizacao_extensoao.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Diversidades e Inclusão.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proex/didaa>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Editais.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2018. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/ead/editais>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Edital PROEN nº 05/2018.** Cadastramento de novos polos de apoio presencial. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/EaD/edital_proen_no_05-2018_-_cadastramento_de_pap_ead.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

IFRJ. **Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/cursos-eja>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/academico/educacao-profissional-tecnica-nivel-medio>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Estatuto do IFRJ.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2009. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/estatuto_ifrj.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Estrutura Completa [da] Diretoria de Gestão e Valorização de Pessoas (DGP).** Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/gestao-pessoas/estrutura-completa-diretoria-gestao-e-valorizacao-pessoas-dgp>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Estrutura Organizacional do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/institucional/estrutura-organizacional-instituto-federal-rio-janeiro-ifrj>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Formulários - Orçamento e Finanças. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/administracao/formularios-orcamento-e-financas>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. GLPI. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://glpi.ifrj.edu.br/index.php?redirect=%2Fmarketplace%2Fformcreator%2Ffront%2Fformdisplay.php%3Fid%3D10>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Governança. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/acesso-a-informacao/governanca>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. História do IFRJ: linha do tempo. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/institucional/historia-ifrj>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. IFRJ integra convênio com a Aix-Marseille Université. Rio de Janeiro: IFRJ, 2019. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/ifrj-integra-convenio-aix-marseille-universite>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Instrução normativa PROEN/IFRJ nº 19, de 23 de março de 2023. Normatiza os procedimentos e requisitos para a criação e implantação de cursos na modalidade de Educação a Distância e cursos presenciais com carga horária a distância nos diversos níveis e modalidades de ensino [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Acadêmico/instrucao_normativa_proen-ifrj_no_19_de_23_de_marco_de_2023.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Instrução Normativa PROEX/IFRJ nº 01, de 15 de março de 2023. Dispõe sobre as normas e procedimentos do edital sistêmico para a concessão do auxílio Permanência do Programa de Assistência Estudantil [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Assist%C3%A1ncia%20Estudantil/in_pnaes2023_assinado.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Laboratórios & Ambientes Tecnológicos. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/pesquisa/laboratorios>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. LimeSurvey. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://wiki.ifrj.edu.br/dokuwiki/doku.php?id=dgti:servicos:limesurvey>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Manual de Compras Públicas Sustentáveis do IFRJ**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROAD/Documentos/manual_de_cps_-_2_edicao.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Moodle**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/ead/moodle>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **PET - Programa de Educação Tutorial**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/editais/programas-graduacao/pet-programa-educacao-tutorial>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **PET-SAÚDE**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/editais/programas-graduacao/pet-saude>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **PIBID**: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/editais/programas-graduacao/pibid-programa-institucional-bolsa-iniciacao-docencia>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Planejamento Estratégico 2017-2021**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/planejamento>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Plano de Desenvolvimento de Pessoas/PDP**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/gestao-pessoas/plano-desenvolvimento-pessoaspdp>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2017-2021**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/handle/20.500.12083/630>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Política de Comunicação do IFRJ**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2021. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ASCOM/arquivo_completo_-_resolucao_no_30-2021.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

IFRJ. **Política de Comunicação do IFRJ**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/reitoria/comunicacao-social/politica-comunicacao-ifrj>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Portaria nº 106, de 28 de março de 2018**. Alterar, na forma do anexo, os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) [...] Rio de Janeiro: IFRJ, 2018. Disponível em: <http://boletimdeservico.ifrj.edu.br/ifrj/boletim/visualizar/2018/3>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Portaria nº 254, de 09 de novembro de 2020. Designar a composição da Comissão do processo de elaboração e implantação da Política de Comunicação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ASCOM/portaria_254-2020-gr.pdf. Acesso: 03 abr. 2024

IFRJ. Portaria nº 281, de 08 de março de 2023. Atualização dos valores mensais do Programa de Auxílio Permanência (PAP) do Programa de Assistência Estudantil (PAE). Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://ifrj.edu.br/reitoria-aumenta-auxilios-programa-permanencia-programa-assistencia-estudantil-ifrj>. Acesso em: 03 abr. 2024.

IFRJ. Portaria nº 283 de 16 de dezembro de 2020. Aprovar, conforme anexo, a Instrução de Serviço PROAD nº 04, de 14 de dezembro de 2020, com o objetivo de regulamentar a aplicação de sanções administrativas nos contratos [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <http://boletimdeservico.ifrj.edu.br/ifrj/boletim/visualizar/2020/12>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Portaria nº 365, de 10 de outubro de 2017. Alterar, na forma do anexo, os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017. Disponível em: <http://boletimdeservico.ifrj.edu.br/ifrj/boletim/visualizar/2017/10>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. PROAD EM NÚMEROS. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/administracao/proad-numeros>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Procuradoria Federal. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/reitoria/procuradoria-federal>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Programa de Auxílio Permanência Sistêmico 2023. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/academico/assistencia-estudantil/programa-auxilio-permanencia-sistemico-2023>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos - PAGR: campus Mesquita. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/CST/COSEG/pagr-_mesquita_2023-2025_I.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

IFRJ. Programa de Incentivo e Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/editais/pos/piapg>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Programas de Internacionalização. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/reitoria/internacionalizacao/programas-internacionalizacao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Programas de Pesquisa. Rio de Janeiro: IFRJ, 2021. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/pesquisa/programas>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Programas e Projetos de Extensão. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proex/cgpp>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Projeto LAPASSION: oportunidade de mobilidade acadêmica para alunos de graduação. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/projeto-lapassion-oportunidade-mobilidade-academica-alunos-graduacao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/prodin>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proen>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Pró-Reitoria de Extensão. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/politica-cultura-https://portal.ifrj.edu.br/proex>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proppi>. Acesso em: 20 fev. 2024.

IFRJ. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proad>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. REARI/UTRECHT 2023: Mobilidade Internacional para estudantes de Graduação. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://www.ifrj.edu.br/reariutrecht-2023-mobilidade-internacional-estudantes-graduacao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. REARI-CCISP (Portugal): seleção para Mobilidade Internacional de estudantes de Graduação. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://ifrj.edu.br/reari-ccisp-portugal-selecao-mobilidade-internacional-estudantes-graduacao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Regimento Geral. Rio de Janeiro: IFRJ, 2011. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Rio%20de%20Janeiro/Ensino/Regulamentos/regimento_geral_ifrj.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

IFRJ. Regimento Interno do Conselho Superior do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017. Disponível em:
https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Documentos/regimento_interno_do_conselho_superior.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Reitoria aumenta os Auxílios do programa permanência do Programa de Assistência estudantil do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://ifrj.edu.br/reitoria-aumenta-auxiliros-programa-permanencia-programa-assistencia-estudantil-ifrj>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Relatório de atividades de reestruturação da CPA 2011. Rio de Janeiro: IFRJ, 2011. Disponível em:
https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Mesquita/CPA/relatorio_atividades_equipe_reestruturacao_cpa_2011.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Relatório Final: primeira etapa de elaboração do plano de cultura. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/handle/20.500.12083/359>. Acesso em: 17 out. 2023.

IFRJ. Relatório Final: segunda etapa de elaboração do Plano de Cultura: pesquisa diagnóstico sobre o perfil cultural dos servidores, estudantes e egressos do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/handle/20.500.12083/637>. Acesso em: 17 out. 2023.

IFRJ. Relatório Final: terceira etapa de elaboração do Plano de Cultura: minutas da Política e do Plano de Cultura do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/handle/20.500.12083/638>. Acesso em: 17 out. 2023.

IFRJ. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional. Rio de Janeiro: IFRJ, 2012. Disponível em:
https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Mesquita/CPA/relatorio_parcial_ciclo_2012-2014_I.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Resolução CONSUP/IFRJ nº 138, de 21 de novembro de 2023. Aprovar a Política e do Plano de Cultura [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/u436/resolucao_consup_138-2023.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução CONSUP/IFRJ nº 138, de 21 de novembro de 2023. Aprovar a Política e do Plano de Cultura [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/u436/resolucao_consup_138-2023.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024

IFRJ. Resolução nº 04, de 6 de março de 2017. Aprovar ad referendum, o Regimento da Incubadora Silício Fluminense - Incubadora de Jogos Digitais, Empreendimentos e Economia Criativa de Engenheiro Paulo de Frontin (SFlnjE), [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017. Disponível em:
<https://portal.ifrj.edu.br/ckfinder/userfiles/files/CONSUP/Resoluções%20CONSUP/Resolução%20nº%2004%20de%2006%20de%20março%20de%202017.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução nº 09, de maio de 2010. Aprovar o Regulamento do programa de assistência Estudantil – PROEJA [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2010. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2010/arquivo_completo_-_res_09_-2010-aprova_regulamento_proeja.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

IFRJ. Resolução nº 11, de 08 de junho de 2011. Aprovar na forma do anexo a esta Resolução, o Regulamento de Assistência Estudantil do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2011. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/Resolucoes2011/resolucao_11_-regulamento_de_assistencia_estudantil_e_anexo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução nº 11, de 18 de junho de 2020. Aprovar na forma do anexo a esta Resolução, a alteração do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), deste IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2020/arquivo_completo_-_resolucao_no_11-2020_-aprovlar_a_alteracao_do_Regimento_interno_da_comissao_permanente_de_pessoal_docente_cppd.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução nº 16, de agosto de 2011. Aprovar o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2011. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/Resolucoes2011/res_16_-2011-aprova_o_Regimento_geral_do_ifrj.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024

IFRJ. Resolução nº 23, de 25 de julho de 2017. Aprovar o Regulamento Institucional das Bibliotecas, no âmbito do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/EaD/PROEN/resolucao_no_23-2017_aprova_o_Regulamento_institucional_das_bibliotecas_1. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Resolução nº 23, de setembro de 2018. Aprovar o Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão (CIS), no âmbito do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2018. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Reitoria/resolucao_no_23-2018_aprova_Regimento_interno_da_cis.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução nº 24, de 25 de julho de 2017. Aprovar a Política de Desenvolvimento de Acervo do Sistema de Bibliotecas, no âmbito do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/EaD/PROEN/resolucao_no_24-2017_aprova_a_politica_de_desenvolvimento_de_acervo_do_sistema_de_biblioteca.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. Resolução nº 32, de 28 de agosto de 2013. Aprovar na forma do anexo a esta Resolução, o Regimento da Comissão de ética do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2013. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/COET/resolucao_32_-_aprova_o_Regimento_da_comissao_de_etica_no_ifrj.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução nº 37, de 09 de julho de 2021. Aprovar as normas para a realização das eleições de conselheiros (as) do Conselho Superior [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2021. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2021/arquivo_completo_-_resolucao_no_37-2021.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

IFRJ. Resolução nº 42, de 19 de dezembro de 2018. Aprovar o Regulamento do Núcleo de Acompanhamento dos Egressos – NAE [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2018. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/nae_aprovado_em_19_de_dezembro_2018.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024

IFRJ. Resolução nº 48, de 16 de outubro de 2019. Aprovar [...] o manual de Apresentações de Trabalhos Acadêmicos [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2019. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/resolucao_completa_2_-_resolucao_no_48_-_aprovado_o_manual_de_apresentacao_de_trabalhos_academicos-mesclado.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024

IFRJ. Resolução nº 49, de 16 de outubro de 2019. Aprovar, conforme anexa a esta Resolução, o Regimento do Colégio de Dirigentes do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 2019. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/arquivo_completo_-_resolucao_no_49_-_regimento_do_collegio_de_dirigentes.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução nº 52, de 19 de novembro de 2014. Aprovar o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação [...]. Rio de Janeiro: IFRJ, 2014. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2014/res._52_-_aprove_o_Regulamento_da_CPA.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

IFRJ. Resolução nº 55, de 17 de dezembro de 2014. Aprovar na forma do anexo a esta Resolução, o Regulamento do [...] NAPNE do IFRJ. Rio de Janeiro: IFRJ, 17 dez. 2014. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2014/res._55_-_regulamento_do_napne.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. Resolução nº 125, de 05 de junho de 2023. Aprovar a Política de Educação Especial inclusiva [...]. Rio de Janeiro: IFRJ. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Acesso%20à%20Informação/ConSup/resolucao_no_125-2023_-_aprove_a_politica_de_educacao_inclusiva.docx_anexo.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024

IFRJ. **RSC**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://rsc.ifrj.edu.br/accounts/login/?next=/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFRJ. **Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRJ**. Rio de Janeiro: IFRJ. Disponível em: <https://biblioteca.ifrj.edu.br/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IFRJ. **Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://sipac.ifrj.edu.br/sipac/?modo=classico>. Acesso em: 28 mar. 2024.

INEP. **Enade**. Brasil: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/enade>. Acesso em: 28 mar. 2024.

INEP. **Instrução Normativa nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017. Brasil: INEP, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2018/instrucao_normativa_n2_22122017.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

INEP. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, DF: INEP, 2014. Disponível em: <https://cpa.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/nota-tecnica-no-65-conaes-daes-inep.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

INEP. **Portaria nº 165, de 20 de abril de 2021**. Institui a Avaliação Externa Virtual in Loco no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação, no âmbito do [...] (SINAES), e da avaliação das Escolas de Governo. Brasília, DF: INEP: INEP, 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/PORTARIA%20INEP%20165%20DE%202022%20DE%20ABRIL%20DE%202021.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

INEP. **Portaria nº 265, de 27 de junho de 2022**. Regulamenta a Avaliação Externa Virtual in Loco no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação [...]. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-inep-265-2022-06-27.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

INEP. **Portaria nº 275, de 28 de julho de 2021**. Altera artigos da Portaria nº 165, de 20 de abril de 2021, e da Portaria nº 183, de 23 de abril de 2021, referentes a procedimentos no âmbito da Avaliação Externa Virtual in Loco realizada pelo [...] (Inep). Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Inep-275-2021-07-28.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

INEP. **Sistema nacional de avaliação da educação superior**: bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior. Brasília, DF: INEP, 2004. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_superior/bases_para_uma_nova_proposta_de_avaliacao_da_educacao_superior_brasileira.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

REIS, R. H. dos. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 41-47, dez 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2610/2331>. Acesso em: 26 out. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 3.253, de 25 de setembro de 1999**. Criação do município de Mesquita. Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/143611/lei-3253-99>. Acesso em: 3 abr. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 4510, de 13 janeiro de 2005**. Dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros por ônibus do estado do Rio de Janeiro [...]. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/3b714281166c970483256f89006d268c?OpenDocument>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei Ordinária nº 4510, de 13 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros por ônibus do estado do rio de janeiro [...]. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2005. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/3b714281166c970483256f89006d268c?OpenDocument#:~:text=DISP%C3%95%20SOBRE%20A%20ISEN%C3%87%C3%83O%20DO,CR%C3%94NICA%20DE%20NATUREZA%20F%C3%8DSICA%20OU>. Acesso em: 1 abr. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei Ordinária nº 7.830, de 3 de janeiro de 2008**. Altera a Lei 4.510, de 13 de janeiro de 2005, reconhecendo o direito à gratuidade nos transportes aos estudantes das redes públicas municipal e federal, como previsto na Lei 3.339, de 29 de dezembro de 1999. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2008. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/364c23c3113163583257ddc0059662b/e7ec91ae89ac9e3283258217005d523f?OpenDocument>. Acesso em: 1 abr. 2024.

STALLIVIERI, L. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista da Educação do COGEIME**, São Paulo, v. 26, n. 50, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/729>. Acesso em: 29 set. 2023.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio de Janeiro



@ifrj.oficial



/ifrj.oficial



/ifrjoficial

portal.ifrj.edu.br